

# PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL 2015-2030



Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO

Erli Soares Massau  
Roselani Maria Sodré da Silva  
(Coordenadores)

# Plano estratégico de desenvolvimento da Região Sul 2015-2030

1ª edição

EDITORA  
**UNIVATES**

Lajeado, 2017



# COREDE-SUL

## Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul

GESTÃO 2015-2017

### DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**Presidente:** Roselani Maria Sodr e Da Silva

**Vice-presidente:** Henrique Walner Alves Feijão

**Secretária:** Selma Quevedo Vilela

**Secretário Adjunto:** Ronaldo Clasen Maciel

**Tesoureiro:** Clotilde Concei o Victória

**Tesoureiro Adjunto:** João Francisco Neves Da Silva

### CONSELHO FISCAL

Cassio Luiz De Freitas Mota

João Carlos Medeiros Madail

Kátia Rosane Gomes Da Costa

Maurício Pinto Da Silva

Selmira Milech Fehrenbach

Sylvio Motta (*In Memoriam*)

### EQUIPE TÉCNICA

Erli Soares Massa 

João Carlos Medeiros Madail

João Francisco Neves da Silva

Matheus Fernandes da Silva

Mauricio Pinto da Silva

Roselani Maria Sodr e da Silva

### COLABORADORES

Douglas A. Bermudez (Estagiário)

Filipe Santos Gravato (ITEPA/UCPel)

Juliano Pereira (Estagiário)

Tiane T. Costa (AZONASUL)

Fernanda G. de Oliveira (AZONASUL)

### COMISSÃO REGIONAL DE APOIO INSTITUCIONAL

Ant nio B. Duarte – Aliança R. Grande

Miguel Arcanjo Baneiro – IF-SUL

Bruna Weber – BRDE

Ronaldo C. Maciel – EMATER

Daniel Marques Aquini – EMBRAPA

Rosani Ribeiro – SEBRAE/RS

Edgar Martin Noremberg – FAF

Samuel Ongarato – Novo Sul/Lider

Fábio Castro Neves – UCPel

Sidney Gonçalves Vieira – UFPel

Gilson Porciúncula – ALM

Taís Pegoraro Scaglioni – UERGS

Henrique Walner Feijão - AZONASUL

Vinícius Oliveira – FURG

**Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS.**

** rg o Financiador:** Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - SPGG

**Tiragem:** 300 exemplares

**Copyright:** Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul - Corede Sul

## COMISSÕES SETORIAIS

### **1- Ciência e Tecnologia**

Coordenador: Vinicius Oliveira

### **2- Desenvolvimento Agropecuário, Pesca, Meio Ambiente e Recursos Minerais**

Coordenador: Ronaldo Clasen Maciel

### **3- Educação, Cultura, Turismo e Desporto**

Coordenadores: Mauricio Pinto da Silva, Selma Quevedo Vilela e Clotilde Conceição Victória

### **4- Saúde**

Coordenador: João Francisco Neves da Silva

### **5- Desenvolvimento Econômico e Gestão Pública**

Coordenador: João Carlos Medeiros Madail

### **6- Infraestrutura**

Coordenador: Henrique Walner Alves Feijó

### **7- Justiça, Habitação e Desenvolvimento Social**

Coordenadoras: Roselani Sodré da Silva e Suzana Neves

### **8- Segurança e Defesa Civil**

Coordenador: Utingua  Rosado

## CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO - COMUDES

- 1 - AMARAL FERRADOR – Estácio Rodrigues (Presidente)
- 2 - ARROIO DO PADRE – Lotar Prieb (Presidente)
- 3 - ARROIO GRANDE- Ant nio Carlos Caldeira (Presidente)
- 4 - CANGUÇU – C elis Teresinha B. Madrid (Presidente)
- 5 - CAPÃO DO LEÃO – Francisco Adilson Réus Henriques (Presidente)
- 6 - CERRITO – Kátia Rosane G. Costa (Presidente)
- 7 - CHUÍ – Paula Feijó (colaboradora – Secretaria Municipal de Agricultura)
- 8 - HERVAL – Fernando Silveira (Presidente)
- 9 - JAGUARÃO – Luiz Cláudio Xavier (Presidente)
- 10 - MORRO REDONDO – Cláudio Melo da Silva (Presidente)
- 11 - PEDRAS ALTAS – Fernando Freitas (Presidente)
- 12 - PEDRO OSÓRIO – Albio Quevedo (Colaborador)
- 13 - PELOTAS – Rosangela Costa Alves (Presidente)
- 14 - PINHEIRO MACHADO – Viviane Barbosa (Presidente)
- 15 - PIRATINI – Humberto Porto (Presidente)
- 16 - RIO GRANDE – Janete C. Pinto e Gilmar H. Griep (colaboradores)
- 17 - SANTA VITÓRIA DO PALMAR – Roberto Carlos (Presidente)
- 18 - SANTANA DA BOA VISTA – Derli Oliveira de Melo (Presidente)
- 19 - SÃO JOSÉ DO NORTE – Sarah Fiorelli (colaboradora)
- 20 - SÃO LOURENÇO DO SUL- Selma Quevedo Vilela (Presidente)
- 21 - TAVARES – Jairo Alves Farias (Presidente)
- 22 - TURUÇU – Clauberto Peres (Presidente)



**Coordenação e Revisão Final:** Ivete Maria Hammes  
**Editoração:** Glauber Röhrig e Marlon Alceu Cristófoli

Avelino Talini, 171 – Bairro Universitário – Lajeado – RS, Brasil  
Fone: (51) 3714-7024 / Fone/Fax: (51) 3714-7000  
editora@univates.br / <http://www.univates.br/editora>

---

P712

Plano estratégico de desenvolvimento da Região Sul : 2015-2030 /  
Erli Soares Massaú, Roselani Maria Sodré Da Silva (Coord.) - Lajeado :  
Ed. da Univates, 2017.

304 p.

ISBN 978-85-7727-202-1

1. Desenvolvimento regional. 2. Planejamento estratégico. 3. Rio  
Grande do Sul. I. Título

CDU: 332.1(816.5)

---

Catálogo na publicação – Biblioteca da Univates

**As opiniões e os conceitos emitidos, bem como a exatidão,  
adequação e procedência das citações e referências, são de  
exclusiva responsabilidade dos autores.**

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>13</b>
<b>LISTA DE PROJETOS .....</b>	<b>14</b>
<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>17</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>1 METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....</b>	<b>23</b>
<b>2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO .....</b>	<b>27</b>
2.1 ASPECTOS FÍSICOS-NATURAIS .....	28
2.2 LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO SUL E SEUS MUNICÍPIOS .....	29
2.3 CARACTERIZAÇÃO DO CLIMA.....	30
2.4 REGIME TÉRMICO .....	30
2.5 REGIME PLUVIOMÉTRICO.....	31
2.6 RELEVO.....	31
2.7 SOLOS.....	32
2.8 RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS.....	33
2.9 HIDROGRAFIA.....	34
2.10 A RELEVÂNCIA DA INTEGRAÇÃO MODAL .....	35
2.11 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO LOCALIZADAS NA REGIÃO SUL.....	35
2.12 ASPECTOS HISTÓRICO-ECONÔMICOS DA REGIÃO .....	36
<b>3 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA .....</b>	<b>39</b>
3.1 ESTRATIFICAÇÃO POR IDADE E SEXO .....	41
3.2 DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TAXA DE URBANIZAÇÃO .....	43
3.3 POPULAÇÃO CENSITÁRIA 1990, 2000 E 2010 .....	44
<b>4 DIMENSÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>47</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA FLORA E FAUNA REGIONAL.....	47
4.2 BIOMA PAMPA .....	51
<b>5 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL.....</b>	<b>53</b>
5.1 ATUALIZAÇÃO CONCEITUAL.....	53
5.2 EDUCAÇÃO .....	53
5.2.1 Educação Infantil.....	53
5.2.2 Ensino Fundamental.....	57
5.2.3 Ensino Médio .....	61
5.2.4 Educação de Jovens e Adultos – EJA.....	64
5.2.5 Rede Federal .....	67

5.2.6 Taxa de Analfabetismo .....	68
5.2.7 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.....	69
5.2.8 Ensino Superior .....	71
5.2.9 Cursos Profissionalizantes Presenciais e Educação a Distância .....	72
5.3 SAÚDE .....	75
5.3.1 Atenção à Saúde.....	75
5.3.2 Internações .....	76
5.3.3 Esperança de Vida ao Nascer.....	77
5.3.4 Indicadores de Vida e Saúde .....	77
5.3.5 Número de Óbitos e Mortalidade Geral.....	79
5.4 SEGURANÇA .....	80
5.4.1 População Carcerária .....	80
5.4.2 Número dos Principais Delitos por Tipo.....	80
5.4.3 Efetivo Policial.....	82
5.5 CULTURA.....	83
5.6 EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL.....	84
5.7 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO .....	84
5.8 HABITAÇÃO .....	87
<b>6 DIMENSÃO INFRAESTRUTURA E DE GESTÃO PÚBLICA .....</b>	<b>89</b>
6.1 LOGÍSTICA E TRANSPORTE .....	89
6.1.1 Aeroportos.....	90
6.1.2 Portos .....	90
6.1.3 Rodovias.....	92
6.1.4 Hidrovias.....	95
6.1.5 Energia .....	96
6.1.6 Comunicação.....	99
6.1.7 Saneamento Básico .....	102
6.1.8 Urbanismo e Mobilidade .....	105
<b>7 DIMENSÃO ECONÔMICA .....</b>	<b>109</b>
7.1 SETOR AGROPECUÁRIO E FLORESTAMENTO .....	109
7.1.1 Estabelecimentos Rurais.....	109
7.1.2 Lavouras Permanentes.....	110
7.1.3 Lavouras temporárias .....	111
7.1.4 Produtividade .....	113
7.1.5 Pecuária .....	113
7.1.6 Florestamento .....	115
7.2 SETOR EMPRESARIAL .....	116
7.2.1 Atividades Econômicas .....	117
7.2.2 Arranjos Produtivos Locais, APLs .....	120
7.2.3 Mercado de Trabalho .....	121
7.2.4 Pessoal Ocupado.....	121

7.2.5 Salários Praticados.....	125
7.3 COMÉRCIO EXTERIOR.....	126
7.4 TURISMO .....	128
7.5 EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE RETORNO DO ICMS.....	129
7.6 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA POR FAIXAS DE VALOR .....	131
7.7 EVOLUÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO .....	132
7.7.1 VAB da Pecuária .....	132
7.7.2 VAB da Indústria .....	133
7.7.3 VAB do Comércio e Serviços .....	134
7.7.4 VAB Total da Região Sul.....	134
7.8 PRODUTO INTERNO BRUTO E PER CAPITA .....	135
7.8.1 Evolução do PIB per capita.....	138
7.8.2 Finanças Públicas .....	138
7.8.2.1 Despesas .....	139
7.8.2.2 Despesas Orçamentárias.....	139
7.8.3 Impostos e Despesas Públicas.....	140
7.8.3.1 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza .....	141
7.8.3.2 Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis .....	142
7.8.3.3 Arrecadação Total dos Impostos Municipais.....	142
7.8.3.4 Imposto Estaduais.....	142
7.8.3.5 Arrecadação Total dos Tributos Estaduais .....	144
7.8.3.6 Impostos Federais .....	145
7.8.3.7 Receitas Previdenciárias.....	145
7.8.3.8 Arrecadação Total de Impostos Federais .....	146
7.8.3.9 Arrecadação Regional x Arrecadação do Rio Grande do Sul .....	147
7.8.4 Receitas de Capital e Receitas Correntes .....	147
7.8.5 Benefícios Sociais.....	148
7.8.6 Bolsa Família .....	150
7.8.7 Aposentadorias.....	151
<b>8 DIMENSÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>153</b>
8.1 INSTITUIÇÕES PROMOTORAS DO DESENVOLVIMENTO .....	154
<b>9 MATRIZ FOFA REGIONAL .....</b>	<b>155</b>
9.1 GESTÃO ECONÔMICA.....	155
9.2 GESTÃO ESTRUTURAL .....	155
9.3 GESTÃO SOCIAL.....	156
9.4 GESTÃO INSTITUCIONAL.....	156
<b>10 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS.....</b>	<b>157</b>
10.1 VISÃO .....	157
10.2 VOCAÇÕES.....	157
10.3 VALORES.....	157



<b>11 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS .....</b>	<b>158</b>
<b>12 PRIORIZAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL 5.....</b>	<b>159</b>
<b>13 MODELO DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA REGIÃO.....</b>	<b>160</b>
13.1 COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE GOVERNANÇA .....	160
13.2 SECRETARIA EXECUTIVA.....	160
13.3 GERENTES DE PROJETOS .....	160
13.4 EQUIPE DE GOVERNANÇA DO PED.....	161
13.5 SECRETARIA EXECUTIVA DO PED.....	161
<b>14 CARTEIRA DE PROJETOS.....</b>	<b>163</b>
14.1 DIMENSÃO ECONÔMICA.....	163
14.1.1 Estratégia: Estimular e diversificar as atividades produtivas com ênfase nos setores agropecuário, industrial .....	163
14.2 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL.....	181
14.2.1 Estratégia I: Promover o desenvolvimento social, a melhoria da qualidade de vida e segurança pública regional .....	181
14.2.2 Estratégia II: Fortalecer e ampliar a pesquisa, a inovação, o cooperativismo empreendedor, fundamentado em uma educação básica de qualidade .....	203
14.2.3 Estratégia III: Desenvolver o turismo integrado com a cultura, o desporto e o lazer de forma qualificada e sustentável.....	220
14.3 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL.....	238
14.3.1 Estratégia: Qualificação da infraestrutura regional priorizando a intermodalidade de transportes e o saneamento básico.....	238
14.4 DIMENSÃO AMBIENTAL .....	255
14.4.1 Estratégia: Preservar, conservar e valorizar os bens e os recursos naturais de forma responsável e coletiva .....	255
14.5 DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	260
14.5.1 Estratégia: Fortalecimento das instituições e dos serviços públicos visando a integração das ações de planejamento e gestão territorial, à cooperação e articulação interinstitucional .....	260
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>272</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>273</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>274</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população total dos municípios da Região Sul, 2001 a 2014.....	40
Tabela 2 - Estratificação etária da população da Região Sul.....	42
Tabela 3 - Área, população total, densidade demográfica, população rural, taxa de urbanização e população urbana – 2014.....	43
Tabela 4 - População censitária dos municípios da região da Região Sul 1990, 2000 e 2010..	45
Tabela 5 - Biomas ocorrentes no Brasil .....	51
Tabela 6 - Número de estabelecimentos com Educação Infantil na Região Sul 2000/2015. ...	53
Tabela 7 - Número de estabelecimentos com Educação Infantil por administração na Região-Sul – 2015.....	54
Tabela 8 - Número de docentes da Educação Infantil por administração na Região Sul – 2014.....	55
Tabela 9 - Número de matrículas iniciais na Educação Infantil da Região Sul – 2000 e 2015	56
Tabela 10 - Número de estabelecimentos com Ensino Fundamental na Região Sul – 2000/2015 .....	57
Tabela 11 - Número de docentes no Ensino Fundamental na Região Sul – 2000/2014 .....	58
Tabela 12 - Número de matrículas iniciais no Ensino Fundamental da Região Sul – 2000/2015 .....	59
Tabela 13 - Número de concluintes no Ensino Fundamental das redes Municipais, Estadual e Particular – 2000/2014.....	60
Tabela 14 - Número de estabelecimentos com Ensino Médio na Região Sul – 2000 e 2015 ..	61
Tabela 15 - Número de docentes no Ensino Médio na Região Sul – 2000 e 2015.....	62
Tabela 16 - Número de matrículas iniciais no Ensino Médio na Região Sul – 2000 e 2015 ...	63
Tabela 17 - Número de concluintes no Ensino Médio na Região Sul – 2000 e 2015 .....	64
Tabela 18 - Número de estabelecimentos que oferecem o EJA nos municípios da Região Sul – 2000 e 2015 .....	65
Tabela 19 - Número de docentes na Educação de Jovens e Adultos na Região Sul.....	66
Tabela 20 - Número de matrículas iniciais no EJA na Região Sul – 2000 e 2014 .....	67
Tabela 21 - Número de estabelecimentos, docentes, matrículas iniciais e concluintes no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos nos municípios de Pelotas e Rio Grande da Rede Federal 2000 e 2015.....	68
Tabela 22 - Taxa de analfabetismo nos municípios da Região Sul em 2000 e 2015.....	69

Tabela 23 - Índice de desenvolvimento da Educação Básica nos municípios da Região Sul – 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013.....	70
Tabela 24 - Estrutura do Ensino Superior da Região Sul, 2014.....	71
Tabela 25 - Cursos profissionalizantes e Educação à Distância (EAD) em municípios da Região Sul – 2014.....	72
Tabela 26 - Número médio de internações hospitalares e dias de permanência em 2014.....	76
Tabela 27 - Indicadores de vida e saúde dos municípios da Região Sul 2010/2013.....	78
Tabela 28 - Número de óbitos, por tipo e mortalidade geral nos municípios da Região Sul – 2001 a 2013.....	79
Tabela 29 - Número de vagas e população carcerária nos municípios da Região Sul 2002 e 2014.....	80
Tabela 30 - Número de delitos por tipo nos municípios da Região Sul 2002 e 2014.....	80
Tabela 31 - Número de mulheres vítimas – Lei Maria da Penha – que registraram ocorrência – 2012 e 2015.....	81
Tabela 32 - Efetivo da Brigada Militar e da Polícia Civil nos municípios da Região Sul 2015	82
Tabela 33 - Índice da Educação (Novo IDESE) da Região Sul e do Rio Grande do Sul – 2007 e 2013.....	84
Tabela 34 - Índice de Saúde (Novo IDESE) da Região Sul e do Rio Grande do Sul – 2007 e 2013.....	85
Tabela 35 - Índice da Renda (Novo IDESE) da Região Sul e do Rio Grande do Sul – 2007 e 2013.....	86
Tabela 36 - Série histórica do Novo IDESE de educação, saúde, renda e geral da Região Sul – 2007 e 2013.....	87
Tabela 37 - Distâncias dos municípios da Região Sul à Capital do Estado do RS.....	94
Tabela 38 - Número de consumidores de energia nos municípios da Região Sul nos anos de 2006 e 2013.....	97
Tabela 39 - Consumo de energia (MWh) nos municípios da Região Sul para os anos de 2006 e 2013.....	98
Tabela 40 - Número de veículos de comunicação por tipo nos municípios da Região Sul – 2010.....	99
Tabela 41 - Número de terminais telefônicos da Brasil Telecom nos municípios da Região Sul – 2006.....	100
Tabela 42 - Número de domicílios com acesso a água e destino do lixo nos municípios da Região Sul – 2010.....	102
Tabela 43 - Número de domicílios econômicos com acesso ao saneamento básico nos municípios da Região Sul – 2010.....	104

Tabela 44 - Número de veículos por tipo nos municípios da Região Sul - 2001 e 2015 .....	106
Tabela 45 - Número de estabelecimentos agrícolas com respectiva área (ha) 1996-2006 .....	109
Tabela 46 - Total da área colhida, da quantidade produzida e do valor da produção das lavouras permanentes da laranja e pêsego dos municípios da Região Sul no período de 2001 a 2014.....	111
Tabela 47 - Total da área colhida, da quantidade produzida e do valor da produção das lavouras temporárias de grãos: arroz, feijão, milho, soja e trigo nos municípios da Região Sul no período de 2001 a 2014 .....	111
Tabela 48 - Total da área colhida, da quantidade produzida e do valor da produção de outras lavouras temporárias municípios da Região Sul para o período de 2001 a 2014 .....	112
Tabela 49 - Participação das áreas de lavouras temporárias e permanentes no total das áreas do Estado nos anos de 2001 a 2014 .....	112
Tabela 50 - Produtividade média das lavouras temporárias e permanentes da Região Sul para o período de 2001 a 2014.....	113
Tabela 51 - Rebanhos existentes nos municípios da Região Sul nos anos de 2001, 2010 e 2014.....	114
Tabela 52 - Total da área colhida, da quantidade produzida e do valor das lavouras temporárias e permanentes nos municípios da Região Sul para o período de 2001 a 2014...	114
Tabela 53 - Área de florestamento por espécie nos municípios da Região Sul – 2015. ....	115
Tabela 54 - Número de empresas por tipo nos municípios da Região Sul – 2010 .....	116
Tabela 55 - Número de empregados por tipo de empresas na Região Sul – 2010.....	122
Tabela 56 - Admissões nos municípios da Região Sul nos anos de 2007 e 2013 .....	122
Tabela 57 - Demissões nos municípios da Região Sul nos anos de 2007 e 2013.....	124
Tabela 58 - Salários médios praticados nos principais ramos de atividades existentes na Região Sul – 2015 .....	125
Tabela 59 - Volume em dólares das exportações dos municípios da Região Sul 2011 a 2014	126
Tabela 60 - Volume de produtos exportados por municípios da Região Sul 2011 a 2014.....	127
Tabela 61 - Evolução do índice de retorno do ICMS na Região Sul, 2005 a 2015 .....	130
Tabela 62 - Número relativo de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal (salário mínimo) mensal dos municípios da Região Sul 2000 e 2010..	131
Tabela 63 - VAB da agropecuária (R\$ mil), nos municípios da Região Sul – 2010/2013.....	132
Tabela 64 - VAB da indústria (R\$ mil), nos municípios da Região Sul – 2010/2013 .....	133
Tabela 65 - VAB do serviço e comércio (R\$ mil), nos municípios da Região Sul – 2010/2013 .....	134
Tabela 66 - VAB total dos municípios da Região Sul 2010/2013 (em R\$1.000) .....	135

Tabela 67 - Produto interno bruto (PIB), nos municípios da região da Região Sul 2010 a 2013 (em R\$1,00).....	137
Tabela 68 - PIB per capita, nos municípios da região da Região Sul 2010 a 2013 (em R\$1,00).....	138
Tabela 69 - Despesas totais de capital e de despesas correntes dos municípios da Região Sul, 2001/2014 (em R\$ 1,00) .....	139
Tabela 70 - Despesas totais de capital e despesas correntes dos municípios da Região Sul, 2001/2014 (em R\$ 1000) .....	140
Tabela 71 - Arrecadação de IPTU na Região Sul, 2001 a 2014 (em R\$ 1,00) .....	140
Tabela 72 - Arrecadação de ISSQN na Região Sul, no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00) .....	141
Tabela 73 - Arrecadação de ITBI na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00) ..	142
Tabela 74 - Arrecadação de ICMS na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00)	143
Tabela 75 - Arrecadação de IPVA na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00) .	143
Tabela 76 - Arrecadação de IPI na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00) .....	144
Tabela 77 - Arrecadação de IRPJ na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00) ..	145
Tabela 78 - Arrecadação das receitas previdenciárias na Região Sul no período de 2007 a 2014 (em R\$ 1,00).....	145
Tabela 79 - Arrecadação de receitas federais na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00).....	146
Tabela 80 - Participação da Região Sul na arrecadação dos impostos municipais, estaduais e federais no Rio Grande do Sul – 2014 .....	147
Tabela 81 - Soma da distribuição das receitas totais da Região Sul pelos municípios de Pelotas, Rio Grande e os demais 2001 a 2014 (R\$ 1000).....	147
Tabela 82 - Valor dos benefícios emitidos nos municípios da Região Sul 2001 e 2015 (R\$ 1000) .....	148
Tabela 83 - Valor dos benefícios emitidos nos municípios da Região Sul 2001 e 2015 (R\$ 1000) .....	149
Tabela 84 - Valores repassados para o Programa Bolsa Família nos municípios da Região Sul, 2004 e 2015 (R\$ 1000) .....	150
Tabela 85 - Pessoas ocupadas e não ocupadas na Região Sul e Rio Grande do Sul.....	151
Tabela 86 - Número de entidades institucionais nos municípios da Região Sul – 2014 .....	153

## LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Área Territorial dos Municípios da Região Sul.....	28
Figura 1 - Municípios da Região Sul.....	29
Figura 2 - Clima da Região Sul.....	30
Figura 3 - Total anual e estacional da precipitação pluviométrica no Rio Grande do Sul .....	31
Figura 4 - Relevo da Região Sul.....	32
Figura 5 - Recursos Naturais da Região Sul.....	33
Figura 6 - Bacias e Sub-bacias hidrográficas do RS.....	34
Figura 7 - Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul – Estação Ecológica do Taim .....	36
Gráfico 1 - Evolução da população total dos municípios da Região Sul, 2001 a 2014 .....	39
Gráfico 2 - Estratificação etária da população da Região Sul .....	41
Gráfico 3 - População total, população rural e população urbana da Região Sul 2014.....	44
Gráfico 4 - População censitária dos municípios da região da Região Sul 1990, 2000 e 2010.....	46
Figura 8 – Flora e Fauna da Região Sul.....	47
Figura 9 - Áreas de conservação e áreas de preservação .....	48
Figura 10 - Mapa dos aeroportos e portos do RS .....	92
Figura 11 - Mapa dos principais eixos rodoviários do RS .....	94
Figura 12 - Mapa da distribuição e geração de energia do RS.....	97
Figura 13 - Mapa das Emissoras de rádio e TV do RS.....	100
Gráfico 5 - Terminais telefônicos da Brasil Telecom nos municípios da Região Sul – 2006...101	
Quadro 2 - Municípios com Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Região Sul – 2016...103	
Gráfico 6 - Número de residências/unidades econômicas com acesso ao saneamento básico nos municípios da Região Sul – 2010 .....	105
Quadro 3 - Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2) .....	117
Figura 14 - Mapa dos APLs do RS.....	121
Gráfico 7 - Admissões nos municípios da Região Sul nos anos de 2007 e 2013.....	124
Gráfico 8 - Demissões nos municípios da Região Sul nos anos de 2007 e 2013 .....	125

## LISTA DE PROJETOS

Projeto 1 - Agroindústria Familiar .....	163
Projeto 2 - Formação e formalização de grupos de Jovens que atuam na atividade Leiteira – Clubes 4 S (Saber, Sentir, Servir e Saúde) .....	164
Projeto 3 - Programa Permanente de Manejo e Conservação do Solo e Água-Correção da Acidez e Fertilidade dos Solos.....	166
Projeto 4 - Projeto de melhoria da oferta de pastagem perene de verão e de inverno (1ha de cada) em 220 estabelecimentos rurais da Região Sul do RS .....	168
Projeto 5 - Qualificação da Ovinocultura Regional.....	170
Projeto 6 - Elaboração do Projeto de uma CEASA, Central de Abastecimento de Alimentos na Região Sul do RS .....	172
Projeto 7 - Ampliação e Fortalecimento Agroindustrial.....	174
Projeto 8 - Produção de Olerícolas em ambiente protegido .....	175
Projeto 9 - Implantação de Irrigação Automatizada em 1,0 ha de pastagem perene em 220 estabelecimentos rurais da Região Sul do RS.....	177
Projeto 10 - Diversificação da fruticultura comercial no COREDE-SUL.....	179
Projeto 11 - Consolidação das estruturas de inovação .....	180
Projeto 12 - Reacompletamento dos efetivos previstos para os órgãos da Secretaria de Segurança.....	181
Projeto 13 - Política de dotação de prédios próprios para os órgãos da Secretaria da Segurança Pública do Estado .....	183
Projeto 14 - Plano Regional de Fortalecimento das Políticas de Gênero, Raça e Diversidade na região do COREDE-SUL.....	184
Projeto 15 - Criação do Quadro de Servidores Administrativos para os órgãos da Secretaria de Segurança.....	186
Projeto 16 - Construção e implantação do Hospital de Pronto Socorro Regional .....	188
Projeto 17 - Sistema Integrado de Informações de Segurança – SIIS .....	189
Projeto 18 - Novas Viaturas Policiais .....	191
Projeto 19 - Política de Substituição de Viaturas e Equipamentos da área de Segurança .....	192
Projeto 20 - Hospital-Escola Regional da UFPel (Blocos 1 e 2).....	193
Projeto 21 - Implantação de padrões de cuidados das doenças crônicas e outras.....	194

Projeto 22 - Construção da Central de Polícia Pelotas.....	195
Projeto 23 - Atenção e Inserção Social para Autistas .....	196
Projeto 24 - Centro Regional Integrado de Atenção aos Portadores de Deficiências .....	198
Projeto 25 - Criação do quadro de policiais militares temporários.....	200
Projeto 26 - Adequação e implementação de um sistema de referência e contrarreferência para o SUS .....	201
Projeto 27 - Projeto de adaptação do Grande Hotel como escola de hotelaria do Mercosul .	203
Projeto 28 - Implantação de Unidade Universitária da UERGS no COREDE-SUL .....	204
Projeto 29 - Revitalização de Laboratórios de Informática .....	206
Projeto 30 - Planetário da UFPel .....	208
Projeto 31 - Centro de Atendimento Socioeducativo Regional Rio Grande/RS. ....	210
Projeto 32 - Módulo compacto de escola para CASE Pelotas .....	211
Projeto 33 - Sistema de Inovação Educacional – Sined .....	213
Projeto 34 - Campus da UFPel Pinheiro Machado .....	214
Projeto 35 - Reforma do CASE Regional de Pelotas .....	216
Projeto 36 - Parque Universitário Campus Capão do Leão UFPel.....	217
Projeto 37 - Fazenda Modelo da Palma.....	219
Projeto 38 - Qualificação dos Espaços Escolares.....	220
Projeto 39 - Circuitos e Rotas Culturais Cicloacessíveis .....	221
Projeto 40 - Educação para o Turismo .....	223
Projeto 41 - Marketing e promoção regional.....	225
Projeto 42 - Sinalização viária e turística da região da Costa Doce .....	227
Projeto 43 - Singular Sul Gaúcho .....	228
Projeto 44 - Elaboração do Inventário Turístico da Região da Costa Doce.....	230
Projeto 45 - Píer Turístico no Porto de Pelotas.....	232
Projeto 46 - Parque Urbano UFPel-Anglo .....	234
Projeto 47 - Mercosul Multicultural (Centro de Eventos da UFPel).....	235
Projeto 48 - LANEIRA – A Casa dos Museus.....	237
Projeto 49 - Duplicação da rodovia BR 116 .....	238



Projeto 50 - Elaboração do projeto de ligação seca entre São José do Norte e Rio Grande/RS .....	239
Projeto 51 - Duplicação do Contorno de Pelotas – BR 116 e BR 392 .....	240
Projeto 52 - Projeto de Duplicação da BR 392 – Lote 4 .....	242
Projeto 53 - Conclusão da ERS 608 – Pedras Altas – Pinheiro Machado (Acessos Municipais) .....	243
Projeto 54 - Pavimentação ERS 265 – Canguçu – Piratini (Acessos Municipais) .....	244
Projeto 55 - Parques Eólicos .....	245
Projeto 56 - Ampliação do Cais do Porto Novo do Rio Grande .....	246
Projeto 57 - Construção de Subestações de Energia Pelotas 5 - Rio Grande 4 – Piratini 1....	247
Projeto 58 - Construção da Ponte sobre o Arroio do Costa – ERS702 .....	248
Projeto 59 - Sistema de Mobilidade Interuniversitária UFPel Anglo-Centro de Pelotas-Capão do Leão .....	249
Projeto 60 - Elaboração do Projeto do Sistema de Mobilidade Interurbana Regional .....	251
Projeto 61 - Modernização do Cais do Porto de Pelotas .....	252
Projeto 62 - Construção de acessos municipais (Amaral Ferrador, Pedras Altas, Contorno de Pelotas, Ponte Santa Isabel) .....	253
Projeto 63 - Dragagem dos Canais de Acesso ao Porto do Rio Grande.....	254
Projeto 64 - Elaboração do projeto de Sistema de Unidades de Conservação Ambiental .....	255
Projeto 65 - Projeto de Desenvolvimento e Governança Ambiental .....	256
Projeto 66 - Plano Regional de Gerenciamento Costeiro .....	258
Projeto 67 - Escola de Líderes e Gestores .....	260
Projeto 68 - Sistema de Capacitação dos Profissionais que atuam no SUS.....	262
Projeto 69 - Escola de Gestão Pública da região .....	264
Projeto 70 - COMUDES: ação para desenvolvimento local-regional .....	265
Projeto 71 - Curso Preparatório Para Gestores e Co-Gestores Municipais .....	267
Projeto 72 - Campanha Institucional pró melhoria da representação política na região. ....	269
Projeto 73 - Curso Preparatório para Gestores da região dos COREDES: Sul, Campanha e Fronteira Oeste .....	270

## LISTA DE SIGLAS

AGDI	Agencia Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
ALM	Agência da Lagoa Mirim
AMZCS	Associação dos Municípios do Centro-Sul
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
APLs	Arranjos Produtivos Locais
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
AZONASUL	Associação dos Municípios da Zona Sul
BADESUL	Banco de Desenvolvimento do Sul
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento Do Extremo Sul
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEASA	Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CESA	Companhia Estadual de Abastecimento
COMUDE	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico
CONESUL	Região Composta pelas Zonas Austrais da América do Sul
CRE	Coordenação Regional de Educação
COREDE-SUL	Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul
DATA PREV	Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social
DEPLAN	Departamento de Planejamento Governamental
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa Assistência e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESTATCARD	Sistema de Informações Georreferenciadas
FAF	Fórum da Agricultura Familiar
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FEITUR	Feira de Turismo de Porto Alegre
FENADOCE	Feira Nacional do Doce de Pelotas
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FESTURIS	Festival de Turismo de Gramado
FUNDASUL	Fundação do Ensino Superior da Região Centro Sul
FURG	Fundação Universidade do Rio Grande
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IFSUL	Instituto Federal do Sul
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IRGA	Instituto Rio-grandense do Arroz
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto Sobre Veículos Automotores
ITBI	Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis
ITEPA	Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISSQN	Imposto de Serviços sobre Qualquer Natureza
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC 2	Programa de Aceleração do Crescimento 2
PEDRS	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PGPQ	Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SSP/RS	Secretaria de Segurança Pública/RS
SEPLAN	Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
UBS	Unidade Básica de Saúde
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNIPAMPA	Universidade do Pampa
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
VAB	Valor Adicionado Bruto

## APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (COREDE-SUL) foi criado em 25 de outubro de 1991, durante o processo estadual de estruturação de instâncias regionais de planejamento do desenvolvimento. Inicialmente foram criados 22 COREDEs, com o tempo alguns COREDEs foram desmembrados, totalizando atualmente 28 Conselhos Regionais. Estes conselhos foram institucionalizados pela Lei Estadual nº 10.283, em 17 de outubro de 1994 e regulamentados através do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994.

Conforme art. 3º da referida lei, compete aos COREDES, dentre outras atribuições, a promoção da participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado das regiões e a elaboração dos planos estratégicos de desenvolvimento regional.

Nesta direção, o COREDE-SUL vem cumprindo a sua missão de ser espaço de participação da sociedade para a construção de planos e ações visando a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida.

O primeiro processo de planejamento regional organizado pelo COREDE-SUL foi realizado em 1999. Após um intenso processo de mobilização e discussão, envolvendo todos os municípios da região, foi publicado o Plano Regional de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Região Sul do Rio Grande do Sul e firmado o primeiro pacto regional pelo desenvolvimento denominado Pacto Novo Sul. Este processo contou com a cooperação da Associação dos Municípios da Zona Sul (AZONASUL) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Clima Temperado).

O segundo momento de planejamento do desenvolvimento da Região Sul ocorreu em 2010. Desta vez o processo de elaboração dos planos ocorreu simultaneamente em todas as 28 regiões do Estado, coordenados conjuntamente pelo Governo do Estado do RS, por meio da Secretaria Extraordinária das Relações Internacionais e pelo Fórum dos Conselhos Regionais do Rio Grande do Sul, com o apoio do Ministério da Integração Nacional.

Pela primeira vez na história do planejamento regional do Rio Grande do Sul, todas as regiões construíram seus planos de desenvolvimento a partir do envolvimento dos atores locais/regionais, invertendo o paradigma da elaboração de planos de gabinete e de “cima para baixo”. A importância deste processo foi tão significativa que, mesmo diante da mudança de Governo no Estado, em 2011, os estudos e documentos elaborados até então foram utilizados como referência na elaboração das ações de planejamento, das leis orçamentárias anuais e das diferentes Agendas de Compromissos Regionais pactuadas neste período pelo Governo Estadual.

O atual Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul constitui-se no terceiro documento de planejamento da região, sob a responsabilidade do COREDE-SUL. Novamente o processo de planejamento é coordenado conjuntamente pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão e o Fórum dos COREDES, por meio do Convênio SEPLAN nº 1636/2015.

Diante do acordo entre o Governo Estadual e o Fórum dos COREDES, em maio de 2015, iniciou-se o processo de planejamento do desenvolvimento regional, com as oficinas de capacitação dos COREDES para atuarem na coordenação dos trabalhos.

O processo de discussão e elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul contou com a atuação dos 22 Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES) da região, com a realização das Assembleias Públicas Municipais. Além disso, o trabalho das Comissões Setoriais, com reuniões e encontros temáticos com técnicos, especialistas das Instituições integrantes da Comissão Regional de Apoio Institucional, e vários colaboradores, foram fundamentais para a elaboração do plano de forma voluntária, responsável e comprometida com o desenvolvimento regional.

Por fim, destaca-se que este plano, é resultado de um longo, responsável e participativo diálogo da sociedade da região sul. Este diálogo, por meio do apontamento dos obstáculos, dificuldades, demandas, potencialidades e expectativas dos atores locais/regionais construíram um edificante documento, vislumbrando em um novo momento para a região sul. A busca por qualidade de vida, redução das desigualdades sociais, melhores indicadores de educação e saúde, por meio de um processo de governança regional democrático, efetivo e sustentável são princípios norteadores de nossas ações.

*Roselani Maria Sodré da Silva*  
Presidente do Corede-Sul

# INTRODUÇÃO

O presente Plano Estratégico tem como propósito orientar as ações pró-desenvolvimento da Região Sul do Rio Grande do Sul no período de 2015 a 2030.

Na primeira parte da publicação apresenta-se um conjunto de informações regionais abrangendo os aspectos naturais, sociais, culturais, econômicos, históricos, institucionais e infraestruturais e o diagnóstico sobre os principais elementos responsáveis pela dinâmica regional.

Na segunda parte apresenta-se a matriz regional das potencialidades, oportunidades, fragilidades e ameaças. Também são apresentadas a visão, vocações e princípios a serem perseguidos neste período e as sete (7) estratégias regionais para o período de 2015-2030.

Na terceira parte são apresentados os 10 projetos regionais prioritários para a Região Funcional 5 e a estrutura de governança do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul.

Finalmente, a quarta e última parte é destinada ao detalhamento dos 73 projetos regionais construídos pela Região Sul para o alcance do novo cenário desejado.

Acredita-se que este Plano, embora possa conter algumas limitações, poderá oferecer informações importantes para fundamentar novos projetos e ações voltados para o desenvolvimento da região, bem como, orientar os atores regionais na construção de uma nova região, mais desenvolvida e sustentável, com menos desigualdades sociais e regionais e com mais qualidade de vida.

Deseja-se que todos os segmentos da sociedade regional atuem e cumpram o seu papel de agentes ativos e comprometidos com o desenvolvimento da sua região. Entende-se que o alcance dos propósitos deste plano só serão atingidos se todos, atores públicos, privados, individualmente ou coletivamente atuarem como sujeitos do processo de desenvolvimento regional.



# 1 METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O processo de planejamento regional pressupõe uma dinâmica de trabalho com participação e colaboração de diferentes atores locais/regionais. Nesse sentido, esta dinâmica envolve pessoas e instituições conhecedoras da realidade em que estão inseridos, cientes das potencialidades e necessidades sociais, ambientais e econômicas, bem como, dos desejos coletivos de mudança para um futuro melhor.

A adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida, perpassam o envolvimento dos atores no planejamento do desenvolvimento, na implementação e controle das ações planejadas. Assim, a participação dos atores constitui-se na afirmação plena da cidadania, no exercício dos seus direitos e deveres para as concepções e ações para o desenvolvimento.

Nesse sentido, a dinâmica do processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul, possibilitou aos atores locais/regionais exercerem a cidadania e colaborarem de forma ampla e irrestrita com o conteúdo deste importante documento. Assim, o processo de construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul foi elaborado de acordo com os termos definidos pelo Plano de Trabalho, obedecendo as Diretrizes e Referências para a atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional do Convênio, nº 1636/2015, assinado entre o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES-RS) e a Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG. Além disso, para a execução do processo, o apoio financeiro do Governo do Estado do RS e a atuação voluntária dos diferentes atores envolvidos nas discussões: setoriais, municipais e regionais foram fundamentais para a operacionalização da elaboração do Plano.

O processo de elaboração do planejamento estratégico contemplou seis etapas: 1º) Diagnóstico Técnico; 2º) Elaboração da Análise Situacional; 3º) Elaboração da Matriz SWOT/FOFA; 4º) Construção dos Referenciais Estratégicos; 5º) Construção e aprovação da Carteira de Projetos e 6º) Definição do Modelo de Governança do Plano.

Em continuidade foram definidas também seis dimensões (ou eixos temáticos), tais como histórica, econômica, social e cultural, infraestrutural, ambiental e institucional.

Assim, na primeira etapa, as informações necessárias para cumprir a elaboração do diagnóstico técnico, foram identificadas em fontes primárias por meio de entrevistas com técnicos e colaboradores com amplo conhecimento sobre temas específicos. Além disso, como fontes secundárias, foram analisados documentos previamente identificados no Convênio e outros materiais pertinentes.

A segunda etapa, o diagnóstico situacional, originou-se da análise dos indicadores, constituído após momentos de debates e discussões em seminários ampliados, onde participaram técnicos, agentes públicos, especialistas e representantes da sociedade civil organizada, quando foram expostas sugestões de ações a serem implantadas na região, por meio de projetos, voltados para a promoção do desenvolvimento.

A terceira etapa, a Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), conhecida também como Matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) possibilitou a equipe técnica realizar o encontro com a sociedade dos 22 municípios da Região Sul. Esta dinâmica, resultou em um amplo diagnóstico técnico, bem como uma interpretação



dos cenários interno e externo. Assim, as matrizes municipais subsidiaram a base para a elaboração da Matriz FOFA Regional.

A quarta etapa constitui-se a partir das informações originadas da Matriz FOFA Regional. Nesse sentido, foram identificados e definidos os referenciais estratégicos regionais de orientação do processo de desenvolvimento da Região Sul até 2030. Os referenciais estratégicos foram elaborados e aprovados em um evento regional. Este trabalho foi realizado com base na metodologia de livre acesso a todos os participantes. Uma ferramenta de trabalho em grupo denominada “World café”<sup>1</sup>.

Trata-se de um processo criativo visando gerar e fomentar diálogos entre indivíduos, criando uma rede viva de debate colaborativo que acessa e aproveita a inteligência coletiva para responder questões de relevância para quem a exercite. Nesta dinâmica, foram estruturadas questões relativas à Visão, Vocações e Valores a serem seguidos para o alcance do desenvolvimento regional desejado.

Com base nas discussões realizadas na análise situacional e nos referenciais estratégicos, foram definidos as diretrizes estratégicas (objetivos estratégicos) a serem alcançados neste período. Foram identificados e aprovados em Assembleia Pública Regional 7 (sete) diretrizes estratégicas regionais (objetivos estratégicos regionais).

Após a definição dos objetivos estratégicos (diretrizes estratégicas) deu-se início a quinta etapa do processo de planejamento, a construção da CARTEIRA DE PROJETOS.

A definição dos projetos regionais tem como base as demandas decorrentes das Assembleias Públicas Municipais dos 22 municípios, das Assembleias Públicas Regionais e das discussões das Comissões Setoriais realizadas.

A Carteira de projetos foi estruturada a partir das dimensões: Econômica, Sociocultural, Infraestrutural, ambiental e Institucional e dos 7 (sete) diretrizes estratégicas definidas. Dos projetos propostos, 73 foram aprovados na Assembleia Pública Regional, realizada em Pelotas, no dia 20/12/2016.

Na dimensão econômica foram selecionados 11(onze) projetos enquadrados na estratégia: Estimular e Diversificar as Atividades Produtivas nos Setores Agropecuário e Industrial.

Na dimensão sociocultural foram selecionados 37 (trinta e sete) projetos. Sendo 15 enquadrados na estratégia - Promover Desenvolvimento Social, a Melhoria da Qualidade de Vida e a Segurança Pública; 11(onze) projetos na estratégia - Fortalecer e Ampliar a Pesquisa, a Inovação, o Cooperativismo Empreendedor, Fundamentado em uma Educação Básica de Qualidade, 11(onze) projetos na estratégia - Desenvolver o Turismo Integrado com a Cultura, o Desporto e o Lazer de Forma Qualificada e Sustentável.

Na dimensão infraestrutural foram selecionados 15 (quinze) projetos, todos na estratégia - Qualificação da Infraestrutura Regional Priorizando a Intermodalidade de Transporte e o Saneamento Básico.

Na Dimensão Ambiental foram selecionados 3 (três) projetos, enquadrados na estratégia - Preservar, Conservar e Valorizar os Bens Naturais de Forma Responsável e Coletiva.

---

1 Para conhecer esta ferramenta ver A Resource Guide for Hosting Conversations That Matter at The World Café. Whole Systems Associates BROWN, Juanita; World Café Community (2002). Disponível em: <[http://www.meadowlark.co/world\\_cafe\\_resource\\_guide.pdf](http://www.meadowlark.co/world_cafe_resource_guide.pdf)> [16/03/2017].

Na dimensão institucional foram selecionados 7 (sete) projetos, enquadrados na diretriz - Fortalecimento das instituições e dos serviços públicos visando a integração das ações de planejamento e gestão territorial, à cooperação e articulação interinstitucional.

Por fim, a dinâmica do processo de planejamento por meio da Assembleia Pública Regional constituiu, priorizou e hierarquizou os principais projetos regionais. Neste mesmo momento, foram discutidos ainda, os possíveis modelos de Governança para a implementação do Plano Estratégico na região. Nesse sentido, definiu-se pela criação de uma instância de Governança do plano formada pela representação de 25 (vinte e cinco) instituições regionais atuantes em áreas fundamentais ao desenvolvimento regional.



## 2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

A Região Sul do Rio Grande do Sul está localizada no extremo sul do Estado e é composta por vinte e dois municípios<sup>2</sup>. Este desenho territorial da região corresponde a mesma área da Região Funcional 5<sup>3</sup>. A Região Sul possui um dos primeiros Aglomerados Urbanos constituído no Estado, criado no ano de 1990 e formado pelos municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão Arroio do Padre e São José do Norte (RS, 2015).

Possui como características naturais grandes mananciais de água doce, extensa costa marítima, planícies e serra (últimos contrafortes da serra da Mantiqueira). É dominada pelo bioma Pampa e seus solos permitem elevada gama de produtos agropecuários e florestais.

Possui uma urbanização de aproximadamente 84%, com densidade demográfica administrável do ponto de vista de mobilidade. A região ainda se caracteriza ainda por ser formada por municípios de grande extensão territorial.

A economia da região é fortemente baseada na agropecuária, destacando-se na criação de bovinos, produção de arroz, fumo, cebola, florestamento e fruticultura. Na área industrial, destaca-se no beneficiamento de alimentos. Em Pelotas está localizado o maior centro de beneficiamento de arroz da América Latina. A região ainda atua na industrialização de produtos químicos e na fabricação de embarcações. No Porto Marítimo do Rio Grande foi construído um Dique Seco também considerado como o maior da América Latina. O setor da construção naval foi impulsionado pela política de ampliação de plataformas da Petrobrás, estando atualmente em baixa produção em função das recentes crises econômica e política do país.

Na área da prestação de serviços a região também se destaca como centro de referência em educação e saúde. Na área do ensino superior, a região possui duas Universidades Federais (UFPel, FURG), um campus da UNIPAMPA, sedia o Instituto Federal Sul e uma Universidade Comunitária, a UCPel. Estas estruturas somadas as demais faculdades existentes geram fluxos articulados de deslocamentos na área territorial enquadrando-se como uma Região de Articulação Urbana.

O eixo Pelotas/Rio Grande concentra alta porcentagem da riqueza regional. Os demais municípios possuem potenciais em diversas áreas para se desenvolverem e reduzirem as diferenças inter-regionais e intra-regionais.

A Região Sul é quarta mais populosa do Estado, ficando abaixo das Regiões Metropolitana e Delta do Jacuí, Vale dos Sinos e Serra. Em extensão a região é a segunda maior em área territorial.

---

2 Como poderá ser visualizado posteriormente no texto, a região é constituída pelos municípios de: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

3 As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015, contratado em 2003 pela então Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de COREDEs, como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a dos COREDEs, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SEPLAN/DEPLAN, 2015).

Quanto a sua posição geográfica, a Região Sul se localiza em posição estratégica em relação aos países do Mercosul. Possuindo uma ligação natural com o Uruguai através da hidrovia da Lagoa Mirim, tendo como ponto de ligação o Porto do Rio Grande.

Mesmo com estas características positivas, a Região Sul apresenta indicadores sociais baixos, principalmente nas áreas da educação e saúde. Na infraestrutura de transportes, apesar da intermodalidade existente, ainda existem gargalos importantes a serem resolvidos, como é o caso da conclusão da duplicação das BR 116 e 392, trecho de ligação Guaíba-Pelotas e Pelotas-Rio Grande (lote 4) e do melhoramento das condições de navegabilidade das hidrovias da Lagoa dos Patos e Mirim.

Quadro 1 - Área Territorial dos Municípios da Região Sul

<b>Área territorial dos municípios da Região Sul</b>		
<b>Municípios</b>	<b>km<sup>2</sup></b>	<b>%</b>
Amaral Ferrador	505,46	1,49
Arroio do Padre	124,32	0,37
Arroio Grande	2.513,60	7,41
Canguçu	3.525,29	10,39
Capão do Leão	785,37	2,31
Cerrito	451,70	1,33
Chuí	201,18	0,59
Herval	1.757,61	5,18
Jaguarão	2.051,02	6,04
Morro Redondo	244,65	0,72
Pedras Altas	1.375,76	4,05
Pedro Osório	608,80	1,79
Pelotas	1.610,08	4,75
Pinheiro Machado	2.249,56	6,63
Piratini	3.539,69	10,43
Rio Grande	2.709,52	7,99
Santa Vitória do Palmar	5.243,58	15,45
Santana da Boa Vista	1.420,62	4,19
São José do Norte	118,10	0,35
São Lourenço do Sul	2.036,13	6,00
Tavares	604,25	1,78
Turuçu	253,64	0,75
<b>Área total da Região Sul</b>	<b>33.929,90</b>	<b>100,00</b>

Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016)

## 2.1 ASPECTOS FÍSICOS-NATURAIS

Os aspectos-físicos naturais se constituem em peculiaridades que diferenciam as regiões nos locais onde estão fixadas. As informações advindas daí podem revelar detalhes importantes para o incremento de ações que promovam o desenvolvimento sustentável da região.

A região também se caracteriza pelas suas dimensões geográficas. Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE), esta é a segunda maior região do Estado em dimensões territoriais.

A sua localização fronteiriça com o Uruguai e o compartilhamento da hidrovia Uruguai-Brasil destaca-se pela importância desta aproximação para os avanços nas relações binacionais.

Outra característica natural relevante para o desenvolvimento é o seu potencial hídrico, inclusive com uma grande extensão de praias marítimas e lacustre, sendo a única região do estado banhada por três lagoas.

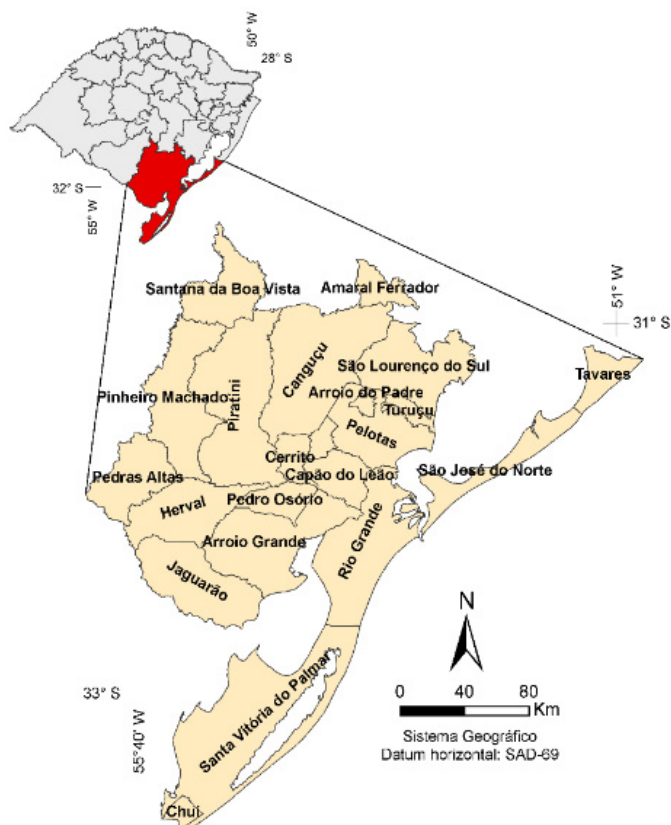
## 2.2 LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO SUL E SEUS MUNICÍPIOS

A Região Sul está localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, fazendo fronteira com o Uruguai. Corresponde à localização geográfica da Região Funcional 5 do Rio Grande do Sul, compreendendo um conjunto de vinte e dois municípios e uma área total de 36.587,70 Km<sup>2</sup>.

Os municípios que compõem a Região são: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu, conforme Figura 1.

A Região Sul limita-se ao leste com o oceano Atlântico, ao sul com o Uruguai, a oeste com os municípios de Aceguá, Hulha Negra, Candiota, Bagé e Caçapava do Sul e ao norte com Encruzilhada do Sul e Camaquã.

Figura 1 - Municípios da Região Sul



Fonte: (Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, 2016).

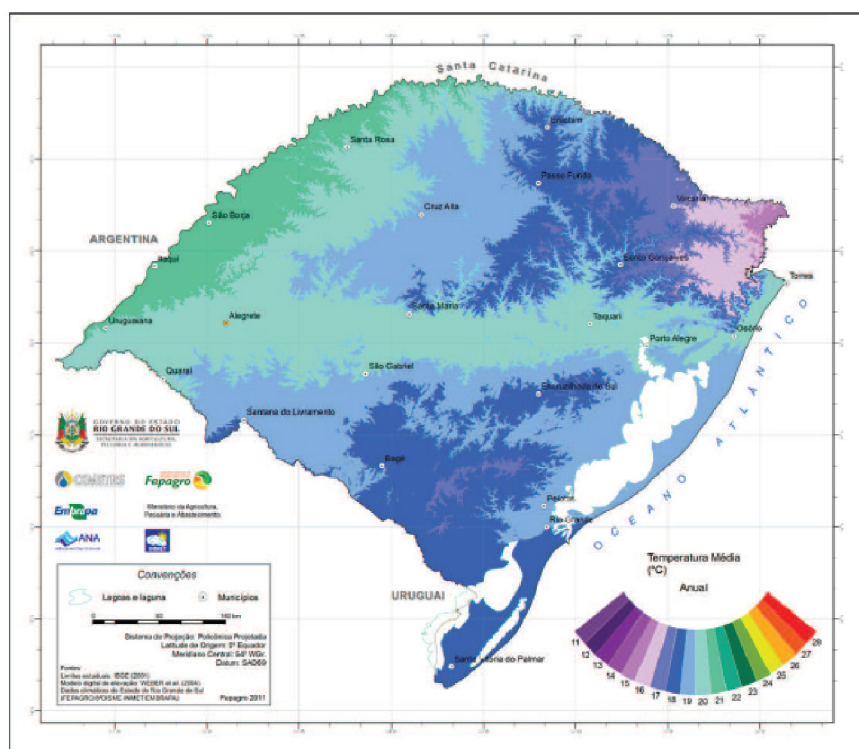
## 2.3 CARACTERIZAÇÃO DO CLIMA

De acordo com a classificação climática de Köppen, a maior parte dos municípios que compõem a Região Sul é enquadrada como de “clima temperado quente (Cfb)”, nas áreas de maior altitude, e de “clima subtropical (Cfa)”, nas áreas mais baixas. Em função das diferenças de altitude e de latitude, essa região apresenta características climáticas distintas, como indicado a seguir em relação aos regimes térmico e pluviométrico.

## 2.4 REGIME TÉRMICO

Usando-se como referência a temperatura média anual ( $T_m$ ), para um período de 30 anos (1976-2005), verifica-se que, na maior parte da área, ela situa-se na faixa compreendida entre 17°C e 19°C, sendo que nas partes mais altas e naquelas situadas mais ao sul, as temperaturas são mais baixas (entre 17°C e 18°C). Por outro lado, nas partes mais baixas, as temperaturas são mais elevadas (19°C).

Figura 2 - Clima da Região Sul



Fonte: (CEMETRS, 2011)

O verão não é muito quente com uma amplitude média de apenas 10°C”. Além disso, a média das mínimas é de 13°C e, a das máximas é de 22°C”. Alguns municípios como Piratini, Canguçu e Pinheiro Machado apresentam temperaturas médias levemente mais baixas.

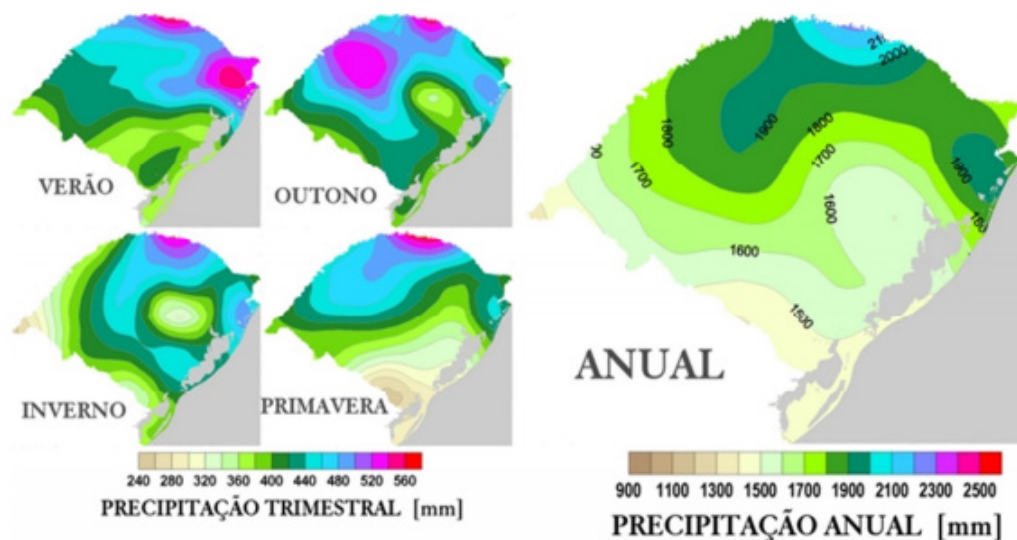
Situada no sul do Brasil, a região em função de sua latitude sofre altas pressões de latitude médias, apresentando assim, de vez em quando, principalmente no outono, um estado atmosférico anticiclônico, caracterizado por ar descendente e estável, de que resultam dias luminosos, sem nuvens e noites frias.

## 2.5 REGIME PLUVIOMÉTRICO

As chuvas na região apresentam regularidade durante as estações do ano (Figura 3) mantendo os níveis dos arroios e, portanto o problema de falta d'água, com período de exceção, não ocorre na quase totalidade dos municípios. As chuvas são distribuídas regularmente pelos municípios. Registra-se que a região sofre, às vezes, com a queda de granizo, o que prejudica, principalmente a fruticultura e a produção olerícola (CEMETRS, 2011).

Embora com regularidade a precipitação pluviométrica na região possui a média anual mais baixa do que a do Estado que é de 1.643mm. O regime pluviométrico varia de 1.047mm/ano no litoral entre a Lagoa dos Patos e o oceano a 1.395mm no entorno de Pelotas. Ao sul da região (microregião de Santa Vitória do Palmar) a precipitação média é de 1.232mm.

Figura 3 - Total anual e estacional da precipitação pluviométrica no Rio Grande do Sul



Fonte: (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014)

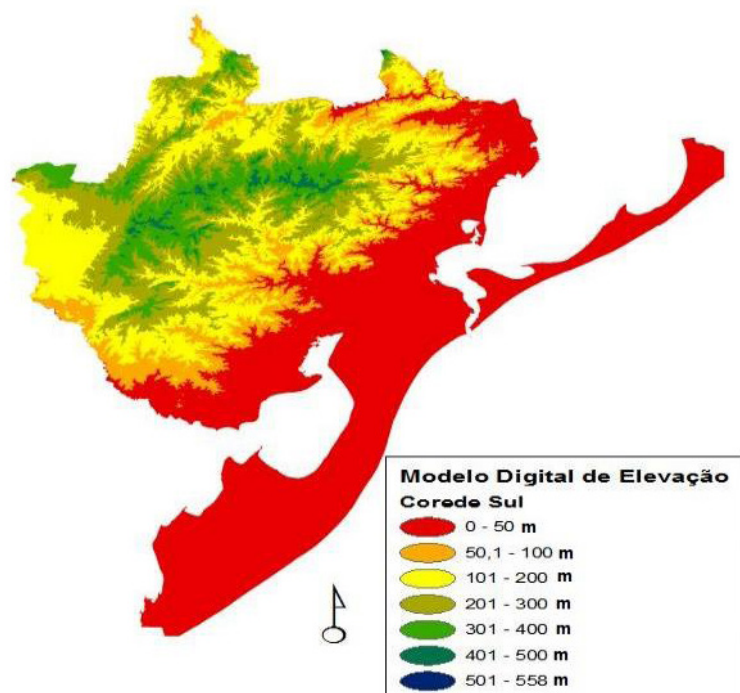
## 2.6 RELEVO

A Região Sul faz parte da área fisiográfica do Rio Grande do Sul, denominada “Encosta do Sudeste”. Abrange a encosta oriental da Serra dos Tapes e vai até as ondulações desta serra em direção ao mar. Os municípios de Turuçu, São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Tavares e Santa Vitória do Palmar encontram-se numa faixa de planícies bem definida. Os demais municípios que vão à direção ao oeste se encontram em área de relevo ondulado e em área de serra, figura 4.

Mesmo nas áreas de serra as altitudes são leves, variando de 100 a 400m.



Figura 4 - Relevo da Região Sul



Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016)

## 2.7 SOLOS

Com referência aos solos, O Ministério da Agricultura (1973) destaca os seguintes solos predominantes na região: planosolo, podzólico vermelho amarelo, brumizem e o litórico distrófico. Mais para o sul predomina a várzea, na direção oeste existem grandes áreas de arenito, pedregulho e afloramentos de granitos. Em geral os solos da região possuem acidez acima da média e deficiente em nutrientes.

Estudos desenvolvidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) na bacia da Lagoa Mirim definiram os seguintes tipos de solos na região:

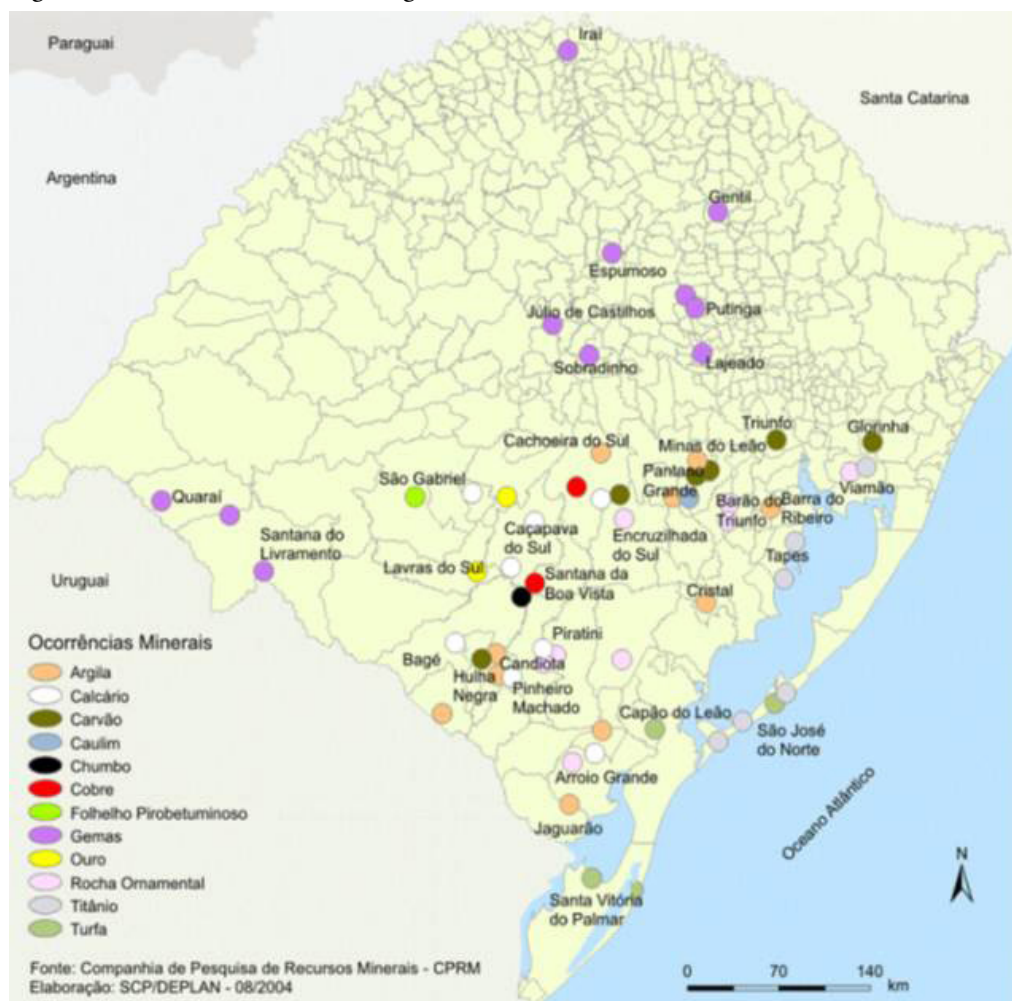
1. Terras altas não rochosas
2. Terras altas rochosas
3. Colinas cristalinas
4. Lombadas cristalinas
5. Planície alta continental
6. Planície média
7. Lombadas
8. Lombadas costeiras
9. Planície alta costeira
10. Planície baixa lacustre
11. Planície baixa de estuário
12. Planície inundável
13. Banhados marginais
14. Banhados fluviais
15. Terras baixas fluviais
16. Matas fluviais
17. Praia lacustre
18. Dunas costeiras

## 2.8 RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS

Além da disponibilidade hídrica natural da região, com grandes reservas de águas superficiais e subterrâneas, a maioria dos municípios possui programas de açudagem, uma forma de armazenagem de água nas estações com menos oferta de água.

Com referência aos recursos minerais, a região é rica e variada, quais sejam: nos municípios de Jaguarão; estanho, ouro, turfa e brita, Pedro Osório; calcário, Pelotas estanho, tungstênio, turfa e concheiro natural, Pinheiro Machado calcário; carvão e pedra ornamental, Piratini; estanho, molibdênio, granito rosado e metais pesados, Tavares; concheiro natural, Rio Grande; turfa, titânio e coquina, Santa Vitória do Palmar; turfa e concheiro natural; São José do Norte; turfa, concheiro natural, titânio e zircônio, São Lourenço do Sul; estanho, turfa e pedra ornamental.

Figura 5 - Recursos Naturais da Região Sul



Fonte: (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SEPLAN, 2012)

## 2.9 HIDROGRAFIA

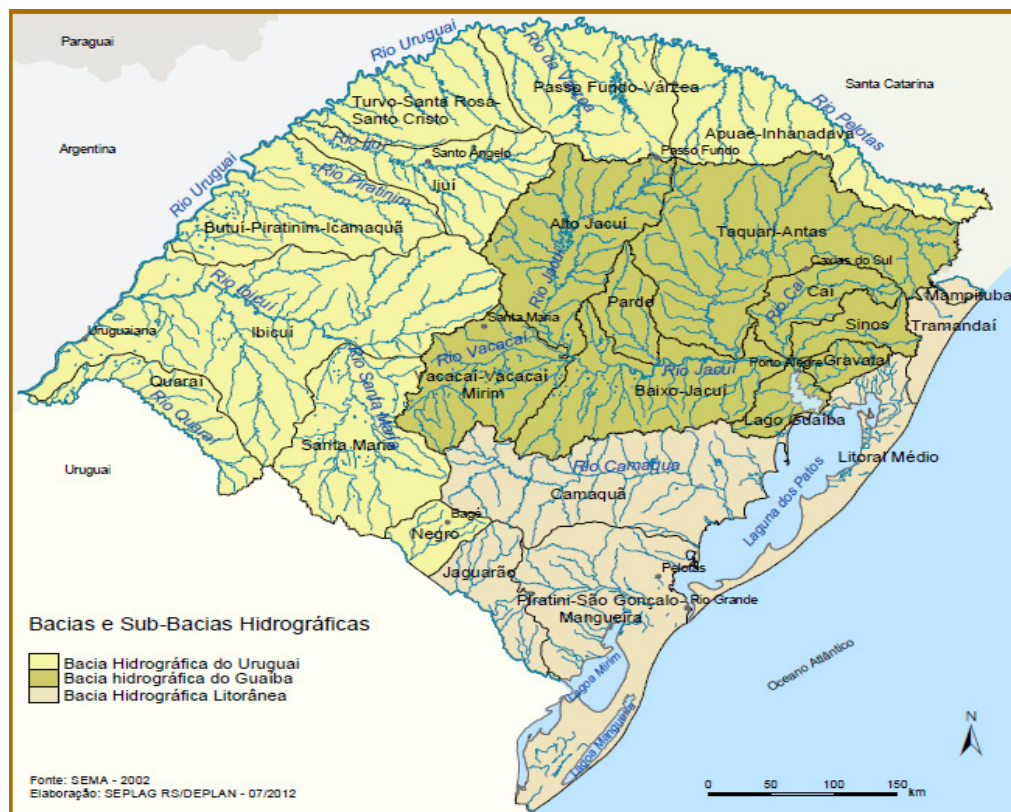
A principal característica hidrográfica da Região Sul é estar localizada numa área pródiga na disponibilidade de água para o consumo e para a navegação, tendo na Lagoa dos Patos, Canal São Gonçalo, Lagoa Mirim, Lagoa Mangueira, Rio Camaquã, Rio Jaguarão, Rio Piratini e um número elevado de arroios, os seus principais mananciais.

A Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo, no extremo sul do Estado, pertence à Região Hidrográfica do Litoral. Possui área de 25.961,04 Km<sup>2</sup>, abrangendo municípios como Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Chuí, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, com população estimada de 890.648 habitantes.

Os principais cursos de água são os arroios Pelotas, Passo das Pedras, Basílio, Chasqueiro, Grande, Juncal, Chuí, do Vime, Seival, Minuano, Lajeado, Taquara, Candiota, Butiá, Telho, do Quilombo, e os rios Piratini e Jaguarão, além do Canal São Gonçalo, que faz ligação entre a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos. Os principais usos da água são a irrigação e o abastecimento humano e animal.

As lagoas dos Patos, Mirim e o Canal São Gonçalo são navegáveis em toda a sua extensão (figura 6).

Figura 6 - Bacias e Sub-bacias hidrográficas do RS



Fonte: (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SEPLAN, 2012)

## 2.10 A RELEVÂNCIA DA INTEGRAÇÃO MODAL

A região se caracteriza pela diversidade de aspectos fundamentais para o desenvolvimento.

Um dos aspectos considerado relevante para a região são as condições propícias para o desenvolvimento do “transporte multimodal”.

Segundo Vianna:

a notória prevalência do modal rodoviário é incontestável, responsável por 65 a 70% da movimentação de cargas que chegam e saem do Porto do Rio Grande. o modal ferroviário, apesar de expressivo (responsável por pouco mais de 25% do total de cargas movimentadas), se apresenta em situação limite, de precárias condições operacionais e sem possibilidade de expansão em curto prazo. Quanto ao modal hidroviário – surpreendentemente, ante a extensa rede hidrográfica existente desde os rios Taquari (Porto de Estrela, no RS), Jacuí e dos Sinos, Lago Guaíba, laguna dos Patos, canal São Gonçalo, lagoa Mirim e rio Cebollati (Porto de La Charqueda, na República Oriental do Uruguai) – responde por pouco mais de 5% da movimentação de carga proveniente e destinada ao Porto do Rio Grande, indicando ser este o único dos modais disponíveis que poderia ser prontamente ampliado (Vianna, 2012).

É oportuno destacar que, para viabilizar o maior uso da hidrovia, especialmente entre Estrela e Rio Grande, seria necessário implantar uma sinalização noturna moderna e, eventualmente, realizar serviços de manutenção para a dragagem em determinados trechos do canal de navegação e melhorar as condições técnicas de navegação, principalmente à noite. Consiste em alternativa ao sistema rodoviário que apresenta excessos de veículos pequenos e de carga. Também se impõe a implantação de linhas férreas modernas, facilitadas pelas condições de relevo plano na região.

## 2.11 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO LOCALIZADAS NA REGIÃO SUL.

A Região Sul concentra áreas sensíveis a preservação ambiental, onde se incluem os banhados e as marismas, a planície sedimentar de formação recente, as terras sensíveis à erosão eólica, as dunas móveis e as fixadas por arbustos e os recursos hídricos, incluindo o sistema lagunar e toda a rede hidrográfica da Região (Vianna, 2012).

Inser-se neste contexto de preservação dos banhados a Estação Ecológica do Taim, um extenso banhado, ocupando uma área de 34.000 ha. Deste total 70% está localizada no município de Santa Vitória do Palmar e 30% no município do Rio Grande. Considerado um dos últimos ecossistemas desta natureza ainda remanescente no país. Está situada numa rota de passagem de aves migratórias, desde o Ártico até a Antártica e representa uma área essencial de descanso, crescimento e nidificação de tais espécies, adquirindo assim uma relevância transcontinental. Apresenta um bioma muito diversificado, com mata de figueiras nativas, corticeiras e orquídeas, prevalecendo o junco e o aguapé no banhado e fauna incluindo jacaré de papo amarelo, capivara e cisne de pescoço preto, entre muitas outras espécies vegetais e animais (figura 7).

A Região também conta com o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, localizado no litoral sul, abrangendo os municípios de Tavares, Mostardas e São José do Norte, possui uma área de 367,2 Km<sup>2</sup>. É um dos mais importantes refúgios de aves migratórias da América do Sul, com mais de 30 espécies identificadas oriundas do Hemisfério Norte e cinco do Hemisfério Sul. A

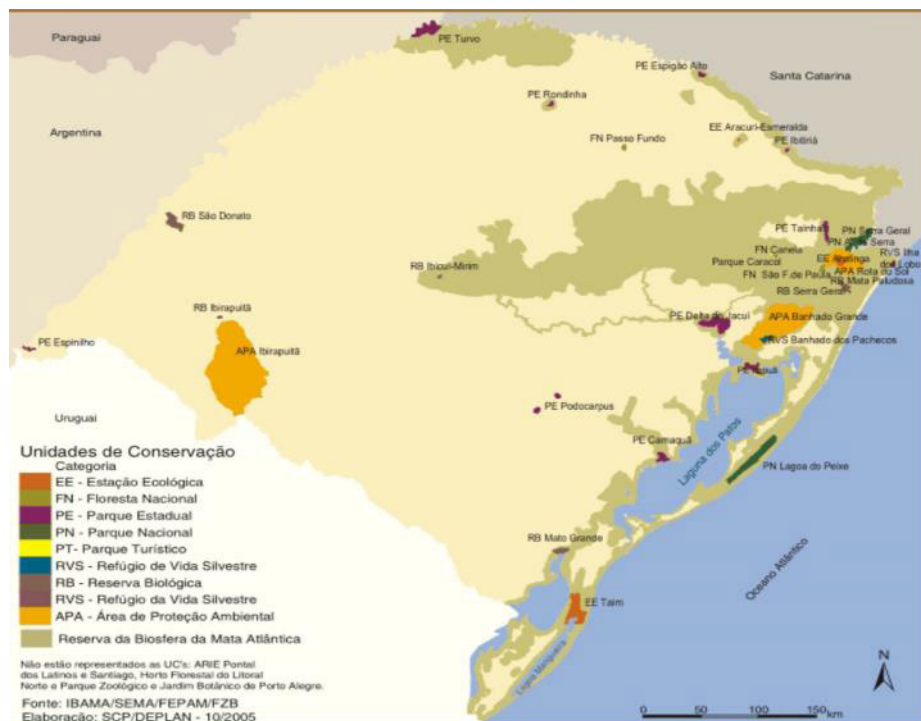
região da Lagoa do Peixe é também berçário para aves residentes e espécies marinhas, tais como a tainha e o linguado. É a última região do Rio Grande do Sul em que há predominância de restinga litorânea.

A Região ainda possui a Reserva Biológica do Mato Grande, com uma área de 5.161 ha do bioma de restinga, localizada no Distrito de Santa Isabel, no município de Arroio Grande. É considerada uma das áreas núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Conforme Perfil Socioeconômico da Região Sul, fazem parte da Região Sul o Parque Estadual do Camaquã e a Terra Indígena da Pacheca, localizada na divisa entre os municípios de São Lourenço do Sul e Camaquã.

Como pode ser observado pela Figura 7, a região ainda possui parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Figura 7 - Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul – Estação Ecológica do Taim



Fonte: (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SEPLAN, 2012)

## 2.12 ASPECTOS HISTÓRICO-ECONÔMICOS DA REGIÃO

A Região Sul conta com 22 municípios com características de clima, relevo e vegetação semelhantes.

Os municípios de Pelotas e Rio Grande juntos concentram 63,26% da população da região. Os demais possuem, em torno de 20 mil habitantes, considerados de porte pequeno, com exceção de Canguçu, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul, que têm populações entre 30 e 55 mil habitantes.

O município de Pelotas, o mais populoso da região, tem a economia baseada no setor primário mantendo, entre outras, as tradicionais culturas do pêssego e do arroz que alavancam

um importante segmento industrial no município. A produção leiteira é outro grande destaque que mantém bons níveis de rendimento no setor primário.

No o setor secundário, o desenvolvimento se encontra atualmente num período de crescimento e com excelentes perspectivas de futuro face as condições propícias para tal. O setor terciário com comércio ágil e diversificado, serviços especializados e empresas de pequeno, médio e grande porte concentra mais da metade das atividades comerciais e de serviços da região.

Pelotas também é centro cultural, educacional, tecnológico e reúne grande número órgãos administrativos regionais. Na área de saúde, o município é referência para a região em função da estrutura física e dos atendimentos realizados dentro e fora do município.

O município de Rio Grande, o mais antigo do Rio Grande do Sul, está localizado na margem sul do estuário que conduz ao Oceano Atlântico as águas da imensa laguna, conhecida como Lagoa dos Patos.

A exemplo do município de Pelotas, Rio Grande também é considerado um centro cultural e polo econômico da região, em função da presença de universidades federal e particular e do Porto de Rio Grande, considerado o segundo porto marítimo em movimentação de contêineres e o terceiro em carga total do país. Está em desenvolvimento um polo-naval, onde estão sendo construídas embarcações e plataformas marítimas.

Grandes empreendimentos têm impactado nos últimos anos os indicadores econômicos e sociais da região e estão localizados no Porto do Rio Grande. Trata-se do Polo Naval que conta atualmente com três estaleiros de grande porte: o Estaleiro Rio Grande (ERG) e o Estaleiro Queiroz Galvão e a IESA Óleo e Gás (QGI) e o Dique Seco, ENGEVIX, considerado o maior da América do Sul. Complementa-se este polo o Estaleiro Brasil – EBR, localizado no município de São José do Norte.

O município de Rio Grande possui um peculiar ecossistema, a proximidade da Estação Ecológica do Taim, os impressionantes Molhes da Barra e o excelente balneário do Cassino considerado a maior praia em extensão do país, o que representa uma atração turística nos verões gaúchos.

A grande extensão de praias marítimas somada as lagoas existentes na região representam um grande potencial para o turismo, atraindo turistas de outras regiões e dos países vizinhos, como o Uruguai e a Argentina.

Afora os municípios de Pelotas e Rio Grande, destacados pelo contingente populacional e por serem considerados polos geoeconômicos da região, os demais apresentam determinadas peculiaridades nos vários aspectos socioeconômicos e culturais.

O município de Chuí, situado no extremo-sul do Brasil, é exaltado e conhecido por todo o povo brasileiro por ser o ponto mais meridional do país. As cidades do Chuí no Brasil e Chuy no Uruguai são geminadas, onde se confundem os usos, os costumes e os idiomas, separados legalmente por uma linha demarcatória dos territórios brasileiro e uruguaio.

Os primeiros sinais econômicos do então povoado do Chuí no século XVIII iniciaram graças ao comércio entre os dois países, pela prática do contrabando. Os barcos brasileiros chegavam ao porto de Santa Vitória do Palmar, carregando mercadorias como, erva mate, álcool, cachaça, açúcar, fumo e café, que posteriormente eram reembarcados em lanchas menores e, através do arroio São Miguel, chegavam ao povoado de 18 de Júlio, e daí para o Uruguai.

A partir da década de 60, o governo brasileiro adotou a política nacional de desenvolvimento da fronteira, com a construção da BR 471 e com a vinda de imigrantes

palestinos e libaneses na década de 70, fato que contribuiu para o desenvolvimento do comércio do lado brasileiro, que se mantém até hoje como base da economia do município.

Os municípios de Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande, Capão do Leão, Pedro Osório, São José do Norte e Tavares, situados na região das Lagoas dos Patos, Mirim e Mangueira, tendo como principal via de acesso a BR 116, se destacam pela produção de arroz irrigado, aproveitando os ricos mananciais de água disponíveis no ano inteiro e pela diversificação agrícola alternada.

O município de Piratini tem na sua história feitos relevantes, pois se tornou célebre durante a Revolução Farroupilha por ser a 1ª capital da República Rio Grandense, proclamada pelos revolucionários, em 1836. Um ano depois, a Vila de Piratini foi elevada à categoria de cidade e recebeu o título de “Mui Leal e Patriótica Cidade de Piratini”. O Centro Histórico, com suas velhas ruas e o casario, em grande número conservado, constituem testemunho vivo do Período Farroupilha, glória e tradição do povo do Sul.

No aspecto econômico o município se destaca pela produção de madeira. O início dos cultivos foi decorrência de benefícios fiscais que oportunizaram a introdução do pinus e do eucalipto. Hoje, as serrarias complementam sua força de trabalho buscando mão de obra nos municípios vizinhos.

O fato de ter sido a primeira Capital da República Rio Grandense e de conservar seus prédios históricos tornou a cidade um atrativo turístico regional.

Os demais municípios, alguns com peculiaridades físico-naturais que os destacam em função do relevo, flora, fauna, recursos hídricos e minerais, têm em comum a predominância do clima temperado.

O município de Santana da Boa Vista faz parte da região chamada Guaritas, de grande importância geológica. Os morros da região são formados por um conglomerado de arenito e seixos, com altura média de 35 a 60 metros. Uma das características predominantes nestes morros são os platôs, que de uma forma decrescente, acabam em vales profundos, de mata fechada.

O município de Canguçu tem a sua economia baseada na produção agrícola, altamente diversificada, advindas da chamada agricultura de base familiar que reúne o maior número de pequenas propriedades ou minifúndios do Brasil.

Os municípios de Pedras Altas, Pinheiro Machado e Herval têm em comum na base econômica o desenvolvimento da pecuária, com ênfase na ovinocultura e florestamento. Mais recentemente, tem sido implantado nos municípios pomares de videiras para a produção de vinhos finos, em função das características propícias de clima e solo dominantes na região e oliveiras para a extração de azeite. No município de Herval se encontra o maior número de Assentamentos Rurais da Reforma Agrária da região.

Turuçu, Cerrito e Amaral Ferrador, são municípios pequenos com populações ao redor de seis mil habitantes, que têm em comum uma economia baseada no segmento agrícola com diversificação da produção.

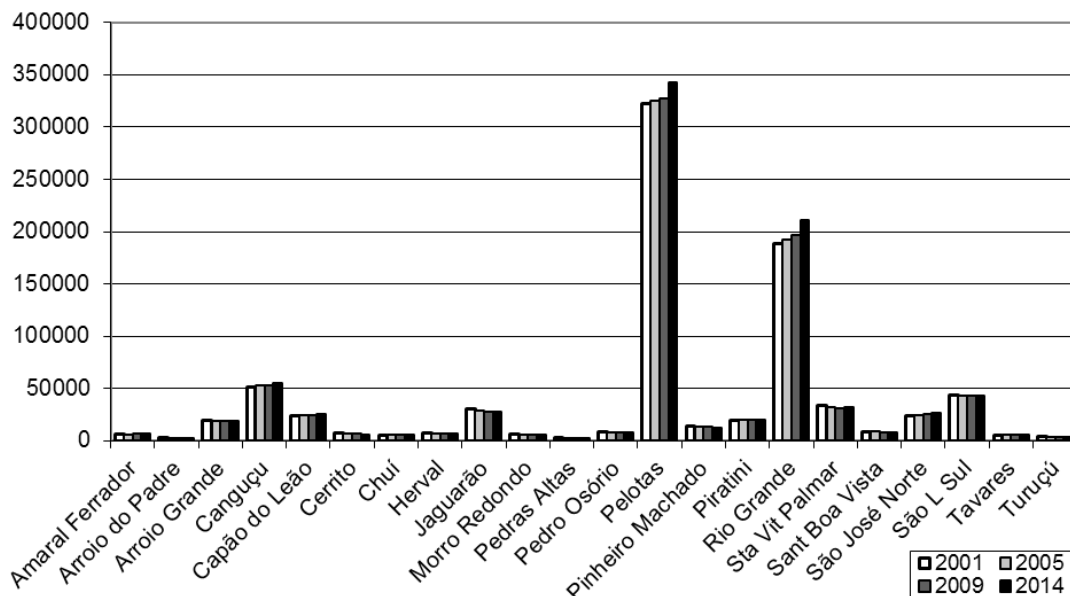
### 3 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA

Segundo Rodolfo Alves Pena (2006) a “dimensão demográfica é um dos conceitos mais utilizados nos estudos sobre a dinâmica das populações, também definido como densidade demográfica.

De acordo com o perfil socioeconômico da Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE/RS) a Região Sul tem uma população total de 876.208 (2014) e uma densidade demográfica de 24,3 hab/km<sup>2</sup>. É a terceira maior população do Estado do Rio Grande do Sul. No período analisado, a população da região aumentou 5,5% e a do Estado 9,2%.

Os municípios de maior população da região são Pelotas e Rio Grande e os de menor população, os municípios de Cerrito e Chuí.

Gráfico 1 - Evolução da população total dos municípios da Região Sul, 2001 a 2014



Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016)

Os municípios de Pelotas e Rio Grande respondem por 63,2% da população regional.

O Gráfico 1 mostra a evolução das populações de Pelotas e Rio Grande em relação aos demais municípios da região.



Tabela 1 - Evolução da população total dos municípios da Região Sul, 2001 a 2014.

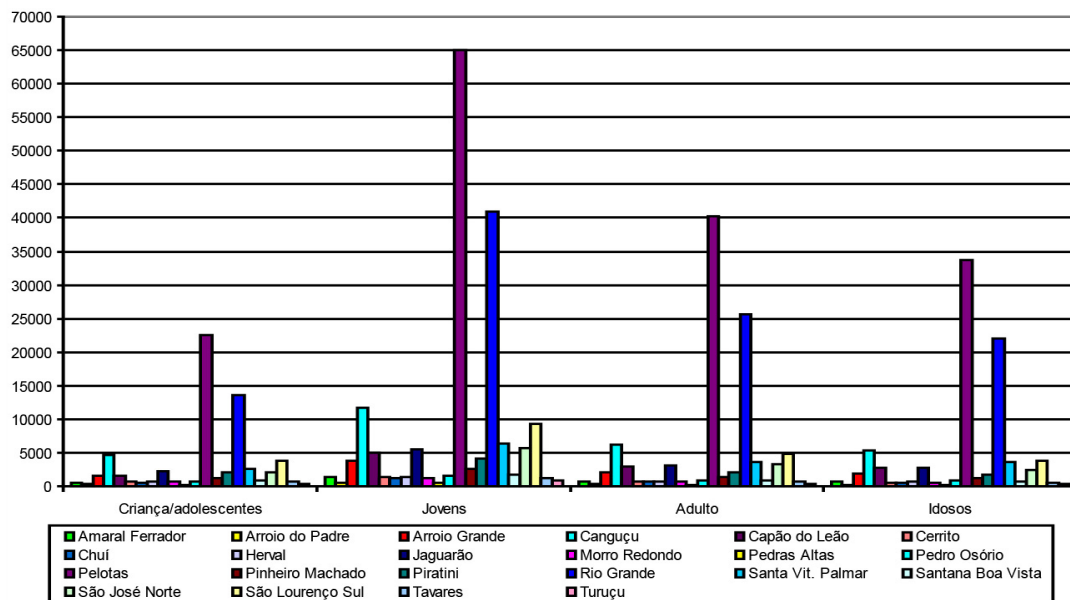
Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Amaral Ferrador	5.820	5.879	5.941	6.019	6.078	6.147	6.220	6.269	6.312	6.353	6.389	6.449	6.463	6.364
Arroio do Padre	2.591	2.601	2.623	2.642	2.661	2.672	2.690	2.702	2.716	2.730	2.737	2.753	2.754	2.656
Arroio Grande	19.170	19.121	19.095	19.025	18.937	18.852	18.787	18.700	18.581	18.470	18.462	18.365	18.289	18.527
Canguçu	51.780	52.039	52.283	52.537	52.730	52.954	53.117	53.170	53.236	53.259	53.362	53.390	53.599	55.144
Capão do Leão	23.856	23.940	23.977	24.025	24.110	24.168	24.245	24.261	24.261	24.298	24.387	24.548	24.531	24.987
Cerrito	6.902	6.847	6.808	6.762	6.703	6.664	6.600	6.542	6.480	6.402	6.378	6.348	6.293	6.219
Chuí	5.256	5.340	5.414	5.496	5.567	5.646	5.724	5.776	5.836	5.917	5.964	6.056	6.113	5.683
Herval	6.856	6.846	6.823	6.814	6.799	6.797	6.785	6.778	6.764	6.753	6.755	6.714	6.727	6.629
Jaguarião	29.937	29.755	29.573	29.396	29.187	29.000	28.729	28.443	28.173	27.931	27.869	27.780	27.680	28.197
Morro Redondo	6.045	6.059	6.084	6.148	6.148	6.175	6.174	6.194	6.210	6.227	6.232	6.240	6.266	6.235
Pedras Altas	2.520	2.477	2.452	2.427	2.390	2.346	2.314	2.279	2.247	2.212	2.205	2.200	2.169	2.021
Pedro Osório	8.091	8.094	8.087	8.057	8.019	7.982	7.934	7.899	7.842	7.811	7.803	7.791	7.802	8.195
Pelotas	322.114	322.970	323.763	324.586	325.416	326.192	326.846	327.776	327.776	328.275	329.173	330.208	330.287	342.876
Pinheiro Machado	13.644	13.557	13.450	13.371	13.275	13.172	13.094	12.995	12.892	12.780	12.750	12.690	12.580	12.450
Piratini	19.522	19.577	19.639	19.680	19.722	19.784	19.835	19.841	19.849	19.841	19.852	19.814	19.887	19.622
Rio Grande	187.971	189.054	190.269	191.423	192.506	193.624	194.603	195.493	196.330	197.228	198.051	198.795	199.959	211.410
Santa Vit. Palmar	33.200	32.978	32.746	32.543	32.344	32.140	31.890	31.581	31.298	30.990	30.934	30.822	30.675	31.851
Santana Boa Vista	8.611	8.573	8.559	8.526	8.489	8.457	8.406	8.368	8.306	8.242	8.220	8.204	8.202	8.082
São José Norte	24.055	24.272	24.438	24.597	24.768	24.924	25.092	25.221	25.365	25.503	25.603	25.723	25.912	26.290
São Lourenço Sul	43.693	43.639	43.594	43.539	43.494	43.441	43.378	43.267	43.187	43.111	43.116	43.026	43.047	43.442
Tavares	5.356	5.360	5.381	5.397	5.400	5.405	5.399	5.379	5.366	5.351	5.348	5.398	5.391	5.667
Turuçu	3.698	3.689	3.670	3.651	3.630	3.622	3.608	3.579	3.553	3.522	3.519	3.554	3.552	3.661
<b>Total Região Sul</b>	<b>830.688</b>	<b>832.667</b>	<b>834.669</b>	<b>836.636</b>	<b>838.373</b>	<b>840.164</b>	<b>841.470</b>	<b>841.957</b>	<b>842.580</b>	<b>843.206</b>	<b>845.109</b>	<b>846.868</b>	<b>848.178</b>	<b>876.208</b>
Total RS	10.260.330	10.316.752	10.371.315	10.425.735	10.479.714	10.530.809	10.575.263	10.613.565	10.652.327	10.693.929	10.735.890	10.788.181	10.841.802	11.207.274

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

### 3.1 ESTRATIFICAÇÃO POR IDADE E SEXO

O Gráfico 2 comprova a concentração de habitantes nas faixas etárias de crianças/adolescentes, jovens e adultos nos municípios da Região Sul.

Gráfico 2 - Estratificação etária da população da Região Sul



Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Tabela 2 - Estratificação etária da população da Região Sul

Municípios	80 anos e mais	75 a 79 anos	70 a 74 anos	65 a 69 anos	60 a 64 anos	55 a 59 anos	50 a 54 anos	45 a 49 anos	40 a 44 anos	35 a 39 anos	30 a 34 anos	25 a 29 anos	20 a 24 anos	15 a 19 anos	10 a 14 anos	05 a 09 anos	00 a 04 anos
<b>Total</b>	3.274	51	63	83	126	185	241	232	265	236	234	245	253	264	245	223	146
Amaral Ferrador	1.379	40	36	42	77	88	90	74	103	99	121	114	100	91	65	105	43
Arroio do Padre	9.168	158	181	287	400	507	622	650	610	580	692	604	682	807	733	572	502
Arroio Grande	27.841	505	616	838	1.188	1.482	2.022	1.976	2.074	1.823	2.059	1.997	1.998	2.183	2.113	1.770	1.502
Canguçu	12.294	174	154	250	404	611	763	824	790	864	1.040	927	953	1.087	1.042	807	861
Capão do Leão	3.142	90	71	130	171	182	241	245	236	190	186	145	236	240	211	176	141
Cerrito	2.770	61	55	78	122	125	165	225	213	191	187	194	228	256	230	144	111
Chuí	3.373	74	100	114	172	180	220	236	241	230	198	189	213	298	273	241	195
Herval	13.707	246	290	432	640	696	758	1.023	942	901	932	964	1.072	1.068	1.094	813	875
Jaguarião	3.145	95	77	113	239	230	244	190	204	207	212	215	212	204	216	169	136
Morro Redondo	1.076	12	17	31	55	54	83	89	78	69	69	62	77	82	107	71	33
Pedras Altas	4.024	64	100	145	191	228	237	287	242	220	248	262	294	350	328	281	266
Pedro Osório	161.406	2.391	2.633	3.913	5.882	7.659	10.429	10.656	10.463	10.965	13.338	13.235	13.312	13.632	12.248	10.572	10.852
Pelotas	6.239	156	121	208	281	379	430	480	445	359	430	409	468	463	448	383	319
Pinheiro Machado	9.975	250	282	374	501	600	659	780	735	592	643	635	708	768	633	568	491
Piratini	102.063	1.414	1.470	2.197	3.512	4.993	5.820	6.414	6.600	7.111	8.742	8.222	8.356	8.993	8.119	6.918	6.988
Rio Grande	16.130	321	306	484	601	882	956	1.150	1.044	947	1.160	987	1.180	1.381	1.379	1.213	992
Santa Vit. Palmar	4.056	127	131	182	194	248	262	352	310	208	214	247	316	304	246	207	178
Santana Boa Vista	13.436	236	230	349	532	744	792	1.041	938	805	1.031	1.019	1.116	1.096	929	818	737
São José Norte	21.552	401	493	650	986	1.190	1.398	1.574	1.462	1.584	1.639	1.623	1.621	1.622	1.376	1.196	1.154
São Lourenço Sul	2.984	66	91	119	139	209	226	238	197	153	217	183	232	226	210	149	120
Távaras	1.784	25	35	47	96	108	120	137	144	126	126	134	121	125	107	122	85
Turuçu	<b>424.818</b>	<b>6.957</b>	<b>7.552</b>	<b>11.066</b>	<b>16.452</b>	<b>21.589</b>	<b>25.135</b>	<b>28.619</b>	<b>28.460</b>	<b>28.428</b>	<b>33.719</b>	<b>32.612</b>	<b>33.748</b>	<b>35.540</b>	<b>32.352</b>	<b>27.518</b>	<b>26.727</b>
<b>Total Região Sul</b>	<b>5.454.315</b>	<b>78.703</b>	<b>86.337</b>	<b>129.086</b>	<b>190.492</b>	<b>256.678</b>	<b>314.727</b>	<b>365.726</b>	<b>371.902</b>	<b>388.269</b>	<b>449.991</b>	<b>440.083</b>	<b>439.956</b>	<b>448.944</b>	<b>409.321</b>	<b>356.556</b>	<b>357.929</b>

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

A faixa etária de maior predominância na região é a de jovens, o que demonstra o potencial da região para o desenvolvimento de ações sociais e educativas para este grupo importante de habitantes e para o desenvolvimento de ações futuras. A faixa etária de adultos vem em segundo lugar confirmando o potencial de mão de obra existente na região, aptas para o trabalho. A faixa etária acima de 60 anos representa 14,98 %.

### 3.2 DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TAXA DE URBANIZAÇÃO

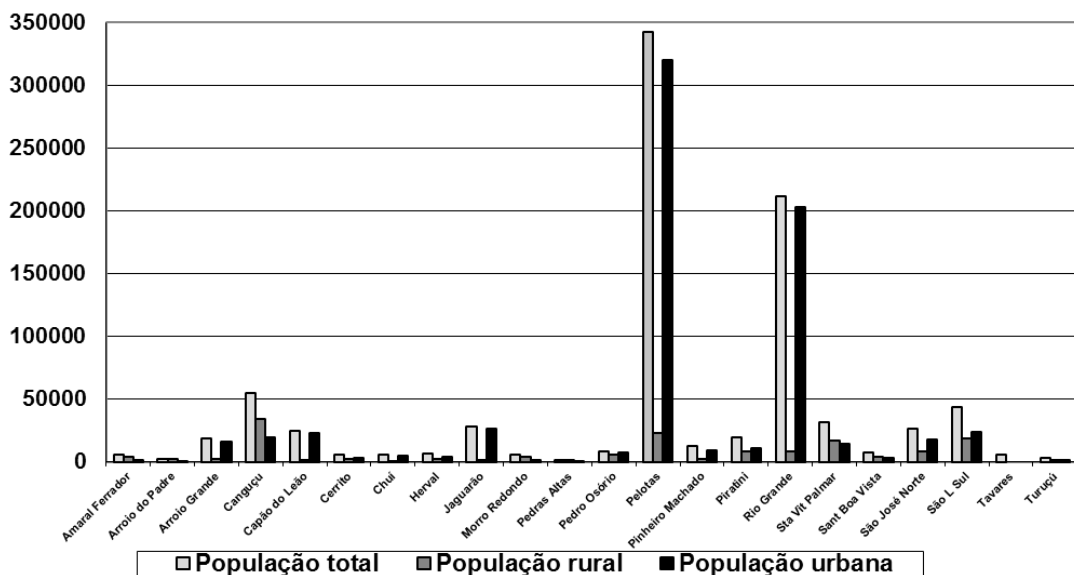
A taxa média de urbanização da Região Sul é de 63,26 hab/Km<sup>2</sup>.

Tabela 3 - Área, população total, densidade demográfica, população rural, taxa de urbanização e população urbana – 2014

Municípios	Área km <sup>2</sup>	Pop. total (hab)	Dens. demog. hab/km <sup>2</sup>	Pop. rural (hab)	Taxa % urban.	Pop. urbana (hab)
Amaral Ferrador	506,6	6364	12,56	4518	29,0	1846
Arroio do Padre	124,32	2656	21,36	2215	16,6	441
Arroio Grande	2544	18527	7,28	2390	87,1	16137
Canguçu	3.520,60	55144	15,66	34741	37,0	20013
Capão do Leão	784	24.987	31,87	1.974	92,1	23.013
Cerrito	461,50	6.219	13,47	2.581	58,5	3.638
Chuí	200,70	5.683	28,31	210	96,3	5.473
Herval	2.798,30	6.629	2,37	2.195	66,9	4.434
Jaguarão	2.070,90	28.197	13,61	1.833	93,5	26.364
Morro Redondo	247,10	6.235	25,23	4.662	42,5	1.573
Pedras Altas	1.376,69	2.021	1,46	1.319	34,7	702
Pedro Osório	598,50	8.195	13,52	533	93,5	7.662
Pelotas	1.644,90	342.876	208,18	22.973	93,3	319.903
Pinheiro Machado	2.549	12.450	4,88	2.926	76,5	9.524
Piratini	3.562,5	19.622	5,51	8.226	58,3	11.396
Rio Grande	2.835,80	211.410	74,55	8.456	96,0	202.954
Santa Vit. Palmar	5.242,70	31.851	6,07	17.454	45,2	14.397
Santana Boa Vista	1.641,90	8.082	5,52	4.445	45,0	3.637
São José do Norte	1.135,30	26.290	23,16	8.360	68,2	17.930
São Lourenço Sul	2.028,30	43.442	21,41	19,115	56,0	24.327
Tavares	604,26	5.667	2,37			
Turuçu	286,10	3.661	12,79	2.116	42,2	1.545
<b>Total Região Sul</b>	<b>36.763,97</b>	<b>876.208,00</b>	<b>25,05</b>	<b>116.709,57</b>	<b>63,26</b>	<b>716.909,00</b>

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Gráfico 3 - População total, população rural e população urbana por município da Região Sul 2014



Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

A região tem no município de Pelotas a maior densidade, 208,2 hab./km<sup>2</sup> e em Pedras Altas o de menor com 1,5 hab./km<sup>2</sup>. Quanto a taxa de urbanização, o município de Rio Grande tem 96%, Pedro Osório tem 93,5% e Pelotas e Chuí 93,3%. O município de menor urbanização é Arroio do Padre com 16,7%, com uma população de 2.656 habitantes, sendo que 2.215 está concentrada na zona rural.

No Gráfico 3 observa-se a concentração da população nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Canguçu e São Lourenço do Sul, em comparação aos demais, possuem populações próximo a 50 mil habitantes. Destaca-se, também a concentração de habitantes nas regiões urbanas dos municípios. O município de Canguçu mantém ainda um significativo contingente de habitantes no meio rural.

### 3.3 POPULAÇÃO CENSITÁRIA 1990, 2000 E 2010

No período 1990 a 2010, a população da região cresceu 11,4%. Em 2010 Pelotas e Rio Grande somavam 62,3% da população total da região. No mesmo período a população do Estado alcançou crescimento de 17%.

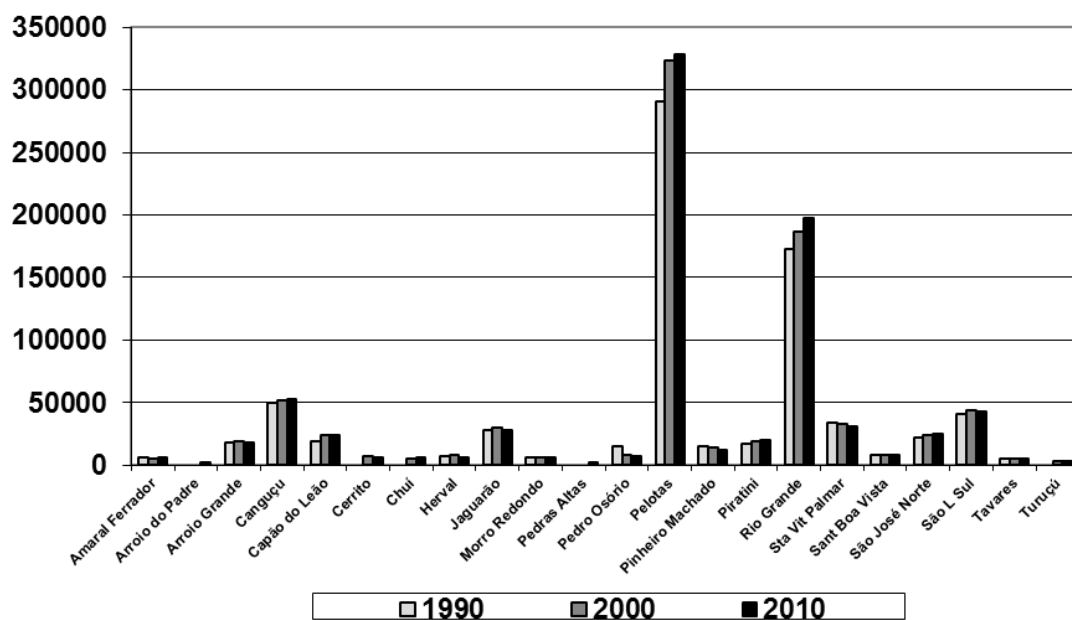
Em relação ao Rio Grande do Sul a região em 1990 participava com 8,3% da população, em 2000 com 8,1% e, em 2010 com 7,9%.

Tabela 4 - População censitária dos municípios da região da Região Sul 1990, 2000 e 2010

<b>Municípios</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Amaral Ferrador	5917	5740	6353
Arroio do Padre	-	-	2730
Arroio Grande	18150	19152	18470
Canguçu	50367	51447	53259
Capão do Leão	18894	23718	24298
Cerrito	-	6925	6417
Chuí	-	5167	5917
Herval	7169	8487	6753
Jaguarão	27755	30093	27931
Morro Redondo	6070	5998	6227
Pedras Altas	-	-	2212
Pedro Osório	14862	8107	7811
Pelotas	291100	323158	328275
Pinheiro Machado	15396	14594	12780
Piratini	17655	19414	19841
Rio Grande	172422	186544	197228
Santa Vitória do Palmar	34462	33304	30990
Santana da Boa Vista	8408	8621	8242
São José do Norte	22071	23796	25503
São Lourenço do Sul	41420	43691	43111
Tavares	5075	5342	5351
Turuçu	-	3710	3522
<b>Total Região Sul</b>	<b>757.193</b>	<b>827.008</b>	<b>843.206</b>
<b>Total RGS</b>	<b>9.138.670</b>	<b>10.187.798</b>	<b>10.693.929</b>

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Gráfico 4 - População censitária dos municípios da região da Região Sul 1990, 2000 e 2010



Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

O Gráfico 4 mostra o crescimento da população nos municípios da região, com destaque para o município de Pelotas, o mais populoso, seguido do Rio Grande que mantém crescimentos positivos, enquanto nos demais municípios tem havido certa estabilização no crescimento, ocorrendo, em alguns casos, decréscimos como no caso dos municípios de Arroio Grande, Herval, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Turuçu.

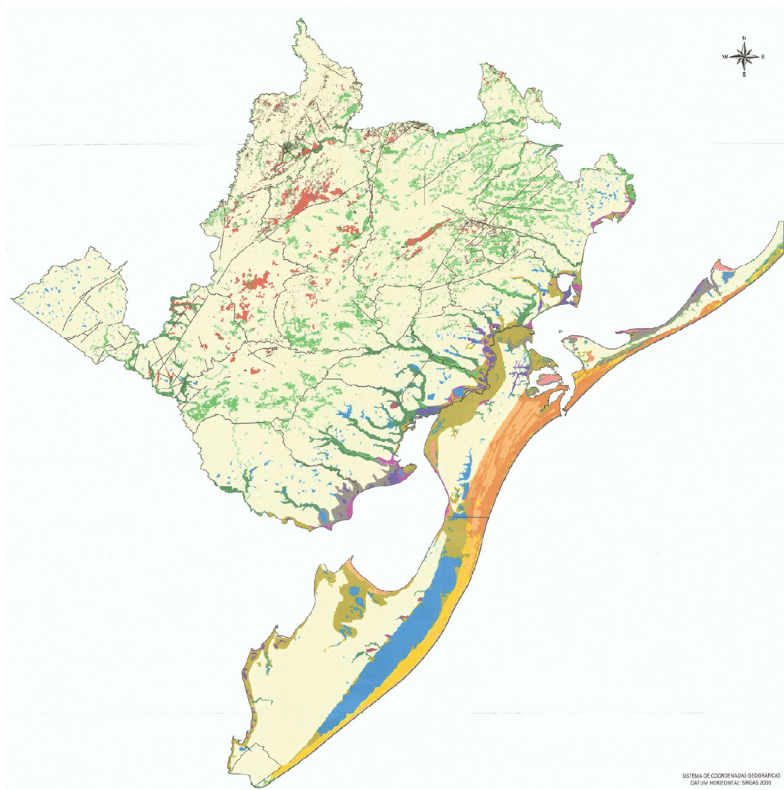




A quantidade de água existente deixa claro a grande disponibilidade de espécies para a atividade pesqueira. O destaque, neste sentido é a existência de lagoas, como a Lagoa dos Patos, além de rios, arroios e açudes que também são fontes produtoras de pescados (Tagliani, 2012).

A Lagoa dos Patos é considerada um dos maiores criadouros naturais de peixes do mundo. Por se comunicar com o Oceano Atlântico, através da barra de Rio Grande, a lagoa se constitui em excelente área de reprodução das espécies anadrômicas e também um abrigo das espécies catadrômicas. As principais espécies encontradas na lagoa são: bagre, camarão, corvina, peixe-rei, traíra, papa-terra e jundiá (Tagliani, 2012).

Figura 9 - Áreas de conservação e áreas de preservação



Fonte: (Tagliani, 2012).

Inclui áreas com expressiva significação ecológica, protegidas por vários dispositivos legais (\*), e que devem evitar a degradação.


1	Ilhas
2	Depósitos paludiais Área baixas, permanentemente; correspondem a depósitos de turfas heterogêneas intercaladas ou misturadas com areias, siltes e argilas plásticas; intercalações localizadas de diatomitos.
3	Terraço lagunar alagado Áreas baixas, alagadas na maior parte do ano; correspondem a depósitos de planícies lagunares com areias siltico-argilosas de cores claras e com concreções carbonáticas ferro-magnésíferas.
4	Praias e cristas lagunares recentes Areias quartzosas de granulometria fina a muito fina, cores claras e morfologia de cristas mais ou menos paralelas às margens lagunares atuais.
5	Dunas litorâneas atuais Areias quartzosas de granulometria fina e média, cores creme.
6	Dunas Lagunares Areias quartzosas de granulometria fina e médias, cores brancas e creme.
7	Dunas Antigas Areias quartzosas com granulometria fina a média, cores castanho-avermelhadas.
8	Faixa de proteção 300 metros da linha de costa atual 100 metros em lagoas com mais de 20 ha de superfície
9	Remanescentes florestais do Bioma Pampa

#### *Áreas de desenvolvimento*

	Inclui áreas com usos atuais variados, com poucos fatores de fragilidade/vulnerabilidade ambiental. Requerem apenas cuidados normais para a instalação de atividades antrópicas.
--	--

#### *Áreas de conservação*

Inclui áreas sem uso atual intenso, cujo destaque ou importância é determinada pela coincidência de vários critérios de fragilidade/vulnerabilidade ambiental e onde as atividades humanas que ali se desenvolvem ou que tem potencial para uso futuro, devem estar cercadas de um bom controle, mas não necessariamente proibidas.

10	<p>Taxas baixas fluviais</p> <p>Correspondem a ambientes localizados nos entornos dos principais rios e arroios, que sofrem inundações frequentes e ocasionais por riachos, rios e pelas lagoas; o substrato inclui sedimentos desde argilas, areias, cascalhos e turfas recentes. A floresta aluvial ao longo dos canais fluviais está relativamente bem preservada.</p>
11	<p>Depósitos deltaicos</p> <p>Áreas baixas localizadas na foz do Rio Camaquã, com vegetação de árvores remanescente do Bioma Pampa; correspondem a depósitos de areias siltico-argilosas, siltes e argilas com restos orgânicos vegetais.</p>
12	<p>Planícies lagunares recentes</p> <p>Áreas localizadas nos entornos do sistema Lagunar Patos-Mirim, inundáveis em períodos de precipitação elevada. Compõem-se de areias siltico-argilosas, de cores claras, e com concreções carbonáticas e ferro-magnesíferas.</p>
13	<p>Planícies de cordões litorâneos e lagunares</p> <p>Depósitos praias e lagunares de areias quartzosas finas parcialmente retrabalhados pelo vento.</p>
14	<p>Lençóis arenosos de deflação eólica</p> <p>Depósitos praias de areias quartzosas finas ou depósitos de planície lagunar (areia siltico-argilosa), sujeito a retrabalhamento eólico atual.</p>
15	Lagoas com mais de 20 hectares de superfície.
16	<p>Declividades superiores a 30%</p> <p>Proximidade de falhas geológicas – buffer de 100 metros para cada lado.</p>
17	Área com vulnerabilidade elevada
	<p>Elaboração:</p> <p>Universidade Federal do Rio Grande – FURG</p> <p>Laboratório de Oceanografia Geológica</p> <p>Núcleo de Planejamento Geoambiental</p> <p>Av. Itália km 8 s/n</p> <p>Caixa Postal 474 – CEP 96201-900</p> <p>Rio Grande – RS</p> <p>Responsável: Carlos R. A. Tagliani</p>

A região integra um conjunto de unidades ecológicas que funcionam como sistema natural, e inclui toda vegetação, animais, microrganismos, solo, rochas, atmosfera e fenômenos naturais que podem ocorrer em seus limites.

Incluem também recursos e fenômenos físicos como a água, o clima, assim como energia, radiação, descarga elétrica e magnetismo. Efeitos capazes de causar aspectos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre seres vivos e as atividades humanas (Tagliani, 2012).

## 4.2 BIOMA PAMPA

O Bioma Pampa está localizado na Região da Campanha Gaúcha ou Pampa, cuja ocorrência no Brasil é restrita ao Rio Grande do Sul. Define-se por um conjunto de vegetação de campo em relevo predominante de planície que se estende também pelo Uruguai e Argentina e é marcado pela presença de grande diversidade de fauna e flora ainda pouco conhecidas. É considerado atualmente o segundo bioma mais ameaçado do país, atrás apenas do bioma Mata Atlântica. No Brasil existem mais quatro Biomas, sendo o que apresenta a maior extensão territorial é o Bioma da Amazônia (tabela 5).

Tabela 5 - Biomas ocorrentes no Brasil

<b>Biomas</b>	<b>Área Km<sup>2</sup></b>	<b>%</b>
Amazônia	4.196.943	49,29
Cerrado	2.036.448	23,92
Mata Atlântica	1.110.182	13,04
Pampa	176.496	2,07
Pantanal	150.355	1,76
Brasil	8.514.877	100,00

Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016)

A característica principal do Bioma Pampa é a sua vegetação, que apresenta uma composição herbácea, ou seja, formada basicamente por gramíneas e espécie vegetais de pequeno porte, não ultrapassando os 50 cm de altura. Esse tipo de paisagem apresenta dois tipos bem definidos: os chamados “campos limpos” e os “campos sujos”.

Os campos limpos ocorrem quando a vegetação não apresenta arbustos, ganhando uma paisagem mais homogênea, isto é, mais regular, sem diferenças muito grandes entre uma parte e a outra. Já os campos sujos ocorrem quando há uma maior presença desses arbustos, que se “misturam à paisagem”.

A área do Pampa no Brasil é de, aproximadamente, 176.496 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 63% da área total do Rio Grande do Sul e a 2% do território brasileiro, se constituindo como um importante domínio natural brasileiro, embora boa parte de sua área original tenha sido devastada. O Pampa também se estende por partes de vários outros países da América do Sul, como o Chile, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

O clima do Pampa é bem ameno, com temperaturas médias anuais que não costumam ultrapassar os 20°C. As estações do ano são bem definidas e as chuvas bem distribuídas ao longo da sucessão dos meses.

A fauna e a flora do Pampa são bastante diversificadas, em face do caráter antigo dessa formação florestal. Há uma grande quantidade de espécies, algumas das quais ainda não catalogadas. Dados do Ministério do Meio Ambiente estimam que existam mais de 300 tipos de plantas, 500 tipos de aves e 100 espécies de mamíferos. Dentre as espécies mais comuns, pode-se citar o “quero-quero”, o “perdigão”, a “vicunha”, a “ema” e muitas outras.

Embora os solos do pampa não sejam muito férteis, há uma prática agrícola monocultora cada vez mais intensa. Apesar disso, a principal atividade econômica da região é a pecuária, facilitada pelo relevo plano levemente ondulado. Com isto, boa parte desse bioma foi devastado, restando apenas 30% da vegetação original, o que gerou profundos impactos, como o risco de

extinção de algumas espécies, o aumento da erosão e a intensificação do processo de arenização dos solos.

Por esse motivo, é preciso conter as atividades de expansão agropecuária na região, ampliar as áreas de reservas ao máximo o que ainda resta desse importante bioma, pois os seus recursos e as suas belezas naturais podem se esgotar.

## 5 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL

### 5.1 ATUALIZAÇÃO CONCEITUAL

Para Ladislau Dowbor (2012) as mudanças que estão ocorrendo na organização da sociedade contemporânea são influenciadas pelo aumento das desigualdades sociais.

[...] uma nova forma de organização social está surgindo neste início do século XXI, e que não se origina de uma ideologia, mas da evolução das estruturas da sociedade. O agravamento das desigualdades sociais em muitos países, a altíssima concentração de riqueza e o desequilíbrio ambiental estão levando a repensar sua estrutura e seus valores em todos os sentidos. Para Marx, há mais de 150 anos, a indústria era o eixo-motor da economia, afirmou o professor. Atualmente, segundo ele, a maior parte das iniciativas dos governos e mercado estão voltadas para o social. A dimensão social integrada por produtos e serviços relacionados a saúde, educação, cultura, lazer, entretenimento, entre outros, está se transformando no novo eixo motor da economia do século XXI. Essa tendência significa mudanças na gestão pública, especialmente. O social não funciona sob o ponto de vista lucrativo e exige a dinâmica de cooperação, explicou (Dowbor, 2011).

Com esta visão, a Matriz FOFA proposta neste diagnóstico aponta, principalmente, para a educação e para a saúde que, na dinâmica regional devem ter alargamento de unidades e qualidade em direção a todos os municípios da região. A infraestrutura de acessos, gestão pública e êxodo da mão de obra qualificada, também foram enaltecidos no exercício com a população. O turismo (entretenimento e lazer) aliado as ações de cultura completam este norte de gestão essencialmente participativa.

### 5.2 EDUCAÇÃO

#### 5.2.1 Educação Infantil

Atualmente a região conta com 578 estabelecimentos que desenvolvem Educação Infantil. Os municípios de Pelotas e Rio Grande possuem 363 unidades ou 63% do total. No período de 2000 a 2015 o número de estabelecimentos passou de 353 para 578, um aumento de 39% na região.

Tabela 6 - Número de estabelecimentos com Educação Infantil na Região Sul 2000/2015.

Municípios	2000	2015
Amaral Ferrador	2	4
Arroio do Padre	0	2
Arroio Grande	8	13
Canguçu	18	39
Capão do Leão	8	7
Cerrito	4	5
Chuí	2	4

<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2015</b>
Herval	3	8
Jaguarão	20	36
Morro Redondo	2	3
Pedras Altas	0	5
Pedro Osório	1	3
Pelotas	115	248
Pinheiro Machado	6	7
Piratini	8	9
Rio Grande	77	98
Santa Vitória do Palmar	41	32
Santana da Boa Vista	3	6
São José do Norte	11	11
São Lourenço do Sul	20	33
Tavares	3	2
Turuçu	1	3
Região Sul	353	578
Total RS	5.432	9.290

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: A variação no número de estabelecimentos serve como registro pois, não indica o número de vagas abertas.

O número de estabelecimentos da Educação Infantil se distribui em 348 municipais, 207 particulares e 23 estaduais.

Tabela 7 - Número de estabelecimentos com Educação Infantil por administração na Região-Sul – 2015

<b>Municípios</b>	<b>Municipal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Particular</b>	<b>Total</b>
	<b>2015</b>	<b>2015</b>	<b>2015</b>	<b>2015</b>
Amaral Ferrador	4	0	0	4
Arroio do Padre	2	0	0	2
Arroio Grande	12	0	1	13
Canguçu	36	0	3	39
Capão do Leão	7	0	0	7
Cerrito	5	0	0	5
Chuí	3	0	1	4
Herval	7	1	0	8
Jaguarão	22	2	12	36
Morro Redondo	3	0	0	3
Pedras Altas	5	0	0	5
Pedro Osório	2	0	1	3
Pelotas	103	3	142	248

Municípios	Municipal	Estadual	Particular	Total
	2015	2015	2015	2015
Pinheiro Machado	7	0	0	7
Piratini	8	1	0	9
Rio Grande	57	14	27	98
Santa Vitória do Palmar	23	0	9	32
Santana da Boa Vista	6	0	0	6
São José do Norte	9	2	0	11
São Lourenço do Sul	22	0	11	33
Tavares	2	0	0	2
Turuçu	3	0	0	3
Região Sul	348	23	207	578
Total RS	5.030	402	3.858	9.290

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Do total de estabelecimentos 60,2% são municipais, 4% estaduais e 35,8% particulares. Em relação ao Estado, a região possui 6,2% das unidades. Na Educação Infantil, a predominância é de estabelecimentos municipais, tanto na região, quanto no Estado.

Tabela 8 - Número de docentes da Educação Infantil por administração na Região Sul – 2014

Municípios	Municipal	Estadual	Particular	Total
	2014	2014	2014	2014
Amaral Ferrador	7	0	0	7
Arroio do Padre	7	0	0	7
Arroio Grande	35	0	10	45
Canguçu	61	0	5	66
Capão do Leão	25	0	0	25
Cerrito	5	0	0	5
Chuí	19	0	3	22
Herval	12	1	0	13
Jaguarão	69	2	32	103
Morro Redondo	9	0	0	9
Pedras Altas	7	0	0	7
Pedro Osório	8	0	2	10
Pelotas	439	6	370	815
Pinheiro Machado	46	0	0	46
Piratini	49	1	0	50
Rio Grande	217	16	90	323
Santa Vitória do Palmar	71	0	15	86
Santana da Boa Vista	14	0	0	14



Municípios	Municipal	Estadual	Particular	Total
	2014	2014	2014	2014
São José do Norte	24	2	0	26
São Lourenço do Sul	78	0	14	92
Tavares	8	0	0	8
Turuçu	15	0	0	15
Região Sul	1.225	28	541	1.794
Total RS	18.910	543	12.007	31.460

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Do total de docentes, 68,3% são municipais, 1,6% são professores estaduais e 30,1% são de estabelecimentos particulares. Em nível estadual a distribuição dos docentes por áreas administrativas é semelhante à distribuição encontrada na região.

Tabela 9 - Número de matrículas iniciais na Educação Infantil da Região Sul – 2000 e 2015

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	54	85	0	0	0	0	54	85
Arroio do Padre	0	64	0	0	0	0	0	64
Arroio Grande	87	373	134	0	48	47	269	420
Canguçu	342	831	76	0	17	104	435	935
Capão do Leão	257	338	0	0	0	0	257	338
Cerrito	87	129	20	0	0	0	107	129
Chuí	26	141	21	0	0	3	47	144
Herval	26	222	32	20	41	0	99	242
Jaguarão	424	501	261	45	0	225	685	771
Morro Redondo	14	143	20	0	0	0	34	143
Pedras Altas	0	50	0	0	0	0	0	50
Pedro Osório	151	149	0	0	0	33	151	182
Pelotas	3.402	3.800	1.025	85	754	4.472	5.181	8.357
Pinheiro Machado	106	336	19	0	0	0	125	336
Piratini	273	421	27	14	0	0	300	435
Rio Grande	2.088	2.814	1.251	284	731	1.245	4.070	4.343
Santa V. do Palmar	1.034	855	125	0	99	217	1.258	1.072
Santana da B. Vista	70	200	42	0	0	0	112	200
São José do Norte	322	353	130	45	0	0	452	398
São Lourenço do Sul	680	862	117	0	12	139	809	1.001
Tavares	117	138	0	0	0	0	117	138
Turuçu	28	84	0	0	0	0	28	84
Região Sul	9.588	12.889	3.300	493	1.702	6.485	14.590	19.867
Total RS	102.241	232.453	62.479	8.624	39.211	135.162	203.931	376.239

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

No período em tela, o Ensino Infantil na região se expandiu em número de matrículas em 36%, enquanto no total Estadual se expandiu em 84%. Em 2015 do total de matrículas na região, 64% se concentraram em Pelotas e Rio Grande.

### 5.2.2 Ensino Fundamental

A tabela a seguir mostra que a região Sul, possuía em 2015, 493 estabelecimentos que ofereciam Ensino Fundamental. Deste total, 224 unidades se localizavam nos municípios de Pelotas e Rio Grande.

Tabela 10 - Número de estabelecimentos com Ensino Fundamental na Região Sul – 2000/2015

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	16	4	2	2	0	0	18	6
Arroio do Padre	0	5	0	0	0	0	0	5
Arroio Grande	13	6	8	8	2	1	23	15
Canguçu	95	31	21	15	1	1	117	47
Capão do Leão	14	10	6	4	0	0	20	14
Cerrito	9	7	1	1	0	0	10	8
Chuí	1	1	1	1	0	0	2	2
Herval	23	5	8	2	0	0	31	7
Jaguarão	21	13	13	8	1	1	35	22
Morro Redondo	16	4	1	1	0	0	17	5
Pedras Altas	0	5	0	0	0	0	0	5
Pedro Osório	2	2	3	2	1	1	6	5
Pelotas	88	61	49	48	22	18	159	127
Pinheiro Machado	10	7	1	1	0	0	11	8
Piratini	16	9	8	8	0	0	24	17
Rio Grande	47	54	32	28	12	15	91	97
Santa V. do Palmar	26	17	4	4	2	2	32	23
Santana da B. Vista	26	8	2	2	0	0	28	10
São José do Norte	35	14	8	4	0	0	43	18
São Lourenço do Sul	67	36	14	7	1	1	82	44
Tavares	15	5	1	1	0	0	16	6
Turuçu	8	2	0	0	0	0	8	2
Região Sul	548	306	183	147	42	40	773	493
Total RS	5.816	3.288	2.907	2.334	501	449	9.224	6.071

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: A variação no número de estabelecimentos serve como registro pois, não indica o número de vagas disponibilizadas.

O número de estabelecimentos que oferecem o Ensino Fundamental na Região Sul, passou de 773 em 2000 para 493 em 2014. No estado o número passou de 9.224 para 6.071. Pelotas e Rio Grande, juntos, possuem 224 estabelecimentos. Portanto, o número de estabelecimentos na região foi reduzido em 280 unidades e no Rio Grande do Sul a redução foi de 2.153 unidades.

Segundo informações, extraoficiais, a redução resultou de um amplo programa de racionalização das escolas das áreas rurais. Foram desativadas dezenas de pequenas escolas distribuídas pelos territórios municipais e concentradas em estabelecimentos maiores e localizados em áreas polarizadoras. Assim foram estabelecidas rotas para trânsito dos alunos com o desenvolvimento do transporte escolar.

A migração de pré-adolescentes para a Educação de Jovens e Adultos pode explicar também, essa redução.

Tabela 11 - Número de docentes no Ensino Fundamental na Região Sul – 2000/2014

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	60	51	18	28	0	0	78	79
Arroio do Padre	0	37	0	0	0	0	0	37
Arroio Grande	71	91	112	129	34	10	217	230
Canguçu	311	327	129	161	17	5	457	493
Capão do Leão	220	214	68	49	0	0	288	263
Cerrito	68	73	31	30	0	0	99	103
Chuí	15	22	21	16	0	3	36	41
Herval	88	57	45	32	0	0	133	89
Jaguarão	183	190	120	103	19	32	322	325
Morro Redondo	50	35	29	22	0	0	79	57
Pedras Altas	0	51	0	0	0	0	0	51
Pedro Osório	36	43	43	43	12	2	91	88
Pelotas	1.274	1.469	1.261	959	425	370	2.960	2.798
Pinheiro Machado	124	121	32	29	0	0	156	150
Piratini	114	133	92	81	0	0	206	214
Rio Grande	726	990	687	564	179	90	1.592	1.644
Santa V. do Palmar	291	207	89	92	25	15	405	314
Santana da B. Vista	68	53	38	44	0	0	106	97
São José do Norte	142	182	87	81	0	0	229	263
São Lourenço do Sul	254	280	164	137	19	14	437	431
Tavares	31	25	26	34	0	0	57	59
Turuçu	40	44	0	0	0	0	40	44
Região Sul	4.166	4.695	3.092	2.634	730	541	7.988	7.870
Total RS	41.974	47.043	44.451	37.898	10.542	12.007	96.967	96.948

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

No período, o número de docentes no Ensino Fundamental permaneceu estável tanto na região como no estado. Na região, Pelotas e Rio Grande absorvem 56,4% do total de docentes. Em 2014 o número de docentes na região correspondia a 8,1% do total estadual. O maior número de docentes encontra-se na rede municipal.

Tabela 12 - Número de matrículas iniciais no Ensino Fundamental da Região Sul – 2000/2015

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	811	563	180	223	0	0	991	786
Arroio do Padre	0	377	0	0	0	0	0	377
Arroio Grande	1.018	787	2.297	1.587	134	91	3.449	2.465
Canguçu	4.846	4.468	2.326	1.910	236	231	7.408	6.609
Capão do Leão	3.610	3.011	1.123	716	0	0	4.733	3.727
Cerrito	773	454	347	191	0	0	1.120	645
Chuí	213	243	444	230	0	0	657	473
Herval	973	572	549	329	0	0	1.522	901
Jaguarão	2.592	1.748	2.791	1.654	103	100	5.486	3.502
Morro Redondo	594	354	278	311	0	0	872	665
Pedras Altas	0	307	0	0	0	0	0	307
Pedro Osório	545	409	763	478	168	156	1.476	1.043
Pelotas	23.258	17.455	26.092	14.795	6.388	6.704	55.738	38.954
Pinheiro Machado	1.888	1.048	543	432	0	0	2.431	1.480
Piratini	1.346	1.097	1.697	1.170	0	0	3.043	2.267
Rio Grande	15.262	14.926	14.829	7.726	2.859	3.478	32.950	26.130
Santa V. do Palmar	3.730	2.404	1.627	1.387	310	434	5.667	4.225
Santana da B. Vista	615	435	649	529	0	0	1.264	964
São José do Norte	2.568	2.135	1.566	1.224	0	0	4.134	3.359
São Lourenço do Sul	3.621	2.781	2.821	1.719	256	215	6.698	4.715
Tavares	261	214	507	411	0	0	768	625
Turuçu	601	480	0	0	0	0	601	480
Região Sul	69.125	56.268	61.429	37.022	10.454	11.409	141.008	104.699
Total RS	701.835	646.548	888.599	533.117	149.103	149.207	1.739.537	1.328.872

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Em 2000 o número de matrículas iniciais no Ensino Fundamental na região foi de 141.008 alunos e, em 2015, foi de 104.699, uma queda de 25,8%. No estado a queda foi de 23,6%. Todos os municípios da região tiveram queda no número de matrículas iniciais.

Este fenômeno explica, em parte, a redução do número de estabelecimentos e a racionalização da localização das pequenas escolas rurais.

Tabela 13 - Número de concluintes no Ensino Fundamental das redes Municipais, Estadual e Particular – 2000/2014

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	71	54	10	28	0	0	81	82
Arroio do Padre	25	21	0	0	0	0	25	21
Arroio Grande	95	38	140	174	18	3	253	215
Canguçu	397	347	211	130	32	32	640	509
Capão do Leão	220	137	78	59	0	0	298	196
Cerrito	44	52	43	29	0	0	87	81
Chuí	5	8	27	11	0	0	32	19
Herval	56	37	41	35	0	0	97	72
Jaguaraão	165	86	190	151	12	16	367	253
Morro Redondo	39	16	29	24	0	0	68	40
Pedras Altas	28	30	0	0	0	0	28	30
Pedro Osório	26	17	72	32	13	11	111	60
Pelotas	1.259	1.148	2.052	1.356	689	714	4.000	3.218
Pinheiro Machado	124	85	42	26	0	0	166	111
Piratini	118	96	116	107	0	0	234	203
Rio Grande	977	761	1.233	653	312	367	2.522	1.781
Santa V. do Palmar	244	153	166	128	19	42	429	323
Santana da B. Vista	0	24	79	40	0	0	79	64
São José do Norte	36	102	142	79	0	0	178	181
São Lourenço do Sul	231	158	283	184	30	24	544	366
Tavares	0	0	75	79	0	0	75	79
Turuçu	48	32	0	0	0	0	48	32
Região Sul	4.208	3.402	5.029	3.325	1.125	1.209	10.362	7.936
Total RS	40.388	43.796	85.101	54.809	17.252	15.695	142.741	114.300

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

No período em tela, o número de concluintes do Ensino Fundamental que foi de 10.362 alunos, em 2015, caiu para 7.936, uma queda de 23,4%. No estado o número de concluintes caiu de 142.741 para 114.300, ou 20%.

As causas da redução do número de concluintes no Ensino Fundamental não são perfeitamente identificáveis. Os motivos levantados, entre outros, são deficiências nas rotas do transporte escolar, longos períodos de fenômenos climáticos adversos e necessidades de mão-de-obra familiar nas lidas do campo.

Fica claro que a redução de concluintes deve ser imediatamente pesquisada para que se defina as verdadeiras causas do fenômeno, corrigindo e/ou eliminando possíveis problemas.

### 5.2.3 Ensino Médio

Atualmente a região possui 97 estabelecimentos que oferecem o Ensino Médio. Em 2000, o número era de 59 unidades. No mesmo período, o número de estabelecimentos no Estado passou de 1.079 para 1.463. Do total regional atual Pelotas possui 31 estabelecimentos e Rio Grande 21.

Tabela 14 - Número de estabelecimentos com Ensino Médio na Região Sul – 2000 e 2015

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	0	0	1	1	0	0	1	1
Arroio do Padre	0	0	0	1	0	0	0	1
Arroio Grande	0	0	1	1	0	0	1	1
Canguçu	0	0	1	7	1	1	2	8
Capão do Leão	0	0	1	2	0	0	1	2
Cerrito	0	0	1	2	0	0	1	2
Chuí	0	0	1	1	0	0	1	1
Herval	0	0	1	2	0	0	1	2
Jaguarão	1	1	2	3	1	1	4	5
Morro Redondo	0	0	1	1	0	0	1	1
Pedras Altas	0	0	0	1	0	0	0	1
Pedro Osório	0	0	1	1	0	0	1	1
Pelotas	1	1	15	21	7	9	23	31
Pinheiro Machado	0	0	1	1	0	0	1	1
Piratini	0	0	1	3	0	0	1	3
Rio Grande	0	0	7	13	4	8	11	21
Santa V. do Palmar	0	1	2	2	1	2	3	5
Santana da B. Vista	0	0	1	1	0	0	1	1
São José do Norte	0	0	1	3	0	0	1	3
São Lourenço do Sul	0	0	3	4	0	0	3	4
Tavares	0	0	1	1	0	0	1	1
Turuçu	0	0	0	1	0	0	0	1
Região Sul	2	3	43	73	14	21	59	97
Total RS	13	24	717	1.098	349	341	1.079	1.463

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: A variação no número de estabelecimentos serve como registro pois, não indica o número de vagas oferecidas.

Todos os municípios possuem escolas de Ensino Médio. A predominância administrativa é estadual que, dos 97 estabelecimentos dirige 73. A mesma estrutura administrativa acontece na rede estadual. Dos 1.463 estabelecimentos, 1.098 são administrados pelo Estado.

Tabela 15 - Número de docentes no Ensino Médio na Região Sul – 2000 e 2015

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	0	0	18	16	0	0	18	16
Arroio do Padre	0	0	0	12	0	0	0	12
Arroio Grande	0	0	39	30	0	0	39	30
Canguçu	0	0	31	136	17	12	48	148
Capão do Leão	0	0	22	36	0	0	22	36
Cerrito	0	0	23	45	0	0	23	45
Chuí	0	0	9	21	0	0	9	21
Herval	0	0	33	30	0	0	33	30
Jaguarão	18	12	56	61	14	10	88	83
Morro Redondo	0	0	18	21	0	0	18	21
Pedras Altas	0	0	0	6	0	0	0	6
Pedro Osório	0	0	16	26	0	0	16	26
Pelotas	60	97	518	629	139	173	717	899
Pinheiro Machado	0	0	22	23	0	0	22	23
Piratini	0	0	28	50	0	0	28	50
Rio Grande	0	0	266	443	82	100	348	543
Santa V. do Palmar	0	12	49	68	13	25	62	105
Santana da B. Vista	0	0	20	23	0	0	20	23
São José do Norte	0	0	15	68	0	0	15	68
São Lourenço do Sul	0	0	77	119	0	0	77	119
Tavares	0	0	14	22	0	0	14	22
Turuçu	0	0	0	12	0	0	0	12
Região Sul	78	121	1.274	1.897	265	320	1.617	2.338
Total RS	350	510	17.202	26.383	7.048	5.765	24.600	32.658

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

No período de 2000 a 2015, o número de docentes no Ensino Médio da Região Sul passou de 1.617 para 2.338, um aumento de 45,6%. No mesmo período o aumento no Estado foi de 32,7%.

O aumento do número de docentes no Ensino Médio tanto na região como no Estado, contrasta com o decréscimo do número de estabelecimentos nos dois níveis. Acredita-se que a redução de unidades com Ensino Médio não tenha reduzido o número de salas de aula e o número de vagas disponibilizadas.

Tabela 16 - Número de matrículas iniciais no Ensino Médio na Região Sul – 2000 e 2015

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	0	0	213	266	0	0	213	266
Arroio do Padre	0	0	0	177	0	0	0	177
Arroio Grande	0	0	678	551	0	0	678	551
Canguçu	0	0	1.040	1.252	196	104	1.236	1.356
Capão do Leão	0	0	454	624	0	0	454	624
Cerrito	0	0	428	254	0	0	428	254
Chuí	0	0	150	172	0	0	150	172
Herval	0	0	423	299	0	0	423	299
Jaguarão	118	33	945	677	44	26	1.107	736
Morro Redondo	0	0	252	234	0	0	252	234
Pedras Altas	0	0	0	72	0	0	0	72
Pedro Osório	0	0	297	219	0	0	297	219
Pelotas	1.303	719	11.099	7.662	2.067	1.681	14.469	10.062
Pinheiro Machado	0	0	566	328	0	0	566	328
Piratini	0	0	711	489	0	0	711	489
Rio Grande	0	0	7.566	5.243	809	868	8.375	6.111
Santa V. do Palmar	0	106	1.480	1.092	318	107	1.798	1.305
Santana da B. Vista	0	0	353	282	0	0	353	282
São José do Norte	0	0	705	831	0	0	705	831
São Lourenço do Sul	0	0	1.787	1.029	0	0	1.787	1.029
Tavares	0	0	181	185	0	0	181	185
Turuçu	0	0	0	146	0	0	0	146
Região Sul	1.421	858	29.328	22.084	3.434	2.786	34.183	25.728
Total RS	6.149	4.764	379.219	313.294	71.554	44.280	456.922	362.338

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Em 2000 o número de matrículas no Ensino Médio foi de 34.183 alunos e, em 2015, foi de 25.725 alunos. Uma queda de 27,4%. No Rio Grande do Sul, a queda foi de 20,7%.

A redução do número de matrículas no Ensino Médio deve-se, segundo especialistas à alguns aspectos como a necessidade de trabalhar de adolescentes, para aumento da renda média familiar, ao aumento da oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos e à oferta crescente de cursos profissionalizantes.



Tabela 17 - Número de concluintes no Ensino Médio na Região Sul – 2000 e 2015

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	0	0	46	49	0	0	46	49
Arroio do Padre	0	0	0	46	0	0	0	46
Arroio Grande	0	0	84	138	0	0	84	138
Canguçu	0	0	113	294	29	25	142	319
Capão do Leão	0	0	41	112	0	0	41	112
Cerrito	0	0	87	39	0	0	87	39
Chuí	0	0	0	41	0	0	0	41
Herval	0	0	58	64	0	0	58	64
Jaguarão	18	5	168	139	12	14	198	158
Morro Redondo	0	0	50	30	0	0	50	30
Pedras Altas	0	0	0	16	0	0	0	16
Pedro Osório	0	0	55	43	0	0	55	43
Pelotas	292	126	1.837	1.577	655	430	2.784	2.133
Pinheiro Machado	0	0	110	69	0	0	110	69
Piratini	0	0	106	131	0	0	106	131
Rio Grande	0	0	1.393	961	191	253	1.584	1.214
Santa V. do Palmar	0	14	180	266	61	23	241	303
Santana da B. Vista	0	0	71	28	0	0	71	28
São José do Norte	0	0	72	145	0	0	72	145
São Lourenço do Sul	0	0	268	270	0	0	268	270
Tavares	0	0	39	53	0	0	39	53
Turuçu	0	0	0	55	0	0	0	55
Região Sul	310	145	4.778	4.566	948	745	6.036	5.456
Total RS	1.137	896	66.963	73.177	21.607	13.054	89.707	87.127

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Em 2000, 6036 alunos concluíram o Ensino Médio e, em 2014, 5.456 foram os concluintes na Região Sul. No estado, em 2000 89.707 alunos concluíram o médio e, em 2014, 87.127 foram os concluintes. No período a redução na região foi de 9,6% e no Estado foi de 2,7%.

#### 5.2.4 Educação de Jovens e Adultos – EJA

Entre os anos de 2000 e 2015 o número de estabelecimentos que ofereciam Educação de Jovens e Adultos passou de 21 unidades para 121 unidades na região. No Estado o número desses estabelecimentos passou de 847 para 1.099.

Tabela 18 - Número de estabelecimentos que oferecem o EJA nos municípios da Região Sul – 2000 e 2015

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	0	0	1	1	0	0	1	1
Arroio do Padre	0	1	0	0	0	0	0	1
Arroio Grande	0	0	2	3	0	0	2	3
Canguçu	0	6	1	1	0	0	1	7
Capão do Leão	2	2	0	0	0	0	2	2
Cerrito	2	2	1	1	0	0	3	3
Chuí	0	0	1	1	0	0	1	1
Herval	0	0	1	1	0	0	1	1
Jaguarão	2	2	3	2	0	0	5	4
Morro Redondo	1	2	0	0	0	0	1	2
Pedras Altas	0	2	0	0	0	0	0	2
Pedro Osório	1	0	1	2	0	0	2	2
Pelotas	0	25	14	11	4	4	18	40
Pinheiro Machado	1	1	0	1	0	0	1	2
Piratini	0	2	1	3	0	0	1	5
Rio Grande	6	13	11	14	4	2	21	29
Santa V. do Palmar	6	5	1	1	0	0	7	6
Santana da B. Vista	0	0	1	1	0	0	1	1
São José do Norte	0	1	1	2	0	0	1	3
São Lourenço do Sul	0	2	2	3	0	0	2	5
Tavares	0	0	0	1	0	0	0	1
Turuçu	0	0	0	0	0	0	0	0
Região Sul	21	66	42	49	8	6	71	121
Total RS	257	421	440	620	150	58	847	1.099

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: Não foram consideradas unidades federais. A variação no número de estabelecimentos serve como registro pois, não indica o número de vagas abertas.

Em 2015, com exceção do município de Turuçu, todos os demais ofereciam a EJA. Pelas populações que possuem, Pelotas e Rio Grande oferecem, em conjunto, 69 unidades com EJA. Essa oferta atrai jovens de outros municípios que buscam conjugar trabalho com aprendizado nos municípios maiores.

Tabela 19 - Número de docentes na Educação de Jovens e Adultos na Região Sul

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	0	0	6	10	0	0	6	10
Arroio do Padre	0	11	0	0	0	0	0	11
Arroio Grande	0	0	11	33	0	0	11	33
Canguçu	0	41	11	16	0	0	11	57
Capão do Leão	4	24	0	0	0	0	4	24
Cerrito	3	19	15	28	0	0	18	47
Chuí	0	0	1	8	0	0	1	8
Herval	0	0	5	9	0	0	5	9
Jaguarão	11	4	23	24	0	0	34	28
Morro Redondo	9	8	0	0	0	0	9	8
Pedras Altas	0	10	0	0	0	0	0	10
Pedro Osório	1	0	1	21	0	0	2	21
Pelotas	0	308	78	131	51	81	129	520
Pinheiro Machado	3	11	0	0	0	0	3	11
Piratini	0	12	2	31	0	0	2	43
Rio Grande	30	138	93	171	70	19	193	328
Santa V. do Palmar	8	41	11	9	0	0	19	50
Santana da B. Vista	0	9	7	23	0	0	7	32
São José do Norte	0	10	11	30	0	0	11	40
São Lourenço do Sul	0	25	12	30	0	0	12	55
Tavares	0	0	0	1	0	0	0	1
Turuçu	0	0	0	0	0	0	0	0
Região Sul	69	671	287	575	121	100	477	1.346
Total RS	1.229	3.602	3.209	7.095	2.278	687	6.716	11.384

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

No período o número de docentes na região passou de 477 para 1.346, ou, 82,2%. No mesmo período o crescimento no estado foi de 69,5%. Estes números demonstram o crescimento da procura pela Educação de Jovens e Adultos, tanto na região como no Estado.

Tabela 20 - Número de matrículas iniciais no EJA na Região Sul – 2000 e 2014

Municípios	Municipal		Estadual		Particular		Total	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Amaral Ferrador	0	0	24	55	0	0	24	55
Arroio do Padre	0	37	0	0	0	0	0	37
Arroio Grande	0	0	159	394	0	0	159	394
Canguçu	0	407	159	344	0	0	159	751
Capão do Leão	49	349	0	0	0	0	49	349
Cerrito	23	36	39	98	0	0	62	134
Chuí	0	0	25	63	0	0	25	63
Herval	0	0	48	62	0	0	48	62
Jaguarão	81	21	276	169	0	0	357	190
Morro Redondo	81	18	0	0	0	0	81	18
Pedras Altas	0	35	0	0	0	0	0	35
Pedro Osório	17	0	12	139	0	0	29	139
Pelotas	0	2.966	1.180	1.985	905	3.611	2.085	8.562
Pinheiro Machado	43	103	0	171	0	0	43	274
Piratini	0	38	30	186	0	0	30	224
Rio Grande	347	1.223	2.621	2.732	434	234	3.402	4.189
Santa V. do Palmar	89	273	97	121	0	0	186	394
Santana da B. Vista	0	0	26	112	0	0	26	112
São José do Norte	0	132	78	382	0	0	78	514
São Lourenço do Sul	0	155	172	431	0	0	172	586
Tavares	0	0	0	13	0	0	0	13
Turuçu	0	0	0	0	0	0	0	0
Região Sul	730	5.793	4.946	7.457	1.339	3.845	7.015	17.095
Total RS	13.852	41.997	38.029	84.829	23.849	15.914	75.730	142.740

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

O número de matrículas iniciais na EJA teve um aumento de 143,7% no período em tela na Região Sul. No estado o crescimento foi de 88,5%.

Em 2000, Pelotas e Rio Grande foram responsáveis pela formação de 78,2% do total da região e, em 2015, por 74,6%. Municípios como Canguçu, São Lourenço do Sul e São José do Norte são importantes na oferta de vagas na EJA.

### 5.2.5 Rede Federal

Como mostra a tabela 21 a presença da rede federal, até por força de lei, é pouco significativa na região.

Tabela 21 - Número de estabelecimentos, docentes, matrículas iniciais e concluintes no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos nos municípios de Pelotas e Rio Grande da Rede Federal 2000 e 2015

Especificação	Ensino Médio							
	Estabelecimento		Docentes		Matrículas Iniciais		Concluintes	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Pelotas	2	2	190	222	4.157	2.014	1.253	279
Rio Grande	1	1	44	71	1.079	682	56	98
Total	3	3	234	293	5.236	2.696	1.309	377
	Educação de Jovens e Adultos							
Pelotas	-	1	-	10	-	57	-	-
Rio Grande	-	1	-	23	-	71	-	-
Total	-	2	-	33	-	128	-	-

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

- Os demais municípios não possuem estabelecimentos federais.

A presença da Rede Federal se faz somente nos municípios de Pelotas e Rio Grande, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos conforme demonstrado na tabela acima.

Tanto no Ensino Médio como na Educação de Jovens e Adultos, o número de concluintes em 2000 e 2015, na Rede Federal é muito inferior ao número de matrículas iniciais.

### 5.2.6 Taxa de Analfabetismo

A taxa média de analfabetismo, tabela 22, entre as idades de 10 anos ou mais da população da região era 6,11% em 2000 e de 4,25% em 2010.

Tabela 22 - Taxa de analfabetismo nos municípios da Região Sul em 2000 e 2015.

<b>Municípios</b>	<b>2000 (%)</b>	<b>2015 (%)</b>
Amaral Ferrador	14,39	11,15
Arroio do Padre	-	4,62
Arroio Grande	10,93	7,52
Canguçu	11,89	8,46
Capão do Leão	9,18	6,86
Cerrito	14,98	11,10
Chuí	3,28	1,84
Herval	10,96	7,17
Jaguarão	7,63	6,17
Morro Redondo	11,38	8,38
Pedras Altas	-	8,98
Pedro Osório	11,37	7,96
Pelotas	5,85	3,93
Pinheiro Machado	12,61	9,13
Piratini	14,34	9,57
Rio Grande	6,48	4,37
Santa Vitória do Palmar	8,06	5,91
Santana da Boa Vista	15,95	12,94
São José do Norte	20,30	15,98
São Lourenço do Sul	6,46	4,72
Tavares	15,53	13,35
Turuçu	7,73	5,87
Região Sul	7,99	5,60
Total RS	6,11	4,25

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Os municípios de Arroio do Padre, Chuí, Pelotas, Rio Grande e São Lourenço do Sul possuíam em 2010 taxas de analfabetismo menores ou semelhantes à média estadual. O município do Chuí merece destaque, com uma taxa de apenas 1,84%.

Em 2010, os municípios de Amaral Ferrador, Cerrito, Santa da Boa Vista, São José do Norte e Tavares possuíam taxas de analfabetismo acima de 10%, o que considera-se muito elevado.

### 5.2.7 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Nos cinco anos observados, tanto na rede estadual como na municipal, a quase totalidade dos municípios da região melhoraram seus desempenhos na 4ª série/8º ano (tabela 23).

Tabela 23 - Índice de desenvolvimento da Educação Básica nos municípios da Região Sul – 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013

Municípios	Rede Estadual										Rede Municipal									
	4ª série/5º ano					8ª série/9º ano					4ª série/5º ano					8ª série/9º ano				
	2005	2007	2009	2011	2013	2005	2007	2009	2011	2013	2005	2007	2009	2011	2013	2005	2007	2009	2011	2013
Amaral Ferrador	3,1	(-)	(-)	3,4	3,1	3,5	3,2	3,4	3,1	3,5	(-)	(-)	3,9	(-)	4,8	(-)	(-)	3,1	2,8	3,9
Arroio do Padre	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	4,2	3,7	4,8	3,8	2,5	3,7	3,6	4,5
Arroio Grande	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	4,2	3,7	4,8	3,8	2,5	3,7	3,6	4,5
Canguçu	4,2	4,6	5,4	5,9	6,1	3,9	3	4,1	4,2	4,8	3,6	4,5	5	5,3	5,5	4,4	3,7	4,4	3,6	*
Capão do Leão	3,3	3,8	4,3	4	4,8	2,8	3,1	3,1	3,5	4,4	3	4	4,1	5,1	4,8	2,6	3,2	3,6	4	3,5
Cerrito	3,5	3,9	4,7	(-)	5,2	1,7	1,6	3,5	3,2	*	(-)	(-)	4,5	(-)	*	(-)	4	(-)	(-)	*
Chuí	(-)	4,8	4,7	(-)	*	3,7	4	3,7	3,6	*	3	4,2	3,8	5,1	4,6	(-)	3,5	3,8	3,4	3,6
Herval	4,5	4,6	4,4	(-)	*	2,9	3,1	3,6	3,2	3,7	2,9	3,9	4	4,9	4,7	(-)	4,2	3,3	3,1	3,6
Jaguarião	4,6	4,5	4,9	5,2	6,1	3,4	3,1	3,8	3,3	4,1	3,1	3,5	3,6	4	4,4	2,4	2,5	2,4	2,5	2,3
Morro Redondo	4,2	5,1	5,6	5,9	5,9	5,6	4	4	3,9	3,9	3,9	4	3,8	(-)	4,4	4,6	(-)	3,5	3,2	3,6
Pedras Altas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	3,8	3,4	3,5	*	(-)	3,8	(-)	(-)	*
Pedro Osório	3,5	4,1	4,9	5,1	5,4	2,7	3,2	3,2	3,7	3,3	2	2,9	4,2	(-)	4	(-)	2,8	(-)	(-)	*
Pelotas	4	4,2	4,4	4,5	4,9	3,1	2,9	3,1	3,1	3,3	3,6	3,6	4	4,5	3,9	3,2	2,9	3,1	3,4	3,5
Pinheiro Machado	4,8	5	4,6	6,2	6,2	2,6	2,7	3,1	3,7	3,7	3	3,5	4,3	5	4,6	(-)	2,7	3,7	3,7	3,9
Piratini	3,9	4,5	4,7	4,9	5,3	3,4	3,1	3,7	3,4	3,4	(-)	4,5	4,5	(-)	4,4	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Rio Grande	3,3	4,1	4,4	4,5	4,9	2,9	3	3,4	3,2	3,1	3,2	3,9	4,3	4,9	4,7	3,2	3,3	3,5	0,6	3,4
Santa V. do Palmar	4,1	4,4	4,6	4,8	5,1	2,7	3,2	3,5	3,8	4	0,6	4	4	5	4,6	2,9	3,1	3,4	3,4	4,1
Santana da Boa Vista	3,9	3,8	3,2	(-)	5,2	3,3	3,1	3,3	3,5	3,4	(-)	3,1	(-)	4,3	3,9	2,4	2,8	3	3	3
São José do Norte	3,8	4,8	4,3	5,1	5,3	3,1	3,2	3,4	3,4	3,8	3	3,9	3,8	4	4,2	22,1	3,3	2,8	3	3,4
São Lourenço do Sul	4,1	4,4	5,1	5	5,7	3,4	3,6	4,2	4,1	4,1	3,9	4,3	4,4	5	5	4,2	4,3	4,2	4,7	4,8
Tavares	4	4	4	5	5,1	3,1	3	3,1	3,4	4	(-)	(-)	(-)	4,4	*	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Turuçu	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	4,2	4,2	5,2	5,7	3,2	3,5	3,5	4,5	*
Total Corede Sul	3,9	4,4	4,6	5,1	5,4	3,1	3,1	3,5	3,5	3,8	3,2	3,9	4,1	4,7	4,6	3,2	3,3	3,5	4,5	*
Total Região Sul	4,2	4,5	4,8	5,1	5,5	3,5	3,7	3,8	3,8	3,9										

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: (-) número de participantes insuficientes; \* sem média na prova Brasil; Negrito = atingiu a meta.

O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou SAEB), obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio) com informações sobre rendimento escolar (aprovação).

Os municípios de Capão do Leão e São Lourenço do Sul tiveram as melhores performances nos anos de avaliação do IDEB.

### 5.2.8 Ensino Superior

Na região se encontram oito instituições de Ensino Superior que ofertam, aproximadamente, 100 cursos de nível superior tabela 24.

Os municípios de Pelotas e Rio Grande concentram um número significativo de instituições de Ensino Superior. São aproximadamente 38.000 acadêmicos, muitos dos quais, convergem de diversos municípios da região, do restante do Estado e do país.

As Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense Sul (IFSul) possuem campus avançados em diversos municípios.

Tabela 24 - Estrutura do Ensino Superior da Região Sul, 2014

<b>Instituições</b>	<b>Nº matrículas 2014</b>
Universidade Federal de Pelotas	13.276
Fundação Universidade de Rio Grande	8.569
Universidade Católica de Pelotas	5.525
Faculdades Anhanguera/Pelotas	5.800
Faculdade Anhanguera/Rio Grande	4.500
Instituto Federal do Sul/Pelotas	(-)
Instituto Federal do Sul/Rio Grande	(-)
Serviço Federal do Sul/Rio Grande	696
<b>Total</b>	<b>38.366</b>

Fonte: Pesquisa direta.

Nota: (-) não informado.

Em relação às instituições de Ensino Superior, a região também conta com várias unidades de instituições de Ensino Superior, tais como, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Claretiano Centro Universitário Pelotas; Instituto Educacional Dimensão, Universidade Norte do Paraná – Pelotas (UNOPAR), Centro Universitário Internacional-Pelotas (UNINTER) e Universidade do Rio dos Sinos – Rio Grande (UNISINOS).

A região também conta com uma importante rede de serviços de educação profissionalizante constituída pelo SENAC (Pelotas e Rio Grande), SESI, SENAI e SEST-SENAT, com sede nos municípios de Pelotas e Rio Grande.



### 5.2.9 Cursos Profissionalizantes Presenciais e Educação a Distância

A região é bem estruturada na oferta de cursos profissionalizantes e em Educação a Distância como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 25 - Cursos profissionalizantes e Educação à Distância (EAD) em municípios da Região Sul – 2014

Municípios	Cursos	Nº de alunos
Arroio do Padre	Tecn. Adm.	308
	Tecn. Inform.	203
Canguçu	Tecn. Agropec.	138
	Tecn. Contab.	180
	Tecn. Agropec.	138
	Tecn. Contab.	180
Cerrito	Tecn. Contab.	0
	Tecn. Adm.	0
	Tecn. Trans. Imob.	0
	Tecn. Contab.	231
Jaguarão	Tecn. Agric.	0
	Tecn. Edif.	32
	Tecn. Edif.	32
	Tecn. Mult. Did.	0
	Tecn. Sec. Esc.	0
	Tecn. Inform.	0
	Tecn. Sec.	0
	Pelotas	Program. e Manut. Comp.
Tecn. Adm.		0
Tecn. Contab.		0
Sist. Telec.		1243
Sist. Telec.		1243
Tecn. Alim. Esc.		112
Tecn. Comum. Visual		508
Tecn. Comum. Visual		508
Tecn. Comum. Visual		508
Tecn. Design de Int.		134
Tecn. Design de Mov.		336
Tecn. Design de Mov.		336
Tecn. Edif.	1196	

<b>Municípios</b>	<b>Cursos</b>	<b>Nº de alunos</b>
Pelotas	Tecn. Edif.	1196
	Tecn. Edif.	1196
	Tecn. Eletromec.	1124
	Tecn. Eletromec.	1124
	Tecn. Eletromec.	1124
	Tecn. Eletr.	1163
	Tecn. Eletr.	1163
	Tecn. Eletrotec.	1458
	Tecn. Eletrotec.	1458
	Tecn. Exec. Cons. Rest. Edific.	85
	Tecn. Exec. Cons. Rest. Edific.	85
	Tecn. Infr. Esc;	112
	Tecn. Man. Eletrom.	101
	Tecn. Man. Eletrom.	101
	Tecn. Manut. Sup. Inform.	77
	Tecn. Mec.	933
	Tecn. Mec.	933
	Tecn. Mult. Did.	87
	Tecn. Quím.	1112
	Tecn. Quím.	1112
	Tecn. Sec. Esc.	110
	Tecn. Adm.	1771
	Tecn. Agroind.	1747
	Tecn. Agroind.	1747
	Tecn. Agroind.	1747
	Tecn. Agroind.	1747
	Tecn. Agrop.	960
	Tecn. Agrop.	960
	Tecn. Alim. Esc.	69
	Tecn. Biocomb.	1605
	Tecn. Contab.	847
	Tecn. Frut.	46
	Tecn. Infraes. Esc.	72
	Tecn. Meio Amb.	287
	Tecn. Meio Amb.	287
	Tecn. Mult. Did.	56
	Tecn. Sec. Esc.	68

<b>Municípios</b>	<b>Cursos</b>	<b>Nº de alunos</b>
Pelotas	Tecn. Vest.	327
	Tecn. Vest.	327
	Tecn. Enferm.	353
	Tecn. Enferm.	353
	Tecn. Rad.	153
	Tecn. Seg. Trab.	192
	Tecn. Seg. Trab.	192
	Tecn. Agente Comun.	0
	Tecn. Citop.	0
	Tecn. Cont. Amb.	0
	Tecn. Cuid. Idosos	0
	Tecn. Enferm.	0
	Tecn. Ger. Saúde	0
	Tecn. Log.	0
	Tecn. Massot.	0
	Tecn. Meio Amb.	0
	Tecn. Seg. Trab.	0
	Tecn. Vig. Saúde	0
	Tecn. Adm.	55
	Tecn. Adm.	55
	Tecn. Design Int.	0
	Tecn. Enferm.	433
	Tecn. Guia Turismo	94
	Tecn. Guia Turismo	94
	Tecn. Logística	0
	Tecn. Marketing	0
	Tecn. Meio Amb.	0
	Tecn. Prog. Jogos Digitais	0
	Tecn. Qualidade	0
	Tecn. Rec. Hum.	0
	Tecn. Seg. Trab.	0
	Tecn. Seg. Trab.	0
	Tecn. Trans. Imob.	299
	Tecn. Trans. Imob.	299
	Tecn. Enferm.	0
	Tecn. Radiologia	0
	Tecn. Seg. Trab.	0
	Tecn. Contab.	0
	Tecn. Inform.	0
	Tecn. Logística	0

Fonte: (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC, 2016).

Em vários municípios da região foram oferecidos 186 cursos profissionalizantes, tecnológicos em 2014. O total de matrículas chegou a 55.389. Estes números confirmam a migração de jovens dos ensinos Fundamental e Médio para a profissionalização.

## 5.3 SAÚDE

### 5.3.1 Atenção à Saúde

O sistema de saúde vigente no país, traz como premissa as definições estipuladas na Constituição aprovada em 1988, na Assembleia Nacional Constituinte, eleita para esse fim, a qual contém um capítulo específico para organizar a saúde pública no Brasil. Assim sendo foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), descentralizado, integrado pelas três esferas de governo, ou seja, Federal, Estadual e Municipal, além do setor privado de forma complementar. Os princípios e diretrizes do SUS determinados pela Constituição são: universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação do controle social, através dos Conselhos de Saúde (municipais, estaduais e nacional).

A Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, alterou alguns artigos, estabelecendo um percentual mínimo da receita para aplicação de recursos na área da saúde, onde Municípios, Estados e Distrito Federal destinassem recursos às ações de saúde, sendo vinculados à receita de impostos e transferências constitucionais. No caso da União, o percentual mínimo de aplicação é definido com base na variação nominal do PIB, os Estados devem disponibilizar 12% de suas receitas, os Municípios devem aplicar a soma mínima de 15%, sendo fiscalizados pelos órgãos de regulação existentes na estrutura Estadual e Federal, bem como pelos Conselhos de Saúde.

Atualmente o SUS funciona através de três (3) eixos definidos as ações de saúde e seu financiamento: ATENÇÃO BÁSICA, ATENÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE e ATENÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE.

**ATENÇÃO BÁSICA**, chamada também de Atenção Primária, organizada pelos Municípios, tendo como porta de entrada do SUS, as Unidades Básicas de Saúde, deve ser o lugar do primeiro atendimento ao indivíduo nas clínicas básicas (Pediatria, Gineco-Obstetria, Clínica Geral, Odontologia) e ações preventivas. O Município é o responsável pela Atenção Básica, utilizando os recursos constitucionais definidos para organizar o funcionamento dos serviços de saúde da sua população.

A Região Sul possui, na Atenção Básica de Saúde, uma boa rede de serviços de saúde, com equipes profissionais do Programa Estratégia de Saúde da Família, através de suas UBS (Unidades Básicas de Saúde), destacando-se Pelotas com um grande número de UBS (mais de cinquenta), além de uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento) funcionando. Pelotas é o único Município da região que está no regime de Municipalização Plena do SUS.

**ATENÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE**, composta das consultas especializadas, exames para diagnósticos laboratoriais e de imagem, usando equipamentos de alta tecnologia à disposição dos médicos especialistas, bem como a rede hospitalar até cem (100) leitos, que não tenham UTI (Unidade de Tratamento Intensivo), elevando-se o custo operacional que é da responsabilidade dos Estados.

A Região Sul, onde Pelotas e Rio Grande se destacam como referência em diversas especialidades de assistência à saúde, além de Centros de Referências de Especialidades em outros Municípios, tais como, em Pinheiro Machado, na área de Oftalmologia e Piratini, na

área de Otorrinolaringologia, temos hospitais de pequeno porte localizados em São Lourenço do Sul, Canguçu, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, Jaguarão, Arroio Grande, Herval, Pedro Osório, Morro Redondo, Piratini e Pinheiro Machado, oportunizando uma retaguarda de apoio na Atenção de Média Complexidade.

**ATENÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE**, composta por hospitais de médio e grande porte, com UTI e demais equipamentos de alto custo, demandando um custo maior que é de responsabilidade da União, com o apoio do Estado.

A Região Sul, tem na rede hospitalar de Pelotas sete hospitais (Hospital Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, Hospital Universitário da Universidade Federal de Pelotas, Hospital Universitário São Francisco de Paula – UCPel, Hospital Beneficência Portuguesa de Pelotas, Hospital Miguel Piltcher, Hospital Espírita de Pelotas e Hospital Clinicamp) e em construção o novo hospital da UFPel e o da Unimed. Em Rio Grande três hospitais (Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande, Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. E o Hospital Psiquiátrico Vicença Maria da Fontoura). Ao total são 24 hospitais em operação e o número de leitos é de 2.461, complementados com mais 222 unidades.

Os serviços de saúde na Atenção de Alta Complexidade estão centralizados nos hospitais de Pelotas e Rio Grande em razão da infraestrutura hospitalar e de exames complementares, bem como, estarem apoiados nas três universidades (UFPel, UCPel e FURG) e nos hospitais filantrópicos.

Os Municípios de Pelotas e Rio Grande se destacam na atenção à saúde também porque são dois polos de formação de profissionais de saúde, onde se destacam a UFPel, a UCPel, a FURG e a Faculdade Anhanguera na formação de profissionais de nível superior e SENAC, Instituto Educacional Dimensão, Centro Universitário Internacional-Pelotas (UNINTER) e outras mais voltadas a formação de profissionais de nível técnico e médio. Tem-se ainda, como referência nacional e reconhecida pela ONU, o Centro de Epidemiologia da UFPel.

A Região Sul tem, além do atendimento à saúde pelo SUS, o atendimento a população através do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), Cooperativa de Trabalho Médico (UNIMED), que mantém um Pronto Atendimento, um Laboratório de Análises Clínicas e está construindo um Hospital Dia, com leitos de emergência, Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) e outros.

### 5.3.2 Internações

Tabela 26 - Número médio de internações hospitalares e dias de permanência em 2014

Municípios	Internação	Permanência
Amaral Ferrador	(-)	(-)
Arroio do Padre	0	0
Arroio Grande	829	5.197
Canguçu	3.669	22.437
Capão do Leão	0	0
Cerrito	0	0
Chuí	0	0
Herval	81	367

<b>Municípios</b>	<b>Internação</b>	<b>Permanência</b>
Jaguarão	1.360	6.657
Morro Redondo	151	946
Pedras Altas	(-)	(-)
Pedro Osório	(-)	(-)
Pelotas	25.002	251.561
Pinheiro Machado	396	1.892
Piratini	1.202	7.892
Rio Grande	16.398	154.996
Santa Vitória do Palmar	1.442	5.327
Santana da Boa Vista	127	503
São José do Norte	639	4.975
Tavares	0	0
Turuçu	0	0

Fonte: (Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, 2016)

Nota: (-) sem informação. São Lourenço do Sul: não informado pela FEE.

Como eixo de referência em saúde, Pelotas e Rio Grande receberam 41.400 internações em 2014 e teve uma ocupação de 40.557 dias, ou seja, uma permanência média de 9,8 dias/paciente. Entre os demais municípios destacam-se, pela ordem, Canguçu, São Lourenço do Sul, Piratini, Jaguarão e Arroio Grande que possuem hospitais de pequeno porte.

### **5.3.3 Esperança de Vida ao Nascer**

No período de 2000 a 2010 (último censo), a expectativa de vida ao nascer aumentou quase 2,2 anos. A esperança média de vida na região ao nascer é de 74 anos. A média do Estado é de 75,7 anos. Os municípios com maior expectativa de vida são Tavares com 75 anos, e Capão do Leão, Chuí, Jaguarão, Piratini e São Lourenço do Sul, com 74 anos.

### **5.3.4 Indicadores de Vida e Saúde**

A tabela a seguir mostra os indicadores de vida e saúde dos municípios da região e que são utilizados para o estabelecimento de políticas públicas.

Tabela 27 - Indicadores de vida e saúde dos municípios da Região Sul 2010/2013

Municípios	Nº mortal. Infantil*		Nasc. vivos com baixo peso ao nascer**		Nº mortal. materna		Nasc. vivos de mães c/consulta pré-natal***		Nº mortal. de mulheres c/âncer colo útero		Nº mort. de mulher c/âncer de mama	
	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013
	Amaral Ferrador	1	1	4	4	0	0	63	57	0	0	0
Arroio do Padre	0	0	1	1	0	0	25	11	0	0	0	0
Arroio Grande	1	5	17	17	2	0	192	180	0	1	2	4
Canguçu	9	9	41	41	0	0	521	504	4	1	3	1
Capão do Leão	1	6	25	25	0	0	282	242	2	0	2	0
Cerrito	0	1	8	4	0	0	40	42	0	0	0	0
Chuí	0	0	3	5	0	0	38	38	0	0	0	0
Herval	1	3	4	4	0	0	74	35	0	1	1	1
Jaguarão	4	4	23	23	0	0	337	272	0	0	5	5
Morro Redondo	0	0	2	3	0	0	57	35	0	0	0	0
Pedras Altas	1	0	3	3	0	0	14	23	0	1	0	0
Pedro Osório	0	1	8	13	0	0	90	78	0	1	2	0
Pelotas	59	43	405	454	3	1	3.483	2.977	7	12	41	41
Pinheiro Machado	2	2	17	16	0	0	118	81	0	0	4	4
Piratini	2	2	20	16	0	0	173	161	0	1	2	2
Rio Grande	29	33	231	248	0	5	2.226	2.423	16	7	21	31
Santa Vitória do Palmar	8	4	37	36	0	0	309	375	0	2	4	4
Santana da Boa Vista	2	1	9	5	0	0	65	58	0	0	0	1
São José do Norte	5	4	28	28	1	0	261	233	1	1	2	2
São Lourenço do Sul	6	2	31	20	0	0	465	366	1	2	5	9
Tavares	1	0	4	3	0	0	26	51	1	0	0	0
Turuçu	0	1	2	5	0	0	21	25	0	0	0	0
Total COREDE-SUL	132	122	964	974	6	6	8.880	8.267	32	30	94	105

Fonte: (Departamento de Informática do SUS - DATASUS, 2016).

Nota: \* por 1.000 nascidos vivos; \*\* &lt; 2500 g.; \*\*\* ≥ 4 consultas.

Os indicadores de vida e saúde dos municípios da região correspondem à média do Rio Grande do Sul com variações para mais e para menos em todos os itens pesquisados.

Os municípios de Pelotas e Rio Grande em decorrência de serem os mais populosos, em número absolutos impactam para mais ou para menos a estatística, embora do ponto de vista das médias regionais acompanhem a redução da taxa de mortalidade infantil, o aumento de nascidos vivos com = ou + de 7 consultas pré-natais e o aumento de nascidos de parto cesáreo.

### 5.3.5 Número de Óbitos e Mortalidade Geral

O levantamento de óbitos e mortalidade geral na região apresenta redução positiva nas mortes infantis e nos óbitos por causas evitáveis no grupo até 5 anos de idade. Os números dos dois tipos indicam, uma melhoria no atendimento à primeira infância.

Tabela 28 - Número de óbitos, por tipo e mortalidade geral nos municípios da Região Sul – 2001 a 2013

Anos	Infantil	Causas evitáveis*	Causas evitáveis**	Causas externas	Mortalidade geral
2001	262	303	3.787	463	6.236
2002	251	287	3.844	441	6.556
2003	235	280	3.884	448	6.656
2004	225	253	4.065	494	6.875
2005	196	237	3.815	500	6.623
2006	177	213	3.846	476	6.809
2007	127	157	4.047	517	7.212
2008	159	189	3.925	558	6.837
2009	153	175	4.042	536	7.099
2010	132	150	3.864	506	7.005
2011	143	164	4.132	517	7.509
2012	157	178	4.094	576	7.347
2013	123	139	4.159	522	7.517

Fonte: (Departamento de Informática do SUS - DATASUS, 2016).

Nota: \* Menores de 5 anos; \*\* de 6 a 74 anos; - Mortalidade geral inclui mortes naturais (Saúde).

Quando se observa os óbitos por causas evitáveis no grupo de 6 a 74 anos, embora o aumento tenha sido pequeno, 9,8%, podemos afirmar que os atendimentos nestes casos deixam a desejar. Nos óbitos por causas externas, o aumento de 12,7% no período observado pode indicar que os investimentos em segurança (criminalidade e trânsito), não acompanharam o crescimento populacional e o aumento da degradação do tecido social.

Na mortalidade geral o aumento foi de 20,5% em treze anos, percentual abaixo de média estadual (ver anexo 8).



## 5.4 SEGURANÇA

### 5.4.1 População Carcerária

De 2002 a 2014 o número de vagas nos presídios da região passou de 653 para 1.200, um crescimento de 84%. No mesmo período o número de presidiários passou de 874 para 2.305 ou 164% tabela 29.

Tabela 29 - Número de vagas e população carcerária nos municípios da Região Sul 2002 e 2014

Presídio	2002		2014	
	Vagas	População	Vagas	População
Canguçu	24	31	60	82
Jaguarão	38	40	52	97
Pelotas	305	388	472	1.045
Rio Grande	256	345	568	988
Santa Vitória do Palmar	30	70	48	93
Total COREDE-SUL	653	74	1.200	2.305
Total RGS	13.473	15.428	21.413	28.247

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

No mesmo período, o número de vagas no Estado variou em 59% e a população carcerária 83%.

### 5.4.2 Número dos Principais Delitos por Tipo

Foram considerados os principais delitos tidos como crimes.

Tabela 30 - Número de delitos por tipo nos municípios da Região Sul 2002 e 2014

Tipos de delitos	Pelotas		Rio Grande		Outros		Total da Região	
	2002	2014	2002	2014	2002	2014	2002	2014
Homicídio doloso	17	64	18	56	18	17	53	137
Latrocínio	2	6	0	3	0	3	2	12
Furto de veículos	494	813	250	337	94	171	838	1.321
Posse entorpecente	145	271	100	322	75	255	320	848
Tráfico entorpecente	20	222	29	293	17	117	66	632
Estelionato	499	485	212	339	160	200	871	1.024
Roubos à mão armada	2.121	2.830	1.478	1.636	243	277	3.842	4.743
Total	3.298	4.691	2.087	2.986	607	1.040	5.992	8.717

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016). Cálculos: equipe técnica do COREDE-SUL.

No período analisado todos os crimes levantados, com exceção do estelionato, tiveram crescimento acentuado na região. Pelotas e Rio Grande são redutos de mais de 60% de todos

os delitos ocorridos em 2002 e, em 2014. Pelotas lidera o *ranking* da criminalidade regional tabela 30.

O tráfico de entorpecentes teve um aumento de 857% e homicídios considerado parâmetro de violência – cresceu 158%. No total, os crimes observados cresceram 45%.

Tabela 31 - Número de mulheres vítimas – Lei Maria da Penha – que registraram ocorrência – 2012 e 2015

Municípios	Ameaça		Lesão Corporal		Estupro		Atentado / Homicídio		Femicídio	
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015
Amaral Ferrador	14	6	3	4	0	0	1	0	-	-
Arroio do Padre	0	1	3	0	1	0	1	0	-	-
Arroio Grande	51	38	31	24	5	2	0	1	-	-
Canguçu	137	78	54	43	3	0	2	1	2	0
Capão do Leão	74	58	56	45	4	2	0	0	0	0
Cerrito	8	8	0	3	1	0	-	-	-	-
Chuí	17	16	22	11	1	0	0	0	-	-
Herval	35	17	12	9	1	0	-	-	-	-
Jaguarão	91	42	57	45	3	1	-	-	-	-
Morro Redondo	3	9		3	2	0	-	-	-	-
Pedras Altas	2	0	2	0	-	-	-	-	-	-
Pedro Osório	24	36	12	19	-	-	1	1	-	-
Pelotas	1128	713	900	526	25	7	5	8	3	2
Pinheiro Machado	34	26	36	21	2	1	-	-	-	-
Piratini	47	28	32	19	4	0	1	6	-	-
Rio Grande	686	535	534	463	24	2	11	1	0	1
Santa Vitória do Palmar	180	104	87	72	5	3	4	0	-	-
Santana da Boa Vista	30	14	8	6	2	0	0	1	1	0
São José do Norte	50	56	22	10	2	0	0	-	-	-
São Lourenço do Sul	108	70	58	52	0	2	-	-	-	-
Turuçu	1	1	2	2	0	-	-	-	-	-
Total	2.732	1.864	1.944	1.386	86	20	26	19	6	3
Rio Grande do Sul	30.292	21.261	27.136	17.775	1.381	414	229	233	101	64

Fonte : (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: (-) sem informação ou não houve crime. Tavares: sem informação.

A análise da tabela 31 indica que os crimes contra mulheres decresceram na região e no Estado de acordo com os registros oficiais, entre 2012 e 2015.

As ameaças tiveram redução de 47%, as lesões corporais se reduziram em 40%, os estupros tiveram uma queda de 330% na região. No estado as reduções foram também significativas. Os homicídios caíram 45% na região e no Estado 11%.

A queda da violência contra as mulheres possui, como causas a aplicação da Lei Maria da Penha e criação de delegacias especializadas no atendimento e proteção das vítimas.

O município de maior incidência de ocorrências são Pelotas e Rio Grande.

### 5.4.3 Efetivo Policial

O principal eixo regional Pelotas-Rio Grande sedia as unidades policiais de maior porte que atendem, aproximadamente, 30 municípios da região. O trabalho de segurança da Região Sul faz ligação com a estrutura existente em Bagé no COREDE Campanha, tabela 32.

Tabela 32 - Efetivo da Brigada Militar e da Polícia Civil nos municípios da Região Sul 2015

<b>Municípios</b>	<b>Brigada Militar</b>	<b>Polícia Civil</b>
Amaral Ferrador	Destacamento	0
Arroio do Padre	Destacamento	0
Arroio Grande	Destacamento	(-)
Canguçu	Pelotão	Delegacia
Capão do Leão	Destacamento	(-)
Cerrito	Grupo	0
Chuí	(-)	(-)
Herval	(-)	(-)
Jaguarão	Pelotão	Delegacia
Morro Redondo	Destacamento	Sub-Delegacia
Pedras Altas	(-)	(-)
Pedro Osório	Grupo	Inspetores
Pelotas	Batalhão\Cia. Amb.	Delegacia (6)
Pinheiro Machado	Grupo	Delegacia
Piratini	Destacamento	Sub-Delegacia
Rio Grande	Batalhão\Cia. Amb.	Delegacia (4)
Santa Vitória do Palmar	Pelotão	Sub-Delegacia
Santana da Boa Vista	(-)	(-)
São José do Norte	Pelotão	Sub-Delegacia
São Lourenço do Sul	Pelotão	Delegacia
Tavares	(-)	Sub-Delegacia
Turuçu	Grupo	Sub-Delegacia
Total COREDE-SUL	1.500 profissionais	120 profissionais

Fonte: Pesquisa direta. As informações acima devem ser confirmadas.

O município de Pelotas sedia o Comando Regional de Polícia Operacional – CRPO, que tem jurisdição sobre municípios de toda a região. Pelotas e Rio Grande possuem quartéis do Corpo de Bombeiros.

Pelotas também sedia uma unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), um Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE).

A região ainda conta com duas unidades da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) e dois Institutos Geral de Perícias (IGP).

A Polícia Federal se faz presente na região com duas delegacias regionais: Pelotas e Rio Grande. Da mesma forma a Polícia Rodoviária Federal possui postos em todos os trechos das BRs que passam pela região. Nas estradas estaduais, em todas, se encontram postos da Polícia Rodoviária Estadual.

No município de Pelotas está localizado o Comando da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada e, em Rio Grande, a 5ª Capitania dos Portos.

## 5.5 CULTURA

A cultura regional é, em resumo, resultado da influência das etnias que contribuíram para a formação do povo da região. A Região Sul também se destaca pelo seu vasto patrimônio cultural material e imaterial. Pela influência dos inúmeros imigrantes que influenciaram na gastronomia, nas artes (dança, música, teatro, poesia); no artesanato; na arquitetura, na religiosidade, nos usos e costumes.

Na Região Sul não há uma homogeneidade cultural, mas um mosaico de diversas vertentes culturais que formam juntos, a sua identidade cultural. Dentre a riqueza étnica da região podem ser citadas como vertentes culturais as colonizações: Alemã, Africana, Portuguesa, Árabe, Francesa e Nativa. Esta diversidade cultural proporcionou a construção de um patrimônio material e imaterial considerável.

Por influência destas etnias a região possui várias associações culturais, tais como: Italiana, Libanesa, Portuguesa, Alemã, Africana (com forte influência no carnaval de rua), entre outras de igual importância.

O conjunto arquitetônico derivado de diversas escolas e pensamentos representam um acervo valioso constituído por teatros, castelos, fazendas, museus, charqueadas, casarões, chafarizes, monumentos históricos, como as obras do escultor Antônio Caríngi, prédios como a Catedral São Francisco de Paula, em Pelotas, com afrescos do Pintor Aldo Locatelli, ou a Catedral de São Pedro, em Rio Grande, somadas a igrejas em vários estilos.

A região possui muitos museus, somados aos sistemas de museus de Pelotas e Rio Grande tem-se os museus de Arroio Grande, Canguçu, Jaguarão, Pinheiro Machado, Piratini, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar.

Destacam-se entre os eventos culturais da Região Sul as atrações e festividades realizadas durante os doze meses do ano. Os principais eventos são a Feira Nacional do Doce – FENADOCE (Pelotas), Semana Farroupilha (Piratini), Reponte da Canção (São Lourenço do Sul), Festival Internacional SESC da Música (SESC/Pelotas), Festival de Dança (Pelotas), Carnaval de Inverno (Canguçu), Carnaval de rua em Jaguarão, Carnaval nas praias do Cassino, Laranjal e São Lourenço do Sul, Festival de Bandas (São Lourenço do Sul), várias festas religiosas (Nossa Senhora dos Navegantes, Iemanjá, Nossa Senhora de Guadalupe).

A cultura gaúcha possui uma forte representação na região com os seus movimentos de tradição gaúcha e inúmeros CTGs e Invernadas, promovendo festivais de dança, música e poesia.

A região possui um número significativo de grupos culturais, escolas de artes (cinema, teatro, danças), como por exemplo, a Trupe Circence de Pelotas – OPTC, mais conhecida como Grupo Tholl, a Sociedade Música pela Música, Grupos de Hip Hop, grupos ligados a projetos sociais como os Grupos Anjos e Querubins e Notas de Esperança, em Pelotas.

## 5.6 EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Ao se considerar equidade social como a busca de objetivos devidamente estabelecidos no planejamento e nas políticas públicas, se pode afirmar que na Região Sul, o caminho ainda é longo. Apesar dos avanços, principalmente na educação, saúde e renda, a região abriga ainda, bolsões sociais onde as condições de abastecimento, saneamento básico e habitação deixam suas populações à margem do bem-estar minimamente desejável.

Na distribuição da renda houve a inclusão de parcelas significativas da população das Classes D e E mas, a renda média de toda a população regional é baixa.

Em função do quadro da equidade e inclusão social verificado na região, é possível afirmar que os governos municipais, ao longo dos anos, não têm estabelecido objetivos e funções sociais que modifiquem este quadro e garantam melhorias efetivas para os cidadãos.

No entanto, notam-se melhorias razoáveis em outros aspectos do cotidiano regional.

Todos os municípios da região são dotados de quantidade razoável de praças, parques, quadras poliesportivas, campos de futebol e outros tipos de centros de convivência, lazer e cultura.

## 5.7 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Repassando os dados até aqui, resta avaliar o estágio de desenvolvimento da Região Sul. E o melhor instrumento para tal é o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, elaborado pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE.

Tabela 33 - Índice da Educação (Novo IDESE) da Região Sul e do Rio Grande do Sul – 2007 e 2013

<b>Especificação</b>	<b>2007</b>	<b>2013</b>
<b>Região</b>		
Índice Geral	0,639	0,686
Pré-escola	0,403	0,639
Ensino Médio	0,746	0,699
Ensino Jovens e Adultos	0,358	0,414
<b>Rio Grande do Sul</b>		
Índice Geral	0,700	0,747
Pré-escola	0,529	0,687
Ensino Fundamental	0,630	0,694
Ensino Médio	0,828	0,752
Ensino Jovens e Adultos	0,525	0,583

Fonte: : (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Na Educação, entre 2007 e 2013, o Índice Geral passou de 0,639 para 0,686, apenas 0,047. No mesmo período, o crescimento do Rio Grande do Sul foi o mesmo, passou de 0,700 para 0,747. Na estrutura do índice regional, o Ensino da Pré-escola passou 0,403 para 0,639 ou 58%. O Ensino Fundamental de 0,600 foi para 0,663, o Ensino Médio caiu de 0,746 para 0,699 e o Ensino de Jovens e Adultos passou de 0,358 para 0,414.

Na estrutura da Educação do Estado a performance foi a mesma. O índice do Ensino Médio declínio, enquanto os demais cresceram, mas, como na região, de forma modesta.

Os municípios de Tavares com 0,897, Arroio do Padre com 0,845 e Jaguarão com 0,755 foram os municípios da região que mais evoluíram no Ensino da Pré-escola. No Ensino Fundamental, os municípios de Canguçu, Cerrito, São Lourenço do Sul e Turuçu tiveram índices acima de 0,700. Os demais municípios tiveram índices abaixo do 0,700. No Ensino Médio os municípios de Arroio do Padre, Chuí, Jaguarão, Pedras Altas, Pelotas, Piratini, Santa Vitória do Palmar e Tavares tiveram valores acima 0,700. O município de Santana da Boa Vista obteve o índice máximo 1,000 em 2013. No Ensino de Jovens e Adultos todos os municípios tiveram índices muito baixo. Este quadro se assemelha ao panorama do EJA no Rio Grande do Sul.

Analisando o Índice Geral nota-se que entre os anos de 2007 e 2013 o Ensino Médio e o Ensino de Jovens e Adultos contribuíram para reduzir a média na região e no Estado.

Tabela 34 - Índice de Saúde (Novo IDESE) da Região Sul e do Rio Grande do Sul – 2007 e 2013

<b>Especificação</b>	<b>2007</b>	<b>2013</b>
<b>Região</b>		
Mortes por Causas Evitáveis	0,560	0,550
Mortes por Causas Mal Definidas	0,828	0,839
Consultas Pré-natal	0,669	0,636
Mortalidade com menos de 5 anos	0,862	0,883
Longevidade	0,837	0,865
Condições Gerais de Saúde	0,694	0,694
<b>Rio Grande do Sul</b>		
Mortes por Causas Evitáveis	0,599	0,598
Mortes por Causas Mal Definidas	0,886	0,897
Consultas Pré-natal	0,680	0,713
Mortalidade com menos de 5 anos	0,901	0,928
Longevidade	0,830	0,858
Condições Gerais de Saúde	0,748	0,748

Fonte : (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: - Os índices Mortes por Causas Evitáveis e Mortes por Causas Mal Definidas formam o índice Condições Gerais de Saúde; os índices Consultas Pré-natal e Mortalidade com menos de 5 anos compõem o índice Saúde Materno Infantil.

Na Saúde, o IDESE da região teve um comportamento evolutivo semelhante ao ocorrido com o IDESE Estadual, mas, com valores mais baixos.

No indicador Condições Gerais de Saúde o índice na região permaneceu o mesmo no período 2007/2013, ou seja, 0,694. O mesmo aconteceu no Estado, ou seja 0,748. No indicador Longevidade, o índice regional em 2013 estava em 0,865 enquanto o do Estado estava em 0,858, praticamente iguais. No indicador Saúde Materno Infantil que inclui Consultas Pré-natal e Mortalidade com menos de anos, a região teve no primeiro indicador, uma leve queda de 0,669 para 0,636. Já no indicador Mortalidade Infantil, o índice que era positivamente elevado em 2007, 0,862, em 2013 subiu para 0,883. As mesmas variações ocorreram nos índices estaduais, que, no entanto, em 2013 estavam em patamares mais elevados.

Na região, o índice de Mortes por Causas Evitáveis permaneceu baixo no período 0,550, no Estado o índice foi 0,598, ou seja, em 2013 não houve evolução em relação a 2007. No índice óbitos por Causas Mal Definidas os índices da região e do Estado se assemelharam em 2013, 0,839 e 0,897 respectivamente. Estes valores são considerados.

No item longevidade tanto em 2007 como em 2013 os índices da região e do Estado se assemelharam e, em patamares elevados. A região em cerca de 0,805 e o Estado em 0,858.

Em Mortes por Causas Evitáveis com exceção do município do Chuí com 0,809 e do Arroio do Padre com 0,719, os demais municípios apresentaram em 2013, valores muito baixos. Esta situação pode indicar deficiência na estrutura de Pronto Atendimento e de atendimento de baixa complexidade. Em óbitos por Causas Mal Definidas dos índices de todos os municípios foram elevados, indicando atendimento de qualidade para os pacientes que conseguem hospitalização.

Na Saúde Materno Infantil, os índices de Consultas Pré-natal mantiveram-se em todos os municípios da Região Sul em níveis intermediários, sendo que Amaral Ferrador apresentou em 2013 um valor superior aos demais 0,725. Em Mortalidade de Menores de 5 anos todos os municípios apresentaram em 2013 índices considerados altos.

No item Longevidade a média da região é levemente superior à média Estadual, 0,865 e 0,858 respectivamente. Chuí com 1,000, Arroio do Padre cm 0,991, Amaral Ferrador com 0,908 e Tavares com 0,907 são os municípios de maior Longevidade.

Tabela 35 - Índice da Renda (Novo IDESE) da Região Sul e do Rio Grande do Sul – 2007 e 2013

<b>Especificação</b>	<b>2007</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>
<b>Região</b>			
Índice de Apropriação	0,495	0,624	26,0
Índice de Geração	0,528	0,545	3,2
Índice Geral	0,519	0,585	12,7
<b>Rio Grande do Sul</b>			
Índice de Apropriação	0,667	0,779	16,8
Índice de Geração	0,698	0,725	3,9
Índice Geral	0,682	0,752	10,3

Fonte:: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

No IDESE Renda a região evoluiu pouco no período 2007/2013. O Índice Geral passou de 0,519 para 0,585, o Índice de Apropriação de Renda passou de 0,495 para 0,624 e o Índice de Geração de Renda passou de 0,519 para 0,585. No contexto Estadual os três índices tiveram crescimento menores, mas, estavam em 2007 e 2013 em patamares mais elevados. No

Índice de Geração de Renda merecem ser destacados os municípios de Rio Grande com 0,809 e Pedras Altas com 0,731. Em Apropriação de Renda merece citação Rio Grande com 0,755 e Pelotas com 0,749 No Índice Geral de Renda, apenas Rio Grande com 0,782 merece destaque.

Tabela 36 - Série histórica do Novo IDESE de educação, saúde, renda e geral da Região Sul – 2007 e 2013

IDESE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Educação	0,536	0,537	0,544	0,541	0,565	0,585	0,604
Saúde	0,770	0,778	0,779	0,786	0,777	0,780	0,773
Renda	0,519	0,527	0,539	0,508	0,518	0,539	0,585
Geral	0,639	0,645	0,652	0,646	0,655	0,667	0,686

Fonte : (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nos índices de educação, saúde, renda e geral no período observado, a região variou levemente para mais. Em relação ao Rio Grande do Sul, a região está abaixo da média Estadual nos quatro itens referenciados.

Na região os municípios de Jaguarão (0,676), Chuí (0,667), Pelotas (0,654), Rio Grande (0,647) e Santana da Boa Vista (0,647) alcançaram as melhores performances em educação em 2013.

Na saúde os municípios de Chuí (0,871), Arroio do Padre (0,828), Amaral Ferrador (0,806) e Turuçu (0,782) alcançaram as melhores taxas inclusive superiores à média do Estado em 2013.

Na renda, os municípios com melhores desempenhos em 2013 foram, pela ordem, Rio Grande (0,782), Pelotas (0,654), Santa Vitória do Palmar (0,628) e Chuí (0,627). O município de Rio Grande possui índice de renda superior à média do Estado.

## 5.8 HABITAÇÃO

Neste aspecto a Região Sul não é diferente do resto do país. Os setores comercial, industrial e demais oportunidades de emprego nos municípios de maior porte, como Pelotas e Rio Grande tem atraído habitantes dos municípios menores, em busca de emprego e melhor condição de vida, mas alguns acabam frustrados no seu objetivo permanecendo no município em condições piores do que viviam nos seus locais de origem, mormente no aspecto habitação. Da mesma forma ocorre com o êxodo rural em quase todos os municípios, onde produtores e demais familiares, inconformadas com a falta de expectativas se deslocam para os centros urbanos deixando para trás propriedades antes base de sustentação, para se tornarem sítios de lazer de pessoas radicadas no meio urbano.

O resultado desse processo é que, 84,7% dos domicílios da Região Sul estão nas regiões urbanas e apenas 15,3% nas zonas rurais.

Esta situação se deve, também, a redução das atividades primárias exigentes na força de trabalho manual, associado a mecanização das atividades agrícolas, predominantemente extensivas na Região.

Como resultado, existem quase mil sub-habitações, 61.503 pessoas sem moradia e um déficit de 18.925 moradias. Em 2010, especialmente nos municípios de Pelotas e Rio Grande, havia dezenas de áreas de ocupação irregular.



A região é carente em políticas de descentralização de empreendimentos dos centros urbanos para os espaços rurais, com infraestrutura para atender as exigências da saúde, educação, lazer e acessos individuais ou coletivos que facilitem os deslocamentos, para manter um número maior de domicílios na Zona Rural.

## 6 DIMENSÃO INFRAESTRUTURA E DE GESTÃO PÚBLICA

Na dimensão infraestrutura foram observadas o estado atual e a falta dos equipamentos públicos que colocam as inter-relações municipais em conexão ampla, via integração dos modais de transporte, das instalações de logística e das condições de energia e comunicação.

### 6.1 LOGÍSTICA E TRANSPORTE

Na logística a região é contemplada com a infraestrutura do Porto do Rio Grande e os Portos auxiliares de Pelotas e Santa Vitória do Palmar e, com os pátios de manobra da Receita Federal nos municípios do Chuí e de Jaguarão.

O município de Pelotas se constitui num amplo campo de recebimento e redistribuição de mercadorias para mais de 30 municípios. No município, mais de cem transportadoras possuem sedes ou entrepostos.

Em decorrência do grande aumento da movimentação de cargas nas rodovias da região, apesar da razoável estrutura logística, são afetadas por gargalos, em pontos de acúmulo de veículos pesados de cargas. Para maior racionalidade e alívio da pressão sobre as rodovias se deve, com urgência ampliar e qualificar o transporte por hidrovia e ferrovia.

Para demonstrar o impacto que a logística de transporte tem na geração de riqueza e no desenvolvimento da região não é preciso exercícios econométricos. Uma análise atenta às inter-relações econômicas e sociais dentro da comunidade e no conjunto relacional entre várias comunidades, mostra de forma cabal que logística e transporte estão estabelecido no esforço do desenvolvimento tanto no nível empírico quanto no resultado depurado pela econometria.

Com este pressuposto as propostas que serão apresentadas na carteira de projetos levarão em conta os investimentos em logística e transporte que afetam diretamente a transferência de bens e serviços e conseqüentemente, colaboração para a redução dos custos no escoamento de insumos e produtos.

É importante assinalar que os sistemas de transportes em seus diversos modais é elemento essencial para economia regional.

Tendo o município de Pelotas como Polo geoeconômico da Região, várias rodovias federais convergem para o município sendo as principais a BR 116, BR 293, BR 392 e BR 471.

A Região também está interligada ao ramal ferroviário que dá acesso ao Porto do Rio Grande, às fronteiras da Argentina e Uruguai e outros estados brasileiros. A capacidade de tração do tronco São Borja e Rio Grande oscila entre 600 a 1.000 toneladas.

Uma característica da Região é estar cercada de águas oriundas das Bacias das lagoas dos Patos, Mirim e Mangueira, perfeitamente navegáveis, que recebem 70% do volume de águas fluviais do Rio Grande do Sul. Estas lagoas têm importantes reflexos sobre os aspectos físicos e econômicos para os municípios da Região.

A Lagoa dos Patos é considerada uma das maiores lagoas de água doce do mundo, com enorme potencial econômico e turístico. O canal do São Gonçalo, que liga os municípios de Pelotas e Rio Grande é navegável em toda a sua extensão e faz a ligação entre as Lagoas dos Patos e Mirim. Esta última é um importante reservatório de água doce, também localizada na Região Sul, a exemplo da Lagoa Mangueira e tem servido de apoio à irrigação de arroz para os municípios produtores.

### 6.1.1 Aeroportos

A Região possui dois aeroportos, um localizado no município de Pelotas, com status de aeroporto internacional, equipado para receber aviões de grande porte, com estrutura composta de quatro salas de embarque e desembarque de passageiros, é alfandegado, considerado estratégico para operações da FAB. O outro aeroporto está localizado no município de Rio Grande com movimentações diárias para Pelotas e Porto Alegre.

### 6.1.2 Portos

A Região Sul é privilegiada na presença de portos. O Complexo Porto do Rio Grande, localizado nos municípios de Rio Grande e São José do Norte é considerado o segundo porto nacional na movimentação de contêiner e o terceiro em cargas totais. Por seus aspectos geográficos, o Porto consolidou-se como o porto do CONESUL, sendo um dos mais importantes do continente sul-americano. É também o ponto perfeito para transbordo e complemento de cargas de granéis dos países da Bacia Hidrográfica do Prata.

O Porto possui condições favoráveis à intermodalidade, com malhas modais bem distribuídas no território gaúcho, modais rodoviários, hidroviários, ferroviários e aeroportuários, quase todos em bom estado de conservação e considerados alguns dos melhores do cenário nacional. Necessitando de melhoramento, como dito anteriormente, nas condições das hidrovias e na complementação da ferrovia ligando o Porto do Rio Grande com as Regiões Metropolitana e Serra.

Esta multimodalidade reduz custos e aumenta a eficiência logística de seus serviços, tornando mais atrativo o valor das mercadorias que passam por suas instalações.

A atual estrutura do Porto do Rio Grande mantém doze operadores portuários, 26 despachantes aduaneiros, 26 agências de navegação, onze sindicatos, um órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário do porto organizado do Rio Grande – OGMO Rio Grande, onze rebocadores, nove terminais retro portuários, três estruturas de cais acostáveis, sete áreas de fundeio, e quatro áreas de zoneamentos.

O porto possui três armazéns, com dois mil metros quadrados de área cada um, sendo um deles destinado à Celulose Rio-grandense. Os outros dois, alfandegados pela Receita Federal, costumam ser divididos entre os usos do próprio órgão federal (em função de cargas apreendidas) e também para armazenagem de fertilizantes.

O segundo porto importante da região é o Porto de Pelotas que possui infraestrutura preparada para atender acréscimos de demanda em relação a atual movimentação.

Em 2016, entre os meses de janeiro e julho foram movimentadas mais de 23 milhões de toneladas de cargas, um recorde para o período. O número garante aos primeiros sete meses de 2016 um aumento de 6,7% quando comparado ao mesmo período de 2015. Ao dividir as cargas o Granel Sólido, composto principalmente pelos grãos, movimentou mais de 14 milhões de toneladas. O Granel Líquido ultrapassa 2,7 milhões de toneladas com crescimento de 9,7% e a Carga Geral, que enquadra a celulose e toras de madeiras, ultrapassa 6,1 milhões de toneladas com o expressivo aumento de 42,4%.

Dos granéis sólidos movimentados pelo porto, apenas o trigo se destaca negativamente em 2016, tendo queda de 41%. Isto, porém, não causou surpresa, visto que em 2015 houve embarque atípico de trigo já que o país sempre foi um grande importador do grão.

Enquanto o trigo apresenta queda, os demais produtos, considerando embarque e desembarque, sobem na movimentação como o arroz (+27,3%), o milho (+ 101,1%) e a cevada (+ 74,6%).

O complexo soja segue sendo destaque na movimentação portuária. Até o mês de julho de 2016 foram movimentados 8,8 milhões de toneladas divididas entre farelo, óleo e grão. O número representa um aumento de 1% quando comparado ao mesmo período de 2015. Os containers tiveram crescimento de 1,2% passando de 405.268 para 410.448 TEUS (toneladas de contêineres). Nos setes primeiros meses de 2016 foram 1.894 viagens de embarcações realizando as operações de cabotagem, de longo curso e navegação interior.

O Porto do Rio Grande, pela sua posição estratégica para o MERCOSUL e para o resto do mundo, tem a sua importância nacional nas importações e exportações, mas é o setor produtivo gaúcho a base para a sua movimentação. O bom momento da soja gaúcha e também a intensa movimentação da Celulose Rio Grandense tem proporcionado ao complexo o crescimento numérico. Estes números positivos impulsionado a geração de empregos e renda, principalmente no município de Rio Grande.

Recentemente foi concluído o pátio de manobras e armazenagem de madeira da CMPC Celulose Rio-grandense, sediada em Guaíba. O pátio possui 23 mil m<sup>2</sup>. Assim, o porto que hoje movimenta 400 mil toneladas/ano passara a movimentar 1,6 milhões de toneladas. O empreendimento gerara 800 empregos diretos em silvicultura, colheita, transporte e operações portuárias.

O transporte de madeira a partir do porto de Pelotas, tirara até 80 caminhões da rodovia BR116. Com área de recepção, embarque e desembarque, o terminal recebera madeira de 14 municípios, Aceguá, Arroio Grande, Bagé, Candiota, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Pedras Altas, Pedro Osorio, Pinheiro Machado, Piratini e Rio Grande. São dez municípios da região sul e quatro da região da campanha. Serão necessários 100 mil hectares de área plantada para sustentação do projeto que terá um impacto de 4,5 bilhões por ano na economia regional.

As toras de eucalipto serão transportadas para Pelotas pelas BRs 116 e 392. De Pelotas seguirão por hidrovia até Guaíba. Depois, a celulose produzida é encaminhada para os mercados interno e externo a partir do Porto de Rio Grande, onde chega de Guaíba, novamente por hidrovia.

Figura 10 - Mapa dos aeroportos e portos do RS



Fonte: (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SEPLAN, 2012).

### 6.1.3 Rodovias

No contexto do desenvolvimento da Região Sul, os meios de transporte são um dos principais elementos para garantir a infraestrutura, ou seja, o suporte material para a instrumentalização do crescimento, em função das distâncias entre os municípios.

O transporte rodoviário é o principal sistema logístico da região e conta com mais de 1.500 km de estradas e rodovias, por onde circulam, cerca de 85% de todas as cargas movimentadas na região.

Na Figura 11 se observa que a região é cortada por várias rodovias federais que convergem, a maioria delas, para o município de Pelotas.

A BR 101 liga o município de São José do Norte ao município de Osório, tangenciando o litoral. A BR 116 liga a capital do Estado ao município de Jaguarão, na fronteira com o Uruguai.

A BR 293 liga o município de Pelotas aos municípios de Bagé, Santana do Livramento, Quaraí e Uruguaiana, com acesso facilitado ao Uruguai e Argentina.

A BR 392 liga o município de Rio Grande ao município de Pelotas, estendendo-se aos demais municípios Polos do Rio Grande do Sul e resto do país.

A BR 471 liga o município de Pelotas aos municípios de Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Chuí, fazendo intersecção com a BR 392.

Como a Região depende quase que exclusivamente do setor rodoviário para a comunicação entre os municípios, vários acessos considerados prioritários encontram-se em fase de conclusão ou ainda não iniciados, quais sejam:

ERS 608, comunicação do município de Pedras Altas com o município de Pinheiro Machado, via BR 392, obra iniciada com 50% (base de brita), atualmente paralisada.

ERS 354, comunicação do município de Amaral Ferrador com o município de Cristal, ainda não iniciada, faltando 37,42 km a ser asfaltado.

ERS 706, ligação entre o município de Cerrito à BR293, obra paralisada, faltando 3 km a ser asfaltado.

ERS 265, ligação entre os municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu concluída, faltando asfaltar o trecho entre Canguçu e Piratini.

RST 473, ponte de Santa Isabel, necessitando projeto e construção.

Ponte do Costa, ligação do município de Piratini à BR, necessitando reforma.

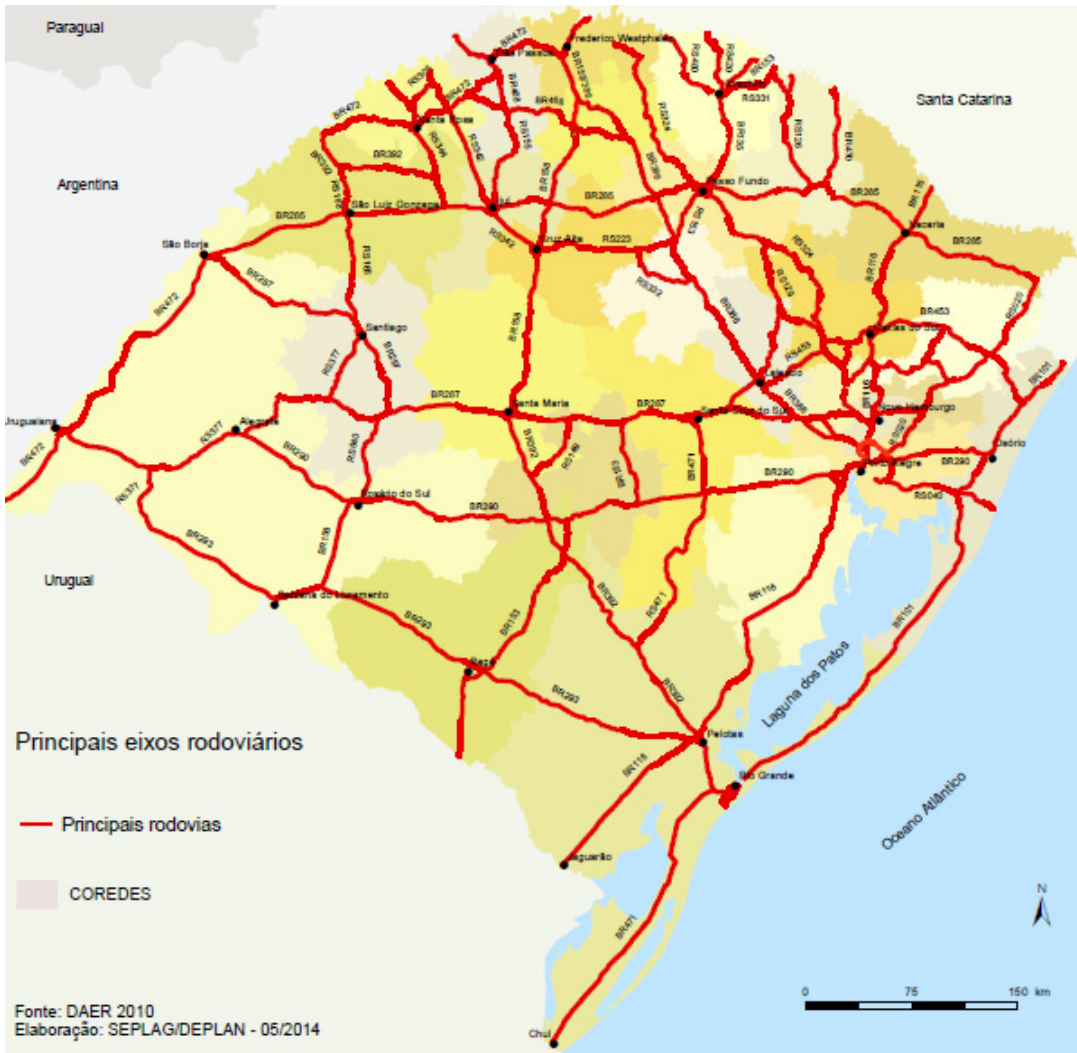
Ligação a seco do município de Rio Grande ao município de São José do Norte, em processo de definição do projeto.

Segunda ponte que liga o município de Jaguarão ao Uruguai, construção prevista mas não iniciada.

Recuperação da segunda ponte, que liga os municípios de Pelotas à Rio Grande, via BR 392, está paralisada.

Construção do anel rodoviário no entorno do município de Pelotas entroncamento das BRs 116, 293, 392, necessitando recursos federais para a sua conclusão.

Figura 11 - Mapa dos principais eixos rodoviários do RS



Fonte: (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SEPLAN, 2012).

Todos os municípios situados na Região Sul têm acesso a Capital do Estado via rodovias Federais. Na Tabela 24 consta as distâncias de cada município a Capital, sendo o mais próximo Amaral Ferrador e o mais distante Chuí.

Tabela 37 - Distâncias dos municípios da Região Sul à Capital do Estado do RS

Município	Distância em Km
Amaral Ferrador	189
Arroio Grande	336
Arroio do Padre	260
Canguçu	272
Capão do Leão	260
Cerrito	301

<b>Município</b>	<b>Distância em Km</b>
Chuí	513
Herval	386
Jaguarão	382
Morro Redondo	284
Pedras Altas	389
Pedro Osório	299
Pelotas	253
Pinheiro Machado	348
Piratini	340
Rio Grande	310
Santa Vitória do Palmar	493
Santana da Boa Vista	290
São José do Norte	340
São Lourenço do Sul	194
Tavares	215
Turuçu	206

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Em termos de estradas estaduais, a região está contemplada com cerca de 358 km de estradas, que ligam os municípios entre si, ou propiciam acesso às BRS.

As rodovias com maior extensão, ou seja, com mais de 20 km, estão assim distribuídas: a) Pedras Altas (fim da trav. Municipal) – entrada para a BRS 473/ERS 655, município de Herval com 48,18 km; b) Entrada BRS 293 que liga os municípios de Pinheiro Machado a Piratini, com 34,80 km; c) Entrada para BRS 392 para Canguçu-Minas do Camaquã, com 33,55 km; d) Entrada para a BRS 293/ERS 265 que liga o município de Pedras Altas a CANCELÃO, com 32,74 km; e) Entrada para a BRS 116 do município de Arroio do Padre para Pelotas com 25,70 km; f) Entrada para o município de Jaguarão-Passo do Centurião (fronteira do Brasil com o Uruguai) com 25,70 km; g) Entrada para o município de Arroio Grande (fim TRV-Municipal) , acesso para a BRS 473 (Airosa Galvão), com 23,92 km.

#### **6.1.4 Hidrovias**

A região é privilegiada na existência de um porto marítimo, localizado no canal da barra do Rio Grande, ao final da laguna dos Patos, e, ainda, ligado a uma extensa rede hidrográfica (rio Jacuí, canal São Gonçalo e lagoa Mirim), o que possibilita a interligação com o Estado.

O município de Santa Vitória do Palmar possui um pequeno porto, localizado às margens da Lagoa Mirim, que se destina a pequenas embarcações de carga e de turismo.

Entretanto, torna-se evidente que o transporte hidroviário, hoje utilizado em, talvez menos de 5% da carga total movimentada no Porto do Rio Grande, não corresponde a expectativa, pois deveria ser o modal dominante do sistema de acesso àquele terminal portuário.

Certamente a utilização das hidrovias da região reduziria sobremaneira o custo dos transportes, os gastos com a manutenção das rodovias, a poluição do ar, afora poupar vidas,



ceifadas em número alarmante em função dos congestionamentos de cargas, misturadas com veículos particulares em estradas com pouca segurança.

A hidrovia Uruguai-Brasil, localizada na Lagoa Mirim, faz parte de um tratado internacional e está em fase de recuperação da sua navegabilidade.

### **6.1.5 Energia**

A região possui um potencial extraordinário para a produção de energia eólica, gerada a partir das correntes de ar favoráveis da região. Como resultado, a região tem em funcionamento, construção ou previsto, seis (6) parques eólicos.

O primeiro construído e já em funcionamento localizado no município de Santa Vitória do Palmar, denominado Parque Geribatu, com 129 torres de aerogeradores, com capacidade de atendimento de 1,5 milhões de habitantes beneficiados.

O segundo empreendimento eólico da região está instalado também no município de Santa Vitória do Palmar, o Parque Eólico Hermenegildo, com capacidade de gerar mais de 550 megawatts (MW) de energia, suficiente para abastecer uma cidade com 3,4 milhões habitantes.

O terceiro parque eólico, está localizado no município de Chuí, com 71 torres de aerogeradores, com capacidade de atendimento de 800 mil habitantes.

Os outros parques estão localizados no município de Rio Grande. Um na localidade da praia do Cassino, o Parque Eólico Balneário Cassino, com 32 torres e previsão de gerar 64 megawatts e já em funcionamento. Os outros dois parques em fase de construção, um no corredor do Senandes, com 40 aerogeradores e capacidade para fornecer 108 megawatts. O outro parque em construção no município de Rio Grande é o Parque Eólico do Povo Novo, com a previsão de 27 aerogeradores e terá a capacidade de gerar 55 megawatts.

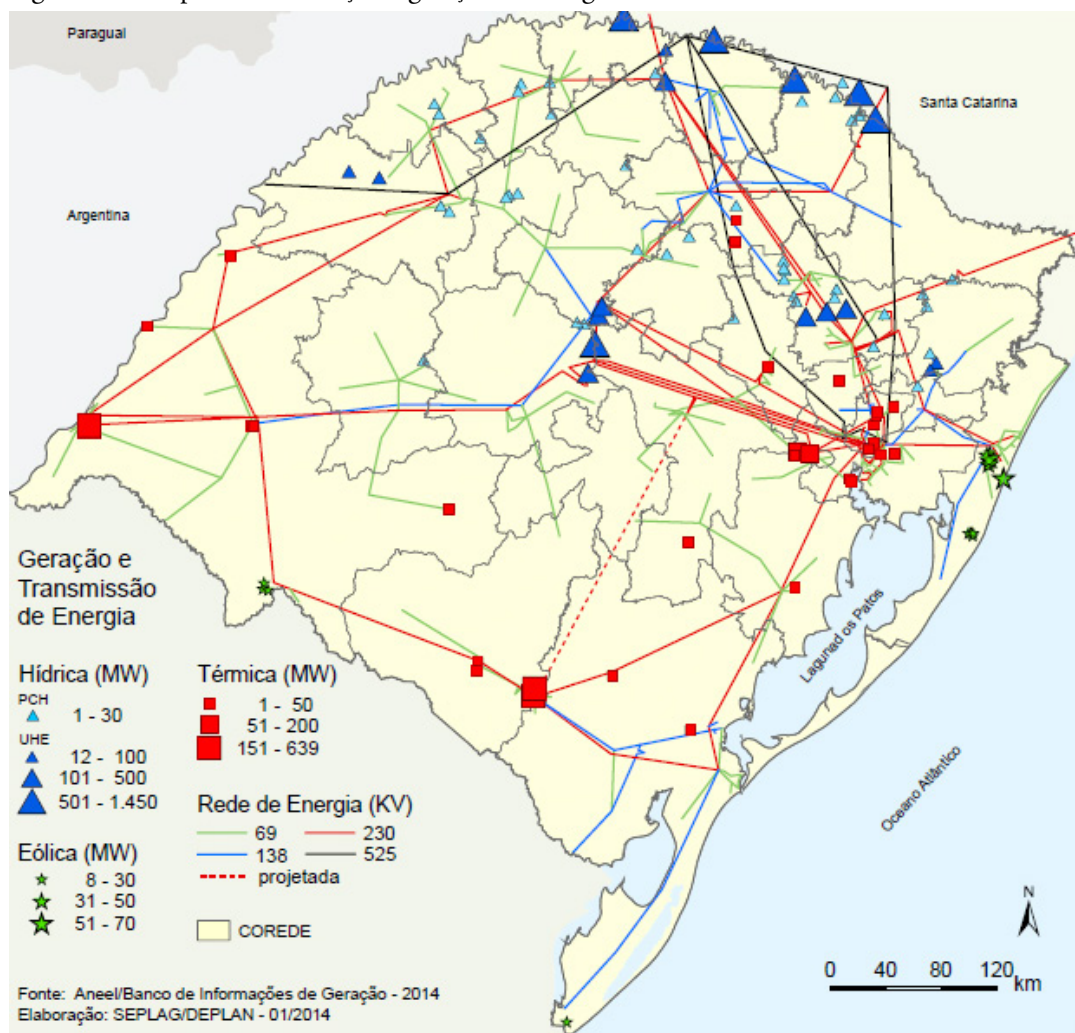
A energia solar transformada em energia térmica e/ou elétrica é uma outra alternativa que desponta na região com boas perspectivas face a duração da incidência e da pouca variação da radiação solar na região na maior parte dos dias do ano. Várias empresas e residências particulares estão sendo beneficiadas com esta alternativa energética, mas ainda sem dados oficiais registrados.

A energia produzida na região é do sistema termoeletrico complementada pelo Sistema Interligado Nacional. As empresas que operam na região são Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE.

O número de consumidores de energia na região passou de 306.419 para 361.094 no período observado, ou seja, um crescimento de 17,8%. No mesmo espaço de tempo o número de consumidores no Estado cresceu 19,2%.

Na região o eixo Pelotas-Rio Grande obteve um aumento de 15,7% no período. Os dois municípios possuíam 62,3% dos consumidores da região tabela 24.

Figura 12 - Mapa da distribuição e geração de energia do RS



Fonte: (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SEPLAN, 2012).

Tabela 38 - Número de consumidores de energia nos municípios da Região Sul nos anos de 2006 e 2013

Municípios	Comercial		Industrial		Rural		Residencial		Setor público		Total	
	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013
Amaral Ferrador	57	63	7	10	897	992	536	749	43	48	1.540	1.862
Arroio do Padre	20	31	2	2	725	764	75	184	14	22	836	1.003
Arroio Grande	403	512	44	26	967	1.131	5.569	6.534	75	79	7.058	8.282
Canguçu	789	985	94	111	8.211	10.132	6.892	9.451	159	164	16.145	20.843
Capão do Leão	241	309	40	65	549	500	6.579	7.898	63	69	7.472	8.841
Cerrito	70	102	31	39	994	1.013	1.337	1.598	43	49	2.475	2.801
Chuí	391	437	5	7	75	128	1.666	2.170	25	36	2.162	2.778
Herval	121	141	2	9	836	1.010	1.990	2.227	53	58	3.002	3.445
Jaguarão	856	925	50	31	646	809	9.114	10.125	88	95	10.754	11.985
Morro Redondo	84	94	33	37	1.279	1.249	1.023	1.417	39	44	2.458	2.841
Pedras Altas	20	30	4	3	564	592	335	408	31	42	954	1.075
Pedro Osório	169	220	23	35	200	210	2.693	2.961	38	37	3.123	3.463
Pelotas	8.770	11.632	1.183	1.356	4.417	4.722	105.907	120.625	516	721	120.793	139.056

Municípios	Comercial		Industrial		Rural		Residencial		Setor público		Total	
	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013
Pinheiro Machado	247	275	11	11	949	1.361	3.753	4.154	61	66	5.021	5.867
Piratini	231	281	39	37	2.554	2.920	4.263	5.646	70	72	7.157	8.956
Rio Grande	4.517	6.155	477	1.238	1.511	1.618	66.887	76.544	363	457	73.755	86.012
Santa Vitória Palmar	692	840	19	41	706	1.132	11.655	13.798	127	150	13.199	15.961
Santana da Boa Vista	128	113	7	6	996	1.622	1.817	2.376	46	4	2.994	4.121
São José do Norte	407	545	32	33	1.500	1.888	6.371	9.122	64	74	8.374	11.662
São Lourenço do Sul	992	1.160	346	435	4.278	4.593	8.018	9.797	151	153	13.785	16.138
Tavares	128	145	11	9	796	862	1.243	1.728	36	43	2.214	2.787
Turuçu	51	68	7	12	507	513	559	693	24	29	1.148	1.315
Total COREDE-SUL	19.384	25.063	2.467	3.553	34.157	39.761	248.282	290.205	2.129	2.512	306.419	361.094
Total RGS	281.224	341.919	53.813	37.103	305.934	334.827	2.881.905	3.494.972	26.544	23.330	3.549.420	4.232.151

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Em relação ao consumo, a região apresentou um crescimento de 35,6% em 2013 quando comparado a 2006. Pelotas liderou o consumo nos dois anos observados. Em 2013 respondeu por 37,3% do total de MWh consumidos. Os municípios de Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul, Pinheiro Machado, Capão do Leão e Canguçu alcançaram consumos significativos tabela 39.

No mesmo período, o consumo estadual aumentou 25%.

Tabela 39 - Consumo de energia (MWh) nos municípios da Região Sul para os anos de 2006 e 2013

Municípios	Comercial		Industrial		Rural		Residencial		Setor público		Total	
	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013
Amaral Ferrador	244	319	19	41	1.597	2.316	693	1.250	433	586	2.986	4.512
Arroio do Padre	112	227	39	17	1.979	2.578	74	305	63	359	2.267	3.486
Arroio Grande	2.145	3.191	2.075	3.253	21.707	24.909	7.450	10.958	1.963	2.214	35.340	44.525
Canguçu	4.436	6.820	1.162	1.896	14.792	23.962	8.478	14.956	3.608	4.566	32.476	52.200
Capão do Leão	1.310	2.319	27.948	26.417	8.295	9.705	8.493	14.892	4.501	6.642	50.547	59.975
Cerrito	303	509	285	486	2.581	2.950	1.513	2.289	508	614	5.190	6.848
Chuí	2.819	3.692	55	49	2.120	2.730	2.287	4.029	705	1.142	7.986	11.642
Herval	544	669	3	1.529	1.297	1.809	1.938	2.566	738	810	4.520	7.383
Jaguarão	4.675	6.738	1.392	1.211	13.958	15.199	12.732	18.269	3.340	3.782	36.097	45.199
Morro Redondo	301	583	3.285	3.386	2.556	3.049	1.267	2.107	412	792	7.821	9.917
Pedras Altas	73	135	15	53	1.630	1.943	374	544	337	472	2.429	3.147
Pedro Osório	842	1.067	509	751	2.223	2.296	3.383	4.822	841	1.078	7.798	10.014
Pelotas	88.435	121.514	113.369	130.838	20.657	23.930	182.781	263.933	38.547	46.408	443.789	586.623
Pinheiro Machado	1.160	1.666	12.020	58.379	1.298	1.28	4.686	6.621	1.862	1.996	21.026	70.590
Piratini	1.233	1.836	2.637	2.525	3.666	4.780	5.291	7.872	1.356	1.544	14.183	18.557
Rio Grande	70.728	106.985	88.394	98.819	18.163	22.054	104.246	153.907	39.043	49.585	320.574	431.350
Santa Vit. Palmar	3.791	6.724	2.152	431	66.842	74.333	11.925	18.228	2.937	3.037	87.647	102.753
Santana da Boa Vista	473	581	21	165	1.217	2.002	1.819	2.857	1.132	1.251	4.662	6.856

Municípios	Comercial		Industrial		Rural		Residencial		Setor público		Total	
	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013
São José do Norte	1.391	2.375	1.950	3.005	2.011	3.335	7.469	13.569	1.556	2.311	14.377	24.595
São Lourenço Sul	6.614	8.990	5.214	5.431	16.172	23.916	12.895	18.502	3.755	4.561	44.650	61.400
Tavares	(-)	(-)	1.864	1.190	2.497	2.613	1.582	2.506	373	552	6.316	6.861
Turuçu	365	523	4.117	102	1.829	2.299	759	1.105	359	544	7.429	4.573
Total												
COREDE-SUL	191.994	277.463	268.525	339.974	209.087	254.636	382.135	566.087	108.359	134.846	1.160.110	1.573.006
Total RGS	3.377.762	4.690.796	6.564.706	8.328.612	2.461.715	7.624.938	5.463.311	1.988.560	1.753.646	1.903.025	19.621.140	24.535.931

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: \* As companhias negaram a fornecer o consumo público; (-) não informado.

## 6.1.6 Comunicação

Todos os municípios são servidos por sinais de televisão e rádio, tabela 40.

Tabela 40 - Número de veículos de comunicação por tipo nos municípios da Região Sul – 2010

Municípios	Sinais	Estação	TVs	Provedores	Rádios		Jornais		
	TV	TV	A cabo	Internet	AM	FM	D	S	P
Amaral Ferrador	1	-	-	-	-	-	2	2	-
Arroio do Padre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroio Grande	4	-	-	-	1	-	3	2	-
Canguçu	4	-	-	-	2	-	4	2	-
Capão do Leão	2	-	-	1	1	1	3	-	-
Cerrito	3	-	-	-	-	-	3	1	-
Chuí	3	-	-	-	-	-	3	2	-
Herval	4	-	-	-	-	-	3	1	-
Jaguarão	5	-	-	2	1	1	3	2	-
Morro Redondo	3	-	-	-	-	-	3	1	-
Pedro Osório	4	-	-	1	1	-	2	2	-
Pelotas	7	6	2	6	4	6	8	-	2
Pinheiro Machado	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Piratini	4	-	-	-	-	1	3	-	-
Rio Grande	7	3	2	4	3	4	6	1	-
Santa Vit. Palmar	1	-	-	1	1	-	2	2	1
Santana Boa Vista	1	-	-	-	-	1	3	-	1
São José Norte	7	-	-	-	-	-	7	-	1
São Lourenço Sul	5	-	-	1	1	1	6	1	1
Tavares	6	-	-	-	-	1	2	1	1
Turuçu	2	-	-	-	-	-	3	-	-

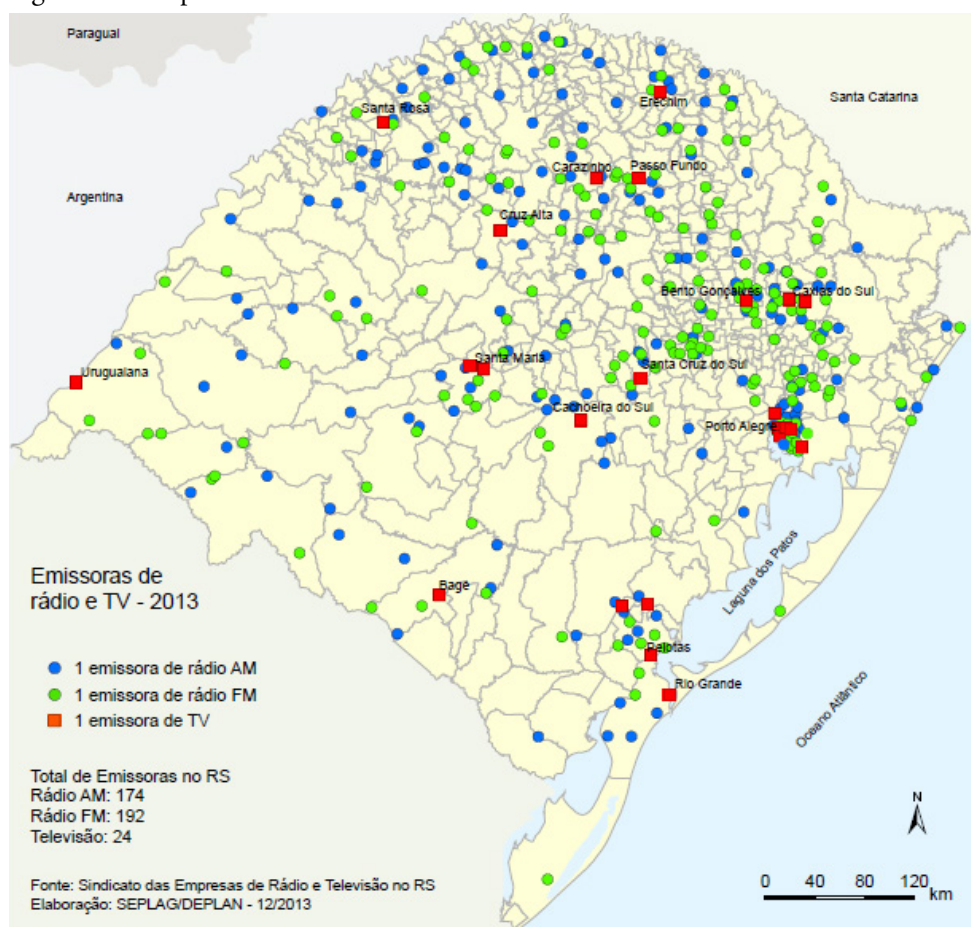
Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016).

Nota: Jornais: D (diários em circulação, inclusive de outros municípios); S (semanais); P (periódicos).

Provedores: não existem informações confiáveis.

A região é servida pelos principais sinais de TV aberta. Somam-se duas redes de TV a Cabo, presentes em Pelotas e Rio Grande. Nos demais municípios o acesso à TV fechada tem sido possível pelo uso da antena parabólica, encontrada com frequência no meio rural de quase todos os municípios.

Figura 13 - Mapa das Emissoras de rádio e TV do RS



Fonte: (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SEPLAN, 2012).

As principais operadoras que trabalham com telefonia fixa na área são Brasil Telecom e GVT tabela 27.

Do total de telefones fixos Pelotas e Rio Grande respondiam em 2006 por 73,2% dos aparelhos instalados, tabela 41.

Tabela 41 - Número de terminais telefônicos da Brasil Telecom nos municípios da Região Sul – 2006

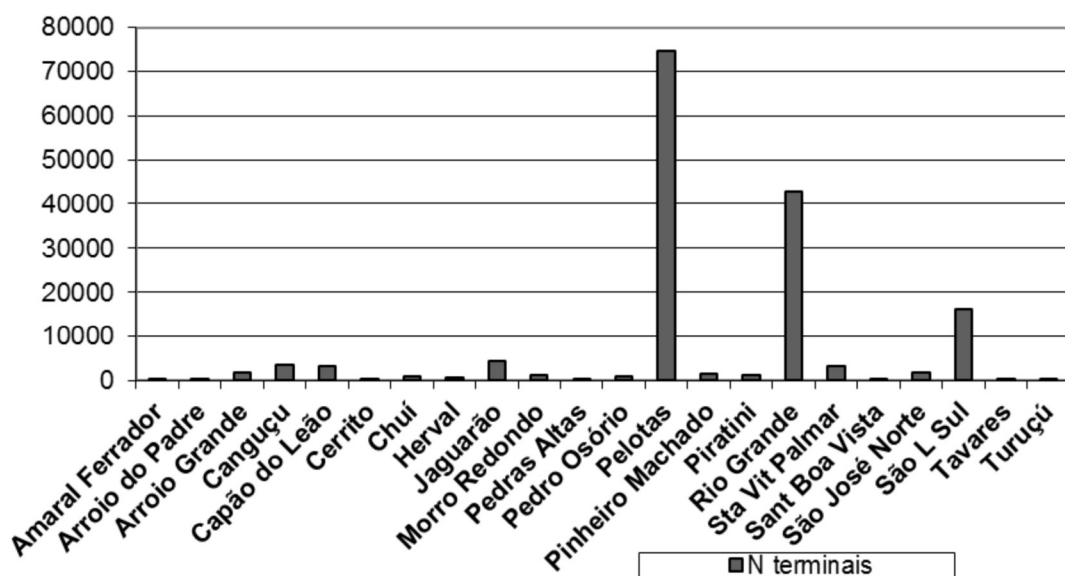
Municípios	Nº de terminais
Amaral Ferrador	236
Arroio do Padre	284
Arroio Grande	1.858
Canguçu	3.485

Municípios	Nº de terminais
Capão do Leão	3.290
Cerrito	245
Chuí	837
Herval	630
Jaguarão	4.396
Morro Redondo	1.187
Pedras Altas	113
Pedro Osório	1.031
Pelotas	74.682
Pinheiro Machado	1.501
Piratini	1.385
Rio Grande	42.996
Santa Vitória do Palmar	3.378
Santana da Boa Vista	433
São José do Norte	1.892
São Lourenço do Sul	16.118
Tavares	320
Turuçu	455
Total	160.752

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: 2006 foi o último ano com números de telefones fixos divulgados.

Gráfico 5 - Terminais telefônicos da Brasil Telecom nos municípios da Região Sul – 2006



Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

O Gráfico 5 mostra a concentração de terminais telefônicos nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Nos demais municípios, São Lourenço do Sul é o que apresenta o maior número de terminais telefônicos.

### 6.1.7 Saneamento Básico

A tabela 42 mostra o número de consumidores com acesso a água e destinação do lixo.

Tabela 42 - Número de domicílios com acesso a água e destino do lixo nos municípios da Região Sul – 2010

Municípios	Acesso água			Destino de lixo			
	Rede geral	Poços/Nasc. outras	Coletado	Enterrado	Jogado	Outros	
Amaral Ferrador	1.376	706	12	856	132	70	1.036
Arroio do Padre	65	637	6	320	31	24	333
Arroio Grande	5.581	872	41	5.656	198	16	624
Canguçu	6.780	10.731	54	7.743	1.184	402	8.236
Capão do Leão	6.781	935	115	7.565	43	6	217
Cerrito	1.349	889	12	1.208	126	16	900
Chuí	1.820	111	24	1.866	20	5	64
Herval	1.721	845	20	1.760	207	25	594
Jaguarão	9.342	613	62	9.325	83	23	586
Morro Redondo	788	1.511	3	1.647	34	14	607
Pedras Altas	408	272	78	288	77	22	371
Pedro Osório	2.577	247	12	2.689	42	2	103
Pelotas	107.225	5.998	728	110.606	342	183	2.820
Pinheiro Machado	3.91	1.013	21	3.744	243	35	703
Piratini	4.264	2.918	54	4.401	418	89	2.328
Rio Grande	62.335	3.829	442	65.585	132	66	823
Santa Vitória do Palmar	9.479	1.685	66	10.316	393	38	483
Santana da Boa Vista	1.517	1.397	39	1.581	213	34	1.125
São José do Norte	4.863	3.809	123	6.870	231	140	1.554
São Lourenço do Sul	8.229	4.997	149	8.792	707	334	3.542
Tavares	404	1.541	18	1.458	99	23	383
Turuçu	538	528	8	734	35	6	299
Total COREDE-SUL	241.133	46.084	2.087	255.010	4.990	1.573	27.731
Total RGS	3.071.715	509.199	18.690	3.314.425	53.978	10.852	220.349

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: Outros: inclui lixo queimado. Ver relação: destinação final.

Do total de domicílios da região 83,3% possuíam em 2010, acesso a rede geral e 88,1% a coleta regular de lixo.

Quanto aos resíduos sólidos todos os municípios devem atender a lei nº 6.938/81 da Política Nacional do Meio Ambiente e a Lei Estadual nº 9.921/993 regulamentada por Decreto Lei nº 38.356/1993, que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos.

Quadro 2 - Municípios com Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Região Sul – 2016.

<b>Municípios</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Destino do Lixo</b>
Amaral Ferrador	X		Minas do Leão
Arroio do Padre	X		Candiota
Arroio Grande		X	Candiota
Canguçu	X		Candiota
Capão do Leão		X	Candiota
Cerrito	X		Candiota
Chuí		X	Aterro Próprio
Herval	X		Candiota
Jaguarão	X		Candiota
Morro Redondo	X		Candiota
Pedras Altas	X		Candiota
Pedro Osorio	X		Candiota
Pelotas	X		Aterro Próprio
Pinheiro Machado	-	-	Candiota
Piratini	-	-	Minas do Leão
Rio Grande	X		Aterro Próprio
Santa Vitória do Palmar	X		-
Santana da Boa Vista		X	Minas do Leão
São José do Norte		-	-
São Lourenço do Sul	X		Minas do Leão
Tavares	-	-	-
Turuçu		X	Candiota

Fonte: Pesquisa direta.

O quadro 2 mostra a situação dos municípios da região quanto ao atendimento das leis que dispõe sobre os resíduos sólidos. Com exceção dos municípios do Chuí, Pelotas e Rio Grande, os demais não possuem aterro próprio e, encaminham o lixo para os aterros de Candiota e Minas do Leão. Dos 22 municípios, 13 já possuem o Plano de Gestão Integrada.

No tocante ao saneamento básico 16,5% dos domicílios dos municípios da região possuem fossa rudimentar, 36,9% fossa séptica, 40% rede geral e 4,4% utilizam outros tipos de esgotos. Do total de domicílios da região, 2,2% não possuem banheiro/sanitário (tabela 43).



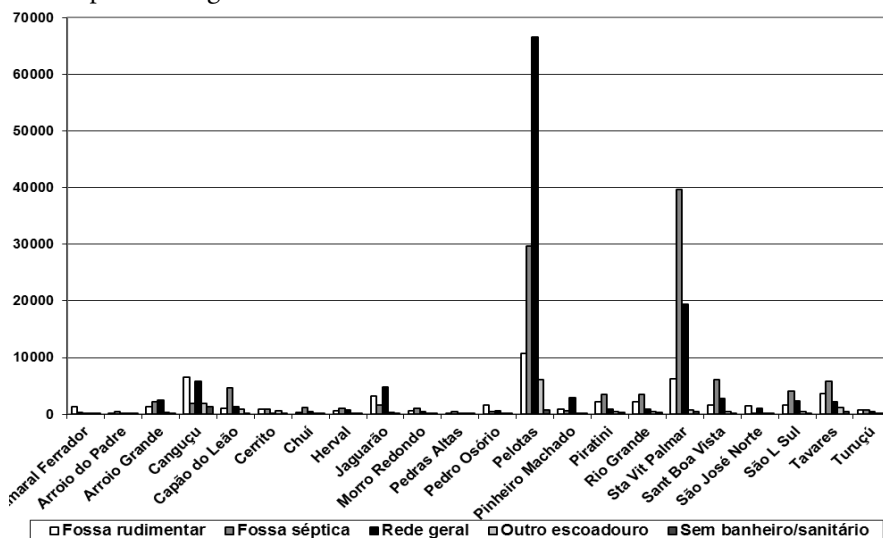
Tabela 43 - Número de domicílios econômicos com acesso ao saneamento básico nos municípios da Região Sul – 2010

Municípios	Fossa	Fossa	Rede	Outro	Sem
	rudimentar	séptica	geral	escoadouro	banheiro/ sanitário
Amaral Ferrador	1.375	330	66	221	102
Arroio do Padre	198	412	1	53	44
Arroio Grande	1.372	2.279	2.462	362	19
Canguçu	6.554	1.920	5.867	1.881	1.339
Capão do Leão	1.039	4.596	1.272	838	86
Cerrito	937	945	209	647	79
Chuí	270	1.154	493	29	9
Herval	675	997	698	184	32
Jaguarão	3.278	1.568	4.794	343	34
Morro Redondo	578	1.048	530	114	32
Pedras Altas	134	415	99	101	9
Pedro Osório	1.670	478	643	41	4
Pelotas	10.772	29.643	66.589	6.133	814
Pinheiro Machado	935	652	2.971	115	52
Piratini	2.139	3.483	929	424	261
Rio Grande	2.139	3.483	929	424	261
Santa Vitória do Palmar	6.280	39.667	19.408	795	456
Santana da Boa Vista	1.639	6.155	2.859	543	34
São José do Norte	1.525	87	982	231	128
São Lourenço do Sul	1.660	4.104	2.342	485	204
Tavares	3.637	5.848	2.234	1.214	442
Turuçu	709	759	401	75	19
<b>Total Região Sul</b>	<b>47.822</b>	<b>107.037</b>	<b>115.81</b>	<b>12.781</b>	<b>6.261</b>
<b>Total RGS</b>	<b>743.237</b>	<b>952.483</b>	<b>1.731.575</b>	<b>128.967</b>	<b>23.261</b>

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Outro escoadouro: valas, rios, lago, mar, etc. escoadouro: valas, rios, lago, mar etc.

Gráfico 6 - Número de residências/unidades econômicas com acesso ao saneamento básico nos municípios da Região Sul – 2010



Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

O Gráfico 6 destaca o município de Pelotas no avanço da rede geral de esgoto, em relação aos demais e Rio Grande em relação ao uso de fossa séptica.

### 6.1.8 Urbanismo e Mobilidade

Tendo o urbanismo como um processo de regulação, desenho e planejamento, os municípios de Pelotas e Rio Grande possuem Plano Diretor e nos últimos anos têm desenvolvido projetos de melhorias, seja no aspecto operacional das movimentações urbanas, seja no aspecto de melhoria dos equipamentos públicos à disposição das suas comunidades.

Outros municípios como São Lourenço do Sul, Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar, Canguçu, Morro Redondo e Arroio do Padre são, também, exemplos de organização urbana no atendimento às necessidades de seus municípios. Os demais municípios por suas características de pequeno porte não demandam, ainda, projetos urbanísticos de movimentação de pessoas e veículos.

Quanto a mobilidade urbana, Pelotas e Rio Grande apresentam gargalos que merecem atenção. Pelotas pela alta densidade demográfica e pela polarização que exerce sobre os demais municípios e Rio Grande pelo acúmulo populacional derivado da implantação do Polo Naval que, embora com menor movimentação, deixou um passivo urbano considerável. Os dois municípios possuem Plano de Desenvolvimento Municipal que preveem obras de infraestrutura urbana, que estão sendo financiadas com recursos do Banco Mundial e do PAC.

Assim, a mobilidade urbana como política de transporte de cargas e movimentação de pessoas vem tendo atenção nos dois municípios e, em municípios como Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Chuí e Arroio Grande em função de estarem localizados em área de fronteira, necessitam de atenção especial pelo grande fluxo de cargas que saem para o Uruguai e Argentina e de lá chegam ao Brasil.

Em relação à frota veicular da região, cresceu 101%. Pela ordem, o item trator aumentou 296,4%, reboque 148%, motocicletas 146,5%, utilitário 127,8%, ônibus 96,4%, automóvel 83,7% e caminhão 50,3% (tabela 44).

Tabela 44 - Número de veículos por tipo nos municípios da Região Sul - 2001 e 2015

Municípios	Automóvel		Motocicletas		Caminhão		Reboque		Ônibus		Utilitários		Trator		Total	
	2001	2015	2001	2015	2001	2015	2001	2015	2001	2015	2001	2015	2001	2015	2001	2015
	Amaral Ferrador	411	1.391	269	989	69	147	4	58	8	35	48	224	-	1	809
Arroio do Padre	48	911	20	483	9	120	1	33	5	19	4	153	-	11	87	1.730
Arroio Grande	2.502	5.023	989	2.498	236	322	164	428	31	77	410	908	1	10	4.333	9.266
Canguçu	7.544	16.545	4.765	10.983	873	1.417	256	905	104	326	815	2.333	5	26	14.362	32.535
Capão do Leão	2.006	5.467	861	3.277	222	672	101	651	23	49	219	660	-	23	3.432	10.799
Cerrito	627	1.437	264	906	74	266	27	112	9	29	80	257	-	5	1.081	3.012
Chuí	1.191	2.378	214	399	236	227	174	223	9	19	163	60	-	0	1.987	3.606
Herval	1.007	1.699	350	637	74	138	43	127	5	27	260	397	1	2	1.740	3.027
Jaguarão	6.528	9.104	2.105	3.239	402	474	450	672	33	70	1.081	1.659	1	6	10.600	15.224
Morro Redondo	1.051	2.302	549	1.584	228	285	64	205	16	23	184	412	-	1	2.092	4.812
Pedras Altas	44	412	1	181	7	23	1	52	0	22	18	98	-	0	71	788
Pedro Osório	1.186	2.055	346	889	115	132	121	197	26	39	199	359	-	1	1.993	3.672
Pelotas	62.238	107.733	19.415	45.563	5.713	7.941	3.750	8.085	1.038	1.547	7.499	16.779	19	168	99.672	187.816
Pinheiro Machado	2.002	3.629	289	882	131	208	107	277	26	59	315	707	-	1	2.870	5.763
Piratini	2.132	4.663	664	2.028	185	332	58	242	69	151	296	796	-	1	3.404	8.213
Rio Grande	31.146	61.232	11.651	30.552	1.875	3.301	1.610	4.183	419	1.068	3.189	8.425	57	153	49.947	108.914
Santa Vit. Palmar	6.703	9.347	2.129	5.056	594	821	501	1.022	55	91	907	1.762	2	9	10.891	18.108
Sant. Boa Vista	1.181	2.346	334	1.095	43	91	28	60	23	57	191	424	1	1	1.801	4.074
São José Norte	1.159	4.374	700	2.628	357	417	40	283	29	120	442	785	1	2	2.728	8.609
São Lourenço Sul	7.327	12.273	2.732	6.219	952	1.238	403	744	122	198	936	1.939	1	13	12.473	22.624
Tavares	662	(-)	170	(-)	5	(-)	13	(-)	7	(-)	101	(-)	21	(-)	979	(-)
Turuçu	243	911	105	505	55	154	9	96	5	24	26	165	(-)	2	443	1.857
Total COREDE-SUL	138.938	255.232	48.922	120.593	12.455	18.726	7.925	18.655	2.062	4.050	17.383	39.602	110	436	227.795	457.294

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: (-) sem informação; - não possui nenhuma unidade.

O crescimento significativo da frota de tratores, reboque e utilitários pode ser interpretado como resultado do aumento significativo nas atividades primárias.

Pelotas e Rio Grande possuíam, em conjunto, a maior frota regional em 2015, 64,8%. Os municípios de Arroio Grande, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar responderam por 16% e os demais municípios por 19,2%.

O forte crescimento do número de automóveis e motocicletas pode indicar a necessidade dos municípios desenvolverem projetos de mobilidade urbana mais ágil e econômica.



## 7 DIMENSÃO ECONÔMICA

A Região Sul tem um imenso potencial para o desenvolvimento. É apontada como o berço da história gaúcha, cheia de riquezas humanas, naturais e culturais, mas, ainda assim apenas parcialmente descoberta e utilizada em tudo que pode oferecer.

No setor industrial, predominam os produtos alimentares, construção civil, minerais não-metálicos, metalurgia e madeira. A agroindústria é a base do setor, processando uma diversificada linha de conservas, doces, salgados e doces secos. Na linha de alimentos, o carro-chefe da industrialização é o arroz. A soja tem ocupado, a cada safra, maiores áreas, como reflexo do preço internacional em alta, favorecida, também, pelo câmbio.

Os comércios atacadista e varejista são os grandes geradores de emprego e de renda. A estrutura de serviços é diversificada, com acentuada presença dos setores da saúde, educação e financeiro.

Investimentos da Petrobrás na construção de plataformas, nos municípios de Rio Grande e São José do Norte, da primeira fase da exploração do pré-sal, tem trazido para a região cifras ao redor de alguns bilhões de reais, gerando empregos e impostos para a região como um todo. Os primeiros resultados deste investimento têm refletido na dinamização dos setores industrial: metalomecânico, química pesada, química fina, mecânica fina, madeireira, energia, eletrônica, microeletrônica, eletrônica embarcada e informática. Além desses setores considerados estão sendo ativadas 392 profissões, ofícios, manufaturas, qualificadas e semiquilificadas e sapadores.

A presença de instituições públicas e privadas, como universidades, centros de pesquisas, forças armadas e outras, em função da importância da região para o Estado e país, impactam positivamente na economia da região, seja pelos profissionais aqui radicados, seja pelo elevado número de estudantes que na região buscam sua formação.

### 7.1 SETOR AGROPECUÁRIO E FLORESTAMENTO

#### 7.1.1 Estabelecimentos Rurais

Tabela 45 - Número de estabelecimentos agrícolas com respectiva área (ha) 1996-2006

Municípios	Nº de estab. agrop.		Área de estab. agrop.	
	(Unidades)		(Hectares)	
	1996	2006	1996	2006
Amaral Ferrador	963	1.121	35.635	37.735
Arroio do Padre	-	507	-	9.918
Arroio Grande	757	825	188.050	147.171
Canguçu	9.215	9.881	314.849	278.409
Capão do Leão	298	240	46.490	59.096
Cerrito	95	1.003	36.201	37.004
Chuí	111	43	16.934	14.656
Herval	1.323	1.175	216.275	147.751

Municípios	Nº de estab. agrop.		Área de estab. agrop.	
	(Unidades)		(Hectares)	
	1996	2006	1996	2006
Jaguarão	821	675	181.626	172.390
Morro Redondo	745	727	16.979	15.617
Pedras Altas	-	524	-	108.985
Pedro Osório	245	198	45.750	46.198
Pelotas	3.752	3.596	132.351	15.960
Pinheiro Machado	1.472	1.642	212.373	214.506
Piratini	2.940	2.910	257.650	286.890
Rio Grande	1.307	1.214	164.071	170.148
Santa Vitória do Palmar	2.251	805	120.223	291.217
Santana da Boa Vista	857	1.633	300.168	102.766
São José do Norte	2.622	1.999	82.179	62.276
São Lourenço do Sul	3.952	4.327	164.212	171.900
Tavares		982		45.756
Turuçu	400	441	16.495	20.547
Região Sul	34.966,00	35.741,00	2.548.511,00	2.456.896

Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016).

Nota: Para o ano de 1996, a área de lavouras temporárias inclui a área de lavouras temporárias em descanso e a área de terras produtivas não utilizadas; Tavares: sem informação.

O maior número de propriedades rurais encontra-se no município de Canguçu com a segunda maior área agrícola regional. O município é tido como o de maior número de minifúndios do Brasil. O município de Santana da Boa Vista possui uma área de 288.065 hectares, com reduzido número de propriedades, em função de ser considerada uma grande área de preservação.

No período 1996/2006 o número de estabelecimentos na Região Sul aumentou 3,8% e a área total teve redução de 7,4%. Portanto, houve redução da área média dos estabelecimentos ou funcionamento.

Com a introdução de tecnologias que visam a melhoria da produtividade e qualidade das produções, tem sido possível manter as quantidades produzidas em menores áreas, ou mesmo com técnicas de produção protegida ou que dispensam o uso de terra, como no caso da hidroponia.

### 7.1.2 Lavouras Permanentes

Os pomares de laranja e de pêsego são as duas atividades permanentes que se destacam. No período de 2001 a 2014 a região colheu 20,5 mil hectares de laranja, equivalente a 5,4% da área colhida no Estado. A quantidade produzida foi de 155,8 mil toneladas ou 31% do total estadual. O valor da produção atingiu R\$70 milhões de reais ou 2,9% do valor total do Rio Grande do Sul.

Com relação à produção de pêssego foram 109,7 mil hectares colhidos na região para 206,6 mil hectares no total estadual ou 53,1%. A quantidade produzida foi de 740 mil toneladas na região e 1.684,5 toneladas no Estado equivalente a 43,9%. No valor da produção, a região teve uma receita de R\$ 477,4 mil para uma receita de R\$ 1.549,5 mil do Estado, o que equivale a 30,6%.

A soma das duas culturas corresponde a 22,2% da área colhida, 13,4% da produção e 13,8% do valor da produção total do Estado.

Tabela 46 - Total da área colhida, da quantidade produzida e do valor da produção das lavouras permanentes da laranja e pêssego dos municípios da Região Sul no período de 2001 a 2014.

Pelotas	Área colhida (ha)		Quant. produzida (t)		Valor da prod. (R\$ 1000)	
	Região	RS	Região	RS	Região	RS
Laranja	20.548	378.957	155.772	4.980.267	70.049	2.406.272,00
Pêssego	109.720	206.643	740.053	1.684.507	477.447	1.549.544
Total	130.268	585.600	895.825	6.664.774	547.496	3.955.816,00
Região/RS (%)	22,2		13,4		13,8	

Fonte iniciais: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016). Cálculos equipe técnica.

Nota: \* Os números representam a soma do período.

As produções de uvas viníferas e de oliveiras se expandem na região pela qualidade dos solos e pela adequação do clima.

### 7.1.3 Lavouras temporárias

As principais lavouras temporárias da região são os grãos: arroz, feijão, milho, soja e trigo. Complementam o rol de alternativas econômicas a batata-doce, batata inglesa, cebola, fumo, melancia e tomate.

Tabela 47 - Total da área colhida, da quantidade produzida e do valor da produção das lavouras temporárias de grãos: arroz, feijão, milho, soja e trigo nos municípios da Região Sul no período de 2001 a 2014

Produtos	Área colhida (ha)		Quant. produzida (t)		Valor da prod. (R\$ 1000)	
	Região	RS	Região	RS	Região	RS
Arroz	2.573.522	14.553.584	16.661.547	96.168.845	8.626.464	48.716.597
Feijão	156.800	1.588.259	122.356	1.645.669	140.009	2.178.090
Milho	1.249.934	17.320.306	2.902.544	65.610.107	971.511	21.265.774
Soja	1.356.218	54.901.850	2.801.464	117.262.210	2.294.500	79.194.298
Trigo	84.795	12.642.444	201.059	26.456.143	87.908	11.012.839
Total	5.421.269	101.006.443	22.688.970	207.142.974	12120.392	162.367.598
Região/RS (%)	5,4		7,4		7,5	

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016) – Cálculos equipe técnica.

No período somado (2001 a 2014) a área colhida de grãos da região foi de mais de 5,4 milhões de hectares que equivale a 5,4% da área colhida do Estado. A quantidade produzida atingiu quase 22,7 milhões de toneladas, equivalente a 7,4% da produção estadual e o valor da



produção da região atingiu, aproximadamente R\$12,1 milhões ou 7,5% do valor da produção estadual que foi de quase R\$ 162,4 milhões.

Tabela 48 - Total da área colhida, da quantidade produzida e do valor da produção de outras lavouras temporárias municípios da Região Sul para o período de 2001 a 2014

Produtos	Área colhida (ha)		Quant. produzida (t)		Valor da prod. (R\$ 1000)	
	Região	RS	Região	RS	Região	RS
Bata doce	25.905	182.890	225.454	2.194.263	118.397	1.438.986
Batata inglesa	58.925	347.407	518.770	4.975.301	267.398	3.342.349
Cebola	84.432	160.317	1.299.860	2.327.134	569.391	1.161.657
Fumo	366.000	2.945.041	741.819	5.793.653	3.492.700	27.292.700
Melancia	30.494	273.732	555.756	6.124.639	126.702	1.560.803
Tomate	3.932	34.546	173.868	1.459.886	147.755	1.589.852
Total	569.688	3.943.933	3.515.527	22.874.876	4.722.343	36.386.347
Região/RS (%)	14,4		15,4		13	

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016) – Cálculos equipe técnica.

No período somado (2001 a 2014) a área colhida das demais lavouras temporárias foi de aproximadamente 569 hectares, equivalente a 14,4% da área colhida no Estado. A quantidade produzida foi de 3,5 milhões de toneladas ou 15,4% equivalente à produção estadual. O valor da produção chegou a R\$ 4,7 milhões perfazendo 13% do valor alcançado pelo Rio Grande do Sul.

Tabela 49 - Participação das áreas de lavouras temporárias e permanentes no total das áreas do Estado nos anos de 2001 a 2014

Produtos	Região Sul	
	2001	2014
Arroz	18,4	6,9
Feijão	10,6	6,7
Milho	8,0	5,3
Soja	1,1	0,1
Trigo	0,1	13,3
Bata doce	15,8	8,4
Batata inglesa	28,0	52,4
Cebola	60,2	14,9
Fumo	8,3	8,1
Melancia	13,3	9,4
Tomate	12,9	5,0
Laranja	5,4	50,3
Pêssego	52,4	

Fonte: Tabelas anteriores. Participação da Região, elaborada pela equipe técnica.

Os registros da tabela 49 deixam evidentes que entre 2001 e 2014 a Região Sul perdeu participação em quase todos os produtos relacionados. As lavouras temporárias de soja e fumo, ao contrário, aumentaram significativamente sua participação em relação ao Estado. A perda de participação não significa redução da produção que, na verdade aumentou.

#### 7.1.4 Produtividade

Tomou-se a produtividade das principais lavouras permanentes e temporárias da região. Tabela 50 - Produtividade média das lavouras temporárias e permanentes da Região Sul para o período de 2001 a 2014

Produtos	Produtividade (t/ha)	
	2001	2014
Arroz	6,5	8,0
Feijão	0,8	1,0
Milho	2,3	3,8
Soja	2,1	2,1
Trigo	2,4	2,1
Bata doce	8,7	12,0
Batata inglesa	8,8	9,6
Cebola	15,4	14,5
Fumo	2,0	1,9
Melancia	18,2	22,4
Tomate	44,2	42,3
Laranja	7,6	13,1
Pêssego	6,7	8,1

Fonte: Tabelas anteriores. Participação da Região, elaborada pela equipe técnica.

Nos anos observados, a produtividade variou levemente para mais e para menos. Significa que não houve crescimento tecnológico em algumas lavouras e que produtos como arroz, batata inglesa, tomate, cebola e pêssego já atingiram um patamar elevado de produtividade.

#### 7.1.5 Pecuária

Foram considerados para este diagnóstico os rebanhos: bovinos, bubalinos, vacas ordenhadas, ovinos, ovinos tosquiados, caprinos e equinos.

Nos três anos considerados, os rebanhos mais relevantes para a economia regional foram bovinos, vacas ordenhadas e ovinos.

Tabela 51 - Rebanhos existentes nos municípios da Região Sul nos anos de 2001, 2010 e 2014

Produtos	2001		2010		2014	
	Região	RS	Região	RS	Região	RS
Bovinos	1.693.067	13.871.613	1.844.715	14.469.307	1.635.094	13.956.953
Bubalinos	9.388	84.461	9.018	78.485	7.562	67.337
Vacas ordenhadas	76.666	1.204.37	94.004	1.495.518	64.226	1.544.072
Ovinos	828.476	4.311.723	803.830	3.979.258	830.128	4.223.266
Ovinos tosquiados	679.953	3.748.367	653.650	3.436.907	667.742	3.528.045
Caprinos	12.599	75.879	17.750	103.009	17.917	96.239
Equinos	83.744	479.810	85.190	470.199	91.488	540.815

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Os principais rebanhos: bovinos, vacas ordenhadas e ovinos corresponderam em 2014 a 11,7%, 4,2% e 19,6% dos respectivos rebanhos do Estado no mesmo ano. O plantel de bovinos da região decresceu 3,5% entre 2001 e 2014, o de bubalinos decresceu 19,5%, o número de vacas ordenhadas teve redução de 16,3% (tabela 51).

O plantel de ovinos alcançou leve aumento de 2% e o número de cabeças tosquiadas uma redução de 1,8%. No mesmo período o plantel de caprinos cresceu 42,2% e o de equinos 9,2%.

Atualmente os rebanhos da região se distribuem em relação aos totais do Estado como segue: bovinos 11,7%, bubalinos 11,2%, vacas ordenhadas 4,1%, ovinos 19,6%, ovinos tosquiados 18,9%, caprinos 18,6% e equinos 16,9%.

A região produziu no período destacado 1,9 bilhões de litros de leite que correspondeu a 4,3% da produção estadual. Quanto a produção de lã, foram alcançados quase 2 milhões de quilogramas no período, correspondendo a 18,2% da produção estadual. Na produção de mel a região totalizou 5,8 milhões de quilogramas, o equivalente a 6% da quantidade produzida no Estado.

Como síntese do setor primário a tabela, a seguir, mostra a relação da região com o Estado.

Tabela 52 - Total da área colhida, da quantidade produzida e do valor das lavouras temporárias e permanentes nos municípios da Região Sul para o período de 2001 a 2014

Produtos	Área colhida (ha)		Quant. produzida (t)		Valor da prod. (R\$ 1000)	
	Região	RS	Região	RS	Região	RS
Temporários – grãos (t)	5.421.269	101.006.443	22.688.970	307.142.974	12.120.392	162.367.598
Temporários – outros (t)	569.688	3.943.932	3.515.527	22.874.876	4.722.343	36.387.347
Permanentes (t)	130.268	585.600	895.825	6.664.744	547.496	3.955.816
Leite (1000 ls)	-	-	1.921.728	44.729.807	1.109.380	27.315.225
Lã (kg)	-	-	1.987.622	10.898.155	138.975	789.054
Mel (kg)	-	-	5.795.882	97.067.356	36.220	589.544
Total	6.121.225	105.535.975	36.805.554	489.377.912	18.674.806	231.404.584

Fonte: Tabelas anteriores. Cálculos equipe técnica.

Nota: \* Valores total do período.

No período de 2001 a 2014 a região produziu em lavouras temporárias e permanentes o equivalente a 8% do total estadual das mesmas culturas. A área plantada corresponde a 5,8% do total estadual e o valor da produção a 8,1%.

### 7.1.6 Florestamento

O Florestamento na Região Sul alcançou 86.966,72 ha em 1.037 estabelecimentos. A área total desses estabelecimentos é de 225.388 ha. Portanto o florestamento ocupa 67,7% da área total.

A empresa FIBRIA<sup>1</sup>, resultado da fusão da Votorantim e Aracruz, já investiu na região US\$ 335,6 milhões no plantio de 440 mil hectares de eucalipto.

Com isso, a região incrementou um polo madeireiro de grande porte. Nos diversos municípios da Região Sul operam 466 unidades de beneficiadoras, indústrias de artefatos de madeira e de móveis.

Tabela 53 - Área de florestamento por espécie nos municípios da Região Sul – 2015.

Municípios	Eucalipto	Acácia negra	Total	Pinus	Nº Estab.	Área dos estab.
	(hect.)	(hect.)		(hect.)	Agrop.	Agrop. (hect.)
Amaral Ferrador	2.397,00	799,00	3.196,00	-	36	3.725
Arroio do Padre	483,5	161,17	644,67	-	6	150
Arroio Grande	3.009,50	1.003,17	4.012,67	-	18	9.735
Canguçu	6.214,00	2.071,33	8.285,33	2.281,13	239	14.977
Capão do Leão	460,5	153,50	614	-	8	2.433
Cerrito	609,5	203,17	812,67	-	34	2.771
Chuí	-	-	-	-	-	-
Herval	3.601,00	1.200,33	4.801,33	-	72	16.690
Jaguarão	1.186,00	395,33	1.581,33	-	7	4.967
Morro Redondo	238,5	79,50	318	2,41	18	507
Pedras Altas	7.690,50	2.563,50	10.254,00	-	24	20.452
Pedro Osório	559,5	186,50	746	-	5	1.874
Pelotas	2.803,00	934,33	3.737,33	10,84	114	3.502
Pinheiro Machado	7.644,50	2.548,17	10.192,67	-	69	38.083
Piratini	4.732,50	1.577,50	6.310,00	7.836,75	148	58.733
Rio Grande	2.603,00	867,67	3.470,67	4.893,37	18	24.920
Santa Vit. Palmar	518	172,67	690,67	-	10	3.965
Sant. da Boa Vista	615	205,00	820	439,16	19	2.386
São José do Norte	164,5	54,83	219,33	3.790,36	37	10.172
São L. do Sul	4.271,00	1.423,67	5.694,67	0,02	119	4.961
Tavares	-	-	-	-	-	-
Turuçu	276	92	368	-	16	385
Região Sul	50.077,00	16.692,34	66.769,34	19.262,04	1.017	225.388

Fonte: (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - EMATER RS, 2016).

1 A FIBRIA foi adquirida pela Celulose Rio-Grandense.

O município com a maior área plantada é Piratini, seguido por Canguçu, Pedras Altas e Pinheiro Machado. Esses quatro municípios responderam por 51,9% do florestamento total, o que corresponde a 45.161,88 hectares (tabela 53).

Quanto às espécies, eucalipto ocupa 58,4% da área plantada, acácia negra 19,6% e pinus 22%.

## 7.2 SETOR EMPRESARIAL

A Região Sul possuía em 2010, 41.161 empresas.

Do total, 63,7% destas empresas estavam localizadas nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Canguçu, Jaguarão e São Lourenço do Sul abrigaram o total de 14% das unidades empresariais. Os demais dezessete municípios possuíam 22,3% das unidades (tabela 54).

Tabela 54 - Número de empresas por tipo nos municípios da Região Sul – 2010

Municípios	Extr. Mineral	Transf.	Siup.	C. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pub.	Agrop.	Total
Amaral Ferrador	1	9	1	6	90	79	6	15	207
Arroio do Padre	0	2	0	2	22	30	4	0	60
Arroio Grande	2	40	4	35	350	258	4	301	994
Canguçu	5	110	18	53	878	818	3	165	2.050
Capão do Leão	20	75	4	88	269	256	2	85	799
Cerrito	7	41	1	5	85	37	5	31	212
Chuí	0	23	1	6	468	189	4	16	707
Herval	0	6	5	2	97	68	7	109	294
Jaguarão	8	54	2	59	870	552	8	203	1.756
Morro Redondo	0	41	4	8	90	84	2	26	255
Pedras Altas	1	2	1	1	13	17	2	64	101
Pedro Osório	5	20	1	13	128	73	3	77	320
Pelotas	32	1.297	3	974	6.739	7.660	23	359	17.087
Pinheiro Machado	0	22	27	11	204	168	4	117	553
Piratini	1	60	4	26	351	321	2	171	936
Rio Grande	14	510	5	359	4.138	3.821	26	264	9.137
Santa Vitória do Palmar	4	80	30	60	689	484	3	425	1.775

Municípios	Extr. Mineral	Transf.	Siup.	C. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pub.	Agrop.	Total
Santana da Boa Vista	0	11	39	2	243	70	2	36	403
São José do Norte	1	61	1	35	697	352	4	54	1.205
São Lourenço do Sul	12	139	2	60	846	716	9	164	1.948
Tavares	0	9	4	4	96	90	4	33	240
Turuçu	1	16	2	4	39	38	2	20	122
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>2.628</b>	<b>159</b>	<b>1.813</b>	<b>17.402</b>	<b>16.181</b>	<b>129</b>	<b>2.735</b>	<b>41.161</b>

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública; Empresas: inclui propriedades rurais com CNPJ.

### 7.2.1 Atividades Econômicas

Segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE.2) IBGE as principais atividades encontradas na região estão descritas no quadro nº 3.

Quadro 3 - Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2)

	Código do Produto	Descrição
	0101	Café em coco
	0102	Cana de açúcar
*	0103	Arroz em casca
	0104	Trigo em grão
*	0105	Soja em grão
	0106	Algodão em caroço
*	0107	Milho em grão
*	0108	Bovinos e suínos
*	0109	Leite natural
*	0110	Aves vivas
*	0199	Outros produtos agropecuários
	0201	Minério de ferro
	0202	Outros minerais
	0301	Petróleo e gás
	0302	Carvão e outros
*	0401	Produtos minerais não-metálicos
	0501	Produtos siderúrgicos básicos
	0502	Laminados de aço
	0601	Produtos metalúrgicos não-ferrosos

<b>Código do Produto</b>	<b>Descrição</b>
0701	Outros produtos metalúrgicos
* 0801	Fabricação e manutenção de máquinas e equipamentos
* 0802	Tratores e máquinas de terraplanagem
* 1001	Material elétrico
1101	Equipamentos eletrônicos
1201	Automóveis, caminhões e ônibus
1301	Outros veículos e peças
* 1401	Madeira e mobiliário
1501	Papel, celulose, papelão e artefatos
1601	Produtos derivados da borracha
1701	Elementos químicos não-petroquímicos
1702	Álcool de cana e de cereais
1801	Gasolina pura
1802	Óleos combustíveis
1803	Outros produtos de refino
1804	Produtos petroquímicos básicos
1805	Resinas
1806	Gasoálcool
* 1901	Azubos
1902	Tintas
1903	Outros produtos químicos
* 2001	Produtos farmacêuticos e de perfumaria
2101	Artigos de plástico
2201	Fios têxteis naturais
* 2202	Tecidos naturais
2203	Fios têxteis artificiais
2204	Tecidos artificiais
2205	Outros produtos têxteis
* 2301	Artigos do vestuário
2401	Produtos de couro e calçados
2501	Produtos do café
* 2601	Arroz beneficiado
2602	Farinha de trigo
* 2603	Outros produtos vegetais beneficiados
* 2701	Carne bovina
2702	Carne de aves abatidas
* 2801	Leite beneficiado

	<b>Código do Produto</b>	<b>Descrição</b>
*	2802	Outros laticínios
	2901	Açúcar
*	3001	Óleos vegetais em bruto
	3002	Óleos vegetais refinados
	3101	Outros produtos alimentares inclusive rações
*	3102	Bebidas
*	3201	Produtos diversos
*	3301	Serviços industriais de utilidade pública
*	3401	Produtos da construção civil
	3701	Comunicações
	3801	Seguros
*	3802	Serviços financeiros
*	3901	Alojamento e alimentação
	3902	Outros serviços
*	3903	Saúde e educação mercantis
*	4001	Serviços prestados às empresas
	4101	Aluguel de imóveis
	4201	Administração pública
*	4202	Saúde pública
*	4203	Educação pública
	4301	Serviços privados não-mercantis

Fonte: (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016).

As perspectivas de expansão da região são as destacadas com\*.

Os setores apontados foram precedidos dos seguintes cuidados:

- Análise detalhada da Matriz Insumo-Produto Regional e suas inter-relações.
- Desdobramento dos complexos industriais.
- Definição das atividades ligadas às funções de comércio e de serviços.
- Identificação das necessidades (desafios) estruturais de longo prazo da economia regional.
- Avaliação dos contornos urbanos e as possibilidades de atração de indústrias para as cidades.
- Proposta de complementação e melhoria da infraestrutura para retomada do desenvolvimento.
- Cada setor comporta vários gêneros industriais, comerciais, agrícolas e serviços.

O setor com maior número de unidades é o do comércio com 42,3% do total, seguindo-se os serviços com 39,3%. A indústria de transformação responde por 6,4% do total e, os demais setores por 12%.



Como revelam os indicadores, os municípios de Pelotas e Rio Grande respondem pela maioria das empresas instaladas na região, que correspondem a 63,7% do total geral.

## 7.2.2 Arranjos Produtivos Locais, APLs

Entre os APLs, o Arranjo Produtivo de Alimentos da Região Sul foi o primeiro a ser enquadrado na última edição do programa. Este APL envolve as cadeias de hortaliças, mel, frutas e condimentos. O Comitê está instalado nas dependências da Embrapa de Clima Temperado.

O segundo APL a ser enquadrado foi o do Polo Naval e de Energia de Rio Grande e Entorno, constituído em 2014, como uma associação da sociedade civil, entidade independente formada por 85 associados participantes da cadeia produtiva da construção naval e do setor de energia. O APL tem como objetivo fomentar e facilitar a interação organizada e estruturada do setor da construção naval e offshore e respectiva cadeia produtiva de energia, no território de Rio Grande e municípios do entorno, aumentando a eficiência das empresas localizadas no arranjo e promovendo o adensamento produtivo na região (APL Polo Naval).

O terceiro APL a ser enquadrado foi o Complexo Industrial de Saúde, voltado para a produção de equipamentos e produtos para a saúde com maior densidade tecnológica, estrutura disponível na região pelas universidades, polos e parques tecnológicos existentes e produzindo conhecimentos e inovações para a área. Constitui-se no principal diferencial que a região oferece o que propiciou a organização da Governança do APL complexo Industrial de Saúde, composto por importantes empresas de equipamentos para a saúde, como por exemplo a Lifemed, Freedom e a O.S. Systems.

Mais recentemente, as Associações dos municípios da Zona Sul (AZONASUL) e da Costa Doce (ACOSTADOCE) iniciaram a elaboração do projeto para o reconhecimento de um novo APL voltado para o turismo da Costa Doce. Face as potencialidades naturais, institucionais e culturais, a região já possui uma importante rede de serviços voltados para o turismo, necessitando integrar e fortalecer as ações existentes.

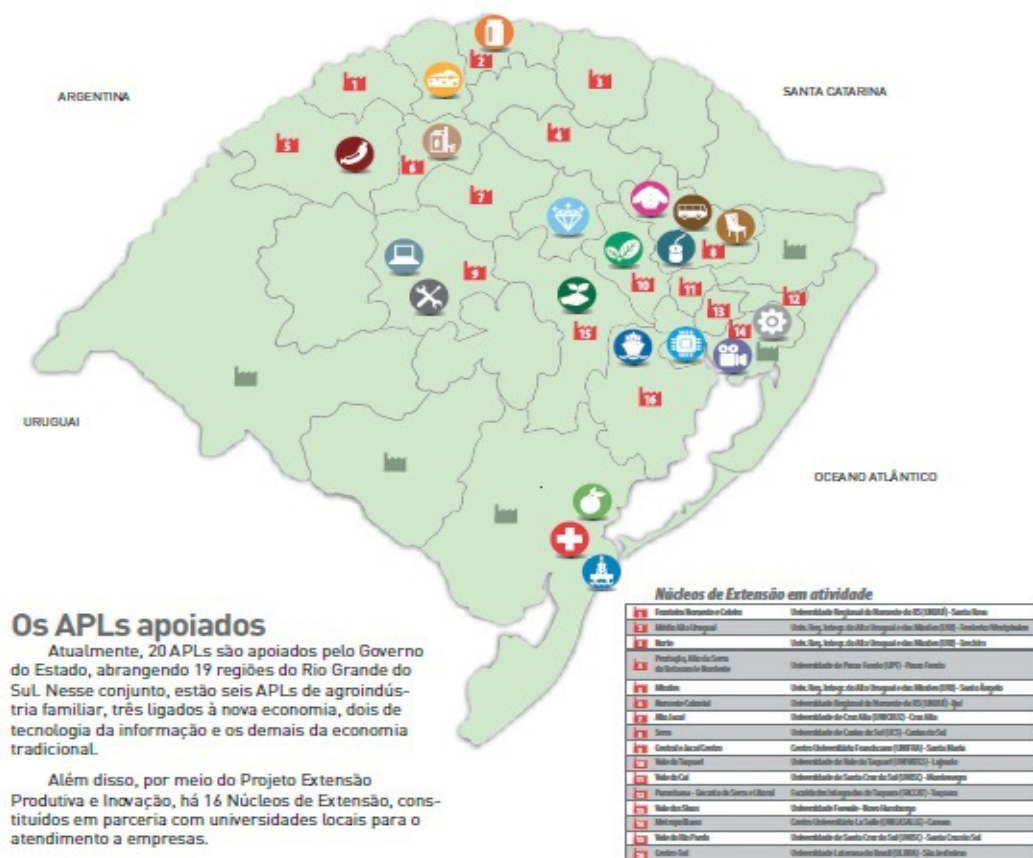
Entendendo haver na área de abrangência da Costa Doce, “aglomeração de empresas e instituições localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação e cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais”, acentuada, fortalecida e originada das características geográficas e paisagens locais, bem como, dos aspectos culturais geradores de traços culturais indenitários e caracterizadores de um “território”, entendemos a constituição de um Arranjo Produtivo Local, cujo enquadramento se dá nos setores da Economia Tradicional e Turismo.

Desta forma, a Costa Doce tem muito expectativa, de que a execução desse projeto amplie as possibilidades de diversificação da economia, com ganhos econômicos e sociais a toda a população da região, através do fortalecimento do APL – Arranjo Produtivo Local Turismo da Costa Doce, dando assim visibilidade ao produto turístico regional, buscando democratizar as atividades através de ações integradas entre os municípios que fazem parte deste destino turístico (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - AGDI, 2016).

Este APL foi reconhecido no final de 2016 e está sendo apoiado pelo Programa Estadual.

A região ainda possui alguns potenciais arranjos produtivos que não conseguiram ser reconhecidos pelo Programa Estadual, como os Arranjos da Construção Civil, do Vestuário e da Pesca.

Figura 14 - Mapa dos APLs do RS.



Fonte: (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - AGDI, 2016).

### 7.2.3 Mercado de Trabalho

A Região Sul possui uma População Economicamente Ativa de 46%. O setor de Comércio e Serviços emprega, aproximadamente 60% da mão de obra disponível.

### 7.2.4 Pessoal Ocupado

Quanto ao mercado de trabalho o número de pessoas ocupadas com carteira assinada foi analisado a partir dos números levantados pelo IBGE no Censo 2010, último oficialmente registrado.

Tabela 55 - Número de empregados por tipo de empresas na Região Sul – 2010

Municípios	Extr.	Transf.	Siup.	C. Civil	Comércio	Serviços	Adm.	Agrop.	Total
	Mineral						Pub.		
Amaral Ferrador	4	3	2	0	41	41	290	8	389
Arroio do Padre	0	4	0	0	28	11	198	0	241
Arroio Grande	1	36	30	34	648	645	463	962	.819
Canguçu	1	282	42	90	1.815	1.319	1.345	44	5.316
Capão do Leão	48	954	17	445	343	527	832	349	3.515
Cerrito	7	70	8	1	110	33	303	70	602
Chuí	0	11	7	9	654	395	308	18	1.402
Herval	0	23	12	144	0	74	343	185	781
Jaguarão	2	51	35	97	1.269	1.032	888	771	4.145
Morro Redondo	0	783	4	14	135	64	248	68	1.316
Pedras Altas	0	12	2	0	10	10	270	134	438
Pedro Osório	0	141	11	15	219	262	277	189	1.114
Pelotas	63	9.162	1.801	4.136	20.837	33.609	8.66	1.027	79.601
Pinheiro Machado	0	186	22	13	343	248	511	205	1.528
Piratini	0	352	47	6	508	478	728	477	2.596
Rio Grande	233	13.992	723	1.875	11.792	21.488	5.823	944	56.870
Santa Vitória do Palmar	0	120	44	253	1.115	1.010	1.331	2.209	6.082
Santana da Boa Vista	10	39	9	1	134	90	428	40	751
São José do Norte	0	1.141	29	77	754	350	865	378	3.594
São Lourenço do Sul	7	473	31	229	1.921	1.585	1.384	437	6.067
Tavares	0	88	1	50	108	62	251	89	649
Turuçu	3	28	0	4	66	38	228	70	437
Total	379	27.951	2.877	7.493	42.850	63.371	26.280	9.052	180.253

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

\* empregados com carteira assinada.

Do total de empregados com carteira assinada, 134.471, que representam 74%, trabalhavam em 2010, nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Os vinte municípios restantes empregavam 26%.

O setor que mais empregou foi o de serviços, 35,1%. O comércio empregou 23,8% e a indústria de transformação 15,5%. As demais atividades empregaram 25,6% (tabela 55).

Tabela 56 - Admissões nos municípios da Região Sul nos anos de 2007 e 2013

Municípios	Indústria		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013
	Amaral Ferrador	0	1	0	9	0	7	5	2	5
Arroio do Padre	0	0	0	7	1	10	4	0	5	17
Arroio Grande	7	42	132	201	37	84	392	328	568	655
Canguçu	47	163	417	772	260	571	178	198	902	1.704
Capão do Leão	1.227	855	187	237	99	235	125	144	1.638	1.471
Cerrito	47	52	187	59	4	10	59	24	297	145
Chuí	7	0	103	375	55	107	4	25	169	507
Herval	8	0	25	60	4	8	42	39	79	107

Municípios	Indústria		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013
Jaguarão	6	29	394	519	166	363	250	283	816	1.194
Morro Redondo	1.459	1.273	29	59	19	29	10	21	1.517	1.382
Pedras Altas	5	1	1	5	12	5	7	47	25	58
Pedro Osório	60	88	29	109	33	43	26	130	148	370
Pelotas	5.792	7.264	6.078	109	7.696	11.175	665	469	20.231	19.017
Pinheiro Machado	19	32	127	157	110	95	356	71	612	355
Piratini	141	241	181	214	161	92	578	569	1.061	1.116
Rio Grande	1.937	11.732	4.171	8.606	3.742	14.218	593	627	10.443	35.183
Santa Vit. Palmar	43	116	265	416	151	226	795	1.127	1.254	1.885
Santana Boa Vista	0	19	15	13	2	31	10	15	27	78
São José Norte	190	346	135	469	55	140	569	770	949	1.725
São Lourenço Sul	93	168	511	778	272	524	228	202	1.104	1.672
Tavares	52	38	25	77	13	23	41	57	131	195
Turuçu	2	10	9	27	3	11	13	27	27	75
<b>Total</b>	<b>11.142</b>	<b>22.470</b>	<b>13.021</b>	<b>13.278</b>	<b>12.895</b>	<b>28.007</b>	<b>4.950</b>	<b>5.175</b>	<b>42.008</b>	<b>68.930</b>

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Quanto ao tema das admissões e demissões, os dados foram levantados entre os anos de 2007 e 2013.

Em 2007 foram admitidos na região 42.008 empregados e, em 2013, este número cresceu chegando a 68.930. Houve um incremento em 2013 de 64,1% sobre o ano base. A indústria ofertou 101,7% a mais, o comércio 2%, os serviços 117,2% e a agropecuária 4,5%.

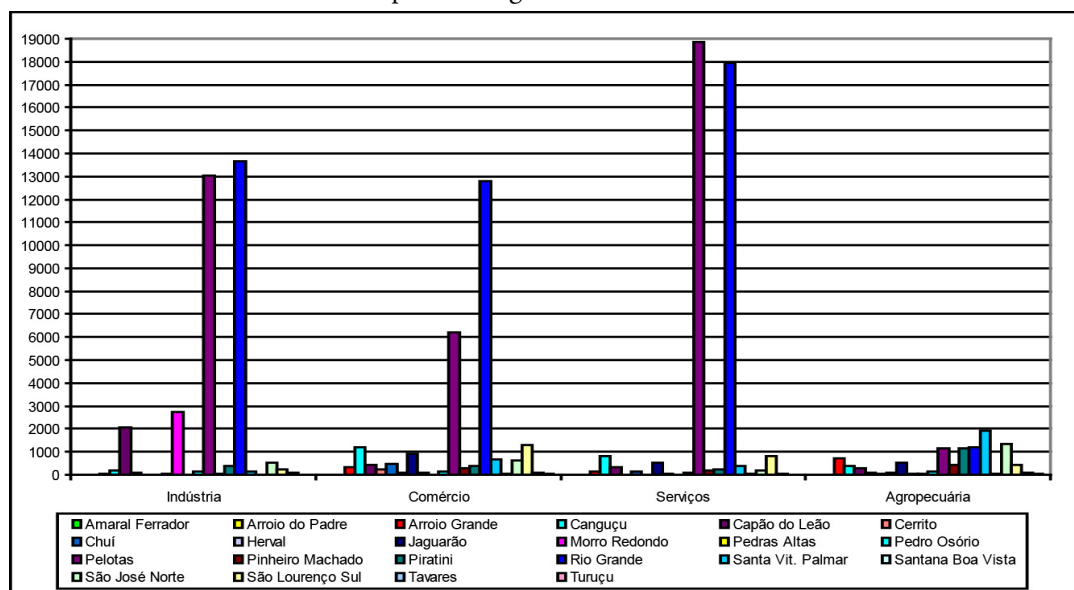
O alto crescimento do emprego na indústria e nos serviços deu-se em função da implantação do Polo Naval do Rio Grande, que atraiu indústrias sistemistas e induziu a expansão da oferta dos serviços.

No primeiro período de instalação do Polo já estava previsto um número maior de empregados. A empregabilidade na área da construção civil, tanto no Polo Naval quanto na ampliação das acomodações exigidas pelos trabalhadores oriundos de outros estados que detinham mão de obra especializada na construção naval aumentaram os empregos na primeira etapa.

A visualização das demissões no mesmo período mostra um aumento de 76,1%. Deve-se destacar que em 2013 o número de demissões esteve perto do número de admissões. Tal aconteceu porque no ano de 2013 ocorreu, nos primeiros meses, um número considerável de contratações no Polo Naval e, já em outubro, começou o desaquecimento do setor, a partir do cancelamento de encomendas feitas pelo governo da União.

O Gráfico 7 mostra o diferencial das ocupações nos setores de serviços, comércio e indústria em relação aos demais na Região Sul.

Gráfico 7 - Admissões nos municípios da Região Sul nos anos de 2007 e 2013.



Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Tabela 57 - Demissões nos municípios da Região Sul nos anos de 2007 e 2013

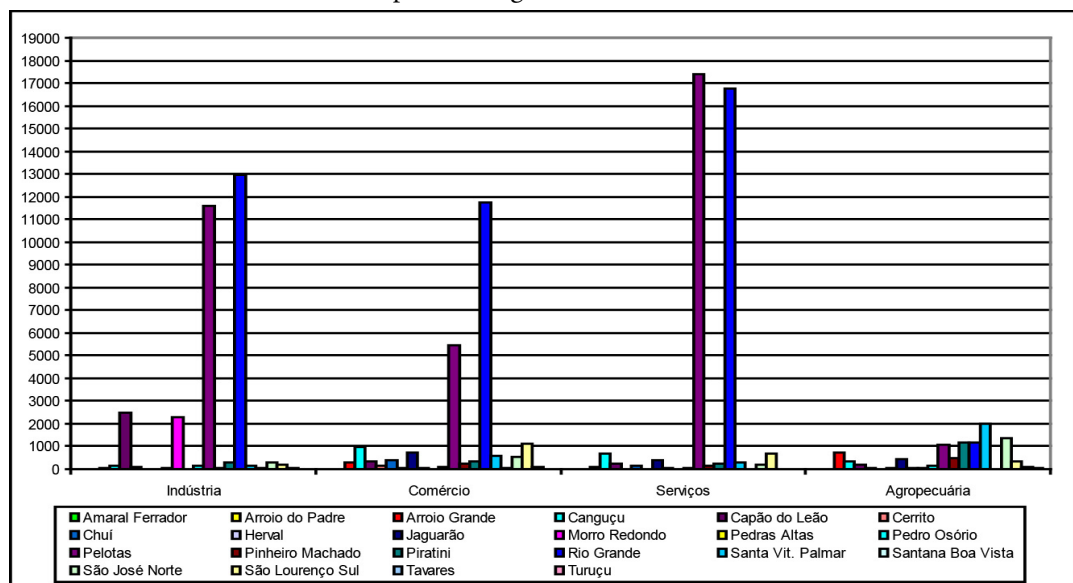
Municípios	Indústria		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013
Amaral Ferrador	0	1	0	5	0	1	1	0	1	7
Arroio do Padre	1	0	3	7	0	5	4	0	8	12
Arroio Grande	12	52	101	172	33	86	374	336	520	646
Canguçu	51	117	335	652	240	424	155	205	781	1.398
Capão do Leão	1.354	1.152	128	216	65	184	77	137	1.624	1.689
Cerrito	43	53	128	32	6	7	41	15	218	107
Chuí	6	0	121	283	40	97	4	14	171	394
Herval	3	2	15	49	3	4	25	39	46	94
Jaguarão	3	25	286	452	146	267	207	247	642	991
Morro Redondo	1.001	1.308	24	32	11	20	12	20	1.048	1.380
Pedras Altas	4	2	0	4	2	4	9	49	15	59
Pedro Osório	60	90	24	97	21	47	34	124	139	358
Pelotas	4.555	7.017	5.359	97	7.383	9.988	581	497	17.878	17.599
Pinheiro Machado	10	30	114	143	86	83	356	152	566	408
Piratini	104	210	157	193	172	92	546	609	979	1.104
Rio Grande	1.695	11.265	3.544	8.179	3.196	13.559	550	611	8.985	33.614
Santa Vitória do Palmar	37	110	230	372	108	198	887	1.116	1.262	1.796
Santana da Boa Vista	2	53	14	11	5	14	4	10	25	88
São José do Norte	139	140	121	406	46	127	527	815	833	1.488

Municípios	Indústria		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013	2007	2013
São Lourenço do Sul	66	132	438	676	274	404	160	191	938	1.403
Tavares	37	33	30	58	6	9	47	46	120	146
Turuçu	1	18	9	15	2	7	4	29	16	69
<b>Total</b>	<b>9.184</b>	<b>21.810</b>	<b>11.181</b>	<b>12.151</b>	<b>11.845</b>	<b>25.67</b>	<b>4.605</b>	<b>5.262</b>	<b>36.815</b>	<b>64.850</b>

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

No final de 2013, as demissões alcançaram números próximos aos de admissões. No entanto, o saldo foi positivo em 4.080 vagas ocupadas (tabela 57).

Gráfico 8 - Demissões nos municípios da Região Sul nos anos de 2007 e 2013



Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

O Gráfico 8 identifica os setores que mais demitiram na Região Sul. Seguindo a lógica dos setores que mais empregam que são os mesmos que mais demitiram.

## 7.2.5 Salários Praticados

A tabela 58 mostra os salários médios praticados nos municípios da Região Sul.

Tabela 58 - Salários médios praticados nos principais ramos de atividades existentes na Região Sul – 2015

Atividades	Salários médio mensal + 13°
Indústria extrativa	2.260
Indústria transformação	1.361
Indústria de serviços públicos	3.963
Construção civil	1.303
Comércio em geral	1.303

<b>Atividades</b>	<b>Salários médio mensal + 13º</b>
Alojamento e alimentação	1.888
Transporte e armazenagem	3.868
Intermediação financeira	1.208
Atividade imobiliária	1.630
Administração pública	2.050
Educação	1.990
Saúde	1.213
Outros serviços	1.369
Agricultura	1.092
Pesca	1.303

Fonte inicial: Pesquisa direta.

Nota: Transcrição e atualização pelo IPCA: equipe técnica; o valor foi estabelecido levando em conta o 13º salário.

A estrutura salarial adotada foi estabelecida pelos dissídios ocorridos em 2013 para as diversas categorias, corrigida pelo INPC-A do período 20/10/2015. Os valores não incluem profissionais de nível superior.

### 7.3 COMÉRCIO EXTERIOR

O conjunto das compras e vendas de bens e serviços realizados pelas empresas da região apresentou, no período 2011/2014, oscilações na balança comercial, ora de superávit, ora de déficit.

A atual desvalorização cambial e a retração econômica brasileira têm contribuído para que o Brasil melhore o desempenho da balança comercial. Em 2015 foi registrado um saldo positivo de US\$ 19,7 bilhões nas suas operações de comércio exterior.

Esse foi o maior saldo desde 2011. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – neste período as exportações superaram as importações em US\$ em US\$ 29,7 bilhões.

Tabela 59 - Volume em dólares das exportações dos municípios da Região Sul 2011 a 2014

<b>Municípios</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
	<b>US\$ F. O. B.</b>			
Capão do Leão	26.160.716	9.317.292	7.335.950	12.768.973
Chuí	7.834.919	5.878.582	-	-
Morro Redondo	31.285	261.280	784.189	1.104.715
Pelotas	77.631.405	159.542.428	82.012.865	91.159.929
Rio Grande	2.529.139.144	2.391.494.792	7.435.265.228	2.914.366.833
São José do Norte	18.258.942	13.731.785	12.777.207	20.423.541
São Lourenço do Sul	-	-	53.269	78.222
Tavares	3.325.527	1.002.551	939.315	2.086.289

Fonte: (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2016).

No aspecto exportação, apenas cinco municípios da região participaram do comércio exterior no período levantado. O município do Rio Grande, devido a alfandegagem portuária é o que apresenta maior volume monetária e maior volume de carga exportada (tabela 59).

Os municípios de Pelotas, Morro Redondo, Capão de Leão e Tavares e Rio Grande têm registros de exportações regulares. São produtos primários sem agregação de valores, oriundos dos segmentos agrícola e mineral.

Outros municípios como Chuí, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar, aparecem nas estatísticas como exportadores ocasionais, também de produtos primários sem agregação de valor.

Tabela 60 - Volume de produtos exportados por municípios da Região Sul 2011 a 2014

<b>Municípios</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Capão do Leão	13.878,9	7.609,7	8.627,4	16.774,1	46.890,1	0,3
Morro Redondo	0,5	0,1	640,9	871,0	1.512,5	0,0
Pelotas	124.625,4	228.514,7	126.550,1	137.899,6	617.589,8	3,8
Rio Grande	3.111.179,1	2.829.619,9	4.373.668,0	5.258.408,3	15.572.875,3	95,8
Tavares	4.058,5	1.805,0	1.798,9	5.889,2	13.551,6	0,1
<b>Total</b>	<b>3.253.742,4</b>	<b>3.067.549,4</b>	<b>4.511.285,3</b>	<b>5.419.842,2</b>	<b>16.252.419,3</b>	<b>100,00</b>

Fonte: (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2016).

Nota: Morro Redondo: não alcançou 0,1%.

O total das exportações no período indicam a supremacia do município do Rio Grande.

Entretanto, ao se analisar o município de Pelotas, individualmente, se verifica que o volume exportado pode ser considerado aceitável, partindo do princípio de se tratar de município com características comercial e de serviços (tabela 60).

Os principais produtos exportados são: adubos e fertilizantes, arroz, artefatos de construção, bebidas alcoólicas, café, carnes, cerâmica, doces, frutas, goma laca, lã, medicamentos veterinários, óleo de soja, madeira, plataformas, pêssego, milho, peles e couros, soja triturada e resinas/essências.

A maior parte destes produtos não passam por transformações que possibilite a agregação de valor e, por conseguinte gerador de empregos, renda e tributos para o país. Trata-se de produtos primários. Muitos deles retornam ao país manufaturados.

O processo de desvalorização cambial no país tem beneficiado as exportações, principalmente a soja, o produto mais exportado pelos municípios da Região.

Em relação às importações alguns municípios da região mantem registros regulares de importações. É o caso de Pelotas, Capão do Leão, São José do Norte e Tavares. Os municípios de Chuí, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar praticaram importações esporádicas. A porta de entrada destes produtos se dá via rodoviária, cujo registro é feito no município onde ocorreu o desembarque do produto.

Os principais mercados que importam produtos da Região Sul são Argentina, China e países da União Europeia.



## 7.4 TURISMO

Uma das grandes potencialidades da Região Sul está nas suas belezas naturais e nas diversas possibilidades para o desenvolvimento do turismo. Uma das principais características da região é estar banhada por águas doce e salgada. Possuidora de uma grande costa marítima, a região é conhecida por ter a maior extensão de praia de mar do mundo, destacando-se os balneários do Cassino, Mar Grosso, Hermenegildo e Barra do Chuí. Estas praias são utilizadas por turistas dos mais diferentes Estados e dos países vizinhos, principalmente pelos Uruguaios e Argentinos.

Na praia do Cassino, um atrativo único são os passeios de vagoneta, carrinhos movidos pelos ventos que andam sobre os trilhos situados nos molhes da Barra, adentrando aproximadamente 4Km no mar, possibilitando avistar alguns dos animais que se recolhem nos molhes, como é o caso dos leões marinhos. Dependendo do período é possível avistar botos que se aproximam do local para se alimentar dos cardumes ali localizados.

A riqueza marinha somada a existência de uma Universidade Federal, voltada para a área oceânica, originou o projeto de construção do Oceanário Brasil que será um expoente em oceanários para o mundo e o maior da América Latina, já em construção no ABC 10 Praia do Cassino.

Para os amantes das águas doces, a região é banhada pela Lagoa dos Patos que possui grande atrativo para o turismo, como os esportes náuticos (remo, canoagem, *windsurf*, *kitesurf* e *stand up paddle*), sem contar com as belezas das margens, com praias como a do Laranjal em Pelotas e a praia de São Lourenço do Sul, com suas águas calmas, com areias atrativas e as tradicionais figueiras nativas com suas sombras aconchegantes, um convite para a contemplação.

Destaca-se ainda as lagoas Mirim e Mangueira com suas belezas atraindo turistas interessados em acampar nas suas margens pitorescas vindos dos diferentes recantos do Estado e do País.

Para os apreciadores dos frutos do mar, a região ainda possui várias colônias de pescadores, onde pode-se apreciar a paisagem pitoresca, com pequenos barcos de pesca coloridos e espaços para alimentação e vendas de pescados “*in natura*”.

A Região Sul possui vários roteiros disponíveis para passeios de escuna ou barco pela Lagoa dos Patos.

Belezas naturais incomparáveis são encontradas entre os municípios de São José do Norte e Tavares, com uma praia de mar pouco explorada e o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, espaço de preservação que serve de rota e local de descanso de aves migratórias de rara beleza, como é o caso dos flamingos.

O novo Mapa Turístico da Costa Doce, reconhecido hoje pela Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer e pelo Ministério do turismo, é aquele que se estende do Município de Chuí até Guaíba, abrangendo as regiões da AZONASUL e Centro Sul.

A Costa Doce, localizada em torno da Laguna dos Patos, oferece roteiros turísticos que unem a beleza das praias locais à tradição do povo gaúcho. São diversas opções de lazer, cultura e diversão o ano inteiro. Conhecer a Costa Doce é se encantar com a natureza exuberante do Mar de Dentro, apreciar o pôr do sol refletido em espelhos de água doce, tomar um banho de sol na beira da praia ou descansar tranquilamente à sombra de figueiras (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SETUR, 2016).

Na Região Sul é possível desenvolver turismo de lazer e ecológico. Associada as belezas do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, a região conta ainda com a Reserva Ecológica do Taim. Neste local encontra-se uma diversidade de flora e fauna incomparável. Grandes grupos de capivaras são vistas às margens da BR, juntamente com aves de rara beleza, como o cisne do pescoço preto que utiliza os banhados para o seu período de reprodução.

Outro grande atrativo para o turismo regional se refere ao patrimônio histórico e cultural. Na região é possível realizar vários roteiros turísticos para conhecer uma quantidade fantástica de prédios históricos, como Teatros, Museus, catedrais, igrejas, castelos, casarios, charqueadas, entre outros, encontrados principalmente nos municípios de Pelotas, Rio Grande, Piratini, São José do Norte, Pedras Altas e Jaguarão.

Uma das potencialidades regionais ainda não plenamente conhecida é a do Turismo Rural. Além das lagoas, no interior da região pode-se encontrar inúmeros espaços (Parques, Campings, Hotéis Fazenda, Pousadas, Cafés coloniais, Restaurantes, vinícolas.) para o turismo, ofertando tanto paisagens de serra como de planícies, inúmeras cachoeiras, arroios e lagos. Lugares como o Parque da “Toca da Tigra” e penhascos propícios para a prática de rapel, podem ser encontrados no município de Santana da Boa Vista ou a “Gruta do Leão e os penhascos em Capão do Leão.

Entre os caminhos e roteiros turísticos da Região Sul, destacam-se os: Caminho Farroupilha; Caminho Farroupilha, cultura e tradição gaúcha; Caminho Pomerano; Rota Pelotas Colonial; Roteiro Lagoa do Peixe; Roteiro de Arquitetura da Costa Doce; entre outros.

Atualmente já é possível incluir roteiros para visitas à videiras e vinícolas, atividade em expansão na região, contando também com inúmeros produtores de vinhos artesanais.

A região também possui um grande atrativo para o turismo religioso, com seus eventos tradicionais como as festas de Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá em vários municípios, a Romaria de Nossa Senhora de Guadalupe, em Pelotas e os espaços de visitação como o Parque Turístico Mirante Nossa Senhora da Conceição, em Canguçu.

Soma-se as possibilidades regionais para o turismo, o número de grandes e pequenos eventos promovidos, tais como, a Festa Nacional do Doce (FENADOCE) e o Festival Internacional Sesc de Música, em Pelotas, a Feira do Polo Naval, a Festa do Mar e a Feira do Artesanato de Rio Grande (FEART), em Rio Grande, as Expofeiras, Festas da Melancia, em Pedro Osório e Capão do Leão, Festa do Morango e da Pimenta vermelha, em Turuçu, Festa do Caqui e Maçã, em Arroio do Padre, o Reponte da Canção Nativa, em São Lourenço do Sul, os festivais de música nativistas, Rodeio Internacional em Herval, Danças gauchescas e as Expofeiras em diversos municípios, além de outros tantos eventos reconhecidos na região, como promoções de grande atração turística.

## **7.5 EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE RETORNO DO ICMS**

No período de avaliação do retorno do ICMS na região (2005 a 2015), percebe-se ter havido um aumento de 1,08 do índice. Com base no total de 100%, em 2005 a região possuía 5,77% e, em 2015, 6,85%.

Tabela 61 - Evolução do índice de retorno do ICMS na Região Sul, 2005 a 2015

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Amaral Ferrador	0,051001	0,058394	0,054949	0,052593	0,047975	0,053438	0,059197	0,055632	0,053597	0,053066	0,053818
Arroio do Padre	0,028090	0,035170	0,031792	0,030347	0,034134	0,033249	0,037626	0,035137	0,032317	0,032166	0,032895
Arroio Grande	0,205514	0,215352	0,219407	0,212866	0,211416	0,219186	0,227297	0,218913	0,212857	0,227783	0,238266
Canguçu	0,339573	0,359999	0,367900	0,360407	0,358989	0,362029	0,369960	0,370375	0,366705	0,373318	0,383594
Capão do Leão	0,134910	0,134793	0,129614	0,133964	0,157632	0,166019	0,157225	0,148647	0,147829	0,150213	0,149677
Cerrito	0,042539	0,042679	0,046520	0,045648	0,045730	0,046389	0,048109	0,050425	0,051832	0,052151	0,053339
Chuí	0,047700	0,045865	0,042141	0,038916	0,037577	0,035313	0,036084	0,037330	0,036533	0,037096	0,037748
Herval	0,085659	0,083557	0,088326	0,083331	0,085189	0,086029	0,088196	0,088935	0,093929	0,093144	0,093856
Jaguarião	0,169904	0,177293	0,177908	0,177425	0,174306	0,181293	0,186213	0,185297	0,191954	0,199155	0,203479
Morro Redondo	0,061029	0,060788	0,061547	0,063211	0,064103	0,062522	0,057815	0,061002	0,061669	0,060649	0,060944
Pedras Altas	0,062047	0,064498	0,065305	0,067156	0,063917	0,061557	0,063096	0,061416	0,060644	0,059932	0,062687
Pedro Osório	0,044407	0,043478	0,049141	0,048195	0,049374	0,046823	0,051559	0,051518	0,051333	0,052547	0,056938
Pelotas	1,341159	1,380888	1,387643	1,346068	1,342940	1,338917	1,356498	1,353327	1,406366	1,427025	1,371720
Pinheiro Machado	0,182960	0,168523	0,159362	0,149690	0,156862	0,174958	0,176938	0,167236	0,165868	0,166492	0,161750
Piratini	0,197791	0,212129	0,209336	0,206644	0,213216	0,211262	0,205237	0,202020	0,209117	0,209581	0,209052
Rio Grande	1,834894	1,669788	1,435773	1,236762	1,331751	1,539329	1,513961	1,363072	1,614154	1,968185	2,692482
Santa Vitória do Palmar	0,397784	0,413536	0,399004	0,368181	0,342302	0,354118	0,374810	0,373525	0,361717	0,370652	0,344601
Santana da Boa Vista	0,077362	0,789720	0,079997	0,082003	0,082680	0,084938	0,088195	0,088667	0,090806	0,092991	0,092714
São José do Norte	0,111575	0,111894	0,126137	0,131634	0,131015	0,132659	0,125928	0,127197	0,130243	0,134713	0,130225
São Lourenço do Sul	0,265979	0,285836	0,286534	0,276749	0,282321	0,292518	0,308290	0,316476	0,299780	0,298376	0,313949
Tavares	0,051866	0,056698	0,056695	0,050520	0,054297	0,054575	0,060841	0,060373	0,061098	0,060980	0,059522
Turuçu	0,041106	0,040411	0,045539	0,044782	0,042058	0,045442	0,042673	0,041050	0,040348	0,041395	0,042794
Total	5,77	5,74	5,52	5,21	5,31	5,58	5,64	5,46	5,74	6,16	6,85

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Em 2015, o município do Rio Grande liderou o índice de retorno com 2,692482, seguido de Pelotas com 1,371720. Em conjunto os municípios reuniram 4,064202 ou 59,3% do retorno do ICMS regional (tabela 61).

No período analisado o índice de retorno do ICMS cresceu, sendo que em 2005 foi de 5,77% e em 2015 aumentou para 6,85%.

## 7.6 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA POR FAIXAS DE VALOR

Na observação da renda, foram considerados os dados oficiais publicados pelos Censos do IBGE Assim para efeitos comparativos adotou-se os Censos 2000 e 2010.

Tabela 62 - Número relativo de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal (salário mínimo) mensal dos municípios da Região Sul 2000 e 2010

Municípios	Até 1 sm		Acima de 1 até 2 sm		Acima de 2 até 3 sm		Acima de 3 até 5 sm		Acima de 5 até 10 sm		Acima de 10 até 20 sm		Acima de 20 sm	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Amaral Ferrador	34,89	60,24	23,24	25,28	9,52	7,98	15,71	4,50	11,04	1,40	2,97	0,48	2,68	0,12
Arroio do Padre	-	46,69	-	26,51	-	10,63	-	8,13	-	5,62	-	1,31	-	1,11
Arroio Grande	33,22	54,82	26,58	29,36	8,15	5,75	8,50	4,64	7,16	4,43	2,88	0,79	13,53	0,21
Canguçu	35,16	53,16	26,57	2,34	10,75	8,06	12,01	6,81	8,70	2,43	2,44	0,93	4,37	0,27
Capão do Leão	24,08	42,43	28,45	39,52	14,60	9,03	13,21	5,76	8,48	0,41	1,82	0,27	9,36	2,58
Cerrito	44,12	60,86	28,27	26,25	10,07	6,42	9,25	3,76	5,90	1,83	1,92	0,70	0,47	0,18
Chuí	17,19	45,20	25,65	34,49	14,14	9,68	16,59	6,59	14,04	2,97	5,22	0,75	7,17	0,32
Herval	39,98	60,72	23,82	26,17	7,51	4,09	7,17	4,94	6,45	2,74	2,15	0,75	12,92	0,59
Jaguarão	28,96	48,18	26,25	33,01	11,20	6,71	11,92	6,36	11,92	4,12	4,48	1,09	5,27	0,53
Morro Redondo	30,27	49,87	31,40	30,87	12,90	8,25	10,09	5,69	7,89	3,61	3,27	1,17	4,18	0,54
Pedras Altas	-	59,64	-	28,61	-	4,27	-	4,04	-	2,10	-	1,16	-	0,18
Pedro Osório	33,19	53,62	22,62	26,92	9,40	9,27	12,68	5,82	10,02	3,45	3,07	0,59	9,02	0,33
Pelotas	17,93	35,44	22,23	33,24	12,89	11,76	15,09	9,47	14,61	6,67	7,03	2,42	10,22	1,00
Pin. Machado	39,76	50,92	24,10	29,30	9,07	9,10	12,11	5,59	7,83	4,13	3,33	0,75	3,80	0,21
Piratini	43,32	58,71	23,78	27,27	7,19	6,57	7,27	4,04	5,92	2,18	2,74	0,95	9,82	0,28
Rio Grande	16,03	33,80	19,49	31,64	12,42	12,63	17,44	10,82	18,11	7,75	6,20	2,51	10,31	0,85
Sta V. Palmar	27,96	69,14	28,18	21,00	13,04	4,31	11,47	3,06	8,83	0,19	4,16	0,38	6,36	1,92
Santa. B. Vista	57,82	49,29	20,24	29,13	5,95	9,39	5,42	6,12	3,95	3,79	1,89	1,42	4,73	0,86
São José Norte	38,59	57,43	26,01	27,91	8,05	6,79	7,55	5,00	5,05	2,06	1,38	0,75	13,37	0,06
São Lour. Sul	26,13	45,38	26,60	31,99	11,89	10,15	12,98	6,75	11,98	4,32	4,54	0,99	5,88	0,42
Tavares	34,11	51,34	32,90	32,29	10,59	7,49	9,75	4,51	6,97	3,47	2,75	0,88	2,93	0,02
Turuçu	21,74	54,73	33,65	29,54	10,20	7,83	12,53	4,13	13,57	1,67	3,25	1,80	5,06	0,30
Média	32,22	51,89	26,00	29,48	10,48	8,01	11,44	5,75	9,42	3,24	3,37	1,04	7,07	0,59

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016). Cálculos percentuais: equipe técnica.

Nota: os rendimentos foram medidos pelo salário mínimo nacional das datas referidas. Números arredondados.

Nos Censos de 2000 e 2010 os rendimentos dos domicílios da região sofreram mudanças acentuadas. Em 2000 os domicílios com até dois salários mínimos eram 58,2% e, em 2010,

alcançou 81,37. A faixa de 2 a 5 salários mínimos passou de 21,92% para 13,76%. A faixa de mais de dez salários mínimos passou de 9,42% para 3,2%. A faixa de dez a vinte salários passou de 3,37% para 1,1% e, a faixa de mais de 20 salários mínimos decresceu de 7,07% para 0,59% (tabela 62).

## 7.7 EVOLUÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO

O Valor Adicionado Bruto (VAB) que consiste em elemento substancial do PIB, evoluiu na Região, no período analisado (2010 a 2013).

### 7.7.1 VAB da Pecuária

Entre os anos de 2010 e 2013, o VAB regional passou de R\$ 1,2 bilhões para R\$ 2,0 bilhões aproximadamente. Um aumento de 66,7%. No mesmo período o VAB do Estado variou 67,8%.

Tabela 63 - VAB da agropecuária (R\$ mil), nos municípios da Região Sul – 2010/2013

Municípios	2010	2011	2012	2013
Amaral Ferrador	19.193	23.970	24.555	37.092
Arroio do Padre	9.405	8.315	12.254	16.021
Arroio Grande	118.200	114.463	136.549	219.481
Canguçu	126.302	128.928	122.382	240.112
Capão do Leão	31.867	27.208	31.856	47.615
Cerrito	18.193	18.232	18.946	26.646
Chuí	9.284	7.520	7.456	11.558
Herval	19.798	18.701	20.328	30.182
Jaguarão	90.792	75.468	101.040	159.406
Morro Redondo	10.730	10.691	10.574	14.393
Pedras Altas	22.797	22.599	20.492	36.254
Pedro Osório	18.464	17.318	15.883	22.178
Pelotas	108.883	112.127	117.901	164.683
Pinheiro Machado	24.717	26.458	24.875	36.221
Piratini	58.064	64.663	67.715	101.471
Rio Grande	119.454	99.009	105.539	150.026
Santa Vitória do Palmar	174.527	146.545	167.434	248.483
Santana da Boa Vista	27.347	31.447	32.299	47.780
São José do Norte	52.258	40.547	42.627	50.942
São Lourenço do Sul	114.428	150.009	171.526	216.974
Tavares	17.636	12.702	16.165	21.710
Turuçu	17.611	17.031	22.193	33.224
Região Sul	1.223.900	1.189.118	1.304.532	1.961.819
Total RGS	17.162.698	18.81.460	16.297.941	28.798.796

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Os municípios de Arroio Grande, Canguçu, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul foram os grandes formadores do VAB da pecuária na região.

Santa Vitória do Palmar superou os demais em função da produção de arroz que, após colhida, passa pelo processo de secagem e processamento.

### 7.7.2 VAB da Indústria

O VAB da indústria na região teve aumento de 62,1% entre 2010 e 2013. A indústria do Estado gerou um aumento de 20,9% no mesmo período.

Tabela 64 - VAB da indústria (R\$ mil), nos municípios da Região Sul – 2010/2013

<b>Municípios</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Amaral Ferrador	1.975	2.452	2.547	3.130
Arroio do Padre	1.830	1.322	1.737	1.530
Arroio Grande	27.008	25.511	30.716	26.076
Canguçu	23.575	26.179	32.532	38.961
Capão do Leão	70.265	83.023	105.957	100.915
Cerrito	3.838	2.776	3.379	3.508
Chuí	4.496	4.173	5.351	6.166
Herval	2.469	2.194	3.397	3.358
Jaguarão	19.959	20.135	25.976	29.367
Morro Redondo	10.933	10.613	12.989	12.104
Pedras Altas	1.343	1.202	1.405	1.821
Pedro Osório	28.413	98.081	10.966	9.047
Pelotas	581.532	853.909	828.130	707.691
Pinheiro Machado	39.586	45.311	49.345	45.503
Piratini	10.780	12.600	15.500	15.004
Rio Grande	834.231	783.467	1.281.446	1.719.769
Santa Vitória do Palmar	35.690	36.289	42.112	40.825
Santana da Boa Vista	2.594	2.760	3.750	4.522
São José do Norte	18.387	19.589	22.730	22.050
São Lourenço do Sul	34.286	41.113	56.560	56.817
Tavares	6.617	6.202	4.755	4.786
Turuçu	1.746	2.699	2.752	2.866
Região Sul	1.761.553	1.991.600	2.544.032	2.855.816
Total RGS	57.499.409	61.446.640	65.393.614	69.500.270

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

O município do Rio Grande contribuiu com 60,2% da geração total do VAB da região, seguido por Pelotas com 24,8%. Os demais municípios participaram com apenas 15% do VAB total.

### 7.7.3 VAB do Comércio e Serviços

Em 2010 o VAB do Serviço e Comércio na região foi de R\$ 7,9 bilhões e, em 2014, de R\$ 11,9 bilhões. Um aumento de 50,6%.

Tabela 65 - VAB do serviço e comércio (R\$ mil), nos municípios da Região Sul – 2010/2013

<b>Municípios</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Amaral Ferrador	27.835	35.196	33.242	40.048
Arroio do Padre	14.844	17.271	18.946	21.353
Arroio Grande	136.466	140.055	151.564	178.282
Canguçu	301.626	335.092	381.782	461.425
Capão do Leão	143.774	154.867	176.113	197.11
Cerrito	28.758	32.106	36.173	42.072
Chuí	56.311	63.450	78.524	100.721
Herval	32.930	34.187	41.746	48.623
Jaguarão	197.793	213.277	248.711	301.707
Morro Redondo	32.270	34.985	38.879	45.176
Pedras Altas	14.127	15.972	18.249	21.813
Pedro Osório	53.566	48.934	55.699	63.318
Pelotas	3.133.222	3.756.829	4.208.642	4.498.899
Pinheiro Machado	84.035	90.763	94.205	114.654
Piratini	103.527	114.835	131.260	150.873
Rio Grande	2.787.940	3.086.574	3.405.477	4.515.521
Santa Vitória do Palmar	220.485	240.202	268.905	317.211
Santana da Boa Vista	40.849	46.369	51.372	58.530
São José do Norte	121.777	132.910	158.349	180.244
São Lourenço do Sul	302.284	329.797	384.923	452.675
Tavares	27.931	30.566	34.876	40.038
Turuçu	21.740	23.093	26.625	32.814
Região Sul	7.884.090	8.976.330	10.044.262	11.883.508
Total RGS	131.145.686	145.957.349	244.953.796	285.483.671

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Pelotas e Rio Grande formaram 75,8% do VAB do Serviço e Comércio da região. Os municípios de Canguçu, Jaguarão e São Lourenço do Sul têm razoável presença na formação do VAB. Os demais municípios apresentaram pouca representatividade.

### 7.7.4 VAB Total da Região Sul

O VAB total da Região Sul em 2010 foi de R\$ 10,9 bilhões e, em 2013, alcançou R\$ 16,7 bilhões. Houve, portanto, um aumento de 53,2%. No mesmo período o VAB total do Estado cresceu 38,7%.

Tabela 66 - VAB total dos municípios da Região Sul 2010/2013 (em R\$1.000)

<b>Municípios</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Amaral Ferrador	49.004	61,61	60.344	80.270
Arroio do Padre	26.079	26.908	32.937	38.905
Arroio Grande	281.674	280.029	318.829	423.839
Canguçu	451.503	490.199	536.697	740.498
Capão do Leão	245.906	265.098	313.927	346.041
Cerrito	50.790	53.114	58.498	72.226
Chuí	70.091	75.142	91.330	118.446
Herval	55.197	55.083	65.471	82.162
Jaguarão	308.543	308.879	375.728	490.480
Morro Redondo	53.933	56.289	62.442	71.672
Pedras Altas	38.267	39.773	40.145	59.887
Pedro Osório	100.443	74.334	82.549	94.543
Pelotas	3.823.636	4.722.865	5.154.673	5.371.274
Pinheiro Machado	148.339	162.532	168.425	196.379
Piratini	172.371	192.099	214.475	267.348
Rio Grande	3.741.625	3.968.049	4.792.463	6.385.316
Santa Vitória do Palmar	430.702	423.035	478.450	606.519
Santana da Boa Vista	70.790	80.576	87.421	110.833
São José do Norte	192.421	193.046	223.707	253.236
São Lourenço do Sul	450.999	520.919	613.009	726.467
Tavares	52.183	49.470	55.796	66.535
Turuçu	41.097	42.822	51.570	68.904
<b>Região Sul</b>	<b>10.855.595</b>	<b>12.141.880</b>	<b>13.878.886</b>	<b>16.671.778</b>
<b>Total RGS</b>	<b>205.807.793</b>	<b>226.285.449</b>	<b>244.953.790</b>	<b>285.482.671</b>

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: Números arredondados.

Em 2010, os municípios de Pelotas e Rio Grande somavam 69,7% do total do VAB regional. Já em 2013 houve crescimento, somando 70,5%. Em relação ao Estado, em 2010 a região participou com 5,3% do VAB e, em 2013, com 5,8%.

Municípios como Arroio Grande, Capão do Leão, Canguçu, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul tiveram participações significativas na formação do VAB regional.

## 7.8 PRODUTO INTERNO BRUTO E PER CAPITA

No período de 2001 a 2013 o PIB da região cresceu 244%. No mesmo período o PIB Estadual registrou aumento de 258%. No total do PIB da região em 2013, os municípios de Pelotas e Rio Grande responderam por 73%. Esse percentual se manteve durante o período com



variações anuais para mais ou para menos. Com relação ao Estado, o PIB regional em 2001 equivalia 6,1%. Em 2013 o percentual de participação ficou em 5,8%.

O PIB de Rio Grande se manteve em 2013 em R\$ 8,15 bilhões. Em relação a 2001, em 2013 o PIB riograndino cresceu 237%. Em Pelotas, em 2013, o crescimento foi de 223%, num valor de R\$ 5,9 bilhões.

Em 2013 o PIB gerado pelos impostos na região foi R\$ 2,6 bilhões, o que equivaleu a 13,5% do PIB regional.

Tabela 67 - Produto interno bruto (PIB), nos municípios da região da Região Sul 2010 a 2013 (em R\$1,00)

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Amaral Ferrador	23.985	26.875	34.822	36.491	32.160	39.456	43.374	49.314	61.773	58.605	65.886	69.927	81.930
Arroio do Padre	9.113	10.200	13.976	15.010	16.764	19.689	21.120	23.207	26.118	29.488	31.393	39.693	40.193
Arroio Grande	126.002	131.113	170.612	204.297	169.924	189.422	209.842	260.429	315.712	349.018	341.471	375.817	437.044
Canguçu	219.420	249.855	322.603	346.178	355.850	401.187	463.055	473.541	548.556	597.658	626.391	680.884	777.607
Capão do Leão	128.187	138.945	159.278	186.788	208.021	243.594	280.114	322.543	311.071	361.588	358.328	405.624	373.553
Cerrito	20.104	22.678	27.091	30.178	28.078	33.668	40.627	44.764	52.007	61.590	63.165	70.326	74.405
Chuí	46.916	64.474	63.632	69.701	93.973	86.263	118.786	136.961	142.161	161.223	172.904	187.821	131.855
Herval	31.731	34.571	36.963	44.831	46.429	47.707	53.647	64.940	69.788	77.509	75.957	87.034	84.802
Jaguarião	138.564	152.756	178.677	196.323	232.755	263.059	292.796	320.951	366.200	428.190	412.882	452.814	517.868
Morro Redondo	37.997	36.238	39.555	47.717	49.731	50.927	57.658	59.908	68.356	77.675	81.175	88.358	79.981
Pedras Altas	9.800	16.776	24.075	26.922	27.677	30.244	37.067	43.974	47.622	52.264	50.806	54.387	61.234
Pedro Osório	33.752	39.222	46.430	51.443	51.498	53.441	58.184	69.190	78.304	90.664	90.715	95.035	98.966
Pelotas	1.827.862	2.049.503	2.237.371	2.507.674	2.629.072	2.859.906	3.169.402	3.500.008	3.885.295	4.550.187	5.421.408	5.532.992	5.920.548
Pinheiro M.	76.146	87.742	96.416	101.784	106.172	106.430	124.424	149.648	161.817	186.356	194.616	204.094	209.764
Piratini	82.588	94.244	114.484	126.127	126.803	133.654	158.417	182.367	192.620	214.442	227.184	246.541	279.034
Rio Grande	2.183.847	2.552.033	2.971.844	3.288.533	3.015.265	3.477.888	4.442.147	6.302.581	6.372.569	7.778.546	8.193.203	8.965.447	8.155.095
Santa Vít. Palmar	205.320	215.178	280.033	339.745	289.432	284.851	301.248	411.650	440.861	533.266	510.692	566.446	636.027
Santana B. Vista	33.466	37.734	44.664	47.575	48.220	56.258	71.660	79.057	84.091	92.206	96.943	102.546	114.469
São J. do Norte	83.216	90.687	108.828	122.639	135.900	153.706	169.982	192.935	214.486	273.981	259.982	282.731	268.027
São L. Sul	212.310	236.184	277.867	326.972	321.683	359.931	404.711	466.227	530.803	546.067	586.838	668.993	777.255
Távaras	25.159	23.999	27.433	31.432	29.799	34.354	38.312	50.087	59.288	72.784	63.006	72.975	69.040
Turuçu	39.015	43.324	49.411	42.704	37.578	35.712	38.603	44.893	46.014	47.912	47.056	55.231	71.758
Região Sul	5.594.500	6.354.331	7.326.065	8.191.064	8.052.784	8.961.347	10.595.176	13.249.175	14.075.512	16.641.119	17.972.001	19.305.716	19.260.455
Total RGS	92.310.078	105.486.816	124.551.267	137.830.682	144.218.198	156.826.932	176.615.073	199.494.246	215.863.879	252.482.597	263.633.398	277.657.666	331.095.183

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

## 7.8.1 Evolução do PIB per capita

O PIB *per capita* da Região Sul em 2001 foi de R\$ 4.758,00 e, em 2013, alcançou a R\$17.069,00. Um crescimento de 259%. No mesmo período o PIB *per capita* do Estado cresceu 223%.

Tabela 68 - PIB per capita, nos municípios da região da Região Sul 2010 a 2013 (em R\$1,00)

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Amaral Ferrador	2.945	4.201	4724	6142	6560	5713	7034	6960	7555	9357	222	10293	10848
Arroio do Padre	-	3488	3858	5223	5543	6120	7105	7725	8129	9062	10802	11445	14402
Arroio Grande	5.180	6519	6744	8726	10388	8591	9522	11431	13852	16840	18898	18540	20460
Canguçu	3.473	4.249	4.827	6.218	6.657	6.827	7.679	8.648	8.505	9.784	11.220	11.730	12.719
Capão do Leão	4.884	5.219	5.535	6.210	7.131	7.779	8.928	11.842	13.215	12.719	14.884	14.720	16.633
Cerrito	2.361	2.903	3.274	3.911	4.356	4.052	4.859	6.129	6.595	7.685	9.617	9.928	11.120
Chuí	8.380	8.518	11.260	10.703	11.306	14.715	13.060	22.506	25.039	25.866	27.238	28.938	31.143
Herval	3.738	4.510	4.832	5.081	6.062	6.177	6.048	7.805	9.147	9.802	11.471	11.260	12.915
Jaguarão	4.257	4.543	4.965	5.758	6.274	7.375	8.267	10.478	11.286	12.966	15.324	14.870	16.403
Morro Redondo	5.278	6.349	6.063	6.627	8.005	8.354	8.566	9.301	9.307	10.554	12.466	12.998	14.110
Pedras Altas	-	3.777	6.372	9.014	9.942	10.079	10.863	14.559	16.714	18.052	23.564	23.220	25.133
Pedro Osório	3.648	4.148	4.810	5.681	6.280	6.273	6.495	7.238	8.350	9.438	11.598	11.647	12.236
Pelotas	5.171	5.594	6.199	6.687	7.407	7.676	8.255	9.324	10.199	11.256	13.882	16.485	16.795
Pinheiro M.	4.955	5.474	6.245	6.796	7.104	7.339	7.287	9.616	11.326	12.304	14.574	15.312	16.144
Piratini	3.627	4.188	4.731	5.691	6.208	6.181	6.452	7.833	8.671	9.094	10.813	11.431	12.385
Rio Grande	9.870	11.554	13.389	15.463	16.970	15.432	17.656	22.856	32.225	32.457	39.434	41.370	45.088
Santa V. Palmar	5.330	6.099	6.348	8.205	9.887	8.366	8.178	9.661	12.949	13.949	17.201	16.574	18.487
Santana B. Vista	3.207	3.865	4.346	5.130	5.450	5.508	6.409	8.334	8.910	9.458	11.185	11.804	12.529
São J. do Norte	2.792	3.453	3.733	4.444	4.969	5.463	6.131	6.825	7.443	8.213	10.735	10.142	10.975
São L. Sul	4.027	4.813	5.321	6.222	7.277	7.115	7.914	9.559	10.730	12.234	12.666	13.626	15.549
Turuçu	8.071	10.346	11.371	12.834	10.981	10.564	9.000	10.082	11.291	11.504	13.604	13.414	15.807
Região Sul	4.758	5.385	6.063	7.082	7.745	7.732	8.278	10.279	11.859	12.901	15.181	15.524	17.069
Total RGS	7.978	8.900	10.057	11.742	12.850	13.298	14.305	16.689	18.378	19.778	23.606	24.563	25.779

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

O maior PIB *per capita* da região foi o do município do Rio Grande. Em 2013 registrou R\$ 45.088,00. No mesmo ano, o PIB *per capita* médio do Rio Grande do Sul foi de R\$ 25.779,00 ou 57,7% do valor registrado no município do Rio Grande.

## 7.8.2 Finanças Públicas

Em finanças públicas foram levantadas informações sobre Despesas Públicas, Receitas Orçamentárias e Arrecadação de Impostos movimentados na Região Sul.

### 7.8.2.1 Despesas

As despesas de capital somaram no período 2001 a 2014 perto de 1,1 bilhões de reais, enquanto que as despesas realizadas se aproximaram de 10,8 bilhões de reais. A soma das rubricas de despesas totalizou, aproximadamente, 11,9 bilhões de reais.

Tabela 69 - Despesas totais de capital e de despesas correntes dos municípios da Região Sul, 2001/2014 (em R\$ 1,00)

Anos	Despesas de capital	Despesas correntes	Despesas Totais
	Realizadas 1	Realizadas 2	3 = 2 + 1
2001	32.436,9	341.883,5	374.320,4
2002	48.259,4	373.867,7	422.127,1
2003	52.778,8	439.168,7	491.947,5
2004	53.190,6	493.435,3	546.625,9
2005	49.690,6	515.437,8	565.128,4
2006	61.375,7	577.676,5	639.052,2
2007	68.398,9	667.800,1	736.199,0
2008	106.863,0	743.594,3	850.457,3
2009	83.332,8	814.855,1	898.187,9
2010	136.657,8	905.713,6	1.042.371,4
2011	98.541,7	1.004.821,6	1.103.363,3
2012	111.385,2	1.152.970,9	1.264.356,1
2013	72.211,2	1.271.071,1	1.343.282,3
2014	113.852,5	1.488.483,7	1.602.336,2
Total	1.088.975,1	10.790.779,9	11.879.755,0
%	9,2	90,8	100,0

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016). Nota: Cálculos: equipe técnica; números arredondados.

Pelotas e Rio Grande, no período analisado foram responsáveis por percentuais anuais que variaram de 45,5% a 59,8% nas despesas de capital e, nas despesas correntes de 55% a 60,1%. Na soma dos dois itens a participação dos dois municípios esteve entre 53,3% a 58,7%.

### 7.8.2.2 Despesas Orçamentárias

No período 2001/2014 as receitas orçamentárias dos municípios da região somaram, 15 bilhões de reais. Desse total 97,1% foram receitas correntes e, apenas 2,9% foram receitas de capital.

Tabela 70 - Despesas totais de capital e despesas correntes dos municípios da Região Sul, 2001/2014 (em R\$ 1000)

Anos	Despesas de capital	Despesas correntes	Despesas totais
2001	4.028,9	388.389,6	392.418,5
2002	13.482,7	494.38,9	507.865,6
2003	3.545,1	561.330,2	564.875,3
2004	15.784,0	637.706,0	653.490,0
2005	15.049,7	857.777,8	872.827,5
2006	12.635,3	735.426,1	748.061,4
2007	21.021,2	859.062,0	880.083,2
2008	43.546,3	983.895,9	1.027.442,2
2009	29.678,8	1.063.018,3	1.092.697,1
2010	43.211,7	1.217.777,0	1.260.988,7
2011	56.907,1	1.426.325,4	1.483.232,5
2012	76.934,6	1.586.206,8	1.663.141,4
2013	46.173,7	1.783.647,1	1.829.820,8
2014	61.473,8	1.983.649,1	2.045.122,9
Total	443.472,9	14.578.594,2	15.022.067,1
%	2,9	97,1	100,00

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: números arredondados.

### 7.8.3 Impostos e Despesas Públicas

Entre os anos de 2001 e 2014 o IPTU dos municípios da Região Sul cresceu 505,5%. No mesmo período a arrecadação do IPTU no total do Estado cresceu 687,3%.

Tabela 71 - Arrecadação de IPTU na Região Sul, 2001 a 2014 (em R\$ 1,00)

Ano	IPTU		
	Região Sul	RS	Participação %
2001	15.322.838	285.109.687	5,4
2002	22.992.801	335.404.041	6,9
2003	21.709.773	434.606.872	5,0
2004	22.732.605	429.597.928	5,3
2005	26.604.819	498.981.061	5,3
2006	25.044.961	528.254.380	4,7
2007	28.608.228	584.479.713	4,5
2008	30.497.753	670.359.123	4,5
2009	33.819.250	693.197.988	4,9
2010	40.097.623	818.739.297	4,9

Ano	IPTU		
	Região Sul	RS	Participação %
2011	41.472.110	877.771.647	4,7
2012	45.924.229	938.023.297	4,9
2013	49.605.799	1.020.666.367	4,9
2014	77.465.172	1.959.550.823	4,0
Total	481.897.961	10.074.742.224	4,8

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Os municípios de Pelotas e Rio Grande, juntos arrecadaram em 2014, 61,8% do total regional.

### 7.8.3.1 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

No período analisado (2001 a 2014) a arrecadação de ISSQN cresceu 2.807,9% nos municípios da Região Sul. No mesmo período, a arrecadação estadual neste item cresceu 1.652,6%.

Tabela 72 - Arrecadação de ISSQN na Região Sul, no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00)

Ano	ISSQN		
	Região Sul	RS	Participação %
2001	16.451.023	326.923.745	5,0
2002	20.229.160	371.345.899	5,4
2003	23.839.491	454.468.223	5,2
2004	30.929.940	580.354.220	5,3
2005	34.155.087	672.599.760	5,1
2006	38.967.330	750.977.891	5,2
2007	49.428.064	828.776.346	6,0
2008	62.900.929	993.323.737	6,3
2009	66.368.238	1.056.055.147	6,3
2010	80.383.679	1.292.314.478	6,2
2011	97172.336	1.497.981.570	6,5
2012	119.653.953	1.675.568.075	7,1
2013	169.239.995	1.867.700.571	9,1
2014	461.930.819	5.314.607.993	8,7
Total	1.271.650.044	17.682.997.655	7,2

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Os municípios de Pelotas e Rio Grande em 2014, responderam por 81% da arrecadação regional, em função da expansão dos segmentos do comércio e serviços nestes municípios.

### 7.8.3.2 Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

Nos anos de 2001 e 2014, o ITBI regional cresceu 1.342,6%, enquanto no total dos municípios gaúchos houve crescimento de 1.142,4%.

Tabela 73 - Arrecadação de ITBI na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00)

Ano	ITBI		
	Região Sul	RS	Participação %
2001	4.785.194	106.658.982	4,5
2002	4.963.073	132.873.171	3,7
2003	5.646.643	142.207.219	4,0
2004	8.588.327	166.486.050	5,2
2005	7.574.238	180.268.166	4,2
2006	9.194.503	211.367.211	4,4
2007	10.519.619	259.885.774	4,0
2008	12.748.664	327.197.547	3,9
2009	13.580.797	346.475.488	3,9
2010	15.377.511	411.816.756	3,7
2011	17.976.281	504.109.279	3,6
2012	21.830.240	577.556.769	3,8
2013	31.635.075	688.293.830	4,6
2014	64.248.487	1.218.505.399	5,3
Total	228.668.652	5.273.701.641	4,3

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Os municípios de Pelotas e Rio Grande, em conjunto, arrecadaram no ano de 2014, 64,7%, e os demais municípios 35,3%.

### 7.8.3.3 Arrecadação Total dos Impostos Municipais

Na soma dos impostos municipais, a arrecadação na região obteve crescimento de 653,6%. No mesmo período a arrecadação de imposto municipal no Estado registrou crescimento de 516,5%.

Em decorrência da concentração econômica dos municípios de Pelotas e Rio Grande, a arrecadação destes totalizou em 2014, 74,2% do total regional.

### 7.8.3.4 Imposto Estaduais

No ano de 2014, quando comparado a 2001, a arrecadação de ICMS regional registrou acréscimo de 77%. No mesmo período, a arrecadação de ICMS total do Estado alcançou aumento de 398,6%.

Tabela 74 - Arrecadação de ICMS na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00)

Ano	ICMS		
	Região Sul	RS	Participação %
2001	401.945.377	6.515.174.957	6,2
2002	432.366.158	7.266.357.621	6,0
2003	506.611.683	8.595.598.668	5,9
2004	447.492.231	9.637.938.267	4,6
2005	397.872.924	10.883.213.911	3,7
2006	371.633.249	11.812.661.387	3,1
2007	455.483.704	12.257.603.035	3,7
2008	376.268.658	14.824.635.137	2,5
2009	470.050.531	15.086.186.714	3,1
2010	564.123.232	17.892.764.895	3,2
2011	321.382.323	19.502.332.077	1,6
2012	327.287.777	21.377.507.451	1,5
2013	365.572.779	24.060.565.601	1,5
2014	399.691.293	25.854.213.139	1,5
2015	711.263.135	27.125.892.798	

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Do total arrecadado no período, Pelotas e Rio Grande responderam por 72,5%. Isoladamente, Pelotas arrecadou 47,1% do total. No período observado, a participação da região no total do Estado variou entre 1,5% e 6,2%, registrando decréscimo na participação entre 2001 e 2015.

Em 2014 a arrecadação do IPVA na região atingiu R\$ 138,1 milhões, o que representou um acréscimo de 484,6% sobre o ano base. Os municípios de Pelotas e Rio Grande, por suas dimensões econômicas, alcançaram juntos a maior arrecadação, 75,2% do total em 2014.

Tabela 75 - Arrecadação de IPVA na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00)

Ano	IPVA		
	Região Sul	RS	Participação %
2001	28.488.661	517.770.367	5,5
2002	26.587.205	489.056.983	5,4
2003	31.005.887	600.237.393	5,2
2004	33.693.585	623.681.781	5,4
2005	36.599.036	681.157.245	5,4
2006	42.692.584	796.62.951	5,4
2007	49.833.233	895.639.359	5,6
2008	57.824.068	1.040.426.958	5,6
2009	84.550.204	1.518.312.438	5,6



Ano	IPVA		
	Região Sul	RS	Participação %
2010	85.326.965	1.501.498.139	5,7
2011	95.879.273	1.679.225.766	5,7
2012	111.030.241	1.904.299.630	5,8
2013	123.000.432	2.038.930.196	6,0
2014	138.096.265	.239.001.760	6,2
Total	944.607.639	16.525.400.966	5,7

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Em relação ao total arrecadado pelo Estado, a região contribuiu com 6,2% em 2014.

### 7.8.3.5 Arrecadação Total dos Tributos Estaduais

Nos anos de 2001 e 2014 a arrecadação total dos impostos estaduais na região cresceu 30,6%. No mesmo período a arrecadação total destes impostos no Estado foi de 368,8%. Na região, o eixo econômico Pelotas/Rio Grande arrecadou 74,8% do total em 2014.

O município de Pelotas foi o maior arrecadador, com R\$ 284,4 milhões ou 48,2% da arrecadação regional.

Nos anos de 2001 a 2014 a arrecadação regional do IPI cresceu na região em 235,3%. O município de Rio Grande foi o maior arrecadador, respondendo por 95,3% do total regional em 2014.

Com um setor industrializado pouco diversificado, a região participou com apenas 2,2% da arrecadação estadual do IPI em 2014.

Tabela 76 - Arrecadação de IPI na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00)

Ano	IPI		
	Região Sul	RS	Participação %
2001	54.194.582	1.386.063.211	3,9
2002	30.589.507	1.503.077.214	2,0
2003	29.632.621	1.508.589.919	2,0
2004	24.181.399	1.640.89.846	1,5
2005	25.420.779	2.082.615.970	1,2
2006	29.684.621	2.125.881.604	1,4
2007	109.041.498	2.676.887.653	4,1
2008	193.456.093	3.038.014.487	6,4
2009	214.103.663	3.044.846.139	7,0
2010	319.171.768	4.500.844.993	7,1
2011	363.963.297	4.797.316.980	7,6
2012	364.764.942	4.445.125.826	8,2
2013	189.681.436	5.151.634.163	3,7
2014	127.510.621	5.721.499.379	2,2
Total	2.075.396.827	43.622.787.384	4,8

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

### 7.8.3.6 Impostos Federais

O IRPJ passou de R\$ 31,5 milhões em 2001, para R\$ 161 milhões em 2014. Um crescimento de 511% na região. O município de Pelotas foi o maior arrecadador do período. Em 2014, junto com Rio Grande a arrecadação do IRPJ foi de 2,2% do total regional.

Tabela 77 - Arrecadação de IRPJ na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00)

Ano	IRPJ		
	Região Sul	RS	Participação %
2001	31.452.962	958.505.936	3,3
2002	28.040.270	1.377.156.921	2,0
2003	35.838.241	1.591.171.776	2,3
2004	38.068.356	1.899.431.736	2,0
2005	42.916.184	2.107.322.481	2,0
2006	55.163.699	2.059.909.224	2,7
2007	60.068.509	2.477.415.672	2,4
2008	77.786.060	2.760.493.781	2,8
2009	85.218.830	2.779.153.486	3,1
2010	104.926.783	3.542.241.809	3,0
2011	139.579.891	3.959.899.327	3,5
2012	140.188.152	4.343.889.755	3,2
2013	151.241.553	4.875.724.657	3,1
2014	160.996.115	5.012.649.495	3,2
Total	1.151.485.605	39.744.966.056	2,9

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Em relação à arrecadação total do IRPJ estadual, a região participou com 3,3% em 2001 e 3,2% em 2014.

### 7.8.3.7 Receitas Previdenciárias

No período de 2007 a 2014 as receitas previdenciárias da região cresceram 90,2%. Pelotas e Rio Grande foram responsáveis por 77% do total regional em 2014. Os demais municípios obtiveram baixas arrecadações.

Tabela 78 - Arrecadação das receitas previdenciárias na Região Sul no período de 2007 a 2014 (em R\$ 1,00)

Ano	Receita Previdenciária		
	Região Sul	RS	Participação %
2007	392.880.907	8.760.338.255	4,5
2008	468.516.038	10.059.771.175	4,7
2009	484.688.374	10.751.425.929	4,5
2010	546.964.570	12.499.378.391	4,4
2011	640.991.438	14.426.910.280	4,4

Ano	Receita Previdenciária		
	Região Sul	RS	Participação %
2012	768.113.485	15.617.715.938	4,9
2013	896.338.462	16.327.888.779	5,5
2014	747.449.596	14.628.553.703	5,1
Total	4.945.942.870	103.071.982.450	4,8

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Em relação à arrecadação do Estado, a região respondeu por apenas 5,1% em 2014. Proporção que se repetiu no período.

### 7.8.3.8 Arrecadação Total de Impostos Federais

A soma do IIPI, IRPJ e Receitas Federais foi de R\$ 425,5 milhões em 2001 e de R\$ 2.390,9 milhões em 2014. Um crescimento de 558% no período. Como em todos os níveis da arrecadação, Pelotas e Rio Grande foram os principais arrecadadores. Em 2001 responderam por 93% e, em 2014, responderam por 84,4% do total regional.

Tabela 79 - Arrecadação de receitas federais na Região Sul no período de 2001 a 2014 (em R\$ 1,00)

Ano	Arrecadação Receitas Federais		
	Região Sul	RS	Participação %
2001	428.466.474	9.287.793.789	4,6
2002	474.507.517	11.137.950.469	4,3
2003	623.055.734	13.206.325.988	4,7
2004	586.510.827	14.703.625.745	4,0
2005	450.019.702	16.307.796.936	2,8
2006	538.771.323	16.833.456.585	3,2
2007	1.194.586.247	27.673.927.600	4,3
2008	1.388.388.348	30.449.964.073	4,6
2009	1.481.850.455	30.955.252.069	4,8
2010	1.947.287.817	37.853.098.924	5,1
2011	2.174.991.903	43.198.469.310	5,0
2012	2.617.167.566	49.971.760.795	5,2
2013	2.621.875.233	54.547.017.775	4,8
2014	2.390.918.517	56.276.407.637	4,2
Total	18.918.397.663	412.402.847.695	4,6

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Conforme registro mostrado na tabela 79, a região respondeu por 4,6%, em 2001 e por 4,2%, em 2014, da arrecadação federal.

### 7.8.3.9 Arrecadação Regional x Arrecadação do Rio Grande do Sul

A soma da arrecadação de impostos na região em 2014 apresentou crescimento, da mesma forma que ocorreu com o Estado.

O crescimento do Estado com índices maiores que a Região Sul, se explica pela alta concentração econômica na região metropolitana.

Tabela 80 - Participação da Região Sul na arrecadação dos impostos municipais, estaduais e federais no Rio Grande do Sul – 2014

Local	Municipais				Estadual			Federal			
	IPTU	ISSQN	ITBI	Total	ICMS	IPVA	Total	IPI	IRPJ	REC. PREV.	TOTAL
Região	77,5	461,9	64,2	603,6	399,7	138,1	537,8	127,5	161,0	747,4	1.035,9
RS	1.959,6	5.314,6	1.218,5	8.492,7	25.854,2	2.239,0	28.093,2	5.721,5	5.012,6	14.628,6	25.362,7
Região/RS (%)	4,0	8,7	5,3	7,1	1,5	6,2	1,9	2,2	3,2	5,1	4,1

Fonte: Tabelas anteriores. Elaborada pela equipe técnica.

Nota: números com arredondamento.

Dados recentes apontam que os impostos contabilizados na região participaram com 7,1% da arrecadação de todos os municípios do Estado. Na arrecadação dos impostos estaduais a participação é de 2% e na arrecadação dos impostos federais é de 5,1%.

No total da arrecadação dos três níveis de governo, a participação da região foi de 4,1%.

### 7.8.4 Receitas de Capital e Receitas Correntes

Entre os anos extremos as receitas de capital cresceram 152%, as receitas correntes 410,7% e as receitas totais 282,8%. O único ano de decréscimo das receitas foi 2006, em relação ao ano anterior.

Tabela 81 - Soma da distribuição das receitas totais da Região Sul pelos municípios de Pelotas, Rio Grande e os demais 2001 a 2014 (R\$ 1000)

Anos	Pelotas	Rio Grande	Outros municípios
2001	142.600,4	88.198,4	161.619,7
2002	195.570,3	101.513,6	210.781,7
2003	217.994,5	120.462,3	226.418,5
2004	241.207,8	143.148,0	269.134,2
2005	422.815,9	150.485,6	299.526,0
2006	257.314,4	155.946,2	334.800,8
2007	327.846,9	172.741,6	247.472,9
2008	372.299,9	219.584,0	435.558,3
2009	394.012,1	251.584,0	447.101,0
2010	433.625,6	302.325,3	525.037,8
2011	484.181,1	389.847,6	696.726,1
2012	554.076,8	462.769,9	690.794,1

Anos	Pelotas	Rio Grande	Outros municípios
2013	605.537,2	471.882,1	752.401,6
2014	672.641,1	588.441,5	784.-40,3
Total	5.321.724,0	3.618.930,1	6.081.413,0

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: números arredondados.

Na região, o município de Pelotas respondeu por 35,4% da receita total, Rio Grande por 24,1% e os demais municípios por 40,5%.

### 7.8.5 Benefícios Sociais

Os benefícios emitidos na região passaram, entre 2001 e 2015, de aproximadamente, 541,7 milhões de reais para 2,6 bilhões de reais. O crescimento dos benefícios foi de 379,1%. No mesmo período o total do Estado cresceu 428,2%.

Tabela 82 - Valor dos benefícios emitidos nos municípios da Região Sul 2001 e 2015 (R\$ 1000)

Municípios	2001	2015	Variação %
Amaral Ferrador	1.800,5	12.167,0	575,8
Arroio do Padre	(-)	2.773,5	(-)
Arroio Grande	9.169,9	50.683,7	452,7
Canguçu	32.105,2	185.138,8	476,7
Capão do Leão	5.231,3	41.774,2	698,5
Cerrito	(-)	13.603,8	(-)
Chuí	(-)	11.092,2	(-)
Herval	4.051,4	21.458,5	429,6
Jaguarão	15.897,1	82.360,1	418,1
Morro Redondo	2.723,4	9.981,1	266,4
Pedras Altas	(-)	827,1	(-)
Pedro Osório	11.264,5	33.006,9	193,0
Pelotas	219.713,9	1.020.576,2	364,5
Pinheiro Machado	9.167,7	45.599,0	397,4
Piratini	10.554,1	53.506,5	407,0
Rio Grande	156.495,4	655.685,2	319,0
Santa Vitória do Palmar	15.604,6	86.023,6	451,3
Santana da Boa Vista	4.557,0	27.309,2	499,3
São José do Norte	12.039,7	73.871,2	505,2
São Lourenço do Sul	27.937,2	146.365,9	423,2
Tavares	2.756,3	17.175,5	523,1
Turuçu	596,2	4.080,8	584,5
Região Sul	541.701,5	2.595.060,0	379,0
Total RGS	6.425.873,3	33.940.676,1	428,2

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: (-) municípios não eram emancipados, informação não confiável ou não tem informação; números arredondados; o total do COREDE-SUL inclui os valores não identificados em alguns municípios.

Os chamados benefícios emitidos contemplam a quantidade de crédito emitido pelo INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral da Previdência Social mais os valores destinados ao LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social).

O município de Pelotas totalizou em 2001, o percentual de 40,6%, do valor total emitido. Rio Grande totalizou 28,9% e, os demais municípios somaram 30,5%. Em 2015, Pelotas respondeu por 39,3%, Rio Grande por 25,3% e, os demais, por 35,4% (tabela 82).

Tabela 83 - Valor dos benefícios emitidos nos municípios da Região Sul 2001 e 2015 (R\$ 1000)

<b>Municípios</b>	<b>2001</b>	<b>2015</b>
Amaral Ferrador	751	1.222
Arroio do Padre	(-)	278
Arroio Grande	3.251	4.562
Canguçu	12.877	17.969
Capão do Leão	1.664	3.598
Cerrito	(-)	1.260
Chuí	(-)	964
Herval	1.583	2.132
Jaguarão	5.145	7.321
Morro Redondo	988	914
Pedras Altas	(-)	81
Pedro Osório	3.726	2.882
Pelotas	58.342	78.849
Pinheiro Machado	3.017	3.932
Piratini	4.167	5.061
Rio Grande	33.382	45.135
Santa Vitória do Palmar	4.919	7.390
Santana da Boa Vista	1.869	2.627
São José do Norte	4.479	7.157
São Lourenço do Sul	9.826	13.284
Tavares	1.217	1.742
Turuçu	244	391
Região Sul	151.447	208.751
Total RGS	1.635.056	2.555.302

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: (-) municípios não eram emancipados ou sem informações.

Quanto à quantidade de benefícios emitidos, a região teve um crescimento de 37,8% entre 2001 e 2015 e o Estado 56,3%.

Como ocorreu com todos indicadores, os municípios de Pelotas e Rio Grande lideraram as estatísticas. Em 2001, os dois responderam por 60,6% do total de benefícios e, em 2015, 59,4%. Os demais responderam por 39,4% em 2001 e, por 40,6%, em 2015 (tabela 83).

## 7.8.6 Bolsa Família

No período de 2004 a 2015 o valor repassado pelo Programa Bolsa Família nos municípios da região passou de, aproximadamente, 26,9 bilhões de reais para 131,0 bilhões de reais. No Estado o repasse de 2004 foi de aproximadamente, 211,7 bilhões de reais e, em 2015, chegou a 774,7 bilhões de reais. O aumento na região foi de 131% e no Estado foi de 265,9%.

Tabela 84 - Valores repassados para o Programa Bolsa Família nos municípios da Região Sul, 2004 e 2015 (R\$ 1000)

<b>Municípios</b>	<b>2004</b>	<b>2015</b>	<b>Variação %</b>
Amaral Ferrador	173,0	837,0	383,8
Arroio do Padre	41,1	138,5	237,0
Arroio Grande	860,2	3.325,8	286,6
Canguçu	2.032,3	4.896,7	140,9
Capão do Leão	1.034,0	3.293,3	218,5
Cerrito	89,2	964,6	757,1
Chuí	66,8	615,9	822,0
Herval	280,3	1.308,6	366,8
Jaguarão	957,8	3.045,5	218,0
Morro Redondo	159,3	925,5	481,0
Pedras Altas	70,9	550,0	875,7
Pedro Osório	293,7	1.227,3	317,9
Pelotas	9.722,2	15.227	56,6
Pinheiro Machado	425,8	2.346,6	451,1
Piratini	500,7	2.755,2	450,3
Rio Grande	7.034,1	9.262,0	31,7
Santa Vitória do Palmar	657,0	2.387,0	263,3
Santana da Boa Vista	261,6	1.429,2	446,3
São José do Norte	795,6	3.621,1	355,1
São Lourenço do Sul	1.171,7	3.008,7	156,8
Tavares	156,1	752,0	381,7
Turuçu	83,8	368,4	339,6
Região Sul	26.868,1	62.068,2	1321,0
Total RGS	211.686,2	774.663,6	265,9

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

Nota: números arredondados.

Os municípios de Pelotas e Rio Grande, em 2004, responderam por 62,3% dos repasses e, em 2015 por 39,4%. Uma redução de 22,9 pontos percentuais.

### 7.8.7 Aposentadorias

O número de pessoas aposentadas e/ou pensionistas, que mantém alguma atividade remunerada na região alcançou em 2010, 29.656 o equivalente a 5,1% do total registrado no Rio Grande do Sul que foi de 581.959 pessoas.

Tabela 85 - Pessoas ocupadas e não ocupadas na Região Sul e Rio Grande do Sul

Faixas etárias (anos)	Região		Rio Grande do Sul	
	ocupadas	não ocupadas	ocupadas	não ocupadas
10 a 14	93	931.342	796	13.937
15 a 17	365	1.205	5.146	13.680
16 a 19	143	762	2.318	8.948
18 a 19	223	444	2.828	4.732
20 a 24	380	1.035	6.594	8.137
25 a 29	606	1.084	8.614	9.518
30 a 34	769	1.509	10.747	12.842
35 a 39	1.112	1.477	13.255	15.325
40 a 44	1.445	2.840	19.060	25.598
45 a 49	2.549	4.536	35.339	42.408
50 a 54	3.802	7.254	69.352	79.404
55 a 59	7.494	12.053	109.594	133.372
60 a 69	15.072	36.333	208.952	390.917
+ 70	7.090	46.274	93.361	494.958
Total	29.656	-	581.959	-

Fonte: (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas, 2016).

O maior número de pessoas ocupadas tanto na região como no Estado se verifica a partir dos 50 anos de idade.





## 8 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

A seguir estão relacionadas as instituições que atuam na região nas mais variadas atividades, sejam comerciais, educacionais, sociais, religiosas, técnicas, esportivas etc.

Tabela 86 - Número de entidades institucionais nos municípios da Região Sul – 2014

Municípios	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11	F12
Amaral Ferrador	2	1	1			1	0	2				1
Arroio do Padre	1	(-)	(-)			2	0	2				1
Arroio Grande	4	1	(2)			2	(-)	3			1	1
Canguçu	14	2	3			6	3	4				2
Capão do Leão	5	1	(-)	2	5	2	1	3	2	1	9	1
Cerrito	1	(-)	(-)			2	(-)	3				(-)
Chuí	2	1	(-)			2	(-)	(-)				(-)
Herval	1	1	22	4	4	3	3	9	2		1	51
Jaguarão	9	1	2			5	2	4				2
Morro Redondo	2	1	2	1	0	1	1	10		0	1	3
Pedras Altas	1	1	(-)			1	(-)	(-)				1
Pedro Osório	3	1	1			3	1	3				1
Pelotas	67	4	25	31	61	48	21	12	32	24	29	2
Pinheiro Machado	4	1	2			15	2	4				1
Piratini	8	1	2			2	1	4				2
Rio Grande	51	3	26			24	(-)	10			3	2
Santa Vitória Palmar	7	1	2	16	9	8	2	3	4	3	1	3
Santana Boa Vista	1	1	1			2	1	3				1
São José do Norte	3	25	1	7	32	3	2	46	4	5	1	23
São Lourenço do Sul	15	1	4			3	1	5				2
Tavares	2	1	(-)			1	(-)	(-)				(-)
Turuçu	1	1	(-)			2		(-)				1

Fonte: Pesquisa direta.

Nota: 0 = Não existe; (-) = Não informou; Espaços em branco não foi possível o contato; Associações comercial e similares inclui associações rurais; F1: N° de estabelecimentos Bancários e similares; F2: Ass. Comercial e similares; F3: Ass. De Classes; F4: Ass. De Bairros; F5: Agremiações esportivas; F6: Autarquia F-E; F7: Cooperativas; F8: Inst. Religiosas; F9: Sindicatos; F10: Inst. Beneficentes; F11: Inst. de Ed. Especial; F12: Feiras, festas e remates.

Pelotas e Rio Grande, pelas populações que possuem são as mais aparelhadas no campo da gestão institucional. Entretanto, todos os municípios possuem entidades que atuam institucionalmente.

## 8.1 INSTITUIÇÕES PROMOTORAS DO DESENVOLVIMENTO

Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim – ALM  
Associação dos Municípios da Zona Sul - AZONASUL  
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE  
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Mirim – São Gonçalo  
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã  
Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE  
Consórcio Público do Extremo Sul  
Coordenadoria Regional da Agricultura  
Coordenadoria Regional da Secretaria Estadual do Meio Ambiente  
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER  
Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural  
Conselhos Municipais de Desenvolvimento - COMUDES  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA  
Faculdades Anhanguera  
Fórum da Agricultura Familiar  
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO  
Fundação Universidade do Rio Grande - FURG  
Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia do Rio grande do Sul - IFSUL  
Instituto Rio-grandense do Arroz – IRGA  
Sistema Nacional de Empregos – SINE  
Serviço Social da indústria – SESI  
Serviço Social do Transporte - SEST  
Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT  
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR  
Coordenadoria do Sistema Hidroportuário do RS  
Superintendência do Porto do Rio Grande  
Território da Cidadania Zona Sul do RS  
Universidade do Pampa  
Universidade Federal de Pelotas - UFPel  
Universidade Católica de Pelotas - UCPel  
Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE  
3ª Coordenadoria Regional de Saúde  
5ª CRE e 18ª CRE – Coordenadoria Regional de Educação.  
Pelotas Parque Tecnológico  
Parque Tecnológico OCEANTEC  
5º Distrito Naval de Rio Grande

## 9 MATRIZ FOFA REGIONAL

### 9.1 GESTÃO ECONÔMICA

Gestão Econômica	Fortalezas	Fraquezas
Oportunidades	Porto Marítimo; Agropecuária; Turismo; Energia eólica; Comércio e Serviços; Mercosul.	Comércio exterior; Acessos vicinais; Infraestrutura para turismo; Ausência Ceasa regional; Qualificação mão de obra; Geração valor agregado.
Ameaças	Custo logístico rodoviário; Oferta de recursos hídricos; Distribuição de energia trifásica; Lic. Ambiental (burocrático); Políticas antifumo; Política fiscal (câmbio/juros);	Políticas contra pesca predatória; Vocação para empreendedorismo;

### 9.2 GESTÃO ESTRUTURAL

Gestão Estrutural	Fortalezas	Fraquezas
Oportunidades	Oferta de recursos hídricos; Corrente dos ventos; Localização do Porto; Logística de transporte intermodal; Portos secos; Reservas ecológicas;	Gestão pública; Distância dos municípios; Energia (trifásica); Gestão dos governos; Logística para o Porto
Ameaças	Licenciamento ambiental (burocr.) Escoamento safras; Questões climáticas; Paralisação da BR 116; Paralisação da hidrovía.	Déficit pluviométrico; Transp. Ferroviário e hidroviário; Infraestrutura de acesso as cidades (transp. pesado);

### 9.3 GESTÃO SOCIAL

Gestão Social	Fortalezas	Fraquezas
Oportunidades	História da região; Cultura; Educação (médio técnica); Produção de conhecimento e tecnologias Disponibilização de mão de obra; Rede hospitalar de referência.	Êxodo da mão de obra qualificada; Qualidade da mão de obra técnica; Qualidade moradias; Iniciativas individualistas; Frágil capital social; Atendimento ao idoso.
Ameaças	Infraestrutura hospitalar; Transporte escolar; Descontinuidade das políticas para Agricultura familiar; Transporte escolar; Oferta de empregos no Porto;	Déficit habitacional (Pelotas e Rio Grande); Políticas habitacionais; Políticas para saúde; Insegurança (abigeatos); Legisl. Trabalhista;

### 9.4 GESTÃO INSTITUCIONAL

Gestão Institucional	Fortalezas	Fraquezas
Oportunidades	Capital Institucional forte Condições de fronteira; Infraestrutura de recebimento hospitalar; Descontinuidade da agricultura familiar; Transporte escolar; Eventos municipais tradicionais;	Gestão pública municipal Interrupção da Política de construção de plataformas; Postos Brigada Militar; Bombeiros; Baixa capacidade de investimentos dos municípios.
Ameaças	Interrupção da duplicação da BR 116; Duplicação da BR 392 e 101; Políticas de habitação popular; Instabilidade da energia; Política fiscal nacional;	Legislação municipal p/ implantação da indústria naval; Acesso asfáltico RS473 Descontinuidade da política de recuperação dos solos; Baixa capacidade de articulação comunitária; Drogadição; Estrutura física das escolas; Política do Pronatec; Modernização da gestão pública.

## **10 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS**

Como resultado das discussões realizadas pelos atores/agentes regionais, foram definidos os seguintes referenciais estratégicos.

### **10.1 VISÃO**

Ser uma região com qualidade de vida e reduzida desigualdade social conquistada por meio de uma governança regional efetiva e sustentável.

### **10.2 VOCAÇÕES**

- a) Cooperativismo empreendedor em todas as áreas;
- b) Atividades turísticas e culturais;
- c) Pesquisa, ensino e extensão valorizando a atuação dos polos, parques e incubadoras tecnológicas;
- d) Atividades portuárias e hidroviárias.

### **10.3 VALORES**

- a) Educação;
- b) Respeito;
- c) Sustentabilidade;
- d) Ética;
- e) Comprometimento;
- f) Cooperação.
- g) Cooperativismo empreendedor;

## 11 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A partir da análise e discussão da FOFA Regional, os integrantes do grupo de Coordenação do PED construíram as seguintes propostas de diretrizes regionais que foram aprovadas posteriormente pela plenária regional:

- a) Estimular e diversificar as atividades produtivas, com ênfase nos setores agropecuário, industrial, agroindustrial e serviços;
- b) Promover o desenvolvimento social, a melhoria da qualidade de vida e a segurança pública;
- c) Fortalecer e ampliar a pesquisa, a inovação, o cooperativismo empreendedor, fundamentado em uma educação básica de qualidade;
- d) Desenvolver o turismo integrado com a cultura, o desporto e o lazer, de forma qualificada e sustentável;
- e) Qualificar a infraestrutura regional priorizando a intermodalidade de transporte e o saneamento básico;
- f) Preservar, conservar e valorizar os bens e recursos naturais de forma responsável e coletiva;
- g) Fortalecer as instituições e os serviços públicos visando a integração das ações de planejamento e gestão territorial, à cooperação e articulação interinstitucional.

## 12 PRIORIZAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL 5

A partir do processo de discussão, sobre o planejamento do desenvolvimento, foram definidos os dez projetos prioritários para a Região Funcional 5.

- a) **Projeto 1:** Agricultura Familiar
- b) **Projeto 12:** Recomeciamento dos efetivos previstos para os órgãos da Secretaria de Segurança
- c) **Projeto 16:** Construção e Implantação do Hospital de Pronto Socorro Regional.
- d) **Projeto 29:** Revitalização de Laboratórios de Informática
- e) **Projeto 41:** Marketing e Promoção Regional
- f) **Projeto 49:** Duplicação da Rodovia BR116
- g) **Projeto 57:** Construção de Subestações
- h) **Projeto 51:** Construção de acessos municipais (Amaral Ferrador, Pedras Altas, Contorno de Pelotas, Ponte de Santa Isabel)
- i) **Projeto 69:** Escola de Gestão Pública da região
- j) **Projeto 70:** COMUDES: ação para desenvolvimento local-regional



## **13 MODELO DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA REGIÃO**

A gestão e a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul será coordenado por um Grupo de Governança constituído pela representação de 25 Instituições integrantes do COREDE-SUL.

### **13.1 COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE GOVERNANÇA**

- a) Diretoria COREDE-SUL (Presidente e Vice) (2);
- b) Universidades (6);
- c) AZONASUL (1);
- d) SEBRAE-RS (1);
- e) Comitês de Bacias Hidrográficas (2);
- f) Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim (1);
- g) EMBRAPA (1);
- h) EMATER (1);
- i) Coord. Reg. Educação (2)
- j) Coord. Reg. Saúde (1);
- k) Coord. Reg. Agricultura (1);
- l) Autoridades Portuárias (2);
- m) DAER e DNIT (2);
- n) COMUDES (2);
- o) Setor Privado-Alianças Pelotas e Rio Grande (2);

### **13.2 SECRETARIA EXECUTIVA**

A Secretaria Executiva será constituída por 5 representantes do Grupo de Governança formada pelas seguintes Instituições Regionais:

- a) Diretoria COREDE-SUL (1);
- b) AZONASUL (1);
- c) Universidades (1);
- d) COMUDES (1);
- e) Órgãos Públicos (1);

### **13.3 GERENTES DE PROJETOS**

- a) Infraestrutura (1);
- b) Sociocultural (3);
- c) Ambiental (1);

- d) Econômico (1);
- e) Institucionais (1);

### **13.4 EQUIPE DE GOVERNANÇA DO PED**

- a) o Colegiado de Governança do PED será composto por 25 (vinte e cinco) representantes de instituições que integram o COREDE-SUL;
- b) a Coordenação do Colegiado de Governança do PED ficará a cargo do Presidente do COREDE-SUL;
- c) são atribuições da Governança do PED:
  - I. coordenar os trabalhos do colegiado, da secretaria executiva e dos gerentes de projetos;
  - II. acompanhar e auxiliar no encaminhamento dos projetos regionais;
  - III. articular politicamente com os órgãos estadual, federal e internacional para o financiamento e execução dos projetos;
  - IV. realizar eventos de caráter regional, aberto ao público, para a apresentação do andamento dos projetos regionais;
- d) caberá a esse colegiado garantir o funcionamento efetivo da Secretaria Executiva e da Gerência dos Projetos Regionais promovendo as substituições dos seus integrantes;

### **13.5 SECRETARIA EXECUTIVA DO PED**

Trata-se de instância de caráter técnico-administrativo que tem como responsabilidades acompanhar a implementação dos projetos regionais e seus resultados, bem como viabilizar encontros periódicos de seus integrantes;

Caberá, também, observar e sugerir a atualização e a articulação dos projetos às políticas públicas setoriais, bem como, aos programas e planos desenvolvidos pelas instâncias estadual, federal e internacional;

A Coordenação da SE deverá ser escolhida/eleita pelos membros do Colegiado de Governança do PED.



## 14 CARTEIRA DE PROJETOS

A Carteira de Projetos é composta de 73 projetos de desenvolvimento elaborados, submetidos e aprovados pela Assembleia Pública Regional, realizada no dia 20 de dezembro de 2016 e divididos em dimensões e estratégias regionais.

### 14.1 DIMENSÃO ECONÔMICA

#### 14.1.1 Estratégia: Estimular e diversificar as atividades produtivas com ênfase nos setores agropecuário, industrial

##### Projeto 1 - Agroindústria Familiar

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> AGROINDÚSTRIA FAMILIAR
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 15.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 36 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> ASCAR\EMATER-RS
<b>Escopo:</b> legalização de 73 agroindústrias familiares de origem animal, origem vegetal e de sucos e bebidas localizadas nos municípios de abrangência do COREDE-SUL, já em operação.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Executar ações de implementação e legalização de 73 agroindústrias familiares, no âmbito do COREDE-SUL.
Justificativa: A lei Estadual que instituiu a Política Estadual da Agroindústria Familiar no ano de 2011 observou e regulamentou uma das mais antigas e tradicionais atividades realizadas por agricultores familiares que é o agro processamento realizado na propriedade rural com produtos agropecuários. O número de agricultores familiares no Brasil que tem renda com essa atividade ultrapassa as 280 mil famílias, das quais, mais de 30 mil estão no estado do Rio Grande do Sul. Considerando que a ASCAR\EMATER-RS possui 12 regiões administrativas verifica-se que a média é de aproximadamente 235 famílias cadastradas por regional e de 78 agroindústrias legalizadas. Ocorre que a região compreendida pelo COREDE-SUL apresenta um número bem abaixo da média estadual, que são: 106 famílias cadastradas em 18 municípios e de apenas 27 agroindústrias legalizadas.
<b>Beneficiários:</b> Agricultores familiares dos 22 municípios da área de abrangência do COREDE-SUL.
<b>Resultados pretendidos:</b> Legalizar 73 agroindústrias até 2019 alcançando, assim, 100 agroindústrias legalizadas na área de abrangência do COREDE-SUL; comercializar 19 milhões de reais de produtos da agricultura familiar através da rede de comercialização de produtos da agricultura familiar.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Implantação e legalização de agroindústrias.
<b>Meta:</b> 73 agroindústrias
<b>Prazo:</b> 36 meses

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>																				
Administração Pública Estadual; Administrações Públicas Municipais; ASCAR – EMATER/RS; Fórum da agricultura familiar; Embrapa Clima Temperado.																				
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>																				
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> em término de execução																				
<b>Desapropriação:</b>																				
<b>Licença Ambiental:</b>																				
<b>Licitação:</b>																				
<b>Outros:</b>																				
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>																				
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 11.500.000,00																				
<b>Fontes de recursos:</b> Tesouro Livre do Estado e FEAPER																				
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim																				
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Não																				
<b>Investimentos:</b> R\$ 14.000.000,00																				
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 1.000.000,00																				
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b>																				
<b>Produto 1:</b> R\$ 11.500.000,00																				
<b>Produto 2:</b> R\$ 1.000.000,00																				
<b>Produto 3:</b> R\$ 500.000,00																				
<b>Produto 4:</b> R\$ 2.000.000,00																				
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Atividade</th> <th colspan="2">2017</th> <th colspan="2">2018</th> <th colspan="2">2019</th> </tr> <tr> <th>Meta</th> <th>Valor (R\$)</th> <th>Meta</th> <th>Valor (R\$)</th> <th>Meta</th> <th>Valor (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Produto 1</td> <td>17</td> <td>3.400.000,00</td> <td>25</td> <td>5.000.000,00</td> <td>31</td> <td>100.000,00</td> </tr> </tbody> </table>	Atividade	2017		2018		2019		Meta	Valor (R\$)	Meta	Valor (R\$)	Meta	Valor (R\$)	Produto 1	17	3.400.000,00	25	5.000.000,00	31	100.000,00
Atividade		2017		2018		2019														
	Meta	Valor (R\$)	Meta	Valor (R\$)	Meta	Valor (R\$)														
Produto 1	17	3.400.000,00	25	5.000.000,00	31	100.000,00														

**Projeto 2 - Formação e formalização de grupos de Jovens que atuam na atividade Leiteira – Clubes 4 S (Saber, Sentir, Servir e Saúde)**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Formação e formalização de grupos de Jovens que atuam na atividade Leiteira – Clubes 4 S (Saber, Sentir, Servir e Saúde)
<b>Localização:</b> COREDE-SUL - Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 4.319.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 60 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> EMATER-RS-ASCAR – Medica Veterinária Mara Helena Saalfeld
<b>Escopo:</b> Assessorar e formalizar grupos de jovens nos 22 municípios da ESREG Pelotas, capacitando em Bovinocultura de leite preparando para a atividade leiteira, gerando renda e qualidade de vida. Capacitar estes jovens para liderança nas comunidades.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>

<p><b>Objetivo:</b> Qualificar e integrar o trabalho do jovem rural dentro da atividade leiteira com o gerenciamento da propriedade;</p>
<p><b>Justificativa:</b> A atividade leiteira tem grande importância na região Sul do estado e em todo o Rio Grande do Sul. Somos atualmente o segundo produtor de leite no Brasil e tudo indica que em breve seremos o primeiro. O êxodo do jovem rural é muito grande, pois ele não consegue se inserir nas atividades da propriedade por tradição dos mais velhos e desconhecimento dos mais jovens.</p> <p>O objetivo do projeto é instrumentar o jovem e capacitá-lo para que possa atuar na gestão da propriedade e quem sabe assumir uma parte do trabalho sob sua responsabilidade. A formação de grupos favorece o aprendizado e crescimento dos jovens, onde poderão trocar ideias, se apoiarem, participarem de cursos e intercâmbios e crescerem em conhecimento e cidadania. Com uma gestão adequada da propriedade e com dados reais será possível diagnosticar gargalos na atividade e sugerir estratégias de melhoramento da renda e diminuição da penosidade da atividade. Outro objetivo é capacitar este jovem para exercer atividades de liderança na comunidade.</p>
<p><b>Beneficiários:</b> Jovens de 16 a 29 anos filhos de Agricultores Familiares com enquadramento no PRONAF que tem a atividade leiteira na propriedade. Serão atendidos 1 grupo de jovens por município do COREDE-SUL com 10 a 15 jovens por grupo atendendo 330 jovens no primeiro ano. Eles também deverão participar de três capacitações, uma de 40 h em Bovinocultura de leite no CETAC Canguçu, uma de 24 horas curso básico de dietas para gado leiteiro e um curso de 24 horas de Inseminação artificial.</p>
<p><b>Resultados pretendidos:</b> Capacitação dos jovens para atuação na atividade; Repercussão do trabalho na atividade da família, com aumento da renda e diminuição da penosidade; Renda ao jovem dentro da propriedade e trabalhando como Inseminador para outros produtores da comunidade; Permanência do Jovem no Meio Rural</p>
<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p> <p><b>Prazo= 12 meses</b></p> <p><b>Produto 1:</b> Criação dos Grupos de jovens</p> <p><b>Meta:</b> Formação de 22 grupos formalizados de jovens com 330 participantes na região com instrumentalização e preparo para exercer a atividade grupal</p>
<p><b>Prazo: 36 meses</b></p> <p><b>Produto 2:</b> Qualificação do jovem rural em Bovinocultura de Leite, Dietas para Gado leiteiro e Inseminação Artificial, (Pré-requisito para receber o benefício)</p> <p><b>Meta:</b> Qualificação de 330 jovens</p>
<p><b>Prazo: 24 meses</b></p> <p><b>Produto 3:</b> implantar 1 ha de pastagem perene de verão e 1 de inverno em cada propriedade do jovem rural</p> <p><b>Meta:</b> implantar pastagens perenes em 330 propriedades</p>
<p><b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b></p> <p>Prefeituras Municipais; Secretarias Municipais de Agricultura; Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – RS; EMATER-RS; COREDE-SUL; Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – RS; Embrapa Clima Temperado; Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel</p>
<p><b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b></p> <p><b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Projeto executivo em elaboração</p>

<b>Desapropriação:</b> Não				
<b>Licença Ambiental:</b> Não				
<b>Licitação:</b> Não				
<b>Outros:</b>				
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>				
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 4.319.550 (Custeio: R\$ 4.059.000,00, Capital R\$ 260.550,00)				
<b>Produto 1=</b> Formação dos grupos. Cada jovem deverá receber um tablet para gerenciamento da propriedade e para tarefas on line - Recursos: 330 tablet ´para os jovens x 600,00 = 198.000,00 Taxas de formalização do grupo. 200,00 x22, 24 meses =105.600,00 25 Notebooks para os técnicos responsáveis pelo grupo = 62550,00				
<b>Produto 2 =</b> Qualificação de 330 jovens em três cursos = R\$ 297.000,00 Intercâmbios entre grupos = 22 por ano 66.000,00 por 2 anos= 132.000,00				
<b>Produto 3=</b> 6.120,00 por propriedade x 10 propriedades x 22 municípios por ano = 1.346,400,00 Irrigação de 1 há de irrigação automatizada para cada jovem= 330 x 6600,00= R\$ 2178,000,00				
<b>Fontes de recursos:</b> Tesouro do Estado do RS				
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim				
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim ou Não				
<b>Investimentos:</b> implantação da pastagem, compra de mudas, unidade demonstrativa no CETAC				
<b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.				
Produto 1 = 366.150,00				
Produto 2 = R\$ 429.000,00				
Produto 3= R\$ 3.524.000,00				
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>				
ANOS				
Descrição	I	II	III	IV
Prod. 1	-----			
Prod. 2	-----	-----	-----	
Prod. 3			-----	-----

### Projeto 3 - Programa Permanente de Manejo e Conservação do Solo e Água-Correção da Acidez e Fertilidade dos Solos

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Programa Permanente de Manejo e Conservação do Solo e Água- Correção da Acidez e Fertilidade dos Solos
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 63.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 156 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> ASCAR/EMATER-RS e Prefeituras Municipais

<b>Escopo:</b> Implementação em todos os Municípios do COREDE-SUL Programa Permanente de Manejo e Conservação do Solo e Água- Correção da Acidez e Fertilidade do Solo.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Correção da acidez e fertilidade do solo nas propriedades rurais que adotam práticas mínimas de Manejo e Conservação do Solo e da Água, com abrangência a todos os Municípios COREDE SUL, com situação regular junto ao CAR e demais órgãos Municipais de Gestão e Controle Municipais e Estaduais.
<b>Justificativa:</b> As Propriedades rurais com práticas permanentes de Manejo e Conservação do Solo e Água tem a sustentabilidade garantida nas explorações agropecuárias e silvícolas, assegurando produtividade e rentabilidades aos negócios rurais. Tem minimizados os efeitos quando da ocorrência de fenômenos climáticos adversos, assegurando menores riscos as atividades rurais. Com famílias rurais com renda mínima estabilizada e com menores riscos, estão contemplados a sucessão familiar nos imóveis rurais da Região e a produção segura, sustentável e equilibrado de alimentos, fibras e energia. A Região tem sua economia e população estável e com equilíbrio absorvendo possíveis impactos decorrentes de intempéries climáticas e de comércio. Manter a agricultura familiar com renda para subsistência e gerar excedentes para comercialização. A correção dos polos por meio da correção da acidez é garantia do aumento da produção e da renda.
<b>Beneficiários:</b> Agricultores e pecuaristas caracterizados como de agricultura familiar na área geográfica do COREDE-SUL com situação regular juntos aos órgãos Municipais e Estaduais, possuidores de inscrição Estadual.
<b>Resultados pretendidos:</b> <u>Curto prazo:</u> Correção da acidez e fertilidade do solo nas áreas agricultáveis existentes, com intervenção imediata e impositiva de adoção de práticas de Manejo e Conservação do Solo e Água. Distribuição de 3 toneladas por hectare para no máximo 5 hectares por propriedade e família de calcário, totalizando anualmente 11.538,56 hectares com a acidez corrigida, para um total anual de 2.307 propriedades rurais; <u>Médio prazo:</u> incorporação de áreas degradadas e improdutivas nos processos produtivos nos imóveis rurais de forma permanente e segura, elevando a renda geral que circula nas cadeias produtivas dos Municípios do COREDE-SUL; <u>Longo prazo:</u> Produção de alimentos, fibras e energias sustentáveis, assegurando renda às famílias rurais e garantindo a sucessão familiar;
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Hectares com correção da acidez e fertilidade do solo. <b>Meta:</b> 150.000 hectares <b>Prazo:</b> 156 meses.
<b>Produto 2:</b> Número de propriedades rurais com produção agrícola sustentável e com práticas de Manejo e Conservação do Solo e Água. <b>Meta:</b> 30.000 propriedades rurais na condição de agricultura familiar. <b>Prazo:</b> 156 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
ASCAR/EMATER-RS e Prefeituras Municipais
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim



<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 63.000.000,00 (investimentos de capital para financiamento da agricultura familiar)
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual, Municipal
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b>
<b>Investimentos:</b> R\$ 63.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma será estabelecido pela EMATER após determinados os municípios. A demanda está especificada no produto 1. (150.000 ha) e no produto 2. (30.000 propriedades).

**Projeto 4 - Projeto de melhoria da oferta de pastagem perene de verão e de inverno (1ha de cada) em 220 estabelecimentos rurais da Região Sul do RS**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Projeto de melhoria da oferta de pastagem perene de verão e de inverno (1ha de cada) em 220 estabelecimentos rurais da Região Sul do RS.
<b>Localização:</b> COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> 6.967.300,00
<b>Duração do projeto:</b> 60 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> EMATER-RS-ASCAR – Medica Veterinária Mara Helena Saalfeld
<b>Escopo:</b> Implantar em 1,0 ha de pastagem perene de verão e 1 ha de pastagem perene de inverno em cada produtor beneficiário. Estima-se uma diminuição da penosidade da atividade e o incremento de 30% na produção de leite.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Melhorar a oferta de pastagens nas propriedades com o objetivo de diminuir o período de vazio forrageiro e diminuir a penosidade da atividade leiteira; melhorar a qualidade de água utilizada na propriedade o que vai repercutir em melhoramento da higiene na ordenha tendo leite em melhor qualidade e melhor preço pago ao produtor.
<b>Justificativa:</b> A pecuária leiteira é um setor produtivo de grande relevância para a economia da região compreendida pela EMATER Regional Pelotas, sendo planejada por 19 dos 22 municípios que fazem parte da Região ESREG EMATER Pelotas. É uma atividade que produz renda mensal na propriedade e possibilita o aumento anual do rebanho leiteiro. Atividade exercida por todos os membros da família e que possibilita trabalhar em outras atividades visto que não ocupa a mão de obra o dia inteiro. Entretanto é uma atividade penosa visto que demanda de uma grande quantidade de alimentação para os animais. Com a implantação de pastagens perenes vai diminuir o vazio forrageiro, a penosidade e terá um aumento na produção diária de leite. Outra consequência será o aumento de agroindústrias gerando um beneficiamento do leite e derivados em cadeias curtas. A valorização da atividade leiteira fez com que surgissem várias micro usinas, pequenas cooperativas e associações de agricultores com o objetivo de viabilizar a produção leiteira dos agricultores familiares e assentamentos.

<p><b>Beneficiários:</b> Agricultores Familiares com enquadramento no PRONAF que cultivam pastagens perenes de inverno e/ou de verão. Serão atendidos 10 agricultores por município do COREDE-SUL, totalizando 220 beneficiários no primeiro ano e mais 220 no segundo ano. Eles também deverão participar de uma capacitação de 16 h em pastoreio rotacional e implantação de pastagens.</p>
<p><b>Resultados pretendidos:</b> curto prazo: teremos um aumento na oferta de volumoso de qualidade e em qualidade em todos os períodos do ano; Diminuição da penosidade dos produtores no manejo alimentar dos animais; Diminuição de Problemas de LINA nos animais ocasionado pela falta de pastagens; médio prazo: melhoramento do solo; longo prazo: Diminuição da sazonalidade da produção de leite na região.</p>
<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p> <p><b>Prazo:</b> 60 meses</p> <p><b>Produto 1:</b> Implantação de áreas de pastagens perenes verão e inverno</p> <p><b>Meta:</b> implantar 2 ha em 10 propriedades da cada município por ano dos 22 municípios da ESREg Pelotas</p> <p><b>Prazo:</b> 36 meses</p> <p><b>Produto 2:</b> Qualificação do Produtor rural em melhoramento e aproveitamento de pastagens no CETAC (Pré-requisito para receber o benefício)</p> <p><b>Meta:</b> Qualificação de 440 produtores</p>
<p><b>Prazo:</b> 24 meses</p> <p><b>Meta:</b> implantar 1 ha de pastagem perene de verão e 1 de inverno</p> <p><b>Prazo:</b> 12 meses</p>
<p><b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b></p> <p>Prefeituras Municipais; Secretarias Municipais de Agricultura; Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – RS; EMATER-RS;</p> <p>COREDE-SUL; Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – RS</p> <p>Embrapa Clima Temperado; Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel</p>
<p><b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b></p>
<p><b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> não</p>
<p><b>Desapropriação:</b> Não</p>
<p><b>Licença Ambiental:</b> Sim</p>
<p><b>Licitação:</b> Sim</p>
<p><b>Outros:</b></p>
<p><b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b></p> <p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 6.967.300,00</p> <p><b>Produto 1=</b> 6.120,00 por propriedade x 10 propriedades x 22 municípios por ano = 1.346,400,00 x 5 anos = 6.732,000,00</p> <p><b>Produto 2=</b> Qualificação de 440 produtores = R\$ 216.000,00</p> <p><b>Produto 3 =</b> 19.300,00</p>
<p><b>Fontes de recursos:</b> Tesouro do Estado do RS</p>
<p><b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim</p>
<p><b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim ou Não</p>
<p><b>Investimentos:</b> implantação da pastagem, compra de mudas, unidade demonstrativa no CETAC</p>

<b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.
Produto 1 = 6.732.000,00
Produto 2 = R\$ 216.000,00
Produto 3 = R\$ 19.300,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Implantar 220 projetos / ano a um custo anual de R\$ 1.346,400,00 (um milhão trezentos e quarenta e seis mil e quatrocentos reais) por ano durante 5 anos
Qualificar 440 produtores em 3 anos
Implantação da UD no CETAC em 12 meses.

### Projeto 5 - Qualificação da Ovinocultura Regional.

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Qualificação da Ovinocultura Regional
<b>Localização:</b> 22 Municípios do COREDE SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 8.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 70 meses.
<b>Responsável pela implementação:</b> EMATER/RS- lijacques@emater.tche.br
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Ampliar e qualificar a oferta Regional de Carne e Lã Ovina;
<b>Justificativa:</b> A região possui a criação por tradição a produção, rebanho Ovino de 870 mil cab. (SEAPI -2015), predominantemente com mão de obra familiar, produzindo aproximadamente 2.400 Ton. de lã e 9.000 Toneladas de Carne (valor Bruto R\$ 66 milhões), tem relativamente pouca expressividade na Economia. A Qualificação e principalmente a Organização dos Produtores para atender estas cadeias produtivas e seus mercados tem sido insuficiente.
<b>Beneficiários:</b> Mais de 700 famílias de Pecuaristas Familiares da região de abrangência do COREDE SUL.
<b>Resultados pretendidos: No curto prazo:</b> Qualificar a lã produzida na região, através da mensuração da mesma. Qualificação (melhoramento genético) dos Rebanhos para produzir Lã e Carne; <b>Médio:</b> Melhorar a comercialização da lã, buscando mercados mais qualificados. Aumentar e Qualificar a oferta de carne Ovina na Região; <b>Longo prazo:</b> Oferta de Carne Ovina Regional de origem (qualificada, certificada) e melhoria da comercialização da lã com mais qualidade. Outro resultado pretendido a médio e longo prazo é o “encurtamento” destas cadeias, ou seja, procurar aproximá-las mais dos consumidores, principalmente no nível Regional, como na realidade pouco ocorre hoje.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1: Lã Ovina</b> de melhor qualidade, com certificação, para melhor comercialização.
<b>Meta:</b> Oferta Anual de no mínimo 200 Toneladas de lã de qualidade, com Medida de sua Finura através da Micronagem.
<b>Prazo:</b> Até 5 anos para atingir esta meta.
<b>Produto 2: Carne Ovina</b> em maior Quantidade e Qualidade
<b>Meta:</b> Oferta Anual de no mínimo 2.500 Carcaças Ovinas (Cordeiros/ Borregos) aos Mercados Regionais.
<b>Prazo:</b> Até 5 anos para atingir a Meta.

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Órgãos envolvidos na realização do projeto: Assistência Técnica e Extensão Rural aos Produtores: <b>EMATER/RS</b> Qualificação dos Produtores: <b>EMATER/RS e SENAR/RS.</b> Qualificação da Lã dos Produtores: <b>EMATER/RS e A.R.C.O.</b> (Associação Brasileira de Criadores de Ovinos) Comercialização da Lã: <b>A.R.C.O., Cooperativa de Lãs Mauá Ltda., Cooperativa de Produtores de Pedro Osório (Coomelpo), Núcleo de produtores de Ovinos de Pinheiro Machado.</b> Comercialização da Carne: <b>A.R.C. O Cooperativa de Produtores de Pedro Osório (Coomelpo), Núcleo de Produtores de Ovinos de Pinheiro Machado e ADAC</b> (Associações de Produtores do Alto Camaquã).
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> em execução
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> elaboração a cargo da EMATER
<b>Licitação:</b> Sim
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 8.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual.
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> - Calcário para 5 mil ha de pastagens – melhoramento: 25.000 Ton: R\$ 3.500.000,00 - Sementes de Forrageiras para Implantar de 3 mil ha de Pastagens: R\$ 3.000.000,00 - Aquisição de 200 Reprodutores Ovinos: R\$ 500.000,00 - Aquisição de dois Furgões Frigoríficos para Transportar Carne Ovina: R\$ 400.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> Custos para reuniões de Mobilização e organização dos produtores e material de divulgação (mídias) do projeto: R\$ 600.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: Lã Ovina - Aquisição de 200 reprodutores ovinos= R\$ 500.000,00 - Melhoramento de 5 mil ha de Campo= R\$ 3.500.000,00 - Despesas com reuniões de Divulgação e Execução do projeto= R\$ 200.000,00
Produto 2: Carne Ovina: - Aquisição de dois Furgões Frigoríficos para Transportar Carne Ovina=: R\$ 400.000,00 - Implantação de 3 mil ha de pastagens com forrageiras= R\$ 3.000.000,00 - Despesas com divulgação, reuniões, e organização das entregas do produto =. R\$ 400.000,00.
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>

**Produto 1: Lã**

- Aquisição dos 200 Reprodutores: 36 meses (3 anos) para totalizar. Melhoramento de Campo Nativo 24 meses (Aplicação de 2,5 ton/ha/ano)

- Despesas para divulgar e executar: durante o mínimo de 60 meses (5 anos); - Prazo total para medição da lã do Rebanho Ovino dos Beneficiários: (60 meses)

**Produto 2: Carne.**

- Implantação das Pastagens: 24 meses (2 anos); - Aquisição dos Furgões: máximo 24 meses (2 anos);

- Divulgação, reuniões, e organização das entregas do produto: durante os 5 anos, no mínimo de execução do projeto.

**Execução do projeto:**

**EMATER/RS:** Faz a Assistência técnica nas propriedades, orientando os produtores na produção e terminação de cordeiros/borregos e manejo do rebanho e pastagem. - Realiza Medição da lã através da Micronagem, mediante convenio com a A.R.C.O. - Auxilia na Organização dos produtores para a Comercialização.

**Cooperativas e Associações de Produtores:**

- Organizam e Coordenam a Comercialização dos dois produtos: Lã e Carne; - Organizar a entrega da lã para comercialização.

- Organizam a entrega dos animais para abate. (Planilhas); - Organizar a distribuição da Carne nos mercados.

**Projeto 6 - Elaboração do Projeto de uma CEASA, Central de Abastecimento de Alimentos na Região Sul do RS****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

**Título:** Elaboração do Projeto de uma CEASA, Central de Abastecimento de Alimentos na Região Sul do RS

**Localização:** Região Funcional 5, COREDE-SUL

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 500.000,00, funcionará nas instalações da CESA – Capão do Leão

**Duração do projeto:** Seis meses

**Responsável pela implementação:** AZONASUL (núcleo do Consórcio de Municípios, gestores do projeto)

**Escopo:** Elaboração de um Projeto Regional de Abastecimento de Alimentos

**2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

**Objetivo:** Funcionar como elo entre o produtor e o consumidor por meio da comercialização atacadista de produtos hortigranjeiros, pescados e insumos orgânicos, produtos ornamentais, e de floricultura e artesanais. Não haverá construção e sim adaptações.

<p><b>Justificativa:</b> A Região Sul do RS tem como base de sustentação da economia a produção de alimentos oriundos do setor primário, agropecuário e lacustre. A CESA da Região Sul do RS disponibilizará infraestrutura para que os agricultores, pescadores comerciantes, cooperativas e empresas do agronegócio realizem operações comerciais no atacado de produtos hortigranjeiros e outros atípicos alimentícios e não alimentícios, com a finalidade de implementar uma política de produção e abastecimento de alimentos na região. A CEASA da Região Sul do RS se constituirá numa empresa de economia mista, administrada por um Consórcio de Municípios da região, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. A instalação da CEASA na Região Sul do RS trará maior facilidade para a distribuição dos produtos e serviços gerados na região, considerando que o local escolhido (margens da BR 116, município de Capão do Leão, onde está instalada a CESA), tornará mais ágil o transporte dos produtos.</p>
<p><b>Beneficiários:</b> Os beneficiários diretos dos resultados do projeto serão os produtores agrícolas, pescadores, outros e a população, em geral, que habita na região e proximidades.</p>
<p><b>Resultados pretendidos:</b> Construção de uma CEASA que funcione como ponto de comercialização de alimentos provenientes do setor agropecuário da Região Sul do RS, administrada por Consórcio de Municípios com financiamento e contrapartidas do Estado e municípios.</p>
<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1:</b> Plano Regional de abastecimento de alimentos  <b>Meta:</b> elaboração do plano – R\$ 500.000,00  <b>Prazo:</b> seis meses, a partir da liberação dos recursos.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Incentivo à produção agrícola de base familiar.  <b>Meta:</b> reunir associação de produtores para formação de escala de produção.  <b>Prazo:</b> 2017 a 2030</p>
<p><b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b></p>
<p>Prefeituras Municipais da AZONASUL, EMATER, EMBRAPA, UFPel, FURG; Organizações Parceiras; Sistema “S”, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa de Produtores.</p>
<p><b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b></p>
<p><b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim</p>
<p><b>Desapropriação:</b> Sim</p>
<p><b>Licença Ambiental:</b> Há necessidade. As instalações da CESA deverão abrigar a CEASA.</p>
<p><b>Licitação:</b> Sim</p>
<p><b>Outros:</b></p>
<p><b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 500.000,00</p>
<p><b>Fontes de recursos:</b> Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Governo Federal, Municípios da Região Sul do RS.</p>
<p><b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim</p>
<p><b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim</p>
<p><b>Investimentos:</b> gastos com execução de obras, instalações, equipamentos, material permanente etc.</p>
<p><b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto:</p>
<p>Produto 1: R\$ 500.000,00</p>
<p><b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b></p>

Apresentar o prazo estimado de execução em meses de cada etapa e produto
OBS.: Os produtos 1 e 2 estão de acordo.
- Despesas correntes poderão ser calculadas após a cedência definitiva da área da CESA para a implantação da CEASA.
- O valor de R\$ 500.000,00 é para o projeto da unidade (elaboração e investimentos fixo).

## Projeto 7 - Ampliação e Fortalecimento Agroindustrial

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Ampliação e Fortalecimento Agroindustrial
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$700.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 48 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Prof. Dr. Marcelo Zaffalon Peter. IFSUL campus Pelotas – Visconde da Graça
<b>Escopo:</b> Cursos Teórico-Prático visando à formação de empreendedores no ramo agroindustrial respeitando as potencialidades regionais.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> - Elaboração de produtos de origem animal e/ou vegetal utilizando as matérias primas do próprio município com a intenção de agregar valor aos produtos e diversificar a matriz produtiva. - Oferecer palestras voltadas para formação de uma microempresa agroindustrial. - Proporcionar treinamento prático, qualificação ou requalificação desde as boas práticas de fabricação, elaboração, confecção de rótulos e conservação adequada.
<b>Justificativa:</b> Este projeto visa proporcionar uma qualificação e requalificação no setor agroindustrial utilizando as potencialidades laborais e produtivas específicas de cada um dos 22 municípios de abrangência do COREDE—SUL, a fim de proporcionar uma nova fonte de renda, gerando emprego, além de garantir aos consumidores uma oferta de diferentes produtos locais, diversificando a matriz produtiva com garantia de qualidade, valorizando o sabor e as características peculiares de cada etnia.
<b>Beneficiários:</b> Todo e qualquer cidadão dos 22 municípios do COREDE-SUL;
<b>Resultados pretendidos:</b> Qualificação dos envolvidos, além de ampliar a matriz produtiva dos municípios com a diversificação de derivados e/ou subprodutos que possam agregar valor, usando o potencial produtivo de cada um dos 22 municípios do COREDE-SUL, gerando emprego e crescimento das atividades correlatas na região.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Qualificar e/ou requalificar os empreendedores agroindustriais
<b>Meta:</b> Dois treinamentos por município ao longo de cada ano por um período de quarenta e oito meses.
<b>Prazo:</b> De acordo com a sazonalidade dos produtos regionais e disponibilidade dos envolvidos, 2018/2021.
<b>Produto 2:</b> Acompanhamento e auxílio <i>in loco</i> das novas agroindústrias
<b>Meta:</b> Prestar auxílio técnico inicial aos novos empreendedores agroindustriais
<b>Prazo:</b> A partir da execução do curso e ao longo do período de duração do projeto.
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>

Instituto Federal Sul-rio-grandense/Campus Pelotas – Visconde da Graça, Universidade Federal de Pelotas, EMATER, EMBRAPA, SEBRAE, AZONASUL, COREDE-SUL.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Não
<b>Outros:</b> Utilização de veículo oficial do IFSUL (caminhão com baú adaptado para realização das aulas práticas nos municípios).
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$700.000,00 custeio: R\$ 550.000,00, Invest. R\$ 150.000,00.
<b>Fontes de recursos:</b>
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Não
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Não
<b>Investimentos:</b> Adequação do baú para receber as diferentes plantas agroindustriais com os respectivos equipamentos em escala reduzida (tacho, despoldadeira, freezer, coifas, mesas de inox, desidratadores, facas, embutadeiras, moedores de carne, misturadores, defumador, formas para elaboração de queijos, equipamentos afins). Tela de projeção, notebook, refratômetros.
<b>Despesas Correntes:</b> Combustível para deslocamento e manutenção preventiva do veículo, aquisição de insumos e materiais para a realização das aulas práticas.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$600.000,00
Produto 2: R\$100.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Assim que o projeto for aprovado inicia-se a adequação do respectivo baú com a aplicação das devidas normas de segurança e higiene para elaboração de alimentos. Paralelamente será realizada a aquisição dos diversos equipamentos utilizados para os diferentes processos (Processamento de alimentos de origem vegetal e animal), salientando que estes equipamentos são móveis e em escala menor, sendo instalados junto ao baú quando atender as demandas específicas e peculiaridades de cada município. (6 meses).
Realização da Qualificação e requalificação (A partir do momento em que os equipamentos e o baú estejam adaptados até o término dos 48 meses).
Auxílio técnico inicial aos novos empreendedores agroindustriais será realizado após a realização do Produto 1, para os empreendedores que possuírem interesse de acompanhamento. Apoio técnico permanente nos 4 anos.
Obs.: O horizonte do projeto é de 4 anos.

### **Projeto 8 - Produção de Olerícolas em ambiente protegido**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> PRODUÇÃO DE OLERÍCOLAS EM AMBIENTE PROTEGIDO
<b>Localização:</b> COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.764.000,00



<b>Duração do projeto:</b> 156 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> ASCAR/EMATER-RS e FEAPER
<b>Escopo:</b> Instalação de Unidades de Referência Técnicas (URTs) e subsídios ao financiamento para implantação, instalação e operacionalização de estufas para produção de hortaliças em ambiente protegido em solo ou substratos na região do COREDE-SUL, minimizando os problemas de sazonalidade na oferta de hortaliças frescas nos mercados municipais e regionais do COREDE-SUL.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> diminuir a sazonalidade da oferta de hortaliças frescas nos Municípios do COREDE-SUL.
<b>Justificativa:</b> Com a produção de hortaliças realizada em ambiente protegido é possível a exploração dos cultivos de forma estável e segura ao longo de todo os meses do ano, minimizando os problemas das adversidades climáticas que impõem a oferta irregular de hortaliças ao mercado consumidor, inviabilizando esta alternativa de produção e renda para os agricultores familiares pois não conseguem manter regularidade e oferta garantida de alimentos aos seus compradores e clientes. Para os agricultores familiares, a instalação de estufas para a produção em ambiente protegido, é um investimento que exige muito capital inicial para a aquisição e a instalação das estufas e sistemas de irrigação. Também em seguida todos os insumos para o início da produção, exigindo valores significativos de capital. Com isto a produção de hortaliças em ambiente protegido no âmbito do COREDE-SUL é muito aquém da necessidade, o que impõem aos mercados importar um volume significativo de hortaliças de outras Regiões, principalmente do CEASA Porto Alegre.
<b>Beneficiários:</b> Agricultores em regime de agricultura familiar produtores de hortaliças dos Municípios do COREDE-SUL.
<b>Resultados pretendidos:</b> alternativa de produção e geração de renda para agricultores familiares nos Municípios do COREDE-SUL; diminuição da dependência da compra de hortaliças de mercados de fora do Município e Região; redução da sazonalidade na oferta de hortaliças nos mercados locais, Municipais e Regionais do COREDE-SUL; abastecimento seguro, estável, de origem conhecida de hortaliças nos mercados locais e Regionais; produção segura e estável de hortaliças de melhor qualidade; eliminação da dependência do abastecimento local e Regional da CEASA Porto Alegre, reduzindo todos os custos de frete nos alimentos;
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> estufas instaladas e completas com irrigação localizada e fertirrigação para produção de hortaliças em solo e substratos em ambiente protegido.
<b>Meta:</b> 390 estufas completas com irrigação/fertirrigação e produção em substratos e solo.
<b>Prazo:</b> 156 meses
<b>Produto 2:</b> instalação e operacionalização de sistemas de irrigação, fertirrigação e equipamentos de medição e manejo das soluções nutritivas para a produção de hortaliças nas estufas, mais equipamentos de monitoramento do ambiente das estufas.
<b>Meta:</b> 390 equipamentos completos de operacionalização da irrigação localizada e fertirrigação para produção em substratos e no solo e equipamentos e aparelhos para monitoramento do ambiente e solução nutritiva para as hortaliças.
<b>Prazo:</b> 156 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>

Ascar/Emater-rs; Feaper; Banrisul; Badesul; STRS/Fetag; Cooperativas de agricultores produtores de hortaliças
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não, há necessidade – Os ambientes protegidos estarão dentro dos estabelecimentos rurais.
<b>Licença Ambiental:</b> Sim em função do sistema de irrigação
<b>Licitação:</b> Não, há necessidade.
<b>Outros:</b> Subsídios aos projetos de investimentos a serem financiados para os agricultores familiares com percentual do projeto a fundo perdido
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.764.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente etc. R\$ 8.073.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc. R\$ 2.691.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 9.984.000,00
Produto 2: R\$ 780.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Pelotas: 60 estufas completas;
Rio Grande: 60 estufas completas;
Arroio do Padre: 40 estufas completas;
Morro Redondo, Canguçu, São Lourenço do Sul e Turuçu: 20 estufas completas para cada Município.
Demais 15 Municípios: 10 estufas completas para cada Município.

**Projeto 9 - Implantação de Irrigação Automatizada em 1,0 ha de pastagem perene em 220 estabelecimentos rurais da Região Sul do RS**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Implantação de Irrigação Automatizada em 1,0 ha de pastagem perene em 220 estabelecimentos rurais da Região Sul do RS.
<b>Localização:</b> Região Funcional do COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 6.210.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 60 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> EMATER-RS - Eng. Agr. Fernando Luiz Horn
<b>Escopo:</b> implantar um sistema de irrigação automatizado em área onde esteja cultivada uma pastagem perene. Estima-se um incremento de 25 % na produção final de carne ou leite por unidade de área.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>

<b>Objetivo:</b> permitir uma oferta constante e regular de volumoso com qualidade em termos nutricionais e palatabilidade para a alimentação animal.
<b>Justificativa:</b> A região caracteriza-se como um grande polo produtor de carnes, leite, lã. Também é reconhecido nacionalmente com um fornecedor de matrizes bovinas leiteiras, de corte, equinas, ovinas além de ofertar reprodutores de várias raças e espécies da mais alta qualidade genética. Por outro lado, neste território, há uma distribuição muito irregular e intempestiva das precipitações pluviométricas, que não permite ao agricultor planejar e manejar de forma adequada as suas criações animais, devido ao crescimento muito lento e irregular das suas forrageiras. Neste sentido, o projeto implantado permitirá aos beneficiários do programa obter ganhos diretos como a oferta de um maior volume com qualidade às criações.
<b>Beneficiários:</b> Agricultores Familiares com enquadramento no PRONAF, sendo atendidos 10 agricultores por município do COREDE-SUL, totalizando 220 beneficiários.
<b>Resultados pretendidos:</b> aumento na oferta de volumoso de qualidade; o solo estar é melhor protegido com a pastagem perene reduzindo perdas de solos férteis, água, matéria orgânica etc.; estabilizar a produção e a comercialização, em decorrência, uma maior estabilidade na arrecadação de impostos pelo Estado.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Oferta de forragem de qualidade <b>Meta:</b> aumento em 15 % do volume de forragem. <b>Prazo:</b> 36 meses
<b>Produto 2:</b> Conservação do Solo e Água <b>Meta:</b> 220 ha com cobertura de solo permanente <b>Prazo:</b> 60 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Prefeituras Municipais; Secretarias Municipais de Agricultura; Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – RS; EMATER-RS; COREDE-SUL; Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – RS; Embrapa Clima Temperado; Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado de do projeto:</b> R\$ 6.210.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Tesouro do Estado do RS
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> aquisição de equipamentos de irrigação e eletroeletrônico.
<b>Despesas Correntes:</b> responsabilidade do beneficiário
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1 (investimento): R\$ 6.160.000,00
Produto 2 (custeio): R\$ 50.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
-Implantar 44 projetos / ano a um custo anual de R\$ 1.242.000,00

## Projeto 10 - Diversificação da fruticultura comercial no COREDE-SUL

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Diversificação da fruticultura comercial no COREDE-SUL
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 343.450,00
<b>Duração do projeto:</b> 156 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> ASCAR/EMATER-RS
<b>Escopo:</b> Instalação de Unidades Demonstrativas (UDs) de pomares comerciais com diferentes frutíferas nos Municípios do COREDE-SUL.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Divulgação, difusão e demonstração da viabilidade técnica e econômica de exploração comercial de espécies frutícolas nos Municípios do COREDE-SUL. Esta diversificação de espécies proporcionará a segurança alimentar e a sustentabilidade das cadeias frutícolas na região, auxiliando na diversificação e proporcionando alternativas de exploração econômica nas propriedades com agricultura familiar.
<b>Justificativa:</b> A fruticultura na região sul do RS envolvendo os 22 Municípios do COREDE-SUL, vêm diminuindo tanto a área cultivada como o número de produtores envolvidos na atividade. Na região, observa-se que a área de cultivo no período de 9 anos retraiu 25,27%, e o número de produtores neste mesmo período diminuiu 54,63%. Acrescenta-se ainda, que estas áreas de frutíferas e o número de fruticultores estão concentrados em duas (2) espécies principais (pêssego e citros) subtraindo-se a cultura da melancia, e em quatro (4) Municípios apenas (Pelotas, Canguçu, Morro Redondo e São Lourenço do Sul). Nos demais Municípios da região, a fruticultura está resumida a pequenos pomares para abastecimento dos mercados locais e consumo familiar com a comercialização dos excedentes da produção. Algumas situações pontuais como a do caqui e maçã em Arroio do Padre, melancia em Arroio Grande e Pedro Osório e azeitonas e uva de indústria em Pinheiro Machado e Piratini onde a atividade está presente em um número reduzido de propriedades com áreas consideráveis de produção. Diante destes cenários, são de extrema importância a divulgação e demonstração da viabilidade técnica e econômica de exploração comercial de outras espécies frutícolas. Esta diversificação de espécies proporcionará a segurança alimentar e a sustentabilidade das cadeias frutícolas na região, auxiliando na diversificação e proporcionando alternativas de exploração econômica nas propriedades com agricultura familiar.
<b>Beneficiários:</b> Agricultores caracterizados como de agricultura familiar
<b>Resultados pretendidos:</b> enumerar os resultados possíveis de serem alcançados no curto, médio e longo prazos
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> aquisição de mudas frutíferas para os 248 pomares comerciais demonstrativos conforme anexo 1
<b>Meta:</b> 30.305 mudas de 23 espécies de frutíferas comerciais
<b>Prazo:</b> 156 meses
<b>Produto 2:</b> insumos para a implantação dos 248 pomares comerciais demonstrativos;
<b>Meta:</b> aquisição de 31 toneladas de adubo orgânico mais 10 toneladas de fertilizantes químicos e mais 100 toneladas de calcário.
<b>Prazo:</b> 156 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>

ASCAR/EMATER-RS e Prefeituras Municipais
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> não
<b>Desapropriação:</b> não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim ou Não
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> investimentos+despesas correntes
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente etc. R\$ 257.587,50
<b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.
Investimentos e despesas correntes por produto: R\$ 82.862,50.
Produto 1:R\$ 303.050,00
Produto 2: R\$ 40.400,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Apresentar o prazo estimado de execução em meses de cada etapa e produto

### Projeto 11 - Consolidação das estruturas de inovação

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Consolidação das estruturas de inovação
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas e Rio Grande)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 2.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 24 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> UCPel, UFPel e FURG
<b>Escopo:</b> Desenvolvimento e expansão dos APLs da Saúde, Alimentos e Naval, dos polos tecnológicos da Indústria e Alimentos, dos Parques Tecnológicos de Pelotas e OCEANTEC (FURG) e das incubadoras CIEMSUL e IF-SUL.
<b>Responsável:</b> UCPel, UFPel, FURG, IF-SUL e Prefeitura Municipal de Pelotas
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Fortalecer e ampliar a atuação dos APLs, dos Parques Tecnológicos, das Incubadoras e dos Polos Tecnológicos
<b>Justificativa:</b> O avanço tecnológico contínuo e a necessidade de manter instituições ativas na busca de atualização justifica o apoio ao projeto Consolidação das estruturas de inovação
<b>Beneficiários:</b> População regional de aproximadamente 900 mil pessoas, os setores econômicos: agricultura, indústria, comércio e serviços e as instituições executoras (universidades e entidades de pesquisa)
<b>Resultados pretendidos:</b> Desenvolvimento tecnológico; Suporte para expansão da economia; Capacitação das instituições envolvidas com vistas à produção de tecnologias que melhorem a qualidade de vida da população.
<b>Alinhamento Estratégico:</b> PPA Estadual – 2016/2019 e PPA Federal – 2016/2019

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Fortalecimento dos APLs, dos Parques Tecnológicos, das Incubadoras e dos Polos Tecnológicos
<b>Prazo:</b> 2 anos
<b>Produto 2:</b> Ampliação dos APLs, dos Parques Tecnológicos, das Incubadoras e dos Polos Tecnológicos
<b>Prazo:</b> 2 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Equipes já atuantes nas instituições citadas
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Secretaria de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Secretaria de Desenvolvimento e Turismo de Pelotas e Instituições Federais
<b>Organizações parceiras:</b>
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Governo Federal e Governo do Estado
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Equipes das instituições
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Não
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 2.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Governo estadual, federal e instituições executoras
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> Estimativa R\$ 1.450.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> Estimativa R\$ 550.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Biênio 2018/2019

## 14.2 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

### 14.2.1 Estratégia I: Promover o desenvolvimento social, a melhoria da qualidade de vida e segurança pública regional

**Projeto 12 - Recompêtoamento dos efetivos previstos para os órgãos da Secretaria de Segurança.**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Recompêtoamento dos efetivos previstos para os órgãos da Secretaria de Segurança.
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Duração do projeto:</b> 2017 a 2030
<b>Responsável pela implementação:</b> Governo do Estado através da Secretaria da Segurança Pública. (BM, CBM, PC, IGP e SUSEP)

<b>Escopo:</b> A presente proposta visa aumentar em 10%, a cada ano, os efetivos operacionais da BM, CBM, PC, IGP e SUSEP, diminuindo gradualmente a grande defasagem de efetivo das referidas instituições.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> aumentar a cada ano 10% nos efetivos previstos das instituições da área da segurança pública.
<b>Justificativa:</b> segurança pública é uma das áreas com maior evidencia nos dias atuais. Nas últimas décadas nota-se a defasagem no provimento de novos servidores e de infraestrutura adequada na área de segurança pública. Nesse sentido, a presente proposta propõe um aumento a cada ano, no período de 2017 a 2030 de 10% nos efetivos previstos das instituições da área da segurança pública da região, as quais estão com uma defasagem de aproximadamente 50%, o que compromete seriamente a segurança da população. A proposta é que até 2030 sejam recompletados 100% dos efetivos previstos para cada uma das referidas instituições.
<b>Beneficiários:</b> População dos 22 municípios da região do COREDE-SUL e população carcerária da região sul.
<b>Resultados pretendidos:</b> aumento da capacidade investigativa, prevenção na área da segurança pública e na prevenção contra sinistros, no campo e na cidade da região sul do Estado.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Recompentamento do efetivo da BM, CBM, PC e SUSEP.
<b>Meta:</b> até 2030 estar com 100% do efetivo recompletados;
<b>Prazo:</b> 2017 a 2030
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Secretaria da Segurança Pública através da BM, CBM, PC e SUSEP.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Não
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Iniciar a realização dos concursos públicos a partir de 2018, com inclusão imediata dos efetivos, repetindo-se todos os anos até atingir os 100% dos efetivos previstos na BM, CBM, PC, SUSEP e IGP.
Obs.: Entenda-se este projeto como uma proposta/sugestão que alerta o governo para a necessidade de complementar os efetivos da BM, CBM, PC, IGP e SUSEP. Portanto não é possível cálculos de recursos, pois depende da política da Secretaria de Segurança e Justiça para a região.

## Projeto 13 - Política de dotação de prédios próprios para os órgãos da Secretaria da Segurança Pública do Estado

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Política de dotação de prédios próprios para os órgãos da Secretaria da Segurança Pública do Estado.
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL - Central de Polícia (Pelotas e Rio Grande); Penitenciárias (Pelotas e Jaguarão); Prédios para as frações da Brigada Militar (onde não tem sede própria); e sede própria para o IGP (Pelotas e Rio Grande); Reforma/Construção do prédio da Polícia Civil de São Lourenço do Sul.
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Duração do projeto:</b> 2017 a 2030.
<b>Responsável pela implementação:</b> SSP (BM, PC, IGP e SUSEP).
<b>Escopo:</b> O presente projeto visa o aumento da estrutura operacional da BM, PC, IGP e SUSEP, em consequência, diminuindo as despesas de custeio com aluguéis. Com a economia no pagamento dos aluguéis, os investimentos serão recuperados em aproximadamente dez anos, excluindo-se o caso das penitenciárias.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> construir estruturas prediais adequadas aos órgãos de segurança da região.
<b>Justificativa:</b> Os órgãos de segurança da região, em alguns casos desenvolvem suas atividades em prédios alugados, o que ocasiona muitas vezes descontinuidade, investimentos em adequações e dotação orçamentária específica. Nesse sentido, a presente busca dotar as Centrais de Pronto Atendimento da Polícia Civil nas cidades de Pelotas e Rio Grande de melhores condições de infraestrutura física. Também a construção de duas penitenciárias, uma na cidade de Pelotas e outra na Cidade de Jaguarão. Também a construção de duas sedes para o IGP, uma na cidade de Pelotas e outra na cidade de Rio Grande. Devido a sinistro ocorrido na Delegacia da Polícia Civil de São Lourenço do Sul, existe a necessidade da reforma ou construção de um novo prédio. E, por fim, uma sede para as frações da Brigada Militar nos municípios da região onde ocorrem despesas com aluguel.
<b>Beneficiários:</b> População de vários municípios da região sul e população carcerária da região.
<b>Resultados pretendidos:</b> aumento da sensação de segurança no campo e na cidade da região; dotar os órgãos de infraestrutura adequada;
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> dotação de infraestrutura
<b>Meta:</b> dotar de infraestrutura os referidos órgãos de segurança
<b>Prazo:</b> 2017 a 2030.
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Secretaria da Segurança Pública através da BM, PC, IGP e SUSEP.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto



<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Construir, de forma alternada, uma penitenciária, uma central de polícia, uma unidade para a Brigada Militar e uma sede para o IGP. De forma que até 2030 tenhamos construído duas penitenciárias, duas centrais de polícia, duas sedes para o IGP e duas sedes de frações para a BM.
Obs.: Entenda-se este projeto como uma proposta/sugestão de dotar de prédios próprios os órgãos que desenvolvem ações ligadas à segurança pública.

### **Projeto 14 - Plano Regional de Fortalecimento das Políticas de Gênero, Raça e Diversidade na região do COREDE-SUL**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Plano Regional de Fortalecimento das Políticas de Gênero, Raça e Diversidade na região do COREDE-SUL
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 600 mil
<b>Duração do projeto:</b> 2017 a 2030
<b>Responsável pela implementação:</b> Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas- GAMP
<b>Escopo:</b> Os Governos Municipais da região do COREDE-SUL devem traçar em um Plano Municipal com estratégias de criação e/ou fortalecimento de mecanismos capazes de mapear o perfil de suas mulheres e meninas, efetivando políticas que sustente e ofereça melhor qualidade de vida e redução das desigualdades nas áreas de trabalho, renda e relações de poder, melhorando os acessos na saúde, habitação, segurança, educação, e documentação de terras e propriedades rurais, entre outras dificuldades. O GAMP propõe-se a orientar na elaboração de planos, programas, projetos e campanhas municipais, capacitando e estimulando os governos da região na implementação de estratégias para atender as diretrizes do Plano Nacional de Políticas.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Fortalecer as políticas de redução das desigualdades de gênero, raça e diversidades sexuais, comportamentais e culturais na sociedade sul rio-grandense;
<b>Justificativa:</b> Os governos de um país democrático têm de assegurar condições dignas de vida e oportunidades iguais para todas as pessoas, que dos fundamentos da democracia: igualdade de gênero e raça. Estas condições devem ser detalhadas e monitoradas através de Planos Estratégicos Municipais que alinhem estratégias transversais nas Políticas de Saúde, Assistência Social, Segurança, Habitação, Educação, ambiental, reafirmando o compromisso no enfrentamento e na superação das desigualdades de gênero, raça e diversidade, em seus municípios. O Brasil tem assumido, a implementação das ações propostas nas Convenções de Belém do Pará e CEDAW, Conferências de Cairo, Beijing, Durban, e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reestabelecido com novas propostas, durante a Conferência das Organizações das Nações Unidas ao final de 2015. O Plano Regional deve estar aliado ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que teve suas diretrizes redefinidas na IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), em maio de 2016 em Brasília. Indicando linhas e metas propostas para a promoção da igualdade de gênero, raça e diversidade.

<b>Beneficiários:</b> 70% da população feminina da região, que envolve mais da metade de seus habitantes. Representando hoje mais 50% dos habitantes.
<b>Resultados pretendidos:</b> - Promoção das políticas públicas para as mulheres nos municípios da região do COREDE-SUL; - Divulgação das diretrizes do Plano Nacional e Políticas para as Mulheres e meninas; - Orientação na elaboração do mapeamento/diagnóstico do perfil das mulheres e meninas residentes na região, monitorando e avaliando indicadores que qualifique os Planos Municipais de políticas para as mulheres.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Coordenadorias de Políticas para as Mulheres. <b>Meta:</b> No mínimo três coordenadorias criadas <b>Prazo:</b> 2017/20
<b>Produto 2:</b> Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. <b>Meta:</b> No mínimo três planos estratégicos efetivados <b>Prazo:</b> 2017/20
<b>Produto 3:</b> Conselhos Municipais de Direitos da Mulher <b>Meta:</b> No mínimo três conselhos municipais instalados <b>Prazo:</b> 2017/20
<b>Produto 4:</b> Capacitação (5 cursos e 5 oficinas) em temas como gênero, raça, diversidade sexual, direitos humanos e sociais, controle e participação social <b>Meta:</b> No mínimo 10 cursos/oficinas realizadas <b>Prazo:</b> 2017/30
<b>Produto 5:</b> Campanhas educativas sobre as diretrizes da política para as mulheres, igualdade de gênero e raça, controle e participação social <b>Meta:</b> No mínimo três campanhas estabelecidas e divulgadas em âmbito regional <b>Prazo:</b> 2017/30
<b>Produto 6:</b> Salas de parto e maternidades <b>Meta:</b> No mínimo 3 salas de parto instalados na zona rural <b>Prazo:</b> 2019/30
<b>Produto 7:</b> Centro de Referências no atendimento a mulheres em situação de violência <b>Meta:</b> No mínimo três centros de referência para atendimento de mulheres em situação de violência efetivados <b>Prazo:</b> 2019/30
<b>Produto 8:</b> Cartórios da Mulher ou Delegacias Especializadas para Mulheres <b>Meta:</b> No mínimo 3 Cartório da mulher em Delegacias da região instalados <b>Prazo:</b> 2019/30
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
ONGs e Movimentos Sociais, Sindicatos de trabalhadores e patronais, Instituições de ensino, pesquisa e extensão, Veículos de comunicação, Associações, Lions e Rotarys, Cooperativas da Economia Solidária, Igrejas de diferentes religiões e demais órgãos públicos.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Federal, Estadual, Municipal e organismos internacionais
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não

<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Não
<b>Outros:</b> Contratos de terceirizados para efetivação de oficinas e curso, assessoria de comunicação e marketing, aluguel e infraestrutura para o contratante, entre outros serviços técnicos administrativo.
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 600 mil
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual, Municipal e organismos internacionais
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> Equipamentos de informática e eletrônicos (notebook, Datashow, caixa de som), equipamentos de escritórios e móveis.
<b>Despesas Correntes:</b> Gasolina, aluguel, refeições, taxis, xerox, impressão, layout de material das campanhas (folders, banners, cartilhas), material de expediente.
Investimentos e despesas correntes por produto:
<b>Produto 1:</b> Assessoria para implementação e ou fortalecimento de Coordenadorias de Políticas para as Mulheres. R\$: 75 mil
<b>Produto 2:</b> Apoio na elaboração do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. R\$: 75 mil
<b>Produto 3:</b> Apoio na elaboração do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. R\$: 75 mil
<b>Produto 4:</b> Capacitação (cursos e oficinas) em temas como gênero, raça, diversidade sexual, direitos humanos e sociais, controle e participação social. R\$: 75 mil
<b>Produto 5:</b> Promoção de campanhas educativas sobre as diretrizes da política para as mulheres, igualdade de gênero e raça, controle e participação social. R\$: 75 mil
<b>Produto 6:</b> Incentivar a promoção de campanhas para o instalação/fortalecimento e parcerias para o parto humanizado, visando a redução da mortalidade materna e infantil da região Produto Criação e fortalecimento de salas de parto, maternidades.
<b>Produto 7:</b> Estimulo na criação e ou fortalecimento de Centro de Referências no atendimento a mulheres em situação de violência. R\$: 75 mil
<b>Produto 8:</b> Orientação na instalação ou fortalecimento de Cartórios da Mulher ou Delegacias Especializadas para Mulheres. R\$: 75 mil
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais

## Projeto 15 - Criação do Quadro de Servidores Administrativos para os órgãos da Secretaria de Segurança

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Criação do Quadro de Servidores Administrativos para dos órgãos da Secretaria de Segurança.
<b>Localização:</b> 22 municípios da região do COREDE-SUL.
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Duração do projeto:</b> 2017 a 2030.
<b>Responsável pela implementação:</b> Governo do Estado/Casa Civil SSP (BM, PC, IGP e SUSEP).

<b>Escopo:</b> O presente projeto visa liberar para a atividade fim de cada uma das instituições da Secretaria de Segurança Pública (BM, CBM, PC, IGP, SUSEP) os efetivos que estão exercendo atividade administrativa.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> formação e treinamento de recursos humanos nas atividades administrativas dos órgãos de segurança
<b>Justificativa:</b> Os órgãos de segurança da região, em alguns casos desenvolvem suas atividades fins com número reduzido de servidores. Na área de segurança, muitos servidores, especialmente da Brigada Militar acabam sendo alocados em atividades administrativas. Nesse sentido, o presente projeto visa liberar para a atividade fim de cada uma das instituições da Secretaria de Segurança Pública (BM, CBM, PC, IGP, SUSEP) os efetivos que estão exercendo atividade administrativa, bem como prover de servidores técnico-administrativo os referidos órgãos. Para tanto, a contratação (concurso público) e/ou realocação de servidores, auxiliar nas condições de trabalho e aumento dos efetivos. Destaca-se ainda, que tais atividades de gestão e burocráticas podem ser executadas por servidores técnico-administrativos a serem contratados, diminuindo de forma mais rápida e econômica a grande defasagem de efetivo das referidas instituições.
<b>Beneficiários:</b> População de vários municípios da região sul e população carcerária da região.
<b>Resultados pretendidos:</b> aumento da capacidade investigativa, aumento do Policiamento Ostensivo com a conseqüente prevenção na incidência de ocorrências policiais e na prevenção e combate a sinistros. Possibilitar uma maior economia para os cofres públicos, haja visto, que o servidor administrativo não necessita perceber em seus vencimentos o risco de vida, bem com sua remuneração deverá ser inferior aos servidores da área da segurança. Economia na formação deste servidor que será contratado para uma atividade específica, na qual já possui habilidade.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> dotação de infraestrutura
<b>Meta:</b> dotar de infraestrutura os referidos órgãos de segurança
<b>Prazo:</b> 2017 a 2030.
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Governo do Estado/Casa Civil; Secretaria da Segurança Pública (BM, PC, IGP e SUSEP).
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim – contratação de empresa para a realização do concurso público
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>

Elaborar o projeto de Emenda Constitucional e Projeto de Lei no ano de 2017, para ser discutido e avaliado pelas instituições que serão beneficiadas. Aprovação dos projetos no ano de 2018 e realização do primeiro concurso público em 2019, com inclusão imediata dos efetivos que deverão contemplar a BM, CBM, PC, SUSEP e IGP.

Obs.: Entenda-se este projeto como proposta/sugestão que alerta o governo do estado para a necessidade de criar o quadro de servidores administrativos para os órgãos da Secretaria de Segurança.

## Projeto 16 - Construção e implantação do Hospital de Pronto Socorro Regional

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Construção e implantação do Hospital de Pronto Socorro Regional
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 04 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> Prefeitura Municipal de Pelotas com apoio do Governo Estadual e Federal.
<b>Escopo:</b> O presente projeto visa a escolha da área física (terreno); a elaboração, aprovação e liberação do Projeto; a Construção do Hospital de Pronto Socorro Regional com capacidade de atender a população de Região Funcional-5 – COREDE-SUL. O projeto prevê ainda a aquisição de mobília e equipamento para funcionamento do HPS Regional; e a contratação e treinamento de recursos humanos para o funcionamento do HPS Regional.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Construir e colocar em funcionamento um Hospital Regional de Pronto Socorro em Pelotas.
<b>Justificativa:</b> Considerando-se que o atual Pronto Socorro de Pelotas funciona, principalmente, como Pronto Socorro Regional; considerando-se que sua área física foi construída inicialmente para atendimento de crianças e adolescentes e após sofrendo ampliações para adequação de atendimento de adulto; e considerando-se que na realidade atual já está seu atendimento saturado, justifica-se este projeto para atendimento mais qualificado para demandas futuras da região.
<b>Beneficiários:</b> A população regional estimada em mais de um milhão de pessoas.
<b>Resultados pretendidos:</b> Melhorar a qualidade do atendimento da rede de urgência e emergência da Região Funcional 5 – COREDE-SUL.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Hospital de Pronto Socorro Regional
<b>Custo:</b> R\$ 10.000.000,00
<b>Meta:</b> construção do hospital de Pronto Socorro Regional
<b>Prazo:</b> 04 anos
<b>Produto 1:</b> escolha da área física, elaboração, aprovação e liberação do Projeto.
3.1.2.Meta: Conseguir a liberação do projeto de construção do HRPS.
3.1.3.Custo: R\$ 1.500.000,00
3.1.4.Prazo: 18 (dezoito) meses

<b>Produto 2: construção do prédio do HRPS.</b>
3.2.2.Meta: Construir o prédio do HRPS.
3.2.3.Custo: R\$ 5.500.000,00
3.2.4.Prazo: 24 (vinte e quatro) meses
<b>Produto 3: colocar em funcionamento o HRPS.</b>
3.3.2.Meta: Equipar, mobiliar e contratar recursos humanos para início do funcionamento do HRPS.
3.3.3.Custo: R\$ 3.000.000,00
3.3.4.Prazo: 6 (seis) meses.
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério da Saúde, SES e Prefeituras.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> a definir
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> União, Estado, Municípios e parceiros eventuais
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 10.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b>
<b>Produto 1:</b> Investimento (R\$ 200.000,00) e despesas correntes (R\$ 1.300.000,00)
<b>Produto 2:</b> Investimento (R\$ 5.000.000,00) e despesas correntes (R\$ 500.000,00)
<b>Produto 3:</b> Investimento (R\$ 2.800.000,00) e despesas correntes (R\$ 200.000,00)
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Escolha da área física (terreno)..... 1 mês
Elaboração do projeto..... 5 meses
Aprovação do projeto..... 1 mês
Liberação do projeto para início da construção..... 11 meses
<b>Produto 2:</b> Conclusão da obra do HRPS..... 24 meses
<b>Produto 3:</b> Instalação dos equipamentos e mobília..... 4 meses
Seleção e preparação dos recursos humanos..... 2 meses
<b>OBS.:</b> As licitações e editais ocorrerão no Produto 1 logo após a escolha do local da área física. No Produto 3 as licitações e editais ocorrerão durante a construção do prédio.

## Projeto 17 - Sistema Integrado de Informações de Segurança – SIIS

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Sistema Integrado de Informações de Segurança - SIIS

<b>Localização:</b> Porto Alegre (O CEIC seria uma ótima opção para localizar a base central do sistema)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Duração do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretaria da Segurança Pública/RS
<b>Escopo:</b> O projeto visa aproveitar ao máximo as tecnologias de informação, que crescem exponencialmente, a favor dos serviços de segurança pública em todos os seus segmentos e todas as suas esferas, consolidando um banco de dados informatizado que seja acessível a todos os agentes do sistema, resguardando os diferentes níveis de autorização e acesso.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Criar um sistema informatizado e que utilize as mais modernas plataformas de comunicação e cruzamento de dados que possibilitem aos agentes do sistema de segurança do Estado a alimentação e as consultas rápidas e efetivas ao banco de dados visando a troca e consolidação das informações.
<b>Justificativa:</b> Tal qual já existem os GGI's nos municípios é preciso elevar o entrosamento entre os diversos órgãos que ali se reúnem e garantir a ação consolidada de todos os segmentos envolvidos na área da segurança a partir de uma base única de informações que se atualize constantemente pela inserção contínua de novos dados e registros efetuados pelos próprios agentes do sistema.
<b>Beneficiários:</b> População de todo os Estado do Rio Grande do Sul
<b>Resultados pretendidos:</b> Aumento da resolutividade de casos; fluidez na emissão de relatórios, estatísticas e levantamento de dados, tudo redundando em maior sensação de segurança para a comunidade.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> um sistema integrado de Informações em segurança
<b>Meta:</b> elaboração de um sistema integrado de Informações em segurança
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Secretaria de Segurança Pública como órgão central e todos os órgãos que usem serviços de inteligência e informações e órgãos regionais.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;
Obs.: Projeto/sugestão para implantação pelo governo do estado. Depende da decisão política da Secretaria de Segurança.

## Projeto 18 - Novas Viaturas Policiais

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Novas Viaturas Policiais
<b>Localização:</b> 18ª Região Policial - Pelotas
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 2.300.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 8 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretaria da Segurança Pública, Divisão de Transporte e Manutenção e 18ª Região Policial
<b>Escopo:</b> Aquisição de 30 viaturas, sendo 10 ostensivas (caminhoneta) e 20 discretas (sedan)
<b>Responsável:</b>
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Adquirir 30 viaturas policiais, as quais serão distribuídas conforme a demanda da região.
<b>Justificativa:</b> O projeto visa a renovação da frota das viaturas ostensivas e discretas de toda área da 18ª Região Policial, a qual abrange os municípios de Pelotas, Herval e Pedro Osório, qualificando o atendimento de ocorrências tanto na área urbana como rural.
<b>Beneficiários:</b> População dos municípios citados
<b>Resultados pretendidos:</b> Aumento da sensação de segurança no campo e na cidade
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> viaturas policiais
<b>Meta:</b> aquisição de viaturas
<b>Custo:</b> R\$ 2.300.000,00
<b>Prazo:</b> 8 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Secretaria de Segurança Pública, Divisão de Transporte e Manutenção e 18ª Região Policial
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Federal, estadual
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 2.300.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual.
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> Gastos com aquisição de viaturas.
<b>Despesas Correntes:</b> Gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 2.300.000,00. Refere-se a despesas de capital.
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais
Obs.: o cronograma depende de decisão das políticas da Secretaria de Segurança Pública do Estado.



## Projeto 19 - Política de Substituição de Viaturas e Equipamentos da área de Segurança

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Política de Substituição de Viaturas e Equipamentos da área de Segurança
<b>Localização:</b> nos 22 municípios a região do COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Duração do projeto:</b> 2017 a 2030
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretaria da Segurança Pública. (BM, PC, IGP e SUSEP).
<b>Escopo:</b> O presente projeto visa aumentar a estrutura operacional da BM, CBM, PC, IGP e SUSEP, em consequência, diminuindo as despesas de custeio com a manutenção da frota de veículos. Visa também aumentar a proteção individual e segurança pessoal dos servidores da área da segurança do Estado.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Dotar as instituições da área da segurança (BM, CBM, PC, IGP e SUSEP) de viaturas confiáveis e equipamentos de proteção individuais;
<b>Justificativa:</b> Prover de infraestrutura de trabalho torna-se cada vez mais necessária, diante dos desafios impostos aos referidos órgãos. Assim, a presente proposta visa dotar as instituições da área da segurança (BM, CBM, PC, IGP e SUSEP) de viaturas confiáveis, que ofereçam segurança aos servidores para desempenhar suas funções. Com esta medida, como consequência a diminuição das despesas do Estado com a manutenção da frota de veículos, por exemplo. Além disso, uma das maiores dificuldades dos administradores da área da segurança é a constante falta de verba para manutenção da frota de veículos e substituição dos equipamentos de proteção individuais, os quais em grande parte estão vencidos e sem condições de uso, fundamentais para o desempenho das atividades.
<b>Beneficiários:</b> População dos 22 municípios da região sul, Policiais, Agentes do Estado e população carcerária da região.
<b>Resultados pretendidos:</b> aumento da capacidade investigativa, prevenção na área da segurança pública e na prevenção contra sinistros, no campo e na cidade da região sul do Estado.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Veículos e Equipamentos para segurança pública
<b>Meta:</b> dotar os órgãos de segurança da região de veículos e equipamentos para segurança pública
<b>Prazo:</b> 2017 a 2030
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Secretaria da Segurança Pública através da BM, CBM, PC e SUSEP
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir na elaboração do projeto

<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Elaboração da política de substituição de 20% da frota de veículos e equipamentos de proteção individual com a consequente previsão orçamentária no ano de 2017. Implementação desta política a partir de 2018 até 2030.
Obs.: Projeto/sugestão que depende da aceitação pelo governo do estado em sua política de segurança pública.

### Projeto 20 - Hospital-Escola Regional da UFPel (Blocos 1 e 2)

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Hospital-Escola Regional da UFPel (Blocos 1 e 2)
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 113.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 3 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> Universidade Federal de Pelotas - UFPel
<b>Escopo:</b> O Hospital Escola prestará atendimento a 22 municípios da região exclusivamente pelo SUS. A presente proposta visa garantir a finalização das obras (especialmente dos Blocos 1 e 2) de construção do novo Hospital-Escola Regional da UFPel.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Construir os Blocos 1 e 2 do Hospital-Escola Regional da UFPel
Justificativa: A Universidade Federal de Pelotas, até hoje, não possui uma infraestrutura hospitalar própria para o desenvolvimento das atividades relacionadas a ao ensino, a pesquisa e a extensão universitária na área da saúde.
<b>Beneficiários:</b> A rede de saúde ( <a href="http://redesaude.ufpel.edu.br/">http://redesaude.ufpel.edu.br/</a> ) da Universidade Federal de Pelotas, e por consequência toda a população da região sul do estado do Rio Grande do Sul usuária dos serviços de saúde do SUS, considerando que o Hospital-Escola da UFPel presta serviços 100% SUS.
<b>Resultados pretendidos:</b> - Prover a Universidade Federal de Pelotas (especialmente a rede de saúde da UFPel) de infraestrutura hospitalar própria, com implicações diretas nas ações de ensino, pesquisa e extensão universitária; - Qualificar os serviços de saúde oferecidos pela Universidade Federal de Pelotas à população de Pelotas e região sul do estado do Rio Grande do Sul; - Aumentar a capacidade de oferta de leitos do SUS em Pelotas e região;
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Blocos 1 e 2 do Hospital-Escola Regional da UFPel
<b>Meta:</b> finalização das obras da estrutura hospitalar
<b>Prazo:</b> 3 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Universidade Federal de Pelotas; Governo do estado do RS; Secretaria Estadual da Saúde/RS.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não (já existente)
<b>Desapropriação:</b> Não (já possui área própria)
<b>Licença Ambiental:</b> Não (em fase de tramitação)
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 113.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 113.000.000,00 (construção dos Blocos 1 e 2 do Hospital-Escola Regional da UFPel)
<b>Despesas Correntes:</b>
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Ob.: O projeto (blocos 1 e 2) encontra-se na fase de elaboração.

## Projeto 21 - Implantação de padrões de cuidados das doenças crônicas e outras

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Implantação de padrões de cuidados das doenças crônicas e outras
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.500.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 02 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> As prefeituras municipais da Região Funcional 5 – COREDE-SUL, com o apoio dos hospitais de referência, do estado e da união.
<b>Escopo:</b> Socializar os roteiros para padrões de cuidados; b. Criar um Banco de Dados e alimentá-lo com os dados do sistema de referência e contra referência, gerando indicadores específicos para cada doença crônica específica, tais como: hipertensão, diabetes, tuberculose, aids, sífilis e outras, bem como para a materno infantil e idosos; c. Disponibilizar e/ou adquirir equipamentos para otimizar a informação dos dados entre os parceiros; e d. Capacitar os funcionários municipais e regionais para execução das tarefas necessárias.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Socializar e/ou criar padrão de cuidados médicos para doenças crônicas, da área materno infantil e da atenção aos idosos que possam ser integradas regionalmente entre as Secretarias Municipais de Saúde e os hospitais da Região Funcional 5
<b>Justificativa:</b> Considerando-se que não existe conhecimento e nem uma orientação específica e/ou uma resolução recomendando que seja utilizada determina linha de cuidados médicos para determinadas ações de saúde justifica-se o presente projeto que procura alinhar boas práticas na atenção à saúde regional.
<b>Beneficiários:</b> A população atendida pelo SUS, os profissionais de saúde que estarão mais capacitados e orientados para boas práticas de atenção à saúde e os gestores municipais e estaduais que terão informações mais qualificadas quanto ao atendimento da população.
<b>Resultados pretendidos:</b> A curto prazo oferecer aos usuários do SUS uma atenção à saúde mais uniforme e mais qualificada. A médio prazo viabilizar aos gestores municipais terem um banco de dados sobre essas doenças e cuidados e a longo prazo oportunizar aos gestores municipais e estaduais criarem indicadores de saúde regional mais próximos da realidade, tornando-se ferramentas de gestão; padronizando as linhas de cuidados dos pacientes incluídos no item A) na rede de atenção SUS e criar indicadores de saúde dessas linhas de cuidados – Responsável: o COREDE-SUL, por meio de sua Comissão Setorial de Saúde, realizando a articulação entre os responsáveis pela implementação do projeto.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>

<b>Produto 1.</b> Implantação das rotinas dos padrões de cuidados médicos
<b>Meta:</b> Implantar as rotinas das linhas de cuidados médicos para a atenção à saúde proposta nos objetivos do projeto em todos os municípios da Região Funcional 5
<b>Custo:</b> R\$ 1.000.000,00
<b>Prazo:</b> 01 ano
<b>Produto 2.</b> Criação de Banco de Dados e Indicadores de Saúde
<b>Meta:</b> Criar Banco de Dados e indicadores de saúde para a atenção à saúde proposta nos objetivos do projeto em todos os municípios da Região Funcional 5
<b>Custo:</b> R\$ 500.000,00
<b>Prazo:</b> 01 ano
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Profissionais da 3ª Coordenadoria Regional da Saúde, das Secretarias Municipais de Saúde e convidados; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Universidade Federal de Pelotas; Governo do estado do RS; Secretaria Estadual da Saúde/RS.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> a definir
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.500.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Ministério da Saúde, Governo Estadual, Prefeituras e parceiros eventuais.
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 1.500.000,00
<b>Despesas Correntes:</b>
Investimentos: equipamentos (R\$ 600.000,00) e material permanente (R\$ 200.000,00)
Despesas Correntes: (R\$ 700.000,00)
<b>Produto 1:</b> Investimento (R\$ 600.000,00) e despesas correntes (R\$ 400.000,00)
<b>Produto 2:</b> Investimento (R\$ 200.000,00) e despesas correntes (R\$ 300.000,00)
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Montar equipe de trabalho..... 1 mês
Socializar e/ou criar as rotinas das linhas de cuidados..... 4 meses
Implantar as rotinas ..... 7 meses
<b>Produto 2:</b> Criar Banco de Dados e de indicadores de saúde..... 4 meses
Implantar os Bancos de Dados e indicadores..... 8 meses

## Projeto 22 - Construção da Central de Polícia Pelotas

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Construção da Central de Polícia Pelotas
<b>Localização:</b> Rua Professor Araújo, 900, centro, Pelotas
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto

<b>Duração do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretaria da Segurança Pública, Divisão de Transportes e Manutenção e 18ª Região Policial
<b>Escopo:</b> Aumentar a estrutura operacional da Polícia Civil em Pelotas, criando-se condições de atendimento à população e funcionamento das áreas especializadas, tais como furtos e roubos, tráfico e vulneráveis.
<b>Responsável:</b> Secretaria de Segurança Pública – SSP/RS
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Construção da Central de Polícia
<b>Justificativa:</b> Aumentar a estrutura operacional da Polícia Civil em Pelotas, criando-se condições de atendimento à população e funcionamento das áreas especializadas, tais como furtos e roubos, tráfico e vulneráveis.
<b>Beneficiários:</b> População de Pelotas
<b>Resultados pretendidos:</b> Aumento da sensação de segurança no campo e na cidade
<b>Alinhamento Estratégico:</b>
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> estrutura operacional da Polícia Civil em Pelotas
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Secretaria da Segurança Pública, Divisão de Transporte e Manutenção e 18ª Região Policial
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Federal, estadual
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> a definir
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Despesas Correntes:</b> Gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
<b>Produto 1:</b> estrutura operacional da Polícia Civil em Pelotas
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;
Obs.: Projeto/sugestão: valores e cronograma a ser estabelecido pela política de segurança do governo do estado.

### Projeto 23 - Atenção e Inserção Social para Autistas

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Atenção e Inserção Social para Autistas
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL

<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 400.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 2 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> Antônio Cesar Gonçalves Borges – neurologista
<b>Escopo:</b> O ano de 2012 foi muito importante para a saúde com a criação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (portarias ministeriais N°793, de 24 de abril de 2012 e N°835, de 25 de abril de 2012). Nesse contexto, a cidade de Pelotas potencializou seu compromisso com esta área, por meio das ações da AMPHARO, e com a criação do Núcleo de Neurodesenvolvimento da Faculdade de Medicina da UFPel. Contudo, outras ações direcionadas às pessoas com deficiência devem ser empreendidas, com maior abrangência como a deficiência intelectual, sobretudo aquelas com características próprias do autismo e residentes nos municípios da área de abrangência do COREDE-SUL.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Implementar ações relacionadas ao projeto Atenção e Inserção Social para Autistas (AISA); Melhoria no atendimento do autista.
<b>Justificativa:</b> O presente projeto Atenção e Inserção Social para Autistas (AISA), com sua execução previstas em três etapas: 1) Identificação e diagnóstico de autistas na área de abrangência do COREDE-SUL; 2) a realização de um seminário sobre Autismo e Sociedade, com a participação de especialistas brasileiros e estrangeiros, bem como a comunidade da área de abrangência do COREDE-SUL; 3) Oficinas de arte – música e pintura – para a inserção social de autistas e avaliação terapêutica, justifica-se pela demanda da área, sendo fundamental a participação da sociedade civil, médicos especialistas, da AMPHARO, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e profissionais das áreas de artes e cultura, do apoio da Coordenadoria Regional de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde, além das universidades presentes na área de abrangência do COREDE-SUL.
<b>Beneficiários:</b> A população da área de abrangência do COREDE-SUL;
<b>Resultados pretendidos:</b> qualificação e expansão no atendimento ao autista.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> diagnóstico, realização de um seminário e oficinas de arte
<b>Prazo:</b> 2 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério da Educação; Universidades; Governo do Estado do RS;
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim (em fase de elaboração)
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 400.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual Municipal e organismos internacionais
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 400.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto

## 7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Ações	Semestres			
	I	II	III	IV
Perfil do autista na região	-----			
Planejamento das oficinas	-----	-----		
Implantação das oficinas		-----	-----	
Atenção e prática			-----	-----

### Projeto 24 - Centro Regional Integrado de Atenção aos Portadores de Deficiências

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**Título:** Centro Regional Integrado de Atenção aos Portadores de Deficiências

**Localização:** Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 7.500.000,00

**Duração do projeto:** 3,5 anos

**Responsável pela implementação:** As Instituições de Atenção aos Portadores de Deficiências (APAE, Escola Louis Braille, Escola Prof. Alfredo Dub, Cerenepe, Centro de Atenção ao Autismo, e outros) com o apoio da Prefeitura Municipal de Pelotas e dos demais municípios vizinhos. Além do COREDE-SUL, por meio de sua Comissão de Saúde e de Assistência Social fará a articulação entre os responsáveis pela implementação do projeto.

**Escopo:** O presente projeto visa a escolha da área física (terreno e/ou prédio); a elaboração, aprovação e liberação do projeto; a Construção e/ou adequação de prédio com capacidade para atender a demanda regional; e a aquisição de equipamentos e mobília para o Centro Regional Integrado; além da contratação e treinamento dos profissionais para o início as atividades.

#### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Construir e/ou adequar um prédio para atender aos portadores de deficiências da Região Funcional 5.

**Justificativa:** Considerando-se que a demanda formada por portadores de deficiências são atendidas tanto na área educacional e como na de atenção à saúde nos mesmos locais, sendo que a área física inicial foi projetada para ambiente escolar, tendo que sofrer adaptações para a atenção à saúde, inclusive com contratação de profissionais da saúde para tal, aumentando significativamente o custo operacional das instituições, acreditamos que um Centro Integrado qualificaria a atenção à saúde com menor custo e maior eficiência.

**Beneficiários:** A clientela dos portadores de deficiência, as instituições que atendem essa clientela e a Prefeitura Municipal de Pelotas que reduzirá suas despesas com a atenção à saúde que ela subsidia, via Secretaria Municipal de Saúde.

**Resultados pretendidos:** Um atendimento qualificado para o atendimento desta demanda, otimizando a utilização recursos humanos especializados e recursos financeiros.

#### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

<p><b>Produto 1:</b> escolha da área física e/ou prédio para adequação, elaboração e liberação do projeto.</p> <p><b>Meta:</b> Conseguir a liberação do projeto para construção e/ou adequação de prédio para o Centro Regional Integrado de Atenção aos Portadores de Deficiências.</p> <p><b>Custo:</b> R\$ 1.000.000,00</p> <p><b>Prazo:</b> 12 (doze) meses</p> <p><b>Produto 2:</b> construção do prédio do centro regional integrado de atenção aos portadores de deficiências.</p> <p><b>Meta:</b> Construir o prédio.</p> <p><b>Custo:</b> R\$ 3.000.000,00</p> <p><b>Prazo:</b> 24 (vinte e quatro) meses</p> <p><b>Produto 3:</b> colocar em funcionamento o centro regional integrado de atenção aos portadores de deficiências.</p> <p><b>Meta:</b> Equipar, mobiliar e contratar recursos humanos para início do funcionamento do Centro Regional Integrado de Atenção aos Portadores de Deficiências.</p> <p><b>Custo:</b> R\$ 3.500.000,00</p> <p><b>Prazo:</b> 6 (seis) meses</p>
<p><b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b></p> <p><b>Equipe do Projeto:</b> Técnicos da Prefeitura Municipal de Pelotas, com o apoio das instituições que atendem à demanda dos portadores de deficiências, 3ª Coordenadoria Regional e Azonasul. Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, SES e Prefeituras.</p> <p><b>Organizações parceiras:</b> Universidades, Conselhos Municipais de Portadores de Necessidade Especiais e outras parcerias eventuais.</p>
<p><b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b></p> <p><b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim</p> <p><b>Desapropriação:</b> não – compra de prédio e respectiva adaptação.</p> <p><b>Licença Ambiental:</b> Sim</p> <p><b>Licitação:</b> Sim</p>
<p><b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b></p> <p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 7.500.000,00</p> <p><b>Fontes de recursos:</b> Ministério da Saúde, Governo Estadual, Prefeituras e parceiros eventuais.</p> <p><b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim</p> <p><b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim</p> <p><b>Investimentos:</b> R\$ 7.500.000,00</p> <p><b>Despesas Correntes: R\$ 2.000.000,00</b></p> <p><b>Produto 1:</b> Investimento (R\$ 800.000,00) e despesas correntes (R\$ 200.000,00)</p> <p><b>Produto 2:</b> Investimento (R\$2.800.000,00) e despesas correntes (R\$ 200.000,00)</p> <p><b>Produto 3:</b> Investimento (R\$1.900.000,00) e despesas correntes (R\$1.600.000,00)</p>
<p><b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b></p>



<b>Produto 1:</b> Escolha da área física.....	1 mês
Elaboração do projeto.....	4 meses
Aprovação do projeto.....	1 mês
Liberação do projeto para início da construção.....	6 meses
<b>Produto 2:</b> Conclusão da obra .....	24 meses
<b>Produto 3:</b> Instalação dos equipamentos e mobília.....	4 meses
Seleção e preparação dos recursos humanos.....	2 meses
<b>OBS.:</b> As licitações e editais ocorrerão no Produto 1 logo após a escolha do local da área física. No Produto 3 as licitações e editais ocorrerão durante a construção do prédio.	

## Projeto 25 - Criação do quadro de policiais militares temporários

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Criação do quadro de policiais militares temporários
<b>Localização:</b> nos 22 municípios a região do COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Duração do projeto:</b> 2017 a 2030, ou até que seja atingido o recompletamento de 100% do efetivo previsto para a BM e CBM.
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretaria da Segurança Pública. (BM, CBM).
<b>Escopo:</b> O presente projeto visa aumentar a estrutura operacional da BM, CBM de forma mais ágil, liberando os Policiais Militares e Bombeiros Militares de carreira para exercerem suas atividades fins, priorizando a atividade operacional.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Aumentar a capacidade operacional da BM (Policimento Ostensivo) e do Corpo de Bombeiros;
<b>Justificativa:</b> O presente projeto justifica-se pela necessidade de aumento da capacidade operacional da BM no Policiamento Ostensivo ao substituir os PM de carreiras que hoje executam a segurança externa dos presídios e aquartelamentos e os efetivos de carreira do Corpo de Bombeiros aumentando os efetivos nas guarnições de serviço. Também, pelo aumentar da segurança externa dos estabelecimentos prisional do Estado. Destaca-se que esta contratação emergencial é ágil e econômica para os cofres públicos.
<b>Beneficiários:</b> População dos 22 municípios da região sul, que terá o aumento do Policiamento Ostensivo com o remanejamento dos PM de carreira. Policiais.
<b>Resultados pretendidos:</b> aumento da capacidade operacional da Brigada Militar e Corpo de Bombeiros Militar com a consequente prevenção da prática de delitos e aumento de eficiência do CBM.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> contratação de policiais
<b>Meta:</b> contratação de policiais temporários
<b>Prazo:</b> 2017 a 2030.
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Secretaria da Segurança Pública através da BM e CBM
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim

<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> a definir
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Elaboração do projeto de Lei no ano de 2017, com previsão de implementação a partir de 2018.
Obs.: projeto/sugestão. Depende da política de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Uma vez aceito o projeto, caberá ao comando da Brigada Militar a elaboração do mesmo em todos os seus itens.

## **Projeto 26 - Adequação e implementação de um sistema de referência e contrarreferência para o SUS**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Adequação e implementação de um sistema de referência e contrarreferência para o SUS
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 250.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 01 ano - Projeto Piloto e após permanente.
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas e a 3ª Coordenadoria Regional de Saúde, com o apoio dos municípios da Região Funcional-5; e o COREDE-SUL por meio de sua Comissão Setorial de Saúde fará a articulação entre os responsáveis pela implementação.
<b>Escopo:</b> O presente projeto visa a identificação de sistema pré-existente; a Construção de um modelo único para o SUS (atenção básica, média e alta complexidade); a capacitação para funcionários que vão atuar diretamente com o sistema; um Projeto piloto para execução; e dar início efetivo do Sistema, com uma avaliação anual. Por fim, destaca-se a possibilidade de conhecimento real dos procedimentos atendimentos pelo SUS na Região Funcional-5, através dos dados coletados do Sistema de Referência e Contra Referência, qualificando a informação para base de dados da Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas (Gestão Plena), 3ª Coordenadoria Regional de Saúde e das demais Secretarias Municipais de Saúde quanto as doenças prevalentes e as necessidades de ajustar o sistema de atenção a população.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Implementar um Sistema de Referência e Contra Referência, de preferência, via “on line”, entre as Secretarias Municipais de Saúde que necessitem um procedimento de saúde, que não é realizado em seu município, e os serviços referenciados para seus pacientes SUS em outro município.

**Justificativa:** Considerando-se que é do conhecimento de todos os atores do segmento de atenção à saúde da população regional que há um intenso deslocamento de pacientes para os municípios que tenham alguma referência de serviço mais qualificado e nem sempre chegam com dados para um atendimento mais qualificados, causando problemas, tais como, falta de dados do histórico do paciente, tornando-se necessários gastos de tempo e dinheiro desnecessário, justifica-se o projeto porque: A - O paciente trará junto com ele a Ficha de Referência e/ou será enviada “on line” para o serviço que o atenderá, com informações sobre sua situação de saúde, qualificando e otimizando o atendimento. B – O paciente quando retornar ao seu município levará a Ficha de Contra Referência e/ou será enviada “on line, com seu diagnóstico, tratamento e acompanhamento que deverá ter por parte da Secretaria Municipal de Saúde de seu município. C – A importância do projeto para o paciente é a maior qualidade do seu atendimento; para o profissional que o atendeu e sua instituição é a otimização do serviço e para o SUS, a transparência do serviço tanto do município de origem como para o referenciado que tomam conhecimento das doenças pré-existentes e que devem ser acompanhadas tanto por eles como pela 3ª Coordenadoria Regional de Saúde.

**Beneficiários:** população atendida pelo SUS, as Secretarias Municipais de Saúde e a 3ª Coordenadoria Regional de Saúde.

**Resultados pretendidos:** A curto prazo a eficiência e eficácia do atendimento da população regional; a médio prazo o conhecimento da realidade da saúde da população atendida e a longo prazo a identificação das necessidades de especialidades médicas e de equipamentos para cada município, potencializando a demanda local.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** conhecimento real no número de pacientes referenciados por município/tipos de procedimento referenciados e atendidos por municípios

**Meta:** Criar indicadores para as demandas a fim de qualificar o atendimento, tanto a nível do município de origem como o município referenciado.

**Custo** R\$ 25.000,00

**Prazo:** A partir do 12º (décimo segundo) mês.

**Produto 2:** conhecimento real das doenças prevalentes na região, principalmente as crônicas.

**Meta:** Criar indicadores para cada tipo de demanda, qualificando o acompanhamento das doenças crônicas dentro de seus municípios de origem.

**Custo** R\$ 25.000,00

**Prazo:** A partir do 12º (décimo segundo) mês.

**Produto 3:** identificação da infraestrutura necessária para atender a demanda encontrada.

**Meta:** Qualificar a infraestrutura da saúde de acordo com a demanda.

**Custo: R\$ 200.000,00**

**Prazo:** A partir do 12º (décimo segundo) mês.

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

**Equipe do Projeto:** Profissionais da saúde das Secretarias Municipais de Saúde e da 3ª Coordenadoria de Saúde.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, SES, Prefeituras, Conselhos Municipais de Saúde e prestadores de serviços do SUS.

**Organizações parceiras:** Universidades da Região Funcional 5 COREDE-SUL

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Não
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 250.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Ministério da Saúde, Governo Estadual, Prefeituras e parceiros eventuais.
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 250.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 20.000,00
<b>Produto 1:</b> Investimento (R\$ 10.000,00) e despesas correntes (R\$ 5.000,00)
<b>Produto 2:</b> Investimento (R\$15.000,00) e despesas correntes (R\$ 10.000,00)
<b>Produto 3:</b> investimento R\$ 190.000,00 e despesas correntes (R\$10.000,00)
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Projeto Piloto, incluindo Produto 1 e 2..... 12 meses após início
Produto 3: início..... a partir do 13º mês
Término do Projeto..... ao final 24º mês

#### 14.2.2 Estratégia II: Fortalecer e ampliar a pesquisa, a inovação, o cooperativismo empreendedor, fundamentado em uma educação básica de qualidade

#### Projeto 27 - Projeto de adaptação do Grande Hotel como escola de hotelaria do Mercosul

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Projeto de adaptação do Grande Hotel como escola de hotelaria do Mercosul
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 8.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 2 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> Universidade Federal de Pelotas - UFPel
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa garantir obras de revitalização do antigo Grande Hotel, localizado no centro histórico da cidade de Pelotas. A Escola de Hotelaria do Mercosul da Universidade Federal de Pelotas abrigará cursos de formação para profissionais da área de hotelaria e turismo.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Revitalizar as edificações do Grande Hotel da UFPel
<b>Justificativa:</b> A região do COREDE-SUL possui inúmeros atrativos turísticos que encantam os turistas de todas as partes do Mercosul e do mundo. Contudo, a formação de profissionais nas áreas de turismo e hotelaria demandam ações;
<b>Beneficiários:</b> A Universidade Federal de Pelotas e, por consequência, toda a população da região sul do estado do Rio Grande do Sul.

**Resultados pretendidos:** Prover a Universidade Federal de Pelotas de infraestrutura para abrigar de forma adequada as práticas dos cursos de Hotelaria, Gastronomia, Turismo e outros; Manutenção da edificação histórica no centro histórico da cidade de Pelotas/RS; Dotar a região de um espaço qualificado e diversificado para a qualificação da mão de obra na área de hotelaria;

### 3 - PRODUTO DO PROJETO

**Produto 1:** Revitalização das edificações (parte interna) do Grande Hotel – A Escola de Hotelaria do Mercosul

**Meta:** finalização das obras de revitalização da estrutura edificada

**Prazo:** 2 anos

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério do Turismo; Universidade Federal de Pelotas; Governo do Estado do RS; Secretaria Estadual da Cultura/RS; Secretaria Estadual do Turismo, Esporte e Lazer/RS;

### 5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

**Elaboração de Projeto Executivo:** Sim (em fase de elaboração)

**Desapropriação:** Não (já possui área própria)

**Licença Ambiental:** Sim

**Licitação:** Sim

**Outros:**

### 6 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 8.000.000,00

**Fontes de recursos:** Federal e Estadual

**Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:** Sim

**Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:** Sim

**Investimentos:** R\$ 8.000.000,00

**Despesas Correntes:**

### 7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Especificação	Anos	
	I	II
Produto 1.	-----	-----
Obs.: cronograma físico-financeiro na elaboração do projeto		

## Projeto 28 - Implantação de Unidade Universitária da UERGS no COREDE-SUL

### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**Título:** Implantação de Unidade Universitária da UERGS no COREDE-SUL

**Localização:** Região Funcional 5, COREDE-SUL

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 4.500.000,00

**Duração do projeto:** 156 meses – 13 anos

**Responsável pela implementação:** Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs

**Escopo:** O presente projeto visa a implantação de uma unidade universitária da Uergs, na região do COREDE-SUL, com cursos voltados a agricultura familiar e licenciatura em atendimento a demanda da região. A partir da efetiva implantação espera-se formar recursos humanos capacitados para atuarem em duas frentes. A primeira junto à gestão de propriedades rurais, viabilizando o fortalecimento da agricultura familiar e avançando na direção de desenvolvimento de agroindústrias e cooperativas que beneficiem e comercializem a produção da região. Em uma segunda frente deverá atender a carência existente na região por profissionais com licenciatura para a educação básica.

## 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Construir uma Unidade Universitária da Uergs junto à região do COREDE SUL.

**Justificativa:** A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, criada por unanimidade na Assembleia Legislativa através da Lei 11.646/2001, atualmente possui 24 unidades distribuídas em sete *campi* regionais. O Campus Regional VII abrange os Coredes Centro-Sul e Sul, com uma unidade universitária no município de Tapes. Desde 2012, consta nos documentos legais de planejamento e desenvolvimento da Universidade (PDI) a previsão de implantação de uma segunda unidade na Região VII, existindo desde o mesmo ano, a demanda por implantação nos municípios de Canguçu e Arroio Grande. A implantação de uma unidade universitária, na região do COREDE-SUL, justifica-se pela existência de demandas por cursos superiores na região, viabilizando o acesso da população, principalmente a rural, sem haver necessidade de deslocamento diário para outro município, possibilitando a continuidade das atividades profissionais diárias. Justifica-se também pelo atendimento aos objetivos propostos pelo COREDE-SUL ao Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Sul (PPA) 2016-2019 - Fortalecer a agricultura familiar, o cooperativismo e o agronegócio e ainda, atender a carência de profissionais de ensino, existentes em todas as regiões.

**Beneficiários:** A implantação de Unidade Universitária beneficiará os egressos do ensino médio e comunidade em geral.

**Resultados pretendidos: Curto prazo:** Após a implantação deverá garantir o ingresso de 80 egressos do ensino médio no ensino superior no primeiro ano.

**Médio prazo:** ao final de quatro anos e meio, deverão ser qualificados (no máximo) 80 profissionais, sendo esperado 40 em cada curso ofertado. Após 5 anos, poderão ser inseridos na região 80 profissionais por ano. **Longo prazo:** A longo prazo espera-se que a partir da qualificação de recursos humanos, o fortalecimento das atividades da agricultura familiar e o aumento de profissionais do ensino no município sede e ao redor. Avançando na direção de desenvolvimento de agroindústrias e cooperativas e na qualidade da oferta do ensino fundamental e médio, espera-se a melhora da qualidade de vida e consequente aumento dos índices de desenvolvimento.

## 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** profissionais capacitados para gestão de propriedades rurais e agroindústrias.

**Meta:** 40 profissionais/ano.

**Prazo:** 54 meses – após a implantação

**Produto 2:** Profissionais com licenciatura

**Meta:** 40 profissionais/ano

**Prazo:** 54 meses após a implantação

<b>Produto 3:</b> Projetos de extensão
<b>Meta:</b> 04 por ano
<b>Prazo:</b> 12 meses após a implantação
<b>Produto 4:</b> Projetos de pesquisa
<b>Meta:</b> 04 por ano
<b>Prazo:</b> 12 meses após a implantação
<b>Produto 5:</b> Curso de Especialização
<b>Meta:</b> 1 a cada 2 anos (ou conforme demanda)
<b>Prazo:</b> 36 meses após implantação
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT); Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Prefeituras Municipais; Emater; Embrapa Clima Temperado.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não haverá compra de terreno
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim ou Não
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 3.300.000,00 (construção de Unidade com 2 módulos)
<b>Fontes de recursos:</b> Estado e Município
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 1.200.000,00 (Aquisição de móveis, instalações, equipamentos, material permanente, livros etc.)
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 4.750,00 mensal
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1 e 2: R\$ 500.000,00 (28 adjuntos+ 3 agentes+ 1 bibliotecário+ 1 técnico laboratório) - mensal – a ser incorporado no orçamento da Uergs
Produto 3: R\$ 20.000,00 (despesa bruta mensal por professor já incluído no produto 1 e 2 – 1 professor por projeto de extensão) (4 bolsas de R\$ 500,00 por 10 meses / o professor já está incluído no valor acima)
Produto 4: R\$ 20.000,00 (despesa bruta mensal por professor já incluído no produto 1 e 2 – 1 professor por projeto de extensão) (4 bolsas de R\$ 500,00 por 10 meses / o professor já está incluído no valor acima)
Produto 5: considerado nos produtos 1 e 2
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma físico-financeiro do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;

### Projeto 29 - Revitalização de Laboratórios de Informática

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Revitalização de Laboratórios de Informática
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL

<b>Valor total estimado do projeto:</b> 500.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 36 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> SEDUC – PROCERGS
<b>Escopo:</b> troca de computadores e reestruturação das redes nos laboratórios de informática das 60 escolas de ensino médio da região
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Readequação das redes lógicas com troca/reposição dos 30 computadores nos laboratórios de informática, compra de softwares educativos.
<b>Justificativa:</b> É fundamental, também, a qualificação do trabalho pedagógico, a partir do provimento das escolas com modernos recursos didáticos e técnicos, bem como, infraestrutura adequada que viabilize a existência de um ensino com qualidade social. (Meta 3 estratégias 165 do PEE - assegurar, pelas mantenedoras das redes e instituições de ensino, que, em cinco (5) anos, pelo menos 50% e, em dez (10) anos, a totalidade das escolas disponha de equipamentos tecnológicos e laboratórios de informática suficientes, com internet banda larga de conectividade e velocidade compatível com as necessidades, bem como supridos de softwares adequados à modernização da administração e para o apoio à melhoria do ensino e da aprendizagem). Buscando atender a <i>Meta 6 do PEE – “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos(as) da educação básica”</i> . Precisamos oferecer novos e qualificados espaços escolares.
<b>Beneficiários:</b> Todas as escolas de ensino médio da região
<b>Resultados pretendidos:</b> Com a qualificação dos espaços escolares, pretendemos proporcionar além do acesso, a permanência dos alunos, a melhoria da aprendizagem, a elevação do índices e indicadores.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Readequando espaços de laboratórios (redes) e compra de 300 computadores.
<b>Meta:</b> Elevar índices de permanência e de indicadores (IDEB)
<b>Prazo:</b> prazo total de 72 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
SEDUC – PROCERGS -
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 500.000,00 (compra de 300* computadores e adequações da rede)
<b>Fontes de recursos:</b> Governo do Estado do RS
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> Compra de computadores e estabilizadores
<b>Despesas Correntes:</b>
Investimentos e despesas correntes por produto:



Produto 1: R\$ 500.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Levantamento das necessidades por Escola – até março de 2017; Licitação – 3 meses; Compra e entrega do material – 6 meses
(* ) número de computadores poderá mudar para mais ou menos, conforme determinar a licitação.

### Projeto 30 - Planetário da UFPel

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Planetário da UFPel
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 2.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 3 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> Universidade Federal de Pelotas - UFPel
<b>Escopo:</b> O presente projeto visa a construção de um Planetário junto ao Mercosul Multicultural (espaço de eventos da UFPel) da Universidade Federal de Pelotas. O Planetário será um espaço de integração da comunidade acadêmica e desta com a comunidade externa da região. A proposta é que os diferentes cursos de graduação circulem pelos seus espaços utilizando os recursos do Planetário. A participação na disciplina “Astronomia Básica”, ofertada para todos os cursos da UFPel tem mostrado o interesse dos diferentes alunos e a contribuição que a Astronomia, com seu caráter interdisciplinar, pode dar às suas formações, dando uma nova perspectiva para a sua área em formação. Das áreas científicas, certamente a Astronomia é a que mais desperta interesse e aceitação do público, motivo pelo qual é chamada de a “porta de entrada” para as Ciências. Embora prevista a sua inclusão desde a educação infantil, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ainda não foi devidamente incorporada nos currículos de formação de professores.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Construir um Planetário junto ao Mercosul Multicultural (espaço de eventos da UFPel) da Universidade Federal de Pelotas;

**Justificativa:** O Planetário da UFPel será um espaço de integração da comunidade acadêmica e desta com a comunidade externa regional. A proposta é que os diferentes cursos de graduação circulem pelos seus espaços utilizando os recursos do Planetário. Das áreas científicas, certamente a Astronomia é a que mais desperta interesse e aceitação do público, motivo pelo qual é chamada de a “porta de entrada” para as Ciências. Embora prevista a sua inclusão desde a educação infantil, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ainda não foi devidamente incorporada nos currículos de formação de professores. Além da formação inicial de professores, também é necessária a formação continuada de professores em Astronomia (em especial os de Séries Iniciais, Ciências, Geografia, Física e Matemática). A própria Astronomia tem gerado tecnologias que já fazem parte de nosso cotidiano, como ténis, ccd das máquinas fotográficas digitais, ressonância magnética e novos tratamentos de saúde. Por isso o seu conhecimento é indispensável, não só pelos que tomam decisões, mas por todos os cidadãos. Entretanto, o conhecimento científico e tecnológico ainda se encontra restrito a ambientes acadêmicos o que, além disso, gera o uso indevido de argumentos pseudocientíficos. Por isso há um grande esforço na popularização da Ciência pelas instituições científicas e os planetários são espaços naturais para isso ocorrer. Os Planetários também são naturalmente espaços turísticos e educacionais, atraem público diverso, assim como tem ocorrido com outros projetos de extensão do Laboratório de Astronomia: Observações Astronômicas (ASTROLEP) mensais no centro da cidade de Pelotas, e semestrais em lugares escuros, Ciclo de Palestras, Exposições etc.

**Beneficiários:** A Universidade Federal de Pelotas, e por consequência toda a população da área de abrangência do COREDE-SUL, além de habitantes de países vizinhos, como o Uruguai.

**Resultados pretendidos:** A vinculação de um planetário à universidade, permitirá usufruir de recursos humanos diferenciados, ao envolver alunos, professores e técnicos em ações interdisciplinares, com alcance regional de suas ações e implicações. Finalmente, é importante salientar que o projeto envolve a utilização do Planetário Móvel para promover a itinerância das atividades, além de divulgar o Planetário Fixo. A itinerância é importante para despertar a curiosidade de querer saber mais, de querer ir a Pelotas para ver o céu simulado no Planetário Fixo, ver o céu real no Observatório, assistir a palestras, participar de cursos e oficinas, envolver-se em projetos com países de língua portuguesa, brincar na Pracinha Científica, e, quem sabe, tomar um suco marciano e comprar um kit de planetas do Sistema Solar.

### **3 - PRODUTO DO PROJETO**

**Produto:** Um Planetário na Universidade Federal de Pelotas – 3estimativa de 2.000 m<sup>2</sup>.

**Meta:** finalização da obra da estrutura edificada

**Prazo:** 3 anos

### **4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES**

Ministério da Educação; Ministério da Cultura, Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Turismo; Governo do Estado do RS; Secretaria Estadual da Cultura/RS; Secretaria Estadual do Turismo, Esporte e Lazer/RS;

### **5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO**

**Elaboração de Projeto Executivo:** Sim (em fase de elaboração)

**Desapropriação:** Não (já possui área própria)

**Licença Ambiental:** Não

**Licitação:** Sim

**Outros:**

### **6 - RECURSOS DO PROJETO**

<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 2.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 2.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b>
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais; encontra-se em elaboração na UFPel.

### **Projeto 31 - Centro de Atendimento Socioeducativo Regional Rio Grande/RS.**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Centro de Atendimento Socioeducativo Regional Rio Grande/RS.
<b>Localização:</b> COREDE-SUL (Rio Grande)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir pela FASE (projeto em tramitação)
<b>Duração do projeto:</b> 01 ano.
<b>Responsável pela implementação:</b> Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE-RS).
<b>Escopo:</b> O presente Projeto tem por finalidade a ampliação da qualidade dos serviços que devem culminar na reinserção social da população atendida, questão esta reafirmada no Programa Político da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
<b>Responsável:</b> Sr. Robson Zinn.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Construir novo Centro de Atendimento Socioeducativo na Regional Sul do RS com parâmetros arquitetônicos em conformidade com a Lei 12.594/2012.
<b>Justificativa:</b> A Fundação de Atendimento Socioeducativo tem por finalidade a implantação e a manutenção do sistema de atendimento responsável pela execução do Programa Estadual de Medidas Socioeducativas (PEMSEIS), promovendo, no Estado do Rio Grande do Sul, o atendimento ao adolescente/jovem adulto em cumprimento de medida de internação e semiliberdade e daquele que se encontra em internação provisória, de acordo com as leis, normas e resoluções de âmbito Nacional e Estadual. Tendo em vista o aumento populacional agregado à necessidade de ampliação do atendimento socioeducativo, a FASE, vem apresentar o presente Projeto visando à construção do Centro de Atendimento Socioeducativo Rio Grande/RS, buscando, dentro do processo de realinhamento de sua proposta pedagógica e arquitetônica adequar-se aos preceitos da Lei 12.594/2012 (SINASE) e Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul (PEMSEIS). A necessidade da construção desta nova Unidade de Atendimento Socioeducativo justifica-se pela necessidade de adequação ao SINASE, bem como atender a uma demanda antiga de regionalização da medida socioeducativa que o CASE REGIONAL Pelotas não tem conseguido atender adequadamente, tampouco com o caráter socioeducativo que deverá proporcionar, devido à superpopulação constante nesta Unidade. Isto sinaliza a urgência da construção na Regional de Rio Grande.
<b>Beneficiários:</b> serão beneficiados adolescentes e jovens, autores de ato infracional em cumprimento de medida de internação.

<b>Resultados pretendidos:</b> Adequar o atendimento da FASE conforme os preceitos do SINASE; Garantir a qualidade do atendimento prestado aos adolescentes/ jovens adultos em conformidade a missão institucional balizado no ECA, PEMSEIS e SINASE; Garantir o acompanhamento técnico que possibilite intervir nas diferentes expressões da questão social em interlocução direta com as políticas públicas; Realizar trabalho educativo com a comunidade local, no sentido de compreender as diferentes expressões da realidade social; Potencializar ações que possam garantir melhor aproveitamento escolar, traçando intervenções em parceria que oportunizem a qualificação profissional, através de cursos e oficinas; Possibilitar a reinserção do adolescente/jovem adulto ao acesso à os espaços da comunidade e rede local.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> construção de uma Unidade do CASE em Rio Grande/RS
<b>Custo:</b> a definir pela FASE
<b>Prazo:</b> 01 ano.
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE-RS).
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Justiça; Governo do estado do RS; Secretaria da Justiça
<b>Organizações parceiras:</b> Prefeituras, Universidades e Conselhos municipais
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Federal, estadual
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> a definir
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir pela FASE
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir pela FASE
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;
Obs.: projeto já em elaboração pela Fundação de Assistência Socioeducativa/RS – FASE.

### Projeto 32 - Módulo compacto de escola para CASE Pelotas

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Módulo compacto de escola para CASE Pelotas
<b>Localização:</b> Av. Cristóvão José dos Santos, 50 – Pelotas (53) 9321-6869
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 684.133,11
<b>Duração do projeto:</b> A definir na elaboração do projeto
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretaria Municipal de Obras de Pelotas e FASE/RS

<b>Escopo:</b> O CASE Regional de Pelotas é uma das unidades que compõem a FASE e destina-se a atender adolescentes em conflito com a lei, em 28 municípios da Região Sul. O projeto pretende suprir a falta de vagas numa região de demanda crescente. A área total será de 188,26 m <sup>2</sup> . Área de convivência, pátio e outras 114,30 m <sup>2</sup> .
<b>Responsável:</b> Núcleo de Engenharia e Arquitetura da FASE
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Atender a demanda por vagas no sistema melhorando as ações de escolarização, profissionalização e reinserção social da população atendida.
<b>Justificativa:</b> O CASE, localizado em Pelotas, é a única unidade Regional do Sul e atende 28 municípios. Atualmente os espaços dentro da unidade para atender toda a demanda de escolarização, profissionalização e oficinas encontra-se inapropriados pela defasagem física frente a necessidade regional.
<b>Beneficiários:</b> Adolescentes oriundos de diversos municípios polarizados pelo CASE/RS
<b>Resultados pretendidos:</b> Construção do módulo compacto de escola, visando atender a demanda crescente de atendimento de adolescentes em situação de risco. Serão disponibilizadas 52 vagas.
<b>Alinhamento Estratégico:</b> PPA 2016/2019 – Estadual (FASE/RS)
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Elaboração dos projetos técnicos
<b>Custo:</b> incluído no valor de R\$ 684.133,11
<b>Prazo:</b> 18 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
<b>Equipe do Projeto:</b>
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b>
<b>Organizações parceiras:</b>
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Governo do Estado (FASE) e Prefeitura de Pelotas
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Projeto prévio já elaborado
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 684.133,11
<b>Fontes de recursos:</b> Estado R\$ 500.000,00 – FASE(contrapartida) R\$ 184.133,11
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b>
<b>Investimentos:</b> R\$ 684.133,11
<b>Despesas Correntes:</b> A definir no projeto econômico
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> a definir no projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Conforme definir o projeto técnico, econômico e financeiro.
Obs.: Projeto e recursos já definidos pelo Governo do Estado. Projeto elaborado pela FASE.

## Projeto 33 - Sistema de Inovação Educacional – Sined

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Sistema de Inovação Educacional – Sined
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$700.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 18 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Alice Maria Souza Szezepanski com as Secretarias de Educação - Prefeituras Municipais
<b>Esopo:</b> Visibilizar a abertura dos índices de qualidade na educação, com avaliações locais, como base para Formação de Coordenadores Pedagógicos – especialização 360 horas, com especificidade regional e local.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> O Sined é uma forma de planejamento estratégico da Educação onde uma nova ordem de diagnóstico, com avaliações locais de alunos e escolas, com base na eficiência, eficácia, efetividade e afetividade, prevê a profissionalização e humanização do trabalho docente e do ensino.
<b>Justificativa:</b> Os dados de qualidade em educação que temos hoje são analisados de forma geral e sem abertura, portanto, ainda frágeis. O desenvolvimento de avaliações de resultados locais, as propostas de inovação nos currículos escolares, nas metodologias de trabalho dos professores e na avaliação, além da formação dos maiores articuladores entre gestores e professores, os Coordenadores Pedagógicos, que não capacita para o trabalho, mas que, se desenvolve sem muito saber onde quer chegar, de forma muito intuitiva e pouco profissional, trará um novo olhar para educação. Mais autonomia e investimento bem planejados. Além disso, temos um sistema de ensino perverso na proposta sem trabalho colaborativo entre as redes educacionais dos mais diferentes níveis: academia x graduandos x profissionais x escola. O Sined prevê o Programa de Formação Permanente – Proforp - que acontece nos municípios, com o apoio das Secretarias de Educação, num período de 12 meses e seu custo prevê todos os investimentos, desde materiais de custeio até honorários, hospedagens e passagens de professores, quando necessário. Também, prevê o Programa Diagnóstico de Monitoramento e Impacto Educacional - Prodímie – que baliza as ações nas escolas e com os alunos, além de acompanhar e viabilizar os diagnósticos para inovações.
<b>Beneficiários:</b> Professores coordenadores pedagógicos das Escolas; Escolas; Alunos; Prefeituras.
<b>Resultados pretendidos:</b> Abertura de dados diagnósticos sobre real qualidade da educação no município por meio de estudo de evasão e aplicação de avaliações locais, sem dependências dos índices do IDEB, que por vezes mascaram a realidade. Com o diagnóstico (curto prazo), aplicação de avaliação, análise de resultados, propostas de inovações (médio prazo) e oportunização do curso (médio prazo) os resultados serão claramente identificados nos investimentos, racionalização e projeção de vagas e quadro de pessoal e, principalmente, qualificação dos serviços e servidores (longo prazo).
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Escolas com índices reais de qualidade de ensino
<b>Meta:</b> revisão geral e inovação na metodologia, currículo e avaliação (quando necessário nas três esferas)
<b>Prazo:</b> primeiros resultados em 06 meses
<b>Produto 2:</b> Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

<b>Meta:</b> Formação continuada e permanente, formações singulares, diálogos inovadores na construção da metodologia de trabalho, nos conteúdos que serão desenvolvidos e no formato avaliativo
<b>Prazo:</b> 06 meses para início do curso, com duração de 12 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Prefeituras; Secretarias de Governo; Instituições parceiras – Universidades, ONGs, Institutos, Sistema “S”, dentre outros atores.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> não
<b>Licença Ambiental:</b> não
<b>Licitação:</b> Não
<b>Outros: Definição de equipe de planejamento</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$700.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Prefeituras (Secretarias de Educação), órgãos de apoio financeiro e estrutural
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Não
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Não
<b>Investimentos:</b> Não
<b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$300.000,00
Produto 2: R\$400.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Produto 01: 06 meses para preparação
Total de 12 com execução
Produto 02: 06 meses para preparação
Total de 18 meses para execução e conclusão

### Projeto 34 - Campus da UFPel Pinheiro Machado

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Campus da UFPel Pinheiro Machado
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL (Pinheiro Machado)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 5.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 4 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> Universidade Federal de Pelotas-UFPel
<b>Escopo:</b> O presente projeto visa a consolidação da implantação de uma unidade da Universidade Federal de Pelotas, no município de Pinheiro Machado.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Construir uma unidade da Universidade Federal de Pelotas, no município de Pinheiro Machado/RS.

**Justificativa:** A região sul, apresenta aproximadamente um milhão de habitantes, distribuídos em 22 municípios, e tem como principais cidades polo Pelotas e Rio Grande. Nos últimos anos a região tem passando por uma série de transformações socioeconômicas devido ao empobrecimento das pequenas propriedades rurais e a diminuição das atividades industriais, principalmente nos setores de conservas e de beneficiamento de grãos. Nesse contexto, o papel desempenhado pelas Universidades na região é fundamental para a consolidação das atuais e a prospecção de novas alternativas ao desenvolvimento socioeconômico dos habitantes da região. Por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, as instituições de ensino superior proporcionam não somente a qualificação da mão-de-obra existente, mas também contribuem com a pesquisa e as ações de extensão capazes muitas vezes de reconhecer e/ou alterar realidades vividas. Assim, diante do seu compromisso com o desenvolvimento social, econômico e regional, bem como pela demanda apresentada pelas comunidades da microrregião composta pelos municípios de Pinheiro Machado, Piratini, Pedras Altas, Santana da Boa Vista, Herval e Arroio Grande, Acegua e Candiota (área de abrangência do COREDE-SUL) a Universidade Federal de Pelotas decide descentralizar-se em direção a referida micro região. Nesse sentido, em 2011 iniciam as atividades presenciais da UFPel em Pinheiro Machado, com ações do Núcleo de Geologia e o ingresso de uma turma do curso de graduação em Gestão Ambiental. Neste momento, ainda se tinha a perspectiva de continuidade do projeto de descentralização, com a implantação do curso Tecnólogo em Mineração, visando atender a formação de pessoas e as potencialidades minerais da região como carvão em Hulha Negra e Candiota; granito em Pinheiro Machado e Piratini; águas em Pedras Altas; e outro em Lavras do Sul. Assim, destaca-se que a presença de Instituições de Ensino Superior (IES) em qualquer região é elemento fundamental de desenvolvimento econômico e social, bem como de melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que proporciona o aproveitamento das potencialidades locais. Da mesma forma, os municípios que possuem representações de universidades estão permanentemente desfrutando de um acentuado processo de transformação econômica e cultural, mediante parcerias firmadas entre essas instituições e as comunidades em que estão inseridas, fomentando a troca de informações e a interação científica, tecnológica e intelectual, que permitem a transferência de conhecimentos necessários ao estabelecimento de um desenvolvimento que respeite e estimule os sistemas produtivos locais com sustentabilidade. Assim, a presente proposta visa dar continuidade a descentralização e implantação de uma Unidade da UFPel na cidade de Pinheiro Machado. Por fim, destaca-se que a implantação de uma unidade universitária, na referida microrregião justifica-se também pela inexistência de ofertas de cursos superiores presenciais, com benefícios diretos ao acesso da população, principalmente a rural, sem haver necessidade de deslocamento diário para outros polos universitários distantes, possibilitando ainda a continuidade das atividades profissionais diárias. Justifica-se também pelo atendimento aos objetivos propostos pelo COREDE-SUL ao Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Sul (PPA) 2016-2019.

**Beneficiários:** comunidade da área de abrangência do COREDE-SUL, especialmente os municípios de Piratini, Pedras Altas, Santana da Boa Vista, Herval e Arroio Grande, Aceguá e Candiota.



<b>Resultados pretendidos:</b> - consolidar do processo de descentralização e implantação de uma Unidade da UFPel em Pinheiro Machado; Potencializar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPel na área de abrangência do COREDE-SUL, especialmente àquelas vinculadas a as potencialidades minerais da região como carvão em Hulha Negra e Candiota; granito em Pinheiro Machado e Piratini; águas em Pedras Altas; e outro em Lavras do Sul; Possibilitar acesso regional a Universidade; Qualificar a mão-de-obra para novas habilidades e atividades econômicas na região; Melhorar a qualidade de vida; e demais por consequência aumento dos índices de desenvolvimento socioeconômico da região;
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Um Campus da Universidade Federal de Pelotas no município de Pinheiro Machado
<b>Meta:</b> consolidar a implantação da UFPel no município de Pinheiro Machado
<b>Prazo:</b> 4 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério da Educação; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Social; Universidade Federal de Pelotas; Governo do estado do RS; Secretaria Estadual de Minas e Energia; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT);
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não (área do município)
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 5.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual e Municipal
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 5.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais; conforme elaboração do projeto técnico-financeiro.

### Projeto 35 - Reforma do CASE Regional de Pelotas

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Reforma do CASE regional de Pelotas
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 200.000,00
<b>Duração do projeto:</b> noventa dias (90) a partir da liberação da 1ª cota de recursos
<b>Responsável pela implementação:</b> a definir FASE/RS e CASE/Pelotas.
<b>Escopo:</b> A unidade da CASE em Pelotas foi projetada antes do advento do SINASE e a arquitetura do prédio na medida do possível deve ser adequada para atender melhor a legislação atual.

<b>Responsável:</b> Núcleo de engenharia e arquitetura da FASE-RS
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> melhorar as condições dos espaços; evitar infiltrações; melhorar a salubridade; cumprir normas de segurança; reduzir os riscos de vandalismo;
<b>Justificativa:</b> necessidade de reforma urgente, tendo em vista o desgaste acelerado que sofrem os equipamentos, tanto pelo uso excessivo, quanto à eventuais vandalismos. Elaborar projeto de reforma e recuperação do CASE/Pelotas.
<b>Beneficiários:</b> O CASE-Pelotas atende aproximadamente 70 adolescentes por mês, oriundos de 28 municípios da região.
<b>Resultados pretendidos:</b> adequação das instalações para melhor atender aos adolescentes abrigados conforme determina o SINASE (Lei Federal nº12.594/2012) e o ECA (Lei Federal nº8069/90 artigo 124.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> elaboração dos projetos técnicos de reforma da CASE/Pelotas.
<b>Custo:</b> incluído nos 200.000,00
<b>Prazo:</b> 70 dias
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Núcleo de engenharia e arquitetura da FASE/RS
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Ministério da Justiça; Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria de Segurança Pública;
<b>Organizações parceiras:</b> -
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> FASE/RS
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> a definir
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> 200.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual e Municipal
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> 200.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> a calcular no projeto inicial
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;

### Projeto 36 - Parque Universitário Campus Capão do Leão UFPel

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Parque Universitário Campus Capão do Leão UFPel
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Capão do Leão)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 5 anos

<b>Responsável pela implementação:</b> UFPel – Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim - ALM
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa a implementação de um parque universitário regional (Campus Capão do Leão UFPel)
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Constituir no Campus Capão do Leão da UFPel um parque universitário regional destinado ao saber e a integração com o ambiente natural;
<b>Justificativa:</b> o papel desempenhado pelas Universidades na região é fundamental para a consolidação das atuais e a prospecção de novas alternativas ao desenvolvimento socioeconômico dos habitantes da região. Por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, as instituições de ensino superior proporcionam não somente a qualificação da mão-de-obra existente, mas também contribuem com a pesquisa e as ações de extensão capazes muitas vezes de reconhecer e/ou alterar realidades vividas. Assim, diante do seu compromisso com o desenvolvimento social, econômico e regional, bem como pela demanda apresentada pelas diferentes comunidades a UFPel propõe a criação de um novo ambiente destinado ao saber e a integração com o ambiente natural, constituindo uma Universidade integrada ao ambiente natural da região e integrando saberes universitários no denominado Campus Capão do Leão.
<b>Beneficiários:</b> Comunidade acadêmica e a sociedade de toda a região sul do Rio Grande do Sul
<b>Resultados pretendidos:</b> nova concepção de campus universitário; uma maior interação entre os saberes desenvolvidos no Campus; uma melhor relação com a comunidade da região sul do estado; melhorar a infraestrutura do Campus Capão do Leão da UFPel.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Parque Universitário Campus Capão do Leão UFPel
<b>Meta:</b> construção/adequação
<b>Prazo:</b> 5 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Cidades; Universidade Federal de Pelotas; Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim; Governo do Estado do RS;
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não (já possui área própria)
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 10.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b>
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;
Obs.: Cronograma e projeto técnico e econômico em elaboração pela Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim.

## Projeto 37 - Fazenda Modelo da Palma

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Fazenda Modelo da Palma
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas e Capão do Leão)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.500.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 5 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> UFPel – Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim - ALM
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa a constituição no Centro Agropecuário da Palma (fazenda da Palma) de uma unidade experimental, integrando atividades agrícolas, do turismo, do manejo ambiental e o convívio público e acesso público.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Constituir no Centro Agropecuário da Palma da Universidade Federal de Pelotas (fazenda da Palma) uma unidade experimental;
<b>Justificativa:</b> potencializar e diversificar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPel junto às instalações do Centro Agropecuário da Palma, com uma maior e melhor interação/relação com a comunidade da região sul do estado.
<b>Beneficiários:</b> comunidade universitária, e a sociedade da área de abrangência do COREDE-SUL.
<b>Resultados pretendidos:</b> a) potencializar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPel junto as instalações do Centro Agropecuário da Palma; diversificar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPel; melhor e maior relação com a comunidade externa à Universidade.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Constituir no Centro Agropecuário da Palma da Universidade Federal de Pelotas (fazenda da Palma) uma unidade experimental;
<b>Meta:</b> potencializar as atividades da Fazenda da Palma/UFPel
<b>Prazo:</b> 5 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério dos Transportes, Ministério das Cidades; Universidade Federal de Pelotas; Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim; Governo do Estado do RS;
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não (já possui área própria)
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.500.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 10.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;

### 14.2.3 Estratégia III: Desenvolver o turismo integrado com a cultura, o desporto e o lazer de forma qualificada e sustentável

#### Projeto 38 - Qualificação dos Espaços Escolares

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Qualificação dos Espaços Escolares
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 32.000,000,00
<b>Duração do projeto:</b> 72 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> SEDUC
<b>Escopo:</b> Qualificação de espaços escolares, com a construção de 25 Ginásios Poliesportivos (em torno de R\$ 1.250.000,00 cada).
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Possibilitar a qualificação dos espaços escolares e completar os ginásios multiuso.
<b>Justificativa:</b> Para que se tenha um ensino básico e superior de qualidade, não bastam apenas ações pedagógicas. Há, também, a necessidade de se destinarem verbas para construção e adaptação das escolas aos padrões mínimos de infraestrutura, já previstos no Plano Nacional de Educação. Visando o acesso e permanência de todos na Escola, no que se refere ao incremento a prática de atividades físicas, esporte e lazer neste milênio, tem sido um dos objetivos principal da Organização Mundial da Saúde. Neste contexto, a escola se concretiza em um ambiente propício para disseminar os conteúdos sobre a importância da prática da atividade física, do esporte e do lazer. É necessário promover através da atividade física e esporte, o desenvolvimento integral de crianças e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e regularmente matriculados na rede pública de ensino, na região sul do estado. Buscando atender a <i>Meta 6 do PEE – “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica”</i> . Precisamos oferecer novos e qualificados espaços escolares.
<b>Beneficiários:</b> 25 escolas da região, atingindo diretamente um público estimado em 20 mil estudantes. <b>EEEF Dario da Silva Tavares</b> - CE Bento Gonçalves - <b>IEE São João Batista</b> - <b>EEEF Corinto Ávila Escobar</b> - <b>IEE Aimone Soares Carriconde</b> - <b>EEEM Alberto Wienke</b> - <b>CE Dom João Braga</b> - <b>EEEM Adolfo Fetter</b> - <b>IEE Assis Brasil</b> - <b>EEEM Prof. Rodolfo Bersch</b> - <b>EEEF Nossa Senhora de Fátima</b> – <b>EEEF Agnella Nascimento</b> – <b>EEEM Alfredo Rodrigues</b> - <b>EEEF Almirante Tamandaré</b> – <b>EEEF Barão Cerro Largo</b> – <b>EEEF Ernesto Pedroso</b> – <b>EEEM Roberto Bastos Tellechea</b> – <b>EEEM Mascarenhas de Moraes</b> – <b>ETE Getúlio Vargas</b> – <b>EEEM Silva Paes</b> – <b>EEEF Abílio Azambuja</b> – CE Santa Vitória do Palmar – <b>EEEF Adelaide Alvim</b> – <b>EEEF Juvêncio Lemos</b> – <b>EEEM Edgardo Pereira Velho</b> .
<b>Resultados pretendidos:</b> Através da construção de 25 ginásios poliesportivos na região, aumentar a oferta de espaços pedagógicos de escolas, buscar o tempo integral, aumentar o acesso e permanência destes jovens na escola, aumentar a qualidade de vida e o desenvolvimento destes jovens através de práticas desportivas.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Construção de ginásios.
<b>Meta:</b> Finalizar os 25 ginásios ao final do PPA (2030)

<b>Prazo:</b> 72 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Governo do Estado - SEDUC – SOP - SPGG
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não há a necessidade de desapropriação.
<b>Licença Ambiental:</b> Não há a necessidade de licença ambiental.
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 32.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Gov. Estado do RS
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 32.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b>
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: Finalizar os 25 ginásios ao final do PPA (2030)
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Projetos, orçamentos, licitações – 12 (doze) meses (todo ano de 2017). Construção de pelo menos 2 (dois) ginásios por ano, a partir de 2018 até 2030, totalizando a construção de todos os ginásios ao final do PPA (2016 – 2030).

### Projeto 39 - Circuitos e Rotas Culturais Cicloacessíveis

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Circuitos e Rotas Culturais Ciclo acessíveis
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 233.640,00
<b>Duração do projeto:</b> 12 meses
<b>Instituição proponente:</b> L. de Melo Karam Sustentabilidade ME
<b>Responsável pela implementação:</b> L. de Melo Karam Sustentabilidade ME; WM Multiambiental Consultoria Ecoturística e Ambiental EPP
<b>Escopo:</b> Este projeto propõe a realização de levantamento técnico do potencial de atrativos culturais e turísticos dos 22 municípios vinculados ao COREDE-SUL com vistas à implantação de circuitos e rotas de acesso e visitação aos mesmos em bicicleta.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Realizar estudo técnico sobre as potencialidades e atrativos culturais dos 22 municípios vinculados ao COREDE com vistas à implantação de circuitos e rotas de acesso e visitação aos mesmos em bicicleta.

**Justificativa:** Desencadear demanda de visitação segmentada e condizente com a capacidade de acolhimento da comunidade visitada, incluindo-se nisto a geração de dados de controle e gestão; Possibilitar o uso sustentável do patrimônio socioambiental e sociocultural, incluindo seu manejo, a fim de dar-lhes condições de perenidade e futuro condignos; Aumentar a estima da comunidade diante de seus valores histórico-culturais, trajetórias de vida e trabalho e ainda a respeito da própria autoria dos sujeitos, evitando-se o alijamento socioeconômico e de memória; Estimular o empreender suave, forma de negócios sustentáveis assumidos localmente e que fortalecem a economia e a sociedade por estar fundados na contemplação da hospitalidade enquanto base para a atratividade cultural e turística da região; Estimular e colaborar com a gestão de pequenos empreendimentos de gastronomia cultural, produção agroecológica, memória oral, artesanato, serviços de apoio, guiamento, recreação e lazer ativos, os quais dão novos horizontes para jovens e famílias no tocante à geração de receitas.

**Beneficiários:** Os Municípios serão os primeiros beneficiados com ênfase às comunidades tradicionais, empreendimentos culturais e turísticos, pequenos empreendedores e também o público externo, vindo de outras regiões de dentro e fora do país.

**Resultados pretendidos:** Fornecer dados e informações atualizadas sobre a oferta de produtos, serviços e experiências culturais, naturais e turísticas dos 22 municípios vinculados ao COREDE-SUL; Fornecer subsídios técnicos de desenvolvimento e gestão da oferta de produtos, serviços e experiências culturais, naturais e turísticas dos 22 municípios vinculados ao COREDE-SUL; Atualizar o banco de imagens fotográficas dos principais atrativos culturais, naturais e de interesse turístico dos 22 municípios vinculados ao COREDE-SUL; Estimular o olhar empreendedor dos atores e agentes locais com vistas ao estímulo à economia criativa e sustentabilidade nos processos de desenvolvimento regional; Contribuir com o planejamento e gestão dos produtos e da oferta da cultura e do turismo regional, valorizando a diversidade e singularidades de cada um dos 22 municípios vinculados ao COREDE-SUL; Estimular a visitação de pessoas aos atrativos culturais, naturais e turísticos dos 22 municípios vinculados ao COREDE-SUL; Incentivar o interesse e a valorização da cultura local a partir da utilização da bicicleta como modalidade turística

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Levantamento e avaliação dos principais atrativos culturais, naturais e de interesse turístico visitados durante a execução deste estudo; **Meta:** 01 levantamentos para cada um dos 22 municípios vinculados ao COREDE-SUL; **Prazo:** 04 meses

**Produto 2:** Levantamento fotográfico dos atrativos culturais, naturais e de interesse turístico visitados durante a execução deste estudo;

**Meta:** 01 levantamentos fotográfico para cada um dos 22 municípios vinculados ao COREDE-SUL; **Prazo:** 04 meses

**Produto 3:** Mapeamento preliminar dos circuitos e rotas culturais com indicação dos percursos traçados pelos visitantes em bicicleta;

**Meta:** 01 mapeamentos preliminar para cada um dos 22 municípios vinculados ao COREDE-SUL. **Prazo:** 05 meses

**Produto 4:** Plano de ação e estimativa orçamentária para a implantação de circuitos e rotas culturais; **Meta:** 01 Estimativa orçamentária para cada um dos 22 municípios vinculados ao COREDE-SUL; **Prazo:** 06 meses

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Órgãos envolvidos na realização do projeto: Secult/Pelotas; Prefeituras municipais vinculadas ao COREDE-SUL; Governo do Estado do RS; Consultoria técnica.				
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>				
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim				
<b>Desapropriação:</b> Não				
<b>Licença Ambiental:</b> Não				
<b>Licitação:</b> Não				
<b>Outros:</b>				
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>				
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 233.640,00				
<b>Fontes de recursos:</b> Prefeituras municipais, Governo do Estado do RS, COREDE-SUL; Iniciativa privada etc.				
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim				
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim				
<b>Investimentos:</b> gastos referentes ao trabalho de campo, como hospedagem, alimentação, locações e manutenção de equipamentos e impressões gráficas.				
<b>Despesas Correntes:</b>				
Investimentos e despesas correntes por produto:				
Produto 1: R\$ 58.410,00				
Produto 2: R\$ 58.410,00				
Produto 3: R\$ 58.410,00				
Produto 4: R\$ 58.410,00				
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>				
Trimestres				
Especificação/	1º	2º	3º	4º
Produto 1	-----			
Produto 2	-----	-----	-----	
Produto 3	-----	-----	-----	
Produto 4		-----	-----	-----

### Projeto 40 - Educação para o Turismo

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>				
<b>Título:</b> Educação para o turismo				
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL				
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 200 mil				
<b>Duração do projeto:</b> 11 em meses				
<b>Responsável pela implementação:</b> Associação do Turismo de Morro Redondo e Roteiro Morro de Amores – Profa. Angélica B. dos Santos Milech				



**Escopo:** O presente projeto visa envolver empreendedores, professores e alunos do 9º Ano das escolas dos municípios, tendo como proposito enfatizar a importância da relação entre o Turismo e Educação, com vistas ao desenvolvimento do turismo local. Além disso, o projeto pretende integrar empreendedores/empreendimentos Turísticos e a comunidade, por meio de professores e alunos, os quais serão os futuros Agentes Turísticos, estimulando e diversificando o processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento da Educação e do Turismo na região.

## 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** desenvolver ações e atividades relacionadas ao turismo nas escolas dos Municípios, com visitas técnicas e regate cultural, social e ambiental, preparando as comunidades locais para o desenvolvimento do Turismo regional.

**Justificativa:** É preciso aproximar professores, alunos e comunidade da atividade turística que está sendo desenvolvida nos municípios para que todos compreendam e reconheçam que o turismo como uma alternativa de desenvolvimento econômico. Desta forma, o projeto pretende demonstrar as diversas possibilidades aos jovens para trabalharem no município e na região, e serem os próprios empreendedores das atividades turísticas na região. Por fim, destaca-se que áreas como História, Geografia, Jornalismo, Artes entre outras, permitirá aos alunos e a comunidade o reconhecimento das atividades turísticas como novas formas de economia, além de potencializar nos jovens as mais variadas possibilidades de emprego e renda, local e regional.

**Beneficiários:** especialmente jovens da região de abrangência do COREDE-SUL

**Resultados pretendidos:** Visitar as 30(trinta) escolas no mês de fevereiro; Formar 60 Agentes de Turismo até julho de 2017; curto prazo: integrar o currículo escolar ao turismo, tornando possível educar através do projeto de turismo rural; Médio prazo: Fazer com que a comunidade possa conhecer melhor sua nova forma de economia e mostrar aos jovens as mais variadas possibilidades de emprego. Longo prazo: Integrar empreendimentos turísticos e comunidade, através de professores e alunos, futuros Agentes Turísticos, estimulando através do turismo municipal o desenvolvimento da Educação.

## 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Estabelecer indicadores de monitoramento.

**Meta:** quantificação do produto

**Prazo:** prazo de alcance do produto em meses - até dez de 2017

**Produto 2:** Formação de agentes escolares.

**Meta:** 60

**Prazo:** até Julho de 2017

## 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Prefeitura Municipal, Associação de Turismo, Sebrae, Agencia de Turismo, Senac, Emater, Universidades, Embrapa.

## 5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

**Elaboração de Projeto Executivo:** Sim

**Desapropriação:** Não

**Licença Ambiental:** Não

**Licitação:** Não

**Outros:**

## 6 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** (investimentos R\$ 100.000,00 + despesas correntes (R\$ 100.000,00). Total: R\$ 200.000,00.

<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual e Municipal e outros agentes interessados
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> Equipamentos, deslocamentos, material impresso e áudio-visual
<b>Despesas Correntes:</b> transporte, alimentação, impressão, entre outros.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: (investimento R\$ 70.000,00 + despesas R\$ 70.000,00)
Produto 2: (investimento R\$ 30.000,00 + despesas R\$ 30.000,00)
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>

Cronograma do Projeto												
Ações	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Visita com os empreendedores nas escolas, apresentando o Projeto												
Conhecimento do local, e qual o produto a ser oferecido, dias de funcionamento												
Como trabalham, quantos funcionários, receita e despesa fixa												
Conhecer a história do local e fazer relação com a região onde está localizado												
Pesquisar formas de divulgar o roteiro, fotos, mídia e folder												
Criar o agente turístico escolar												
Visita técnica dos alunos nos empreendedores e pontos turísticos do município.												

## Projeto 41 - Marketing e promoção regional

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Marketing e promoção regional
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 380.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 10 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> APL Turismo na Costa Doce
<b>Escopo:</b> Planejar e executar ações de promoção e consolidação da região como destino turístico; criar campanha conceito para promover e consolidar a região como destino turístico, através da criação de peças gráficas impressas, campanhas para redes sociais, vídeo institucional da Costa Doce, inserções em mídia tradicional (jornais e televisão), material de distribuição, entre outros. Consolidar a região como um destino turístico, através da divulgação de seus potenciais turísticos, a fim de aumentar o fluxo de turistas e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento de emprego e renda.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Planejar e executar ações de promoção e consolidação da região como destino turístico; criar campanha conceito para promover e consolidar a região como destino turístico, através da criação de peças gráficas impressas, campanhas para redes sociais, vídeo institucional da Costa Doce, inserções em mídia tradicional (jornais e televisão), material de distribuição, entre outros.

<p><b>Justificativa:</b> A região já trabalha de forma articulada, porém ações de marketing e promoção compartilhadas ainda são inexistentes, fazendo com que os destinos ainda não estejam consolidados e reconhecidos fora do Rio Grande do Sul. O projeto justifica-se pelo contexto exposto e tem como objetivo consolidar a região como um destino turístico, através da divulgação de seus potenciais turísticos, a fim de aumentar o fluxo de turistas e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento de emprego e renda.</p>
<p><b>Beneficiários:</b> Municípios e empreendedores do trade turístico da região.</p>
<p><b>Resultados pretendidos:</b> Promover os municípios da região turística da Costa Doce a curto prazo de forma contínua; qualificar a oferta de atrativos, produtos e serviços turísticos nos municípios da Costa Doce a médio prazo e de forma contínua e; consolidar a região da Costa Doce como um destino turístico a longo prazo.</p>
<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1:</b> Campanha conceito  <b>Meta:</b> Divulgar os atrativos e serviços turísticos de cada um dos municípios que compõem a Região.  <b>Prazo:</b> Dois meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Peças gráficas  <b>Meta:</b> Criar revista, <i>folder</i> e <i>flyer</i> informativo dos municípios da Região.  <b>Produto 3:</b> Campanha redes sociais  <b>Meta:</b> Criar perfis nas redes sociais <i>Facebook</i>, <i>Instagram</i>, <i>Twitter</i> e <i>Youtube</i>, padronizar com a marca da Região, criar postagens periódicas  <b>Prazo:</b> Um mês.</p>
<p><b>Produto 4:</b> Vídeo institucional  <b>Meta:</b> Criar vídeo institucional que apresente os municípios e as potencialidades da Região, para veiculação em eventos e em canais de mídia tradicional.  <b>Prazo:</b> Oito meses.</p>
<p><b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b></p>
<p>COREDES SUL e CENTRO-SUL, APL Turismo na Costa Doce, AZONASUL, ACOSTADOCE e Prefeituras da região.</p>
<p><b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b></p>
<p><b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não</p>
<p><b>Desapropriação:</b> Não</p>
<p><b>Licença Ambiental:</b> Não</p>
<p><b>Licitação:</b> Sim</p>
<p><b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 420.000,00</p>
<p><b>Fontes de recursos:</b> COREDE e contrapartida dos municípios</p>
<p><b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim</p>
<p><b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim</p>
<p><b>Investimentos:</b> gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente etc.</p>
<p><b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto:</p>
<p>Produto 1: R\$ 25.000,00</p>
<p>Produto 2: R\$ 80.000,00</p>

Produto 3: R\$15.000,00
Produto 4: R\$300.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
<p><b>Produto 1:</b> Campanha conceito  <b>Meta:</b> Divulgar os atrativos e serviços turísticos de cada um dos municípios que compõem a Região.  <b>Prazo:</b> Dois meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Peças gráficas  <b>Meta:</b> Criar revista, folder e flyer informativo dos municípios da Região.  <b>Produto 3:</b> Campanha redes sociais  <b>Meta:</b> Criar perfis nas redes sociais <i>Facebook, Instagram, Twitter e Youtube</i>, padronizar com a marca da Região, criar postagens periódicas  <b>Prazo:</b> Um mês.</p>
<p><b>Produto 4:</b> Vídeo institucional  <b>Meta:</b> Criar vídeo institucional que apresente os municípios e as potencialidades da Região, para veiculação em eventos e em canais de mídia tradicional.  <b>Prazo:</b> Oito meses.</p>

#### **Projeto 42 - Sinalização viária e turística da região da Costa Doce**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Sinalização viária e turística da região da Costa Doce
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 500.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 18 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Arranjo Produtivo do Turismo da Costa Doce – Entidade Gestora: AZONASUL
<b>Escopo:</b> Elaboração de projeto complementar de sinalização viária turística existente; recuperação da sinalização existente; construção e implantação de novas placas e equipamentos de sinalização, no caminho da Costa Doce.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Elaborar projeto complementar de sinalização viária turística, adequando-o ao projeto existente; contratar a recuperação da sinalização hoje existente e construção de novas placas e equipamentos de sinalização, previstos no novo projeto.
<b>Beneficiários:</b> Todos os Municípios previstos no APL do Turismo da Costa Doce, atualmente, em número de 19.
<b>Resultados pretendidos:</b> Qualificar a Sinalização em todo o Caminho da Costa Doce.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<p><b>Produto 1:</b> Projeto complementar de Sinalização Viária Turística da Costa Doce  <b>Meta:</b> Realizar licitação, para elaboração do projeto; contratar empresa vencedora da licitação.  <b>Prazo:</b> 6 (seis) meses a 8 (oito) meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Realizar recuperação de placas existentes e contratar empresa para construção e implantação das placas e equipamentos da Sinalização  <b>Meta:</b> Realizar licitação, para a construção de placas de sinalização e implantação das mesmas segundo o projeto</p>

<b>Prazo:</b> 12 (doze) meses						
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>						
AZONASUL; Secretaria Estadual de Turismo do Estado do RS; Prefeituras dos Municípios que integram o APL do Turismo da Costa Doce						
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>						
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim						
<b>Desapropriação:</b> Não						
<b>Licença Ambiental:</b> Não						
<b>Licitação:</b> Sim						
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>						
<b>Valor total estimado do projeto:</b> investimentos do Estado: R\$ 450.000,00 + (R\$ 50.000,00 a título de contrapartida dos Municípios beneficiados)						
<b>Fontes de recursos:</b> Secretaria de Estado do Turismo.						
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim						
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim						
<b>Investimentos:</b> gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente etc.						
<b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.						
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b>						
<b>Produto 1:</b> R\$ 75.000,00 (custeio R\$ 18.750,00) (Inv. R\$ 56.250,00)						
<b>Produto 2:</b> R\$ 425.000,00 (custeio R\$ 106.250,00) (Inv. R\$ 318.750,00)						
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>						
Trimestres						
Ações						
1.Projeto da sinalização	----	--				
2.Licitação		-	----			
3.Recuperação	----	----	----	----		
4.Construção			----	----	----	---
3. Recuperação de placas						
4.Construção de placas						

### Projeto 43 - Singular Sul Gaúcho

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Singular Sul Gaúcho
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.274.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 120 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> entidade executora ou responsável pela contratação do executor do projeto

**Escopo:** Considerando a história e o cotidiano dos 22 municípios que compõem a região Sul do COREDE-SUL, Singular Sul Gaúcho pretende dinamizar a matriz econômica através da Cultura Criativa, colocando a Zona Sul do Rio Grande do Sul em evidência no Brasil e nos países do Mercosul como destino turístico cultural durante as 4 estações do ano.

## 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Colocar a região da Zona Sul do Rio Grande do Sul em evidência no Brasil e nos países do Mercosul como destino turístico cultural durante as 4 estações do ano. Objetivos Específicos: Realizar pesquisa de potencialidades; firmar convênio entre as 22 cidades para atuarem em rede/consórcio; produzir catálogo turístico cultural da Zona Sul; Criar e manter sítio eletrônico, atualizado, da região; veicular campanha publicitária estadual e em outras regiões do Brasil para divulgar a Zona Sul como destino turístico.

**Justificativa:** Singular Sul Gaúcho propõe sair na vanguarda, desenhar uma nova perspectiva, uma nova dinâmica e lógica como um processo de desacomodação e inversão do cenário até então proposto, de estagnação e continuísmo. Agregar na matriz econômica de nossa região, algo que lhe é peculiar, caro, vocacional, a cultura. O que une estas 22 cidades está no seu bioma, suas terras, suas coxilhas, paisagens e águas, que o tornam uma região, única. Nesse território de pequenas casas, de ruas de pedras com estreitos canteiros centrais, sem semáforos, e de imponentes casarões e bibliotecas públicas, de avenidas e asfalto, com grandes mercados públicos, praias de água salgada e doce, de negros, de brancos e índios, ilhas, quilombos e reserva ecológica, shoppings, feiras pequenas e grandes, cinemas para fazer e ver, de música boa, livro e bailado está nossa singularidade, que pode ser explorada por aqueles que não nos conhecem mas que adoram viajar e conhecer novos lugares, é o nosso potencial. Tornar o que para nós é o quintal de casa, em destino turístico e potencial de desenvolvimento econômico e social é nossa justificativa para desenvolver a região como um todo e respeitando as especificidades de cada cidade.

**Beneficiários:** Além dos cidadãos visitantes da região que se beneficiarão de nossas paisagens naturais como o Taim, nossos eventos e produtos culturais como a Fenadoce, Festa do Mar, Festa Regional da Melancia, Reponte da Canção, Semana e a Linha Farroupilha, o Castelo a e Virada Cultural, também se beneficiarão os produtores de eventos, rede hoteleira, taxistas, restaurantes, lancherias, artistas, comerciantes de produtos como por exemplo doceiras em Pelotas, produtores de pimenta em Turuçu, de cebola em São José do Norte, pescadores de Rio Grande, de ovelha em Pinheiro Machado, de melancia em Pedro Osório dentre outros.

**Resultados pretendidos:** Pretende-se com a implementação de todas as ações projetar a Zona Sul do Rio Grande do Sul como destino turístico pelo conjunto de sua diversidade cultural, artística e natural. A curto prazo ter ampliado em 30% (?) o número de visitantes de outras regiões do Estado; A médio prazo ter conquistado o destino de 20% (?) de turistas vindos do Mercosul; E, a longo prazo estar com 100% das ações alcançadas para ter ampliado o número de turistas em 50% (?); e, ter dentre os visitantes dos municípios da região cidadãos de todas as regiões do País;

## 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Sítio Eletrônico, Redes Sociais

**Meta:** Criação de sítio eletrônico e interatividade pelas redes sociais

**Prazo:** 6 meses para criação do sítio e permanente após a inclusão deste na rede

**Produto 2:** Aplicativo Destino Turístico – Singular Sul Gaúcho

<b>Meta:</b> Criação de Aplicativo para celulares do – Singular Sul Gaúcho para Download
<b>Prazo:</b> 12 meses
<b>Produto 3:</b> Catálogo
<b>Meta:</b> Tiragem de 15.000
<b>Prazo:</b> 12 meses
<b>Produto 4:</b> Campanha Publicitária
<b>Meta:</b> Veiculação mensal
<b>Prazo:</b> 12 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Prefeituras dos 22 municípios da região do COREDE-SUL com suas secretarias e/ou departamentos de cultura, turismo, comunicação e desenvolvimento econômico; Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.274.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Ministério do Turismo, Ministério da Cultura, Governo do Estado do RGS
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 10.274.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>Produto 1:</b> R\$ 10.274.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Apresentar o prazo estimado de execução em meses de cada etapa e produto. O projeto poderá ser concretizado, a partir de sua aprovação, conforme este cronograma, que tem previsão de até 120 meses e que poderá ser modificado de acordo com a conveniência das partes envolvidas.

#### **Projeto 44 - Elaboração do Inventário Turístico da Região da Costa Doce**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Elaboração do Inventário Turístico da Região da Costa Doce
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 300.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 12 meses

<b>Responsável pela implementação:</b> Associação dos Municípios da Zona Sul – AZONASUL – APL TURISMO DA COSTA DOCE
<b>Escopo:</b> Realizar um Inventário de todos os Equipamentos Turísticos dos Municípios que integram o APL
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Contratar empresa ou Equipe Técnica, através de Licitação, para fazer o levantamento de todas as potencialidades e Equipamentos Turísticos existentes nos Municípios da Costa Doce; Criar Comissão Específica de Municípios, para avaliar os dados levantados; Organizar o Inventário Turístico da região, para distribuição aos Municípios e constituir o acervo para o APL.
<b>Justificativa:</b> O Plano Estratégico em fase de elaboração pelo COREDE-SUL, tem o EIXO TURISMO, com um dos seus principais vetores para o desenvolvimento socioeconômico da região. De outra parte, a região da Costa Doce apresenta um potencial turístico excelente. Todavia, carece de um INVENTÁRIO TURÍSTICO, que identifique os principais pontos turísticos e potencialidades e Equipamentos, além de VALORES voltados para o setor.
<b>Beneficiários:</b> Todos os Municípios integrantes do APL TURISMO DA COSTA DOCE
<b>Resultados pretendidos:</b> Ter identificado, por Município na região, todos os potenciais, Equipamentos, Valores, distâncias etc., organizados, de forma a contribuir para o MARKETING TURÍSTICO DA REGIÃO.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Contratar, através de licitação, empresa ou Técnicos, para proceder o levantamento dos dados na região da Costa Doce.
<b>Meta:</b> Dispor de todos os dados e todos os Municípios do APL
<b>Prazo:</b> 06 (seis) meses.
- Avaliar os dados levantados, organizar e apresentar relatório final para a distribuição aos municípios e construir acervo no APL.
Meta: Construir o relatório final do inventário.
Prazo: 06 meses.
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Prefeituras da região; Integrantes do “Trade turístico” (hotéis, Restaurantes, Museus, Casas de Cultura, SEBRAE-RS)
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 300.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual, e Municipal
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> Não terá gastos com investimentos
<b>Despesas Correntes:</b> Material de consumo
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> a definir na elaboração do projeto



Produto 1: Contratação do Plano de Trabalho do Inventário: R\$ 10.000,00				
Produto 2: Execução dos Levantamentos e finalização do Relatório Final: R\$ 290.000,00				
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>				
Trimestres				
Etapas				
Elaboração	-----	-----		
Avaliar relatório			-----	-----

## Projeto 45 - Pier Turístico no Porto de Pelotas

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>	
<b>Título:</b> Pier Turístico no Porto de Pelotas	
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL	
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 5 milhões	
<b>Duração do projeto:</b> 2017 – 2030	
<b>Responsável pela implementação:</b> AZONASUL	
<b>Escopo:</b> Construção de Pier Turístico no Porto de Pelotas	
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>	
<b>Objetivo:</b> Construção de Pier Turístico no Porto de Pelotas, visando o desenvolvimento do turismo náutico, esportes náuticos, passeios turísticos, espaços de educação ambiental, atividades culturais e lazer;	
<b>Justificativa:</b> O potencial lagunar e marítimo que constitui a região turística da Costa Doce, as possibilidades do Canal São Gonçalo, especialmente no município de Pelotas, consolidam o segmento do turismo náutico entre os principais vetores de desenvolvimento turístico regional, com diversas perspectivas ainda aproveitadas de forma limitada. Práticas de esportes náuticos, passeios turísticos, associadas a oficinas de educação ambiental, agregados a oportunidades de atividades culturais, exposição de artesanatos, empreendimentos de agricultura familiar, economia popular e solidária e de serviços em áreas como alimentação, bebidas, eventos e outros, poderão envolver um conjunto de empreendedores individuais ou mesmo micro e pequenos empresários, criando um ambiente virtuoso ao processo de desenvolvimento local e regional.	
<b>Beneficiários:</b> Comunidades autóctones, povos tradicionais, ribeirinhos, populações residentes do continente, atividades de vocação marítima e lagunar, municipalidades e governança regional.	
<b>Resultados pretendidos:</b> estimular o turismo náutico; promover a educação ambiental; criação de um centro náutico de turismo, lazer e educação ambiental; apoiar os negócios de empreendedores individuais e micro e pequenos empresários; fomentar a educação da história que constitui a região a partir dos antigos portos e o transporte de passageiros pela via lagunar e marítima.	
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>	
<b>Produto 1:</b> Construção de Infraestrutura	
<b>Meta:</b> Construção de Deck's e Gabiões	
<b>Prazo:</b> 2017/2018	
<b>Produto 2:</b> Construção de Armazéns	
<b>Meta:</b> armazéns para exposições e atividades culturais	

<b>Prazo:</b> 2019/2020				
<b>Produto 3:</b> Ações de educação ambiental				
<b>Meta:</b> realização de oficinas e atividades de envolvimento comunitário				
<b>Prazo:</b> 2021/2022				
<b>Produto 4:</b> Realização de eventos de turismo náutico				
<b>Meta:</b> Eventos de turismo náutico				
<b>Prazo:</b> 2023/2024				
<b>Produto 5:</b> Ações de promoção e divulgação do segmento				
<b>Meta:</b> criação de campanhas, peças publicitárias e materiais de divulgação				
<b>Prazo:</b> 2025/2030				
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>				
AZONASUL; Fundação Universidade do Rio Grande; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Católica de Pelotas; Instituto Federal de Educação-sul; COREDE/SUL; Consórcio Intermunicipal do Extremo-sul; Agência de Desenvolvimento do Turismo na Costa Doce – AD Costa Doce; Fórum da Lagoa; Fórum Regional da Agricultura Familiar; Sindicatos Rurais; Associações Comerciais e Industriais; Marinha do Brasil; Ministério do Meio Ambiente; Secretaria Estadual do Meio Ambiente; FEPAM; IBAMA; Centro de Estudos Ambientais; Instituto Eco-guaíba de Bio-monitoramento Ambiental.				
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>				
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim				
<b>Desapropriação:</b> Não				
<b>Licença Ambiental:</b> Sim				
<b>Licitação:</b> Sim				
<b>Outros:</b>				
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>				
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 5 milhões				
<b>Fontes de recursos:</b> Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Governo Federal, FOCEM; Iniciativa privada.				
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim				
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim				
<b>Investimentos:</b> gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente etc.R\$ 3.750.000,00				
<b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc. R\$ 1.250.000,00				
Investimentos e despesas correntes por produto:				
Produto 1: R\$ 1 milhão				
Produto 2: R\$ 1.5 milhão				
Produto 3: R\$ 500 mil				
Produto 4: R\$ 1 milhão				
Produto 5: R\$ 1 milhão				
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>				
<b>2017/2018</b>	<b>2019/2020</b>	<b>2021/2022</b>	<b>2023/2024</b>	<b>2025/2030</b>
<b>Produto 1:</b> Construção de Infraestrutura	<b>Produto 2:</b> Construção de Armazéns	<b>Produto 3:</b> Ações de educação ambiental	<b>Produto 4:</b> Realização de eventos de turismo náutico	<b>Produto 5:</b> Ações de promoção e divulgação do segmento

## Projeto 46 - Parque Urbano UFPel-Anglo

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Elaboração do projeto do Parque Urbano UFPel-Anglo
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.200.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 5 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> UFPel – Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim - ALM
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa a implementação de um parque urbano na cidade de Pelotas, junto ao campus Anglo da Universidade Federal de Pelotas, integrando as margens do Canal São Gonçalo a foz do Arroio Pepino, com a participação do Programa Vizinhança (comunidade da Balsa em Pelotas) e constituindo-se em um espaço sociocultural público aberto à comunidade regional.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Implementar um parque urbano na cidade de Pelotas, junto ao campus Anglo da Universidade Federal de Pelotas, integrando as margens do Canal São Gonçalo a foz do Arroio Pepino;
<b>Justificativa:</b> O campus Anglo da UFPel situa-se em uma gleba de cerca de 8ha, em uma área urbana estratégica para o município de Pelotas e Região Sul do Estado, onde se sobrepõem interesses ambientais, culturais e sociais. A constituição de um Parque Urbano na gleba do Campus Anglo da UFPel, totalizando cerca de 10ha de área, possibilitaria a constituição de uma área de integração de diferentes públicos e interesses, associando as atividades da produção do conhecimento universitário, da preservação ambiental e a dotação de equipamento de lazer comunitário.
<b>Beneficiários:</b> A computação dos beneficiários diretos pode ser computada em diferentes escalas de abrangência, tais como: 20.000 pessoas, computada a comunidade acadêmica da UFPel; 120.000 pessoas, comunidades do entorno imediato do campus Anglo; 360.000 pessoas, população urbana aproximada da cidade de Pelotas; 600.000 pessoas, população aproximada da Aglomeração Urbana Sul;
<b>Resultados pretendidos:</b> Dotação de um Parque Urbano na cidade de Pelotas, com área aproximada de 10 hectares, demanda histórica da cidade e da Região, contempla demandas dos setores ambientalista, do patrimônio cultural, dos movimentos sociais e da cultura.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1: Elaborar projeto do Parque Urbano</b>
<b>Meta:</b> prover a cidade de um parque urbano
<b>Prazo:</b> 6 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Cidades; Ministério da Saúde; Universidade Federal de Pelotas; Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim; Governo do Estado do RS;
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não (já possui área própria)
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim

<b>Outros:</b>						
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>						
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.200.000,00						
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual						
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim						
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim						
<b>Investimentos:</b> R\$ 1.200.000,00						
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto						
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>						
Meses						
Etapas do projeto						
Licitação	-----	-----				
Execução			-----	-----	-----	-----
Monitoramento			-----	-----	-----	-----

### Projeto 47 - Mercosul Multicultural (Centro de Eventos da UFPel)

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>						
<b>Título:</b> Mercosul Multicultural (Centro de Eventos da UFPel)						
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)						
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 20.000.000,00						
<b>Duração do projeto:</b> 4 anos						
<b>Responsável pela implementação:</b> Universidade Federal de Pelotas - UFPel						
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa garantir a finalização das obras de revitalização da antiga cervejaria Brahma. Denominado como Mercosul Multicultural, a edificação já abriga a Livraria da UFPel e também têm acolhido diferentes eventos da Universidade. Com a conclusão das obras será possível abrigar um Ateliê de restauro e recuperação de patrimônio; espaço multiuso para lançamento de livros, eventos teatrais; o Núcleo de Música Contemporânea; um Teatro, cinema e uma sala de concertos; uma Biblioteca especializada em temas do Mercosul; e um auditório para formaturas e grandes eventos (uma demanda urgente da Universidade).						
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>						
<b>Objetivo:</b> Revitalizar as edificações da antiga cervejaria Brahma, denominado como Mercosul Multicultural (espaço de eventos da UFPel)						

<p><b>Justificativa:</b> A cidade de Pelotas, sede da Universidade Federal de Pelotas encontra-se na Faixa de Fronteira na região sul do estado do Rio Grande do Sul. A missão da UFPEL é ensino, pesquisa e extensão. Neste contexto, convém lembrar que para o processo de cooperação e integração fronteiriça a educação e a cultura são elementos fundamentais para o desenvolvimento. Nesse sentido, as instituições de ensino superior estão cientes da importância da integração para o crescimento econômico e o desenvolvimento social da América Latina. Com mais esta ação a Universidade Federal de Pelotas reforçará seus vínculos com os países do Prata e possibilitará também a difusão conhecimentos e realização de eventos acerca do espaço fronteiriço, agenda pertinente a Universidade a mais de vinte anos. A denominação Multicultural, é proveniente ou composto de várias culturas, onde e quando UFPEL está inserida em um verdadeiro “caldo cultural” de afrodescendentes brasileiros e uruguaios, povos guaranis e espanhóis, portugueses, italianos, poloneses, alemães e outras etnias. Este espaço será com certeza um elemento da Academia a ser usado para a integração de todas estas culturas integrantes do MERCOSUL.</p>
<p><b>Beneficiários:</b> A Universidade Federal de Pelotas, e por consequência toda a população da região sul do estado do Rio Grande do Sul, especialmente os municípios linha de fronteira, como Santa Vitória do Palmar, Chuí, Aceguá, Jaguarão, Pedras Altas, bem como os municípios da faixa de fronteira que abarcam todos os demais municípios do COREDE-SUL.</p>
<p><b>Resultados pretendidos:</b> Prover a Universidade Federal de Pelotas de infraestrutura para abrigar o Mercosul Multicultural, com implicações diretas nas ações de ensino, pesquisa e extensão universitária, especialmente àquelas relacionadas a arte e a cultura; Potencializar, com especial atenção a integração e a cooperação regional e fronteiriça as ações de cooperação entre Universidade e a comunidade da região do extremos sul do RGS; Promover as ações da região relacionadas a pluralidade, a diversidade e o multiculturalismo que caracterizam as várias etnias da região do Pampa Gaúcho;</p>
<p><b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1:</b> Abrigar atelier de restauro do patrimônio.  <b>Produto 2:</b> Abrigar o teatro e a biblioteca do Mercosul.  <b>Meta:</b> finalização das obras da estrutura edificada  <b>Prazo:</b> 4 anos</p>
<p><b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b></p>
<p>Ministério da Educação; Ministério da Cultura, Ministério da Integração Nacional; Ministério das Relações Exteriores; Universidade Federal de Pelotas; Governo do Estado do RS; Secretaria Estadual da Cultura/RS; Secretaria Estadual do Turismo, Esporte e Lazer/RS;</p>
<p><b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b></p>
<p><b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim (em fase de elaboração)</p>
<p><b>Desapropriação:</b> Não (já possui área própria)</p>
<p><b>Licença Ambiental:</b> Sim</p>
<p><b>Licitação:</b> Sim</p>
<p><b>Outros:</b></p>
<p><b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 20.000.000,00</p>
<p><b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual</p>
<p><b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim</p>
<p><b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim</p>
<p><b>Investimentos:</b> R\$ 20.000.000,00</p>

<b>Despesas Correntes:</b>
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais; O Projeto técnico e financeiro está em elaboração pela Universidade Federal de Pelotas.

### Projeto 48 - LANEIRA – A Casa dos Museus

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> LANEIRA – A Casa dos Museus
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 20.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 5 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> Universidade Federal de Pelotas - UFPel
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa garantir a obras de revitalização da antiga fábrica de lanifícios Laneira. O projeto denominado como LANEIRA – A Casa dos Museus, têm como propósito de potencializar as ações de preservação do patrimônio cultural industrial da cidade de Pelotas e da região.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Revitalizar as edificações da antiga fábrica de lanifícios LANEIRA – A Casa dos Museus
<b>Justificativa:</b> A missão da UFPEL é o ensino, a pesquisa e a extensão. A criação e desenvolvimento de novos cursos, atendem a uma nova realidade de demandas por profissionais, como também por novas perspectivas de atividades econômicas na região, a exemplo da indústria do turismo e a economia da cultura. Nesse sentido, atenta a formação de profissionais, bem como com o compromisso social do resgate e manutenção da história da região, a UFPel tem investido em áreas como museologias, restauração e conservação de edificações e memórias. Nesse sentido, a UFPel propõe o um uso adequado e sustentável ao conjunto de edificações que constituiu o patrimônio industrial desativado.
<b>Beneficiários:</b> A Universidade Federal de Pelotas, e por consequência toda a população da região sul do estado do Rio Grande do Sul.
<b>Resultados pretendidos:</b> Prover a Universidade Federal de Pelotas de infraestrutura para abrigar de forma adequada os cursos de Museologia e o Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais; Prover a Universidade Federal de Pelotas de infraestrutura para abrigar de forma adequada os cursos e atividades da área de pós-graduação e pesquisa em Patrimônio Cultural; Formação de profissionais nas áreas Museologia e o Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais;
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Revitalização das edificações da antiga fábrica de lanifícios Brahma
<b>Meta:</b> finalização das obras de revitalização da estrutura edificada
<b>Prazo:</b> 5 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério das Comunicações; Universidade Federal de Pelotas; Governo do Estado do RS; Secretaria Estadual da Cultura/RS; Secretaria Estadual do Turismo, Esporte e Lazer/RS;
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim (em fase de elaboração)

<b>Desapropriação:</b> Não (já possui área própria)
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 20.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual e organismos internacionais
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 20.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;

### 14.3 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL

#### 14.3.1 Estratégia: Qualificação da infraestrutura regional priorizando a intermodalidade de transportes e o saneamento básico

##### Projeto 49 - Duplicação da rodovia BR 116

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Duplicação da rodovia BR 116
<b>Localização:</b> COREDE-SUL - Rodovia BR 116 – Km 300,54 ao Km 511,76 Municípios: Guaíba, Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel, Sentinela do Sul, Tapes, Camaquã, Cristal, São Lourenço do Sul, Turuçu e Pelotas
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 549.204.523,32
<b>Duração do projeto:</b> 36 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul
<b>Escopo:</b> Execução das Obras de Melhorias de Capacidade, incluindo Duplicação na Rodovia BR-116/RS.
<b>Responsável:</b> Engenheiros do DNIT
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Concretizar as obras de Adequação de Capacidade, ou Duplicação ou Implantação e Pavimentação - duplicação da rodovia BR 116
<b>Justificativa:</b> Atender a demanda de tráfego da região e do Estado do RS
<b>Beneficiários:</b> Usuários da BR 116 – o modal rodoviário do RGS
<b>Resultados pretendidos:</b> Fluidez e segurança no trânsito
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> 57% das obras encontram-se concluída. <b>Meta:</b> 43% restante <b>Custo:</b> R\$ 549.204.523,32 <b>Prazo:</b> 18 meses

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> a definir pelo DNIT
Órgãos Públicos Envolvidos: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento e IBAMA.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Orçamento geral da União
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 549.204.523,32
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Não
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 549.204.523,32
<b>Despesas Correntes:</b> a definir
Investimentos e despesas correntes por produto: a definir
Produto 1: Duplicação da rodovia BR 116
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
18 meses, se os recursos financeiros estiverem disponíveis. Obra a ser concluída pelo Governo Federal. No momento, uma frente parlamentar com o apoio de representantes da sociedade civil organizada desenvolve ações junto à União para a conclusão da rodovia. Será necessário o apoio do Estado.

### **Projeto 50 - Elaboração do projeto de ligação seca entre São José do Norte e Rio Grande/RS**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Elaboração do projeto de ligação seca entre São José do Norte e Rio Grande/RS, com a construção de um túnel.
<b>Localização:</b> COREDE-SUL - Rodovia BR-101/RS e BR-392/RS BR-101/RS - Km 93,30 ao Km 415,50; BR-392/RS- Km 0,00 ao Km 26,90 Municípios: São José do Norte e Rio Grande
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.985.270,34
<b>Duração do projeto:</b> 12 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul
<b>Escopo:</b> Elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental – EVTEA, referentes à construção de infraestrutura rodoviária das rodovias BR-110/RS e BR-392/RS, incluindo uma ligação a seco entre São José do Norte e Rio Grande/RS.
<b>Responsável:</b> Engenheiros do DNIT
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Estudo para identificação e análise das alternativas e viabilidade econômica, financeira e ambiental.



<b>Justificativa:</b> Solucionar o problema de falta de infraestrutura para a ligação entre as cidades de Rio Grande/RS e São José do Norte/RS.				
<b>Beneficiários:</b> Usuários da BR 101 e BR 392, habitantes da cidade de São José do Norte				
<b>Resultados pretendidos:</b> Criar uma alternativa viável e segura para travessia entre as duas localidades, e ao modal rodoviário do estado do RGS				
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>				
<b>Produto 1:</b> Ligação seca entre São José do Norte e Rio Grande/RS				
<b>Meta:</b> construir ligação a seco entre as duas localidades				
<b>Custo:</b> R\$ 1.985.270,34				
<b>Prazo:</b> 12 meses				
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>				
<b>Equipe do Projeto:</b> a definir pelo DNIT				
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento e IBAMA.				
<b>Organizações parceiras:</b>				
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>				
<b>Fonte de Financiamento:</b> Orçamento geral da União				
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim				
<b>Desapropriação:</b> Sim				
<b>Licença Ambiental:</b> Sim				
<b>Licitação:</b> Sim				
<b>Outros:</b>				
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>				
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.985.270,34				
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, estadual				
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Não				
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim				
<b>Investimentos:</b> R\$ 1.985.270,34				
<b>Despesas Correntes:</b>				
Investimentos e despesas correntes por produto:				
Produto 1: R\$ 1.985.270,34				
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>				
Trimestres				
Etapas				
Licitação	-----			
Elaboração do projeto.		-----	-----	-----
Ob.: Estudos especializados sobre fenômenos fisiográficos já existentes				

### Projeto 51 - Duplicação do Contorno de Pelotas – BR 116 e BR 392

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>				
<b>Título:</b> Duplicação do Contorno de Pelotas – BR 116 e BR 392				
<b>Localização:</b> COREDE-SUL - Rodovia BR 116 – km 511,76 ao km 527,68 Rodovia BR 392 – km 60,63 ao km 68,40 (Pelotas)				

<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 650.125.852,00
<b>Duração do projeto:</b> 36 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul
<b>Escopo:</b> Obras de Duplicação, Implantação de Ruas laterais e Restauração/Implantação das Obras de Arte Especiais nas Rodovias BR-116/392/RS.
<b>Responsável:</b> Engenheiros do DNIT
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Obra de Duplicação e Restauração ou uma obra de Duplicação e outra de Restauração ou uma obra de Implantação e uma obra de Restauração; Escavação, carga e transporte de material de 1ª e/ou de 2ª categoria e/ou material de jazida; Sub- base e/ou base estabilizada granulometricamente com ou sem mistura e ou brita graduada; Concreto betuminoso usinado a quente; Pontes e/ou viadutos em concreto protendido.
<b>Justificativa:</b> A rodovia precisa ser duplicada para atender a demanda de tráfego.
<b>Beneficiários:</b> Usuários da BR 116 e BR 392.
<b>Resultados pretendidos:</b> Fluidez e segurança no trânsito
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> 86% das obras encontra-se concluída.
<b>Meta:</b> 14% restante
<b>Custo:</b> R\$ 91.017.619,28
<b>Prazo:</b> 18 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> a definir pelo DNIT
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Ministério dos Transportes, Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento e IBAMA.
<b>Organizações parceiras:</b>
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Orçamento geral da União
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 650.125.852,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Não
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 650.125.852,00
<b>Despesas Correntes:</b>
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 650.125.852,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>

Dezoito (18) meses, se os recursos financeiros estiverem disponíveis;  
 Ob.: Obra sobre encargo da União dependendo de decisão política para realizá-la. O DNIT deverá executar o projeto já existente, estabelecido no cronograma.

### Projeto 52 - Projeto de Duplicação da BR 392 – Lote 4

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Projeto de Duplicação da BR 392 – Lote 4
<b>Localização:</b> COREDE-SUL - Rodovia BR 392 km 0,0 ao km 9,0 (Rio Grande)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir
<b>Duração do projeto:</b> de acordo com a elaboração do projeto
<b>Responsável pela implementação:</b> Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul
<b>Escopo:</b> Projeto de melhorias de capacidade, incluindo duplicação na rodovia BR-392.
<b>Responsável:</b> Engenheiros do DNIT
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Projeto de melhorias de capacidade, incluindo duplicação na rodovia BR-392.
<b>Justificativa:</b> Atender a demanda de tráfego.
<b>Beneficiários:</b> Usuários da BR 392 e Porto de Rio Grande
<b>Resultados pretendidos:</b> Fluidez e segurança no trânsito
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Duplicação da BR 392 – Lote 4
<b>Custo:</b> a definir
<b>Prazo:</b> de acordo com a elaboração do projeto
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> a definir pelo DNIT
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Ministério dos Transportes, Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento e IBAMA.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Federal, Estadual
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Não
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir
<b>Despesas Correntes:</b> a definir de acordo com a elaboração do projeto
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: duplicação da BR 392 – Lote 4
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>

O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;  
 Obs.: Obra sobre o encargo da União, dependendo de decisão política. Caberá ao DNIT o projeto do trecho (lote 4) e a definição de recursos e o cronograma.

### Projeto 53 - Conclusão da ERS 608 – Pedras Altas – Pinheiro Machado (Acessos Municipais)

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Conclusão da ERS 608 – Pedras Altas – Pinheiro Machado (Acesso Municipais)
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 22.906.367,65
<b>Duração do projeto:</b> 06 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> a definir
<b>Escopo:</b> a obra de pavimentação da Conclusão da ERS 608 entre os municípios de Pedras Altas e Pinheiro Machado já está iniciada (50% da estrada coberta com brita), restando a pavimentação asfáltica, sinalização e outras adequações.
<b>Responsável:</b> DAER
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> permitir o acesso asfáltico entre os municípios de Pedras Altas e Pinheiro Machado
<b>Justificativa:</b> O acesso ao município de Pedras Altas torna-se, por vezes, um obstáculo àquela comunidade. Nesse contexto, inúmeros problemas são enfrentados, como por exemplo o suprimento de mercadorias, o trânsito de caminhões, ônibus de passageiros e as possibilidades de potencialização turística no município.
<b>Beneficiários:</b> comunidade de Pedras Altas e da região sul do estado
<b>Resultados pretendidos:</b> prover a mobilidade entre as localidades com segurança; potencializar o turismo; agilizar o fluxo de pessoas e mercadorias
<b>Alinhamento Estratégico:</b>
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> estrada/acesso asfáltico entre os municípios Pedras Altas e Pinheiro Machado
<b>Custo:</b> R\$ 22.906.367,65
<b>Prazo:</b> 06 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> DAER
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Ministério dos Transportes; DAER e Prefeituras dos municípios envolvidos direta e indiretamente.
<b>Organizações parceiras:</b>
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Ministério dos Transportes; Governo do Estado do RS/DAER e Prefeituras dos municípios envolvidos direta e indiretamente.
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> sim
<b>Desapropriação:</b> sim, a ser definida por estudos específicos.
<b>Licença Ambiental:</b> já existente
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 22.906.367,65

<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 22.906.367,65
<b>Despesas Correntes:</b> a definir com a elaboração do projeto
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b>
<b>Produto 1:</b> R\$ 22.906.367,65
Produto 1: ligação asfáltica entre os municípios Pedras Altas e Pinheiro Machado
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;

### Projeto 54 - Pavimentação ERS 265 – Canguçu – Piratini (Acessos Municipais)

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Pavimentação ERS 265 – Canguçu – Piratini (Acesso Municipais)
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Canguçu - Piratini)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir
<b>Duração do projeto:</b> de acordo com a elaboração do projeto
<b>Responsável pela implementação:</b> DAER
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa estabelecer a ligação asfáltica entre os municípios de Canguçu e Piratini e complementar as rotas do interior das áreas rurais.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> qualificar a ligação entre os municípios de Canguçu e Piratini;
<b>Justificativa:</b> potencializar as conexões físicas (malha rodoviária) entre os municípios da região funcional 5 do COREDE-SUL, viabilizando assim maior mobilidade de pessoas e mercadorias, bem como potencializando o turismo regional.
<b>Beneficiários:</b> Aproximadamente 90 mil habitantes, especialmente das cidades de Canguçu e Piratini.
<b>Resultados pretendidos:</b> qualificação dos fluxos de mercadorias e pessoas; melhorar o modal rodoviário da região; reduzir tempos e distâncias, potencializar o turismo regional.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto:</b> acesso asfáltico entre os municípios de Canguçu e Piratini.
<b>Prazo:</b> 5 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério dos Transportes; Governo do estado/DAER; Prefeituras
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim

<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir
<b>Despesas Correntes:</b>
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;
Obs.: Obra deverá ser de responsabilidade do governo estadual decorrente da política de infraestrutura do Estado. O cronograma deverá obedecer ao projeto do DAER para a rodovia.

## Projeto 55 - Parques Eólicos

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Parques Eólicos
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir com a elaboração do projeto
<b>Duração do projeto:</b> 5 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> a definir com a elaboração do projeto
<b>Escopo:</b> O projeto Parques Eólicos busca potencializar a região no mapa de produção de energia. A consolidação dos parques eólicos em Santa Vitória do Palmar, Hermenegildo, Chuí, Rio Grande e outros municípios em estudos, fazem parte das estratégias de aumento da capacidade de produção de energia para o sistema nacional, bem como de provimento de infraestrutura energética para a região.
<b>Responsável:</b> Ministério das Minas e Energia; Governo do estado; Secretaria Estadual de Minas e Energia; setor privado (investidores)
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> conclusão, ampliação e implantação dos parques eólicos regionais
<b>Justificativa:</b> Como já identificado em estudos realizados, a área de abrangência do COREDE-SUL detém as características necessárias a produção de energia eólica. A produção, distribuição e fornecimento de energia são condicionantes estruturais para o crescimento econômico, a diversificação das atividades econômicas, bem como para o desenvolvimento social.
<b>Beneficiários:</b> toda a comunidade da Região Funcional 5 - COREDE-SUL
<b>Resultados pretendidos:</b> produção de energia de forma sustentável; aumento da quantidade e qualidade da oferta de energia; geração de emprego e renda; atração de novos investimentos/empreendimentos.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> consolidação do Parques Eólicos existentes e construção de novos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> a definir com a elaboração do projeto
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério de Minas e Energia; Ministério das Cidades; Governo do Estado do RS; Secretaria Estadual de Minas e Energia Prefeituras dos municípios envolvidos direta e indiretamente; e investidores
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Federal, Estadual
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim

<b>Licitação:</b> Sim
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir com a elaboração do projeto
<b>Fontes de recursos:</b> Ministério de Minas e Energia; Ministério das Cidades; Governo do Estado do RS; Secretaria Estadual de Minas e Energia Prefeituras dos municípios envolvidos direta e indiretamente; e investidores
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais; Obs.: Obra de responsabilidade do governo estadual, decorrente da política de infraestrutura do Estado. O cronograma e o total a ser investido resultarão de projeto a ser elaborado pelo DAER.

### Projeto 56 - Ampliação do Cais do Porto Novo do Rio Grande

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Ampliação do Cais do Porto Novo do Rio Grande
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Rio Grande)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 97.100.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 34 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Superintendência do Porto de Rio Grande - Eng. Celso Luis da Silva Pedreira (FISCAL)
<b>Escopo:</b> O presente projeto visa modernizar o cais do Porto Novo na cidade de Rio Grande. Ao concluir, o cais terá 1.575m de extensão, apto para operar com equipamentos atualizados e grandes navios.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Modernizar 1.125m do Cais do Porto Novo da cidade de Rio Grande em continuidade ao trecho de 450m já modificado.
<b>Justificativa:</b> O Porto Novo oferecerá após a conclusão desta etapa, um cais com 1.575m de extensão, apto para operar com equipamentos atualizados e grandes navios graneleiros e porta-contêineres, proporcionando da ordem de seis berços para operação simultânea desses grandes navios.
<b>Beneficiários:</b> Operadores Portuários.
<b>Resultados pretendidos:</b> Aprofundar o trecho para a cota batimétrica – 14,00m, possibilitando a atracação de navios de até 75.000 TBP e calado 13,60m; permitir a operação de navios dotados de “bow Thurster”, visando reduzir os custos portuários nas operações de atracação e desatracação; Possibilitar a operação de equipamentos portuários modernos, de grande capacidade; possibilitar o aumento da movimentação portuária, a geração de empregos e renda e a atração de novos investimentos.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto:</b> Modernização do Cais do Porto Novo (considerando que a 1ª etapa já está construída)
<b>Custo:</b> R\$ 97.100.000,00
<b>Prazo:</b> 34 meses

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério dos Transportes; Governo do estado/SPH/SUPRG; Secretaria dos Transportes; Prefeitura do Rio Grande
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 97.100.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual e Municipal
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 97.100.000,00
<b>Despesas Correntes:</b>
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Obs.: Cronograma a ser proposto pela Superintendência do Porto do Rio Grande, após negociações com a União. Necessita de apoio do Governo Estadual. Obra já iniciada.

### Projeto 57 - Construção de Subestações de Energia Pelotas 5 - Rio Grande 4 – Piratini 1

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Construção de Subestações de Energia Pelotas 5 - Rio Grande 4 – Piratini 1
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas, Rio Grande e Piratini)
<b>Valor total estimados dos projetos:</b> a definir pela elaboração dos projetos
<b>Duração do projeto:</b> 10 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretaria Estadual de Minas e Energia
<b>Escopo:</b> O projeto de construção de subestações de energia elétrica nos municípios de Pelotas, Rio Grande e Piratini visam aumentar a capacidade de oferta em quantidade e qualidade. A construção das subestações Pelotas 5; Rio Grande 4 e Piratini 1 proporcionarão maior infraestrutura energética para a expansão das atividades econômicas, e a atração de novos empreendimentos.
<b>Responsável:</b> Ministério das Minas e Energia; Governo do estado; Secretaria Estadual de Minas e Energia; CEEE; setor privado (investidores)
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> melhorar a qualidade e a quantidade de oferta de energia na região.
<b>Justificativa:</b> A produção, distribuição e fornecimento de energia são condicionantes estruturais para o crescimento econômico, a diversificação das atividades econômicas, bem como para o desenvolvimento social. Nesse sentido, o aumento da capacidade de produção e fornecimento são necessários para a diversificação da matriz produtiva, a atração de novos empreendimentos e investimentos na região.



<b>Beneficiários:</b> toda a comunidade da Região Funcional 5, especialmente dos referidos municípios, aproximadamente 650 mil habitantes
<b>Resultados pretendidos:</b> aumento da quantidade e qualidade da produção e oferta de energia; geração de emprego e renda; atração de novos investimentos/empreendimentos; expansão das atividades econômicas.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> ampliação da produção, distribuição e oferta de energia elétrica nos municípios de Pelotas, Rio Grande e Piratini
<b>Prazo:</b> 10 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Ministério das Minas e Energia; Governo do estado; Secretaria Estadual de Minas e Energia; CEEE;
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério de Minas e Energia; Ministério das Cidades; Governo do Estado do RS; Secretaria Estadual de Minas e Energia Prefeituras dos municípios envolvidos direta e indiretamente; e investidores
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Federal, Estadual
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir pela elaboração dos projetos
<b>Fontes de recursos:</b> Ministério de Minas e Energia; Ministério das Cidades; Governo do Estado do RS; Secretaria Estadual de Minas e Energia
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir pela elaboração dos projetos
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;
Obs.: Projetos, investimentos e execução dependem da política de energia dos governos estadual e federal.

### Projeto 58 - Construção da Ponte sobre o Arroio do Costa – ERS702

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Construção da Ponte sobre o Arroio do Costa – ERS702
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Piratini)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir pela elaboração do projeto
<b>Duração do projeto:</b> 03 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> DAER
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa a construção de uma nova ponte sobre o Arroio do Costa, localizado na ERS 702, que faz a ligação asfáltica entre o município de Piratini e a BR 392.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>

<b>Objetivo:</b> construir uma nova ponte sobre o Arroio do Costa, na ERS702
<b>Justificativa:</b> A ponte existente sobre o Arroio do Costa, no município de Piratini é uma ponte centenária, sendo que sua estrutura comporta a passagem apenas de um veículo por vez. O aumento do fluxo de pessoas e mercadorias, bem como a diversificação da produção regional, especialmente com o setor madeireiro em direção aos Portos de Pelotas e Rio Grande, demandam o provimento de melhor infraestrutura logística, sendo a construção de uma nova ponte fundamental neste processo.
<b>Beneficiários:</b> a população regional, especialmente de Piratini; as atividades econômicas, integrando-as aos demais municípios com a redução substancial dos custos de transporte.
<b>Resultados pretendidos:</b> qualificação dos fluxos de mercadorias e pessoas; melhorar o modal rodoviário da região; reduzir tempos e distâncias, potencializar o turismo regional; facilitar o acesso ao município de Piratini.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto:</b> Ponte nova sobre a ERS 702, localizada no município de Piratini.
<b>Prazo:</b> 3 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério dos Transportes; Governo do estado/DAER; Prefeituras da região
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir pela elaboração do projeto
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir pela elaboração do projeto
<b>Despesas Correntes:</b> a definir pela elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais; Obs.: Licitação já concluída e obra autorizada para iniciar em abril de 2017 (Governo do Estado),

### **Projeto 59 - Sistema de Mobilidade Interuniversitária UFPel Anglo-Centro de Pelotas-Capão do Leão**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Sistema de Mobilidade Interuniversitária UFPel Anglo-Centro de Pelotas-Capão do Leão
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas e Capão do Leão)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> 120.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 5 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> UFPel – Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim - ALM

<b>Escopo:</b> A presente proposta visa estabelecer um sistema multimodal de mobilidade na UFPel, considerando os pedestres, sistema de compartilhamento de bicicletas, sistema cicloviário, transporte coletivo por ônibus e VLT.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Estabelecer um sistema multimodal de mobilidade na Universidade Federal de Pelotas, considerando os pedestres, sistema de compartilhamento de bicicletas, sistema cicloviário, transporte coletivo por ônibus e VLT.
<b>Justificativa:</b> O modo de inserção da UFPel nos Municípios de Pelotas e Capão do Leão, configuram uma instituição de ensino plenamente integrada à realidade urbana da região. Com cerca de 80 prédios dispersos na malha urbana e uma comunidade acadêmica da UFPel composta por 20.000 pessoas, configurando uma interação indireta com toda a população municipal, a proposta visa estabelecer um sistema de mobilidade para a UFPel e a comunidade urbana do entorno universitários, constituindo melhorias para a caminhabilidade, o deslocamento por bicicletas, a dotação de transporte coletivo e sistemas mais eficientes de mobilidade, como a veículos urbanos sobre trilhos.
<b>Beneficiários:</b> A população regional, especialmente das cidades Pelotas e Capão do Leão. Meta do Km.
<b>Resultados pretendidos:</b> Constituição de 20km de melhorias de desenho urbano, incluindo calçadas para pedestres, iluminação, arborização e mobiliário urbano; Implementação de um sistema de compartilhamento de bicicletas e constituição de 20km de sistema de ciclovias e ciclofaixas; Implementação de um sistema veicular urbano sobre trilhos - VLT, conectando o campus Anglo, Centro Urbano de Pelotas e Campus Capão do Leão, aproximadamente 20 km de extensão.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto:</b> sistema de mobilidade
<b>Prazo:</b> 5 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério dos Transportes, Ministério das Cidades; Ministério da Educação; Universidade Federal de Pelotas; Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim; Governo do Estado do RS;
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim (em fase de elaboração)
<b>Desapropriação:</b> Não (opera em área pública urbana)
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> 120.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> 120.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>

O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;  
 Obs.: O projeto depende das políticas do Governo da União e do Governo do Estado para a setor. A execução do projeto terá seu cronograma definido após o término do projeto que está sendo desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim-ALM.

## Projeto 60 - Elaboração do Projeto do Sistema de Mobilidade Interurbana Regional

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Sistema de Mobilidade Interurbana Regional
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas-Capão do Leão-Rio Grande)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 6.000.000,00 para a elaboração.
<b>Duração do projeto:</b> 5 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> UFPel – Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim - ALM
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa estabelecer um sistema de mobilidade interurbana regional, conectando os principais polos urbanos regionais (Pelotas-Capão do Leão-Rio Grande) priorizando alternativas ferroviária (trem regional capão-pelotas-rio grande) e hidroviária (hidrovia MERCOSUL).
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Estabelecer um sistema de mobilidade interurbana regional, conectando os principais polos urbanos regionais (Pelotas-Capão do Leão-Rio Grande)
<b>Justificativa:</b> Os municípios da Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul caracterizam-se, principalmente pela relativa dispersão no território e interdependência nas atividades econômicas e sociais desenvolvidas nos respectivos municípios. Deste modo, a proposta visa estabelecer um sistema integrado de mobilidade interurbana regional, contemplando sistemas rodoviário, ferroviário e hidroviário, facilitando a mobilidade das pessoas e produtos no território regional e conexão com países vizinhos do Mercosul). O aumento da acessibilidade entre os diferentes polos urbanos significa a otimização na demanda por investimentos estratégicos para a região, principalmente no tema da saúde, educação e cultura, os quais podem ser concebidos e dotados estrategicamente de modo conjunto na região.
<b>Beneficiários:</b> A população regional, especialmente das cidades Pelotas, Capão do Leão e Rio Grande, considerada em aproximadamente 1,2 milhão de pessoas.
<b>Resultados pretendidos:</b> Planejamento do sistema integrado de mobilidade interurbana regional; Projeto e implementação de um sistema de Mobilidade Interurbana Regional Rodoviário, incluindo investimentos na malha rodoviária, especificação dos veículos e sistema de terminais rodoviários urbanos; Projeto e implementação para o incremento do sistema ferroviário regional, dedicado ao trânsito de passageiros, incluindo investimentos na malha ferroviária, dotação de veículos e sistema de terminais ferroviários; Projeto e implementação da Hidrovia do Mercosul, incluindo estudos de adequação da navegabilidade e veículos.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto:</b> sistema de mobilidade urbana regional
<b>Prazo:</b> Um ano.
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério dos Transportes, Ministério das Cidades; Universidade Federal de Pelotas; Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim; Governo do Estado do RS;
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>

<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim (em fase de elaboração)
<b>Desapropriação:</b> Não (já possui área própria)
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 6.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 120.000.000,00 valor a ser investido se o projeto for aprovado.
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais; Ob.: O projeto Sistema de Mobilidade Interurbana Regional depende das políticas do Governo da União e do Governo do Estado para o setor. A execução do projeto terá seu cronograma definido após a elaboração do projeto técnico, econômico e financeiro que está em elaboração pela Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim.

### Projeto 61 - Modernização do Cais do Porto de Pelotas

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Modernização do Cais do Porto de Pelotas
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Pelotas)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 5.500.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 01 ano
<b>Responsável pela implementação:</b> Superintendência do Porto de Rio Grande
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa modernizar o cais público do Porto de Pelotas e sua ampliação em 200m.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Modernizar e ampliar o cais público do Porto de Pelotas.
<b>Justificativa:</b> O Porto de Pelotas, possui um cais de aproximadamente 500m, com cinco berços de atracções e disponibilidade de ampliação para um total de 700m. Ampliar e disponibilizar um espaço mais adequado para a atracção e embarcações da SPH (SUPRG) que hoje ocupam o Cais público tornam-se necessárias em vista da atual movimentação e as perspectivas de utilização do Porto de Pelotas como auxiliar ao Super Porto de Rio Grande.
<b>Beneficiários:</b> A população regional, especialmente os usuários/clientes do Porto de Pelotas e do Porto de Rio Grande.
<b>Resultados pretendidos:</b> aumentar a movimentação do Porto; possibilitar a atracção de novas e mais barcaças; agilizar as operações no Porto. Meta: 200 m de cais.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto:</b> aumento da capacidade de atracção de embarcações no Porto
<b>Custo:</b> R\$ 5.500.000,00
<b>Prazo:</b> 01 ano

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério dos Transportes; Governo do estado/SPH/SUPRG; Secretaria dos Transportes; Prefeituras de Pelotas e Rio Grande
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 5.500.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal, Estadual e Municipal
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 5.500.000,00
<b>Despesas Correntes:</b>
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais; O projeto em seus detalhes está sendo elaborado pela Superintendência do Porto do Rio Grande, quando serão definidas as etapas e o cronograma de execução.

**Projeto 62 - Construção de acessos municipais (Amaral Ferrador, Pedras Altas, Contorno de Pelotas, Ponte Santa Isabel)**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Construção de acessos municipais (Amaral Ferrador, Pedras Altas, Contorno de Pelotas, Ponte Santa Isabel)
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Amaral Ferrador – BR116)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir pela elaboração do projeto
<b>Duração do projeto:</b> 5 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> DAER
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa estabelecer a ligação asfáltica entre o município de Amaral Ferrador e a BR 116, próximo ao município de Cristal.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Prover de acesso asfáltico o trecho entre o município de Amaral Ferrador e a BR 116
<b>Justificativa:</b> O município de Amaral Ferrador é, atualmente isolado da rede de rodovias federais, tornando-se um obstáculo para a potencialização das atividades econômicas existentes e novas, bem como as atividades sociais e turísticas na região de abrangência do município.
<b>Beneficiários:</b> A população regional, especialmente das cidades de Amaral Ferrador, Dom Feliciano, Chuvisca e Camaquã.
<b>Resultados pretendidos:</b> qualificação do modal logístico; diminuição dos custos de transporte, viabilizar ações relacionadas ao turismo na região.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto:</b> acesso asfáltico entre o município de Amaral Ferrador e a BR116
<b>Prazo:</b> 5 anos

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério dos Transportes; Governo do estado/DAER; Prefeituras
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> a definir pela elaboração do projeto
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> a definir pela elaboração do projeto
<b>Despesas Correntes:</b> a definir pela elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais; Ob.: Projetos/sugestão cabendo ao DAER suas execuções obedecendo as políticas do Governo do Estado para o setor.

### Projeto 63 - Dragagem dos Canais de Acesso ao Porto do Rio Grande

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Dragagem dos Canais de Acesso ao Porto do Rio Grande
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL (Rio Grande)
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 368.627.656,57
<b>Duração do projeto:</b> 01 ano.
<b>Responsável pela implementação:</b> Superintendência do Porto de Rio Grande
<b>Escopo:</b> Este projeto visa a manutenção e o aumento da capacidade dos canais de acesso ao Porto de Rio Grande, por meio da dragagem e do aprofundamento dos acessos. Visa possibilitar a manutenção das operações existentes, bem como de novas operações, com o aumento da movimentação portuária, a geração de empregos e renda e a atração de novos investimentos.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Dragar, retificar, aprofundar e manter os canais de acesso ao Porto do Rio Grande
<b>Justificativa:</b> Acesso da infraestrutura aquaviária ao Porto do Rio Grande.
<b>Beneficiários:</b> Operadores Portuários.
<b>Resultados pretendidos:</b> Canal dragado com volume de 18.736.985m <sup>3</sup> (meta).
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto:</b> Dragagem dos canais de acesso ao Porto do Rio Grande.
<b>Custo:</b> R\$ 368.627.656,57
<b>Prazo:</b> 01 ano
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério dos Transportes; Governo do estado/SPH/SUPRG; Secretaria dos Transportes; Prefeitura do Rio Grande
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>

<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 368.627.656,57
<b>Fontes de recursos:</b> Federal - PAC
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 368.627.656,57
<b>Despesas Correntes:</b>
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais; A superintendência do Porto do Rio Grande já está elaborando projeto definitivo a ser apresentado ao Ministério dos Transportes e ao Governo do Estado.

#### 14.4 DIMENSÃO AMBIENTAL

##### 14.4.1 Estratégia: Preservar, conservar e valorizar os bens e os recursos naturais de forma responsável e coletiva

##### Projeto 64 - Elaboração do projeto de Sistema de Unidades de Conservação Ambiental

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Elaboração do projeto de Sistema de Unidades de Conservação Ambiental
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 360.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 5 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> UFPel – Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim - ALM
<b>Escopo:</b> A presente proposta visa a constituição de sistema de unidades de conservação ambiental regional, associadas ao sistema hidrográfico Lagoa dos Patos, Canal São Gonçalo e Lagoa Mirim, visando o desenvolvimento territorial da região sul do estado do RGS.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Constituir um sistema de unidades de conservação ambiental regional, associadas ao sistema hidrográfico Lagoa dos Patos, Canal São Gonçalo e Lagoa Mirim;
<b>Justificativa:</b> O sistema hidrográfico composto pelas lagoas Mirim e dos Patos, interligados pelo Canal natural do São Gonçalo, compreende ao principal sistema natural da paisagem da região Sul do Brasil. A política de desenvolvimento da região Sul do Estado do Rio Grande do Sul deve compatibilizar desenvolvimento econômico e social regional, conjuntamente a iniciativa de conservação do ambiente natural em que se insere. Neste sentido, a proposta visa identificar e constituir um sistema de unidades de conservação ambiental adjacentes aos principais recursos hídricos regionais, integrando as diferentes formações naturais características da região.



<b>Beneficiários:</b> Todo o ecossistema natural, conservando e preservando a fauna e a flora características da região.
<b>Resultados pretendidos:</b> Constituição de um sistema de unidades de conservação ambiental na região, integrando propriedades públicas e privadas, contemplando unidades de proteção integral (Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque e Monumento Nacional; Refúgio da Vida Silvestre) e de uso sustentável ( <b>Área de Proteção Ambiental e Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna e Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural</b> , segundo as possibilidades previstas na Lei Federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
<b>3 - PRODUTO DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Constituir um sistema de unidades de conservação ambiental regional
<b>Prazo:</b> 5 anos
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação; Ministério das Cidades; Universidade Federal de Pelotas; Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim; Governo do Estado do RS;
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> a definir
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 360.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 12.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> a definir na elaboração do projeto
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais; Ob.: Projeto definitivo está em execução pela Agência da Lagoa Mirim. O valor para a elaboração do projeto é de R\$ 360.000,00. O investimento total previsto é de R\$ 12.000.000,00 devendo constar as fontes de financiamento para implantação do Sistema de Unidades de Conservação Ambiental.

## Projeto 65 - Projeto de Desenvolvimento e Governança Ambiental

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Projeto de Desenvolvimento e Governança Ambiental (Implantar a Agenda da OMS)
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$250.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 4 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> Núcleo Regional dos ODS - Dra. Suzana Neves da Silva, Prof. Maurício Pinto da Silva, Profa. Roselani Maria Sodré da Silva, Dr. João Neves da Silva

**Escopo:** Em 2015 os ODMs foram reestruturados e ampliados para dezessete (17) Objetivos, denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS, produzindo origem ao documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Nesse contexto, o presente projeto tem como propósito desenvolver ações da agenda para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios da área de abrangência do COREDE-SUL.

## **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

**Objetivo:** desenvolver ações da agenda para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios do COREDE-SUL.

**Justificativa:** A agenda internacional do meio ambiente tem trazido relevantes trabalhos para o desenvolvimento de ações em prol de um regime transnacional, na convergência do plano ambiental internacional. Nesse sentido a Agenda 21 propõe *Pensar globalmente, agir localmente*. Nesse contexto, o Núcleo Regional da zona sul do estado estabelecido em dezembro de 2014 vem envidando esforços, e por meio da parceria institucional com o COREDE-SUL tem contribuindo para o alcance dos ODS nos municípios. Os ODS têm o propósito de orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Nesse sentido, o Núcleo Regional dos ODS e o COREDE-SUL buscam viabilizar a participação da sociedade na implementação e a cooperação em busca do atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na área de abrangência do COREDE-SUL.

**Metas:** Os desafios a partir de 2016 referem-se a agendas como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança.

**Beneficiários:** Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES da Região Funcional 5 e a comunidade da região sul.

**Resultados pretendidos:** Capacitar atores públicos e privados sobre a agenda dos ODS na área de abrangência do COREDE-SUL; disseminar os ODS na área de abrangência do COREDE-SUL; fortalecer o capital social, o desenvolvimento de habilidades para elaboração, desenvolvimento e implementação de ações e projetos relacionados aos ODS;

## **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto:** capacitação dos COMUDES em relação aos ODSs

**Meta:** capacitar todos os atores locais dos COMUDES

**Prazo:** 4 anos

## **4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES**

Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Social; COREDE-SUL; AZONASUL; COMUDES; Governo do estado do RGS; organismos internacionais;

## **5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO**

**Elaboração de Projeto Executivo:** Sim

**Desapropriação:** Não

**Licença Ambiental:** Não

**Licitação:** Não

<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 250.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Social; COREDE-SUL; AZONASUL; COMUDES; Governo do estado do RGS; organismos internacionais;
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$250.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$250.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b>
<b>Produto 1:</b> R\$ 250.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais; Objetivo: Executar a agenda indicada pela OMS a nível regional visando implementar na região os objetivos propostos. (Ver Metas).

### Projeto 66 - Plano Regional de Gerenciamento Costeiro

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Plano Regional de Gerenciamento Costeiro
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 20.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 2017 – 2030
<b>Responsável pela implementação:</b> FURG
<b>Escopo:</b> Elaboração de um Plano Regional de Gerenciamento Costeiro
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> elaboração de um Plano Regional de Gerenciamento Costeiro
<b>Justificativa:</b> A Lei Federal N° 7.661/88 e o Decreto N° 5.300/2004 definem que a Zona Costeira brasileira corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre.  A Zona Costeira constitui um sistema geográfico com particularidades especiais: convergência de fatores e características ambientais terrestres, marítimas e atmosféricas; presença de águas com propriedades físico-químicas especiais e um conjunto de ecossistemas particularmente evolutivos; concentração, expansão urbana desordenada; indústrias, pesca, agricultura, pecuária, turismo, serviços de infraestrutura, com destaques para indústria naval, portos e atividades marítimas; terrenos de marinha, cuja posse é atribuída à União e, desta forma, devem constituir usufruto da comunidade nacional; e ecossistemas atingidos por focos de poluição que se encontra em estágio de comprometimento ambiental.

Sendo a região sul do Rio Grande do Sul, e também a região centro-sul, que juntas constituem e integram a região turística da Costa Doce, composta por municípios de intrínseca relação costeira com o complexo patos-mirim-mangueira e o oceano atlântico, especialmente nos municípios de São Lourenço do Sul, Turuçú, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Arroio Grande, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Chuí, tecnicamente e cientificamente são notadas as necessidades de ordenamento nesta matéria, cabendo o necessário planejamento territorial a partir do Gerenciamento Costeiro. A finalidade do Plano Regional de Gerenciamento Costeiro é estabelecer regras gerais e instrumentos de gestão socioambiental da Zona Costeira na perspectiva do desenvolvimento sustentável, equacionando o uso dos recursos naturais, qualidade de vida e proteção do patrimônio natural. O Plano deve estar integrado ao Zoneamento Ecológico-econômico do Rio Grande do Sul, da Zona Costeira, como instrumento de ordenamento territorial, planejamento e tomada de decisão, que compatibiliza e orienta atividades socioeconômicas e proteção ambiental, com suas potencialidades e vulnerabilidades.

**Beneficiários:** Comunidades autóctones, povos tradicionais, ribeirinhos, populações residentes do continente, atividades de vocação marítima e lagunar, municipalidades, governança regional, território geográfico e o estado federado.

**Resultados pretendidos:** elaboração de princípios, conceitos, diretrizes de ações, constituição de instrumentos de operação regional, programas, propostas, competências, evidenciar fontes de financiamentos e o planejamento regional integrado.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Plano Regional de Gerenciamento Costeiro

**Meta:** elaboração do plano – R\$ 2 milhões

**Prazo:** 2017/2018

**Produto 2:** Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro

**Meta:** consecução de planos municipais – 2 milhões

**Prazo:** 2019/2020

**Produto 3:** Elaboração de uma matriz de potencialidades

**Meta:** mapa de vocações – 2 milhões

**Prazo:** 2021/2022

**Produto 4:** Concepção de um planejamento costeiro integrado

**Meta:** Integrar o plano regional com os planos municipais – 2 milhões

**Prazo:** 2023/2024

**Produto 5:** Criação de produtos e marcas para o promoção comercial e atração de investimentos

**Meta:** elaboração de uma mapa de oportunidades – 12 milhões

**Prazo:** 2025/2030

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Fundação Universidade do Rio Grande; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Católica de Pelotas; Instituto Federal de Educação-sul; Unipampa; Associação dos Municípios da Zona Sul; COREDE/SUL; Consórcio Intermunicipal do Extremo-sul; Agência de Desenvolvimento do Turismo na Costa Doce – AD Costa Doce; Fórum da Lagoa; Fórum Regional da Agricultura Familiar; Sindicatos Rurais; Associações Comerciais e Industriais; Marinha do Brasil; Ministério do Meio Ambiente; Secretaria Estadual do Meio Ambiente; FEPAM; IBAMA; Centro de Estudos Ambientais.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 20 milhões
<b>Fontes de recursos:</b> Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Governo Federal, FOCEM; Iniciativa privada.
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente etc.
<b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc.
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$2milhões; Produto 2: R\$2 milhões; Produto 3: R\$2milhões; Produto 4: R\$ 2 milhões; Produto 5: 12 milhões
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Plano Regional de Gerenciamento Costeiro: 2017/2018
Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro: 2019/2020
Elaboração de uma matriz de potencialidades: 2021/2022
Concepção de um planejamento costeiro integrado: 2023/2024
Criação de produtos e marcas: 2025/2030

## 14.5 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

### 14.5.1 Estratégia: Fortalecimento das instituições e dos serviços públicos visando a integração das ações de planejamento e gestão territorial, à cooperação e articulação interinstitucional

#### Projeto 67 - Escola de Líderes e Gestores

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Escola de Líderes e Gestores
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 500.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 12 meses

<b>Responsável pela implementação:</b> Alice Maria Souza Szezepanski com as Prefeituras Municipais
<b>Escopo:</b> Formação Permanente de Servidores Públicos como preparação para o ingresso, manutenção do bom serviço público e identificação de lideranças.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Qualificar o serviço público por meio de formação permanente e continuada de servidores.
<b>Justificativa:</b> Para que o atendimento ao público seja eficiente, para que os servidores sejam qualificados para o bom serviço e se sintam valorizados o programa busca nos servidores municipais seus maiores parceiros para acontecer.
<b>Beneficiários:</b> Servidores municipais de todas as pastas
<b>Resultados pretendidos:</b> Melhoria da qualidade do trabalho e da qualidade de vida profissional das pessoas. Curto prazo: servidores ingressantes Médio prazo: servidores em atividade Longo prazo: Servidores com perfil líder e gestor
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Proforp - Formação de Servidores Ingressantes e em atividade <b>Meta:</b> número de servidores dos municípios <b>Prazo:</b> em até
<b>Produto 2:</b> Escola de Líderes e Gestores (Não há necessidade de construções). <b>Meta:</b> Servidores com perfil identificado para cargos de liderança e gestor <b>Prazo:</b> 12 meses dependendo da demanda
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Prefeituras; Secretarias de Governo; Instituições parceiras – Universidades, ONGs, Institutos, Sistema “S”, dentre outros atores.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Não
<b>Outros:</b> Equipe de planejamento
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 500.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Prefeituras (Secretarias de Educação), órgãos de apoio financeiro e estrutural
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Não
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Não
<b>Investimentos:</b> Não
<b>Despesas Correntes:</b> gastos com manutenção de atividades, material de consumo;
<b>Produto 1:</b> Proforp – Formação Permanente e Continuada de Servidores: R\$ 200.000,00
<b>Produto 2:</b> Escola de Líderes e Gestores: R\$ 300.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>

Produto 01: 06 meses para preparação - Total de 12 com execução						
Produto 02: 06 meses para preparação - Total de 18 meses para execução e conclusão						
Trimestres						
Etapas						
Prod. 1	-----	-----				
Preparação			-----	-----		
Execução						
Prod. 2						
Preparação	-----	-----				
Execução			-----	-----	-----	
Conclusão					-----	-----

### Projeto 68 - Sistema de Capacitação dos Profissionais que atuam no SUS

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Sistema de Capacitação dos Profissionais que atuam no SUS
<b>Localização:</b> Região Funcional 5 - COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 255.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 01 anos
<b>Responsável pela implementação:</b> 3ª Coordenadoria Regional de Saúde (SES), com o apoio dos Municípios da Região Funcional-5, com o apoio da Comissão Setorial de Saúde do COREDE-SUL na articulação entre os responsáveis pela implementação do projeto.
<b>Escopo:</b> O projeto visa identificar as áreas prioritárias a serem capacitadas, a confecção de material próprio e equipamentos necessários para o treinamento; a seleção dos profissionais, o local/dia/hora do treinamento; além da aplicação da capacitação-piloto para o grupo, avaliando o teste-piloto, reprogramando as capacitações seguintes.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Capacitar os profissionais responsáveis diretos, da 3ª Coordenadoria Regional de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde, nas áreas de atenção básica, média complexidade e alta complexidade, bem como, daqueles profissionais que atendem as Redes de Atenção à Saúde já em funcionamento.
<b>Justificativa:</b> Considerando-se que ocorre com frequência mudanças dos profissionais que são responsáveis direto por serviços que tem repercussão na atenção à saúde integrada e regionalizada, bem como considerando-se que a substituição nem sempre se dá por outro profissional que já tem experiência naquele setor, justifica-se a implementação de um sistema de capacitação permanente na Região Funcional 5 – COREDE-SUL.
<b>Beneficiários:</b> população atendida pelo SUS, as gestões estaduais e municipais do SUS.

**Resultados pretendidos:** A curto prazo a capacitação dos profissionais de saúde diretamente ligados a atenção de média e alta complexidade; a médio prazo a capacitação de todos profissionais de saúde ligados aos serviços que tenham repercussão na atenção à saúde integrada e regionalizada e a longo prazo tenhamos todos os profissionais da saúde capacitados e aptos a utilizar a telemedicina como ferramenta para capacitação e aperfeiçoamento dos conhecimentos da atenção à saúde integral e regionalizada.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** preparação da equipe responsável pela capacitação

**Meta:** Montar a equipe responsável pela capacitação; identificar as áreas prioritárias para o teste piloto; confeccionar material próprio e os equipamentos necessários para a capacitação.

**Custo:** R\$ 55.000,00 (42 profissionais)

**Prazo:** Quatro (4) meses

**Produto 2:** aplicação do teste piloto da capacitação.

**Meta:** Selecionar os profissionais de saúde que participarão do teste-piloto e realizar, aplicar o teste piloto e analisá-lo.

**Custo:** R\$ 145.000,00 (132 profissionais (6 por município))

**Prazo:** Oito(8) meses.

### **4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES**

**Equipe do Projeto:** Profissionais de saúde da 3ª Coordenadoria Regional da Saúde, das Secretarias Municipais e convidados.

**Órgãos Públicos Envolvidos:** Ministério da Saúde, SES, Prefeituras, Universidades e prestadores de serviços do SUS.

**Organizações parceiras:** Universidades e Secretarias Municipais de Saúde.

### **5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO**

**Elaboração de Projeto Executivo:** Não

**Desapropriação:** Não

**Licença Ambiental:** Não

**Licitação:** Não

### **6 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 255.000,00

**Fontes de recursos:** Ministério da Saúde, Governo Estadual, Prefeituras e parceiros eventuais.

**Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:** Sim

**Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:** Sim

**Investimentos:** R\$ 200.000,00

**Despesas Correntes:**

Investimentos: equipamentos (R\$ 30.000,00) e material permanente (R\$ 25.000,00)

**Produto 1:** Investimento (R\$ 35.000,00) e despesas correntes (R\$ 20.000,00)

**Produto 2:** Investimento (R\$ 10.000,00) e despesas correntes (R\$ 135.000,00)

### **7 - CRONOGRAMA DO PROJETO**



Produto 1: Montar a equipe de trabalho.....	1 mês
Identificar profissionais e confeccionar material.....	2 meses
Adquirir equipamentos e material permanente.....	1 mês
Produto 2: Organização da equipe de trabalho.....	1 mês
Seleção dos profissionais que serão capacitados.....	1 mês
Preparação para capacitação teste piloto.....	1 mês
Aplicação do teste piloto.....	3 meses
Análise e prognóstico para próximas capacitações.....	2 meses

### Projeto 69 - Escola de Gestão Pública da região

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Escola de Gestão Pública da região
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 250.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 12 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> AZONASUL e COREDE-SUL
<b>Escopo:</b> Criar uma escola de Gestão Pública, para atender os 23 municípios da região sul do Estado.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Criar infraestrutura para atender a logística da Escola, tais como: Equipamentos para o ensino; cadastro de profissionais que prestarão serviços à escola; elaborar grade curricular para os cursos de capacitação;
<b>Justificativa:</b> Para o processo de capacitação dos funcionários municipais, as Prefeituras vão buscar, em Porto Alegre, Cursos ou Treinamentos oferecidos pela FAMURS, Departamento das Prefeituras Municipais – DPM e outras instituições de capacitação, que além, do custo por participante, têm despesas de diárias, passagens e alimentação na Capital. Com a criação de uma escola de Gestão Pública, na região, além de tornar essa logística mais econômica, certamente será mais eficiente e prática a identificação dos conteúdos a serem ministrados, exatamente pela proximidade regional e, especialmente, por se conhecer a reais necessidades dos municípios alvos da escola.
<b>Beneficiários:</b> Todos os Municípios Integrantes da AZONASUL
<b>Resultados pretendidos:</b> Redução de custos para os Municípios, no que tange à capacidade de pessoal; Desenvolvimento de conteúdos de Gestão, mais específicos e que atendam a real demanda dos municípios da região.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> uma escola de Gestão Pública
<b>Meta:</b> formação de recursos humanos
<b>Custo:</b> R\$ 250.000,00
<b>Prazo:</b> 12 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>

Prefeituras da região; AZONASUL; UCPEL; SEBRAE; Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado; Caixa Econômica Federal; Governo do Estado, através do Colégio Comercial João XXIII; Integrantes do “Trade turístico” (hotéis, restaurantes, museus, casas de cultura etc.); SEBRAE-RS; Escola de Gestão Pública da FAMURS.

### 5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

**Fonte de Financiamento:** Federal e Estadual

**Elaboração de Projeto Executivo:** Sim

**Desapropriação:** Não

**Licença Ambiental:** Não

**Licitação:** Não

**Outros:**

### 6 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 250.000,00

**Fontes de recursos:** Federal, estadual

**Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:** Sim

**Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:** Sim

**Investimentos:** R\$ 187.500,00

**Despesas Correntes:** R\$ 62.500,00

**Investimentos e despesas correntes por produto:** a definir na elaboração do projeto

Produto 1: R\$ 250.000,00

### 7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Especificação	Trimestres			
Implantação da Infraestrutura	-----			
Elaboração da grade curricular	-----	-----		
Conteúdo específicos			-----	-----

### Projeto 70 - COMUDES: ação para desenvolvimento local-regional

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**Título:** COMUDES: ação para desenvolvimento local-regional

**Localização:** Região Funcional 5, COREDE-SUL

**Valor total estimado do projeto:** R\$300.000,00

**Duração do projeto:** 5 anos

**Responsável pela implementação:** Prof. Maurício Pinto da Silva (UFPel) e Profa. Roselani Maria Sodré da Silva (COREDE-SUL)

**Escopo:** O presente projeto tem como propósito desenvolver a es de capacita o dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES, por meio da implementa o de uma dinâmica de encontros/palestras/seminários. Tal dinâmica permitirá a exposi o, debate e discussões sobre o processo de desenvolvimento regional da área de abrangência do COREDE-SUL

#### 2 - QUALIFICA O DO PROJETO

**Objetivo:** Desenvolver a es de capacita o dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES, na área de abrangência do COREDE-SUL;

**Justificativa:** O presente projeto tem como propósito desenvolver ações de capacitação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES, por meio da implementação de uma dinâmica de encontros/palestras/seminários. Tal dinâmica permitirá a exposição, debate e discussões sobre o processo de desenvolvimento regional da área de abrangência dos COMUDES, ou seja, do COREDE-SUL, com temáticas significativas para a atuação dos mesmos. Nesse sentido, temas como: como espaço geográfico, território, sociedade, capital social, teorias do desenvolvimento, crescimento econômico, controle social, políticas públicas, Política Nacional de Desenvolvimento Regional, gestão e governança territorial será parte integrante do plano de capacitação. Nesse contexto, parte-se da reflexão “**por que os processos regionais de desenvolvimento não são iguais dinamicamente e se diferenciam entre si?**”, “**O que é desenvolvimento regional?**”. As implicações e o alcance do tão almejado desenvolvimento regional, pode variar de acordo com a definição de que significa desenvolvimento? Do que é uma região? E como uma região, suas potencialidades e seus limites são percebidos internamente e externamente. Assim, o sucesso da ação institucional pública ou privada, em relação ao impacto sobre a qualidade de vida da sociedade, depende diretamente da participação desta no processo de gestão, operacionalização e monitoramento de políticas, projetos e programas públicos. Nesse sentido, pode-se dizer que a democracia é o “motor” para o desenvolvimento, na presença de pré-requisitos, como: consciência coletiva, que possibilite a superação do dualismo existente e o fortalecimento do sentido da “pertença comunitária/regional”; a difusão de ideias pró-desenvolvimento, por meio das Instituições representativas do poder público, da iniciativa privada e especialmente da sociedade civil. Nesse particular, a descentralização do poder político, mas fundamentalmente a participação ativa e positiva da sociedade na promoção do desenvolvimento são fatores importantes. Dadas as condições de visibilidade técnica e de democracia participativa para elaboração de um projeto de desenvolvimento local/regional devem se fazer escolhas criteriosas de priorização de ações, instrumentos e programas, sendo os COMUDES atores-chave no processo de desenvolvimento regional. Nesse sentido, para que os COMUDES e demais instituições se tornem instrumentos efetivos de desenvolvimento local/regional são necessários métodos e procedimentos de planejamento participativo, capacitação e operacionalização em sinergia com o território e seus atores e o auxílio e monitoramento dos projetos regionais com base na percepção de usuários, com foco ao impacto direto e concreto sobre a sociedade, sua qualidade de vida e o sentimento de protagonismo.

**Beneficiários:** Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES

**Resultados pretendidos:** Capacitação dos membros dos COMUDES; Desenvolvimento de habilidades de gestão e governança dos COMUDES; Fortalecimento do capital social da área de abrangência do COREDE-SUL; Desenvolvimento de habilidade para elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos local-regional;

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto:** Capacitação e Desenvolvimento dos membros dos COMUDES, nas áreas de gestão e governança;

**Meta:** capacitar todos os integrantes dos COMUDES, 264 integrantes (12 por município)

**Prazo:** 5 anos

### **4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES**

Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Social; COREDE-SUL; AZONASUL; COMUDES; Governo do estado do RGS; organismos internacionais;

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>											
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim											
<b>Desapropriação:</b> Não											
<b>Licença Ambiental:</b> Não											
<b>Licitação:</b> Não											
<b>Outros:</b>											
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>											
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$300.000,00											
<b>Fontes de recursos:</b> Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Social; COREDE-SUL; AZONASUL; COMUDES; Governo do estado do RGS; organismos internacionais;											
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim											
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim											
<b>Investimentos:</b> Sim											
<b>Despesas Correntes:</b> R\$300.000,00											
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b>											
<b>Produto 01:</b> capacitação de todos os atores dos COMUDES											
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>											
O cronograma do projeto deverá ser definido após os trâmites iniciais legais;											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Anos</th> <th>Nº de integrantes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º</td> <td>66</td> </tr> <tr> <td>2º</td> <td>66</td> </tr> <tr> <td>3º</td> <td>66</td> </tr> <tr> <td>4º</td> <td>66</td> </tr> </tbody> </table>	Anos	Nº de integrantes	1º	66	2º	66	3º	66	4º	66	
Anos	Nº de integrantes										
1º	66										
2º	66										
3º	66										
4º	66										

### Projeto 71 - Curso Preparatório Para Gestores e Co-Gestores Municipais

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Curso Preparatório Para Gestores e Co-Gestores Municipais
<b>Localização:</b> COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 172.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 12 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Universidade Católica de Pelotas-UCPel
<b>Escopo</b> O curso visa fornecer aos seus participantes conhecimentos sobre a gestão pública municipal, qualificando-os para conhecerem suas atribuições gerirem seus municípios de forma mais eficiente, respeitando da legislação existente. O curso tem a duração prevista de 3 meses e é composto por 6 módulos, conforme o descrito abaixo, sendo ministrado à distância e com um encontro presencial em cada módulo. A fim de atingir a meta proposta foi prevista a criação de 2 turmas ao longo do período do projeto.
<b>Responsável:</b> Coordenadores do Núcleo de EAD e do Escritório de Desenvolvimento Regional, ambos da UCPel.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Conhecer e compreender a missão, finalidades e desafios da função dos Gestores Públicos Municipais;

<b>Justificativa:</b> A ineficiência do setor público, passa pela falta de qualificação dos seus gestores a fim de que conheçam suas verdadeiras atividades e possuam instrumentos para empregar os recursos públicos em benefício de toda a sociedade, sempre em busca de mais eficiência. O curso visa instrumentar 1.300 gestores públicos dos 22 municípios que compõe a região de abrangência do projeto, os quais totalizam uma população de aproximadamente 900 mil habitantes.
<b>Beneficiários:</b> agentes políticos (prefeitos, vice-prefeitos e vereadores), mas também em secretários de governo, assessorias, lideranças partidárias e integrantes da comunidade.
<b>Resultados pretendidos: curto prazo:</b> capacitar agentes públicos para que possam fazer uma melhor gestão municipal; <b>médio e longo prazos:</b> obter melhores resultados para os cidadãos das ações feitas pelos administradores públicos.
<b>Alinhamento Estratégico:</b> Institucional - Qualificação da gestão pública, com vistas ao desenvolvimento regional integrado e sustentável
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Qualificar gestores públicos dos municípios que integram as regiões dos COREDE SUL
<b>Meta:</b> Qualificar 1.300 gestores públicos
<b>Custo:</b> R\$ 172.000,00
<b>Prazo:</b> 12 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Luiz Fernando Meirelles (Coordenador de EAD da UCPel), Fábio de Castro Neves (Coordenador do Escritório de Desenvolvimento Regional da UCPel).
Órgãos Públicos Envolvidos: COREDES Sul, Campanha e Fronteira Oeste, Prefeituras Municipais, Câmeras de Vereadores
<b>Organizações parceiras:</b> AZONASUL
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Fonte de Financiamento:</b> Governo Estadual RS
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Não
<b>Outros:</b> Não
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 172.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Governo Estadual RS
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim (dimensão governança e gestão)
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 15.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 157.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: Investimentos= R\$ 15.000,00; Despesas Correntes= R\$ 157.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>

Atividades/Meses	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Sensibilização												
Curso												
Avaliação												
Certificação												

## Projeto 72 - Campanha Institucional pró melhoria da representação política na região.

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Campanha Institucional pró melhoria da representação política na região
<b>Localização:</b> Região Funcional 5, COREDE-SUL
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 500.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 18 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> AZONASUL e COREDE-SUL
<b>Escopo:</b> Desenvolver uma campanha institucional, com vistas ao aumento e qualificação da representação política da região, voltada especialmente, para a Assembleia Legislativa e Congresso Nacional.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Mobilização da população para a melhoria da representatividade política regional
<b>Justificativa:</b> A região do COREDE-SUL reúne aproximadamente 650 mil eleitores. No entanto, nos últimos pleitos eleitorais têm demonstrado uma grande evasão de votos, não contemplando os candidatos região do COREDE-SUL, o que tem impossibilitado ações e projetos de desenvolvimento regional. Nesse sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de uma campanha institucional em nível regional para a alteração deste cenário.
<b>Beneficiários:</b> Toda a região do COREDE-SUL
<b>Resultados pretendidos:</b> Aumentar significativamente o número de Deputados Estaduais e Federais comprometidos com a região, qualificando desta forma a representação política da Zona Sul.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> campanha institucional
<b>Meta:</b> aumentar a representatividade (5 Deputados Federais; 10 Deputados Estaduais)
<b>Custo:</b> R\$ 500.000,00
<b>Prazo:</b> 12 meses
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>
Azonasul; COREDE-SUL, Alianças Pelotas e Rio Grande; Movimentos Sociais; Partidos Políticos.
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Não
<b>Outros:</b>
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 500.000,00

<b>Fontes de recursos:</b> Federal, estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b>
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 500.000,00
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>
Apresentar o prazo estimado de execução em meses de cada etapa e produto;

## Projeto 73 - Curso Preparatório para Gestores da região dos COREDES: Sul, Campanha e Fronteira Oeste

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Curso Preparatório para Gestores da região dos COREDES: Sul, Campanha e Fronteira Oeste
<b>Localização:</b> área de abrangência dos COREDES
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 304.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 12 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Universidade Católica de Pelotas-UCPel.
<b>Escopo:</b> O curso visa fornecer aos seus participantes conhecimentos sobre a gestão pública municipal, qualificando-os para gerirem seus municípios de forma responsável e dentro da legislação existente.
<b>Responsável:</b> Coordenadores do Núcleo de EAD e do Escritório de Desenvolvimento Regional, ambos da UCPel
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Conhecer e compreender a missão, finalidades e desafios da função dos Gestores Públicos Municipais por meio da atualização e o aperfeiçoamento, desenvolvendo competências necessárias ao desempenho de suas funções para o pleno exercício da cidadania.
<b>Justificativa:</b> A ineficiência do setor público, passa pela falta de qualificação dos seus gestores a fim de que conheçam suas verdadeiras atividades e possuam instrumentos para empregar os recursos públicos em benefício de toda a sociedade, sempre em busca de mais eficiência. O curso visa instrumentar 2.500 gestores públicos dos 42 municípios que compõe as 3 regiões de abrangência do projeto, os quais totalizam uma população de aproximadamente 1,6 milhões de habitantes.
<b>Beneficiários:</b> É focado prioritariamente nos agentes políticos (prefeitos, vice-prefeitos e vereadores), mas também em secretários de governo, assessorias, lideranças partidárias e integrantes da comunidade.
<b>Resultados pretendidos: curto prazo:</b> capacitar agentes públicos para que possam fazer uma melhor gestão municipal; <b>médio e longo prazos:</b> obter melhores resultados para os cidadãos das ações feitas pelos administradores públicos.
<b>Alinhamento Estratégico:</b> Institucional - Qualificação da gestão pública, com vistas ao desenvolvimento regional integrado e sustentável
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Qualificar gestores públicos dos municípios que integram as regiões dos COREDES Sul, Campanha e Fronteira Oeste
<b>Meta:</b> Qualificar 2.500 gestores públicos
<b>Custo:</b> R\$ 304.000,00

<b>Prazo:</b> 12 meses												
<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b>												
<b>Equipe do Projeto:</b> Luiz Fernando Meirelles (Coordenador de EAD da UCPel), Fábio de Castro Neves (Coordenador do Escritório de Desenvolvimento Regional da UCPel).												
Órgãos Públicos Envolvidos: COREDES: Sul, Campanha e Fronteira Oeste, Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores												
<b>Organizações parceiras:</b> AZONASUL												
<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>												
<b>Fonte de Financiamento:</b> Governo Estadual RS												
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim												
<b>Desapropriação:</b> Não												
<b>Licença Ambiental:</b> Não												
<b>Licitação:</b> Não												
<b>Outros:</b> Não												
<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>												
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 304.000,00												
<b>Fontes de recursos:</b>												
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim												
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim												
<b>Investimentos:</b> R\$ 15.000,00												
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 289.000,00												
Investimentos e despesas correntes por produto:												
Produto 1: Investimentos= R\$ 15.000,00; Despesas Correntes= R\$ 289.000,00												
<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>												
Atividades/Meses	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Sensibilização												
Curso												
Avaliação												
Certificação												



## REFERÊNCIAS

- CEMETRS, C. E. (2011). *Atlas Climático do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre.
- Departamento de Informática do SUS - DATASUS. (2016). Acesso em 2016, disponível em <http://datasus.saude.gov.br/>
- Dowbor, L. (2011). *Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática*.
- Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE. (2016). Acesso em 2016, disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/>
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul - AGDI. (2016). Acesso em 2016, disponível em <http://www.agdi.rs.gov.br/>
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul - EMATER RS. (2016). Acesso em 2016, disponível em <http://www.emater.tche.br/>
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SEPLAN. (2012). Acesso em 17 de 04 de 2016, disponível em Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SEPLAN/DEPLAN. (2015). *Perfil - – REGIÃO FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 5*. Porto Alegre.
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SETUR. (2016). Acesso em 2016, disponível em <http://www.turismo.rs.gov.br>
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul. (2014). *Atlas Eólico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2016). Acesso em 2016, disponível em <http://www.ibge.gov.br/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2016). *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*. Acesso em 2016, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/>
- Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas. (2016). Fonte: <http://www.bancodedadoszonasul.com.br/>
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (2016). Acesso em 2016, disponível em <http://www.mdic.gov.br/>
- RS, R. G. (2015). *Perfil Socioeconômico COREDE-SUL*. Porto Alegre.
- Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC. (2016). Acesso em 2016, disponível em <http://sitesistec.mec.gov.br/>
- Tagliani, D. C. (2012). *Zoneamento Ambiental e Resíduos Sólidos Urbanos dos Municípios da Zona Sul do Rio Grande do Sul*.
- Vianna, M. L. (2012). *Extremo Sul do Brasil - Um Lugar Esquecido*. Pelotas.

## BIBLIOGRAFIA

CHIES, J. B.; SILVA, R. S. da. *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul do RS*. Pelotas: Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul, 2010.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. *Planejamento Estratégico Territorial – A Experiência de Planejamento de Desenvolvimento na Região Fronteira Noroeste do RS*. Ijuí, UNIJUÍ, 2006.

GRIEBELER, M. P. D.; SIEDENBERG, D. R. *Projeto Extensão Produtiva e Inovações – PEPI (Ano II)*. Porto Alegre: Conceito, 2015.

KLERING, L. R. *Qual a Verdadeira Qualidade Devida nos Municípios do RS?*. 2000. Disponível em: <[http://terragaucha.com.br/artigo\\_Ink\\_001.html](http://terragaucha.com.br/artigo_Ink_001.html)>.

LIMA, A. de et al. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Corede Campanha (RS)*. Bagé: Corede Campanha, 2010.

MARQUETTI, A. A. (Coord.). *Cenários 2030: Fundação de Economia e Estatística – RS 2030*. Porto Alegre: FEE, 2014.

MARQUETTI, A. A. (Coord.). *Tendências Regionais: PIB, Demografia e PIB Per Capta*. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã – Fundação de Economia e Estatística – RS 2030. Porto Alegre: FEE, 2014.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. 2006. Disponível em: <<http://www.fnud.org.br/rdh/>>.

PRÓ – RS. *V Propostas Estratégicas para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (2015 – 2018)*. Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Lajeado: Univates, 2014.

\_\_\_\_\_. AGDI. *Dois anos de Política Industrial - Balanço Executivo*. 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei de Criação dos COREDES, 1994*. Disponível em: <[http://www.coredesul.org.br/files/pub/136337207090052\\_LEI-de-Criacao-dos-COREDES.pdf](http://www.coredesul.org.br/files/pub/136337207090052_LEI-de-Criacao-dos-COREDES.pdf)>.

SIEDENBERG, D. R. *Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

SIEDENBERG, D. R.; ALLEBRANDT, S. L.; BÜT-TENBENDER, P. L. *Detalhamento de um Modelo de Planejamento Estratégico Territorial*.

TAGMANI, C. R. A. T. *Projeto Integrado – Zoneamento Ambiental e Resíduos Sólidos Urbanos dos Municípios da Zona Sul do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2012.

# ANEXOS

## Reunião com a SPGG (03/02/2016)



### EDITAL 01/2016

A Presidência do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul – COREDE-SUL, convoca os integrantes da Assembleia Geral Regional (Membros Natos, Conselho de Representantes, Representantes Municipais e COMUDES) e convida a Comunidade em Geral para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DO PROCESSO DE CONSULTA POPULAR 2015, ORÇAMENTO 2016**, que será realizada no dia **25 de maio de 2016**, a partir das 15h30min, no Auditório da Associação Comercial de Pelotas, situado na Rua 7 de Setembro, nº 274, 8º andar, em Pelotas, com a seguinte pauta:

#### 15h - Credenciamento

15h30min- Apresentação do processo de atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul 2017-2030;

16h - **SEPLAN**: apresentação dos valores, dos programas e das diretrizes de cada Órgão Estadual que irão orientar as deliberações das propostas regionais ao orçamento de 2017;

16h30min- **COREDE-SUL**: o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul e as propostas regionais ao orçamento de 2017;

16h45min - **COORDENAÇÃO REGIONAL DO PPC**: Apreciação e aprovação do cronograma regional da Consulta Popular 2016 e do calendário das Assembleias Públicas Municipais; discussão e aprovação das estratégias regionais e escolha de três representantes da plenária para compor a Coordenação Regional do PPC 2016/2017;

17h30min - Encerramento.

Pelotas, 11 de maio de 2015.

**Roselani Sodré da Silva**  
Presidente do COREDE-SUL



## Audiência Pública Regional (25/05/2016)



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Amaral Ferrador (02/08/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Arroio do Padre (27/07/2016)**



## Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Arroio Grande (19/07/2016)



## Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Canguçu (02/08/2016)



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Capão do Leão (19/07/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Cerrito e Pedro Osório (25/07/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Chuí  
(22/07/2016)**





Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Herval  
(19/07/2016)



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Jaguarão (28/07/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Morro Redondo (27/07/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Pelotas (27/07/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Pedras Altas (27/07/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Pinheiro Machado (26/07/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Piratini  
(1º/08/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Rio Grande  
(1º/08/2016)**





**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Santa Vitória do Palmar (22/07/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Santana da Boa Vista (29/07/2016)**



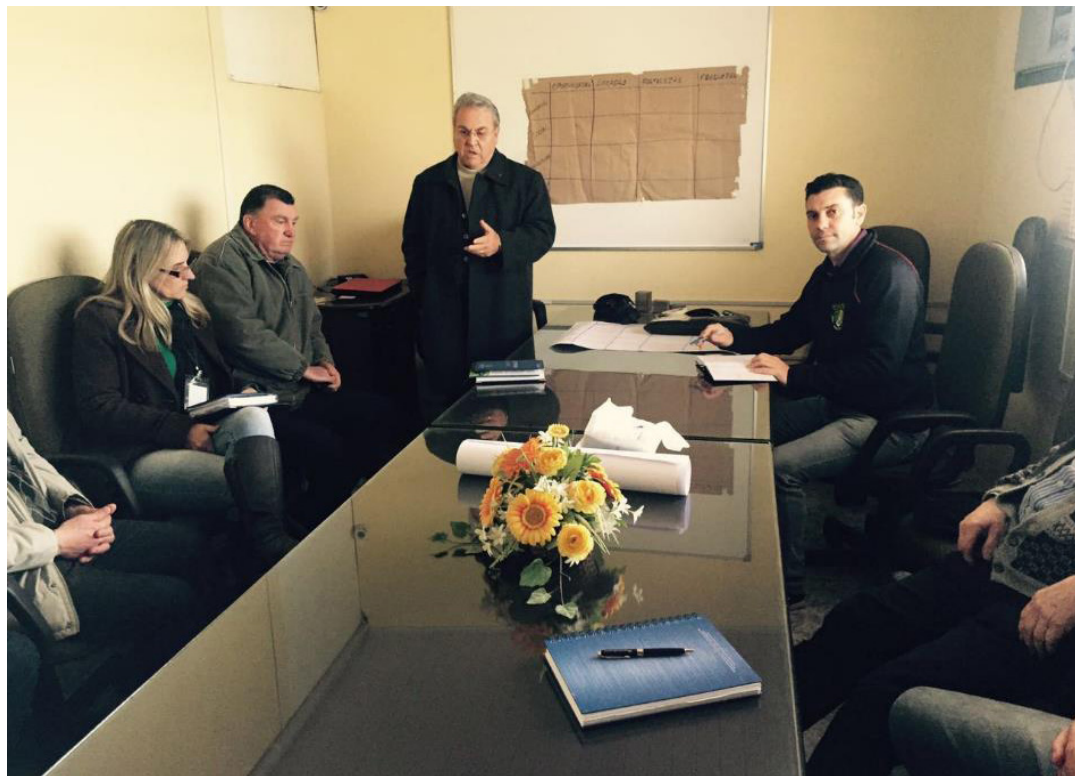
**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em São José do Norte e Tavares (1º/08/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em São Lourenço do Sul (25/07/2016)**



**Apresentação do diagnóstico da região Sul e construção da matriz FOFA em Turuçu (27/07/2016)**





## Reunião com a Comissão Setorial de Desenvolvimento Agropecuário, Pesca, Meio Ambiente e Recursos Minerais



## Reunião com a Comissão Setorial de Ciência e Tecnologia



## Reuniões com a Comissão Setorial de Segurança e Defesa Civil



## Reuniões com a Comissão Setorial de Educação, Cultura, Turismo e Desporto



## Reunião com a Comissão Setorial da Saúde



## Reuniões com a Comissão Regional de Apoio Institucional

# CONVITE

Convidamos os membros da Coordenação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul para participar da reunião de avaliação e discussão do processo de elaboração do plano e do planejamento da etapa de elaboração dos programas e projetos regionais.

Salientamos a importância da representação das instituições neste momento do trabalho.

Dia: 24/10/2016  
Horário: 9h30min  
Local: AZONASUL  
(Rua Quinze de Novembro, 563 - 3º andar



 **COREDE-SUL**

Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul



## Reuniões com o grupo técnico do PED-SUL









## Reunião realizada com os Prefeitos da Região Sul



## Reunião com os COMUDES



## Assembleia Geral Regional (05/09/2016)



### EDITAL 02/2016

A Presidência do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul – **COREDE-SUL**, convoca os integrantes da Assembleia Geral Regional (Membros Natos, Conselho de Representantes, Representantes Municipais e COMUDES), para a ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL, a ser realizada no dia 5 de setembro de 2016, a partir das 13h30min, no Auditório da Escola Técnica Estadual João XXIII, sito a rua 7 de setembro, nº 201, segundo andar, em Pelotas, com a seguinte pauta:

13h - Credenciamento

13h30min – Solicitação de afastamento da Presidente para tratar de assuntos pessoais;

14h – Apresentação, discussão e aprovação das diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul;

16h – Assuntos Gerais;

16h30min - Encerramento.

Pelotas, 26 de agosto de 2016.

**Roselani Sodré da Silva**  
Presidente do COREDE-SUL



Evento de aplicação da metodologia World Cafe

# CONVITE

Convidamos V. S<sup>a</sup>. para participar da reunião de discussão da visão de futuro para o período 2017-2030, cenário este estabelecido para o próximo Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul. Este trabalho dá continuidade as discussões realizadas no III ERDIS e nas reuniões setoriais e municipais do PED-SUL.

Este convite foi dirigido a V. S<sup>a</sup> pela importância da suas contribuições para a realização deste trabalho.

Neste dia usaremos a metodologia World Cafe, que possibilitará a participação de todos na construção do cenário futuro.

Confirmação de presença através do site: <https://goo.gl/PxeKL1>

Dia: 05/10/2016

Horário: 13h30min

Local: Auditório da Associação  
Comercial de Pelotas  
(Rua Sete de Setembro, 274 - sala 205).



**COREDE-SUL**

Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul



Reuniões técnicas (DNIT Pelotas, Porto de Pelotas, Superintendência do Porto de Rio Grande, Reitor UFPel, 3ª Coordenadoria Regional de Saúde)





# CONVITE

Convidamos V. S<sup>a</sup>. para participar da Assembleia Pública Regional, última etapa do Planejamento Estratégico Regional 2017-2030, a ser realizada no dia 20 de dezembro de 2016, com a seguinte pauta.

13h – Credenciamento;  
13h30min – Apresentação do processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PED-SUL) 2017-2030;  
14h – Apresentação da carteira de projetos por dimensão;  
14h30min – Priorização e hierarquização dos projetos regionais (votação);  
15h – Aprovação dos projetos Regionais priorizados;  
15h30min – Discussão e aprovação do modelo de gestão do PED-SUL;  
16h – Coffe break;  
16h20min – Início da Assembleia Geral Regional do COREDE-SUL.

Dia: 20/12/2016

Horário: 13h

Local: Auditório da Associação  
Comercial de Pelotas  
(Rua Sete de Setembro, 274 - 8º andar).









# COREDE-SUL

## Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul

### O QUE SÃO OS COREDES?

#### 1. O que é um Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede?

É um fórum de discussão, decisão e integração de políticas, ações, lideranças e recursos orientados à promoção do desenvolvimento regional, no Rio Grande do Sul.

#### 2. Quando foram criados os Coredes?

Os Coredes foram criados a partir do início do ano de 1991, legalmente instituídos através da Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentados através do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994. Conforme estabelece a Lei, eles têm por objetivo:

- a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável;
- a integração dos recursos e das ações do Governo e da região;
- a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida;
- o estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e à recuperação do meio ambiente.

#### 3. Como funciona um Corede?

O funcionamento ocorre através da discussão e deliberação em reuniões plenárias, realizadas em caráter ordinário ou extraordinário, sobre temas de interesse regional.

#### 4. Quais são as suas competências?

Segundo estabelecido na Lei, os Coredes têm as seguintes atribuições:

- promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região;
- elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;
- constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o art. 149, parágrafo 8º, da Constituição do Estado;
- orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos Governos Estadual e Federal, na região;
- respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

ISBN 978-85-8167-202-1



9 788581 672021

EDITORA  
**UNIVATES**